

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



75

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



75

© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3º Vice-Presidente: Gelson Loiola

4º Vice-Presidente: Fernando Antonio de Moraes Achiamé

Secretário Geral: Adriana Pereira Campos

Secretário Adjunto: Rubens Libardi Peruzzo

Tesoureiro Geral: Walter de Aguiar Filho

Tesoureiro Adjunto: Vinicius Muline dos Santos

Conselho Fiscal: Anaximandro Oliveira Santos Amorim, Assunta Baliana Zamprogno, Rogério Zanon da Silveira, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Ricardo Brunow Costa, Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves, Francisco Aurélio Ribeiro, Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Eliana Barbosa de Souza

Orador: Manoel Goes da Silva Neto

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier

A revisão dos artigos e as imagens neles contidas são responsabilidade dos respectivos autores.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-310

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: secretaria.ihges@gmail.com

EDITORIAL

Temos a satisfação de dar a público mais um número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, a centenária *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*.

Ao longo dos tempos temos nos orgulhado de intitular o nosso periódico como o mais antigo periódico em circulação no Espírito Santo; a isso agora deve-se acrescentar, desde 2017, o reconhecimento da sua vetusta permanência no meio cultural capixaba.

De dentro de nossos salões, sobranceiros ao Parque Moscoso, temos assistido ao desenrolar das sucessivas fases da história da cultura no Espírito Santo, o maior ou menor interesse pelas coisas locais, o maior ou menor ímpeto investigativo da parte de pesquisadores, profissionais e amadores. O que se constata atualmente é um recrudescimento do interesse pelas nossas tradições, que se reflete, também, na criação de associações culturais e literárias e na publicação de revistas especializadas, a exemplo da *GENEA – Revista Capixaba de Genealogia* e da *Revista do Arquivo Público Estadual* — ambas, aliás, organizadas por associados do IHGES.

Do movimento cultural local, apesar dos pesares, pode-se dizer ser hoje em dia pujante, na medida que o fazer artístico e literário vem-se democratizando — reflexo de atuações particulares entusiasmadas e políticas públicas bem conduzidas. E é bom que assim seja. Para nós, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é particularmente gratificante perceber que outros vêm se ocupando de atividades correlatas às nossas, embora não se possa perder de vista que o nosso modo de realizá-las se reveste do especial jeito-de-ser inerente a esse tipo de casas de cultura. O simples fato de realizar, qualquer que seja a intenção de quem realiza, é positivo na medida que o conhecimento se constrói da soma de esforços.

Daí a importância da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Repositório maior de uma gama de informações especializadas no que respeita a nossas tradições, o material coletado/produzido ao longo desses cento e um anos de publicação é de inestimável ajuda para quem se quiser ocupar de entender o nosso jeito de estar no mundo.

A esse vasto arcabouço de material é que agora acrescentamos os trabalhos publicados neste número, que abre fazendo um registro do encerramento das comemorações do bicentenário da Revolução Republicana de 1817 em Pernambuco, constando pronunciamento feito no Recife por ocasião do Encontro de Institutos Históricos da Região Nordeste e também pronunciamento do digno representante da diretoria do coirmão Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que abrilhantou nossa sessão solene do mês de junho com sua presença. Na seção seguinte, artigos e ensaios de pesquisadores da Casa sobre assuntos variados vêm demonstrar a variedade de interesses que cultivamos e revelar o particular olhar de cada um sobre nosso objeto de estudo.

Assim, as instituições (dentre elas Institutos Históricos municipais), a literatura, biografias, metodologia da História são, entre outros, temas tratados nos artigos ora veiculados. De maneira especial é de se registrar a publicação de textos de palestras proferidas por associados sobre a obra literária de dois ex-presidentes do IHGES, Renato Pacheco e Miguel Depes Tallon, de autoria de Francisco Aurélio Ribeiro e Matusalém Dias de Moura, neste ano em que os enfocados completariam respectivamente noventa e setenta anos de idade. Por último, a sessão de pronunciamentos e discursos, registrando falas de representação da Casa e também de posse de associados no IHGES e em outras importantes associações culturais.

Mais que a quantidade de páginas e de artigos dados a público, é a qualidade do material veiculado neste número da *Revista* que

nos permite entrever a longa trajetória que parece ter pela frente o nosso periódico, alicerçada no interesse que desperta e na utilidade de que se reveste para quantos se ocupem de se informar sobre as coisas da sua terra e da sua gente. O que orgulhosamente cuidamos de proporcionar por, já, mais de um século.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

SUMÁRIO

ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES PELOS 200 ANOS DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1817

Fala no Congresso de Institutos Históricos e Geográficos Nordeste-
nos no Recife em 06/03/2018 | 13

Getúlio Marcos Pereira Neves

Sessão Solene do IHGES em 13 de Junho de 2018 | 21

ENSAIOS E ARTIGOS

Memória Histórica: Serlihges Seccional Regional de Linhares do
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo | 31

Maria Lúcia Grossi Zunti

Os Modernos Voluntários da Pátria | 41

Manoel Goes Neto

Nada é Estranho à História – Prove! | 51

Fernando Antônio de Moraes Achiamé

Breve Relato da História da Psicanálise no Espírito Santo | 105

Ítalo Campos

O BANDES nos Anos 1970: os “Grandes Projetos de Impacto” e
o Auge do Desenvolvimento – Primeira Parte (1970-1974) | 127

Anaximandro Amorim

Os Quartéis de Comando Geral da Polícia Militar do Espírito San-
to | 145

Gelson Loiola

Jesuítas, Soldados e Selvagens nos Poemas Épicos Americanos: La
Araucana, de Gesti Mem de Sá e Uruguai | 181

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Escrevendo nas Bordas do Tempo: Mulher, História, Ficção | 209

Bernadette Lyra

Antônio Conselheiro – O Messias do Sertão | 219

Josina Nunes Drumond

Literatura e Turismo: Notas Sobre Algumas Relações ao Longo da História Brasileira e Capixaba | 237

Michel Dal Col Costa

Escritores-residentes no Espírito Santo | 255

Pedro J. Nunes

A Narrativa Memorialística de Renato Pacheco e Miguel Depes Tallon | 263

Francisco Aurelio Ribeiro

Miguel Depes Tallon, Haikaista | 281

Matusalém Dias de Moura

Ordens Honoríficas do Império | 295

Paulo Stuck Moraes

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

A Viagem do Imperador Pedro II à Província do Espírito Santo | 309

Getúlio Marcos Pereira Neves

Homenagem ao Patrono e Ocupantes da Cadeira nº 24, do CBG | 321

Paulo Stuck Moraes

Elogio Aos Associados Falecidos | 327

Manoel Goes Neto

Entre Linhas e Trilhos, Entre Viagens e Livros: a Chegada ao Espírito Santo | 333

Rita de Cássia Maia e Silva Costa

Discurso de João Luiz Castello Lopes Ribeiro (síntese) | 341

João Luiz Castello Lopes Ribeiro

ENCERRAMENTO DAS
COMEMORAÇÕES PELOS 200
ANOS DA REVOLUÇÃO
REPUBLICANA DE 1817

FALA NO CONGRESSO DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS NORDESTINOS NO RECIFE EM 06/03/2018

*Getúlio Marcos Pereira Neves**

Quero saudar de maneira muito especial os integrantes da mesa, na pessoa do presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o meu amigo e confrade, professor Dr. George Cabral; quero também saudar de maneira muito especial os ilustres representantes de Institutos Históricos e Geográficos, estaduais e municipais, aqui presentes.

Quero dirigir uma palavra de agradecimento ao governo do Estado de Pernambuco, que tornou possível esse conagraçamento entre as nossas casas que hoje vivemos aqui. Quero também dizer que me considero um *habitué* desta boa terra, aonde todos os anos venho na época do carnaval, lá se vão dez anos. Em 2018 é, portanto, a segunda vez que tenho o prazer de aqui estar.

Coube a mim, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, ser o primeiro representante a falar, nesta etapa dos trabalhos. Isto se deve não só à fidalguia dos nossos anfitriões, já que me desloquei de tão longe para ter o prazer de estar aqui, entre os senhores, mas deve-se, antes, ao fato de o meu Instituto Histórico e Geográfico, fundado em 1916, ter tido um dos propósitos confessos por ocasião de sua fundação o de marcar con dignamente a passagem do centenário da Revolução Republicana de 1817.

Permitam-me, senhores, brevemente situá-los quanto à minha Casa. O nosso Secretário Perpétuo do IAHGP, Reinaldo Carneiro Leão, ao me dirigir ontem à noite uma saudação, falou brevemente sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Se a

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

princípio eu poderia me sentir um estranho no ninho, eis que se trata de um Congresso entre Institutos Históricos da região nordeste, no entanto o carinho da recepção faz com que qualquer um possa se sentir em casa entre os senhores.

Muito bem.

Na época, o segundo decênio do século XX, Vitória, capital do meu estado passava por um processo de reestruturação urbana semelhante ao que se verificou no Rio de Janeiro. O propósito era dissipar os fortes ares coloniais que a cidade ostentava então, dotando-a de um traçado e de uns logradouros, a critério dos governantes, mais modernos e consentâneos com os novos tempos de progresso que vivíamos, o que se devia à renda oriunda da cultura do café. A elite dirigente procurava, então, legitimar-se aos olhos da população, o que de uma maneira ou outra foi a origem de inúmeras casas congêneres, Brasil afora. Éramos, naquele 1916, o décimo terceiro Instituto Histórico e Geográfico estadual a nos estabelecermos, no que seguíamos, assim, o exemplo pioneiro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano — a que, aliás, tenho a honra de pertencer, na qualidade de sócio correspondente.

Acontece que na vida pública e cultural capixaba da época sobressaíam egressos da Faculdade de Direito do Recife, dentre eles alguns pernambucanos, filhos de ilustres famílias daqui. Devemos, então, a um Paes Barreto, a Carlos Xavier Paes Barreto, a ideia da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, logo encampada por outros capixabas, não menos ilustres. No discurso de fundação, Paes Barreto lamenta a pouca divulgação dos fatos históricos locais, e faz um resumo de quatro séculos de História espírito-santense. Encerrou a fala propondo que, “para que tantas tradições (a que tinha acabado de se referir) não passem quase obscuramente”, fosse fundado um grêmio voltado ao cultivo da História e da Geografia pátrias, com ênfase no Espírito Santo.

Estas palavras, a própria descrição da gênese do nosso Instituto Histórico e Geográfico, deve parecer familiar a muitos outros aqui. No nosso caso, o diferencial é a figura do nosso patrono, Domingos José Martins, um dos cabeças da Revolução de 1817, cuja naturalidade espírito-santense era à época ignorada, em alguns casos contestada, por alguns dos mais eminentes pesquisadores.

Domingos José Martins nasceu em Itapemirim, no Espírito Santo, em 1781; morou em Vitória, aperfeiçoou seus estudos na Bahia, onde fez carreira no comércio, seguindo para Lisboa. Em Londres travou contato com Hipólito José da Costa, de cujas ideias comungava. Membro da Maçonaria, na sua casa do Recife também se realizavam reuniões preparatórias do movimento que eclodiu naquele março de 1817. Durante o tempo que durou o governo revolucionário, exerceu a função de Ministro do Comércio, e finalmente foi aprisionado no comando de tropas que estavam em incursão no terreno. Preso, foi enviado a Salvador, na companhia de outras personagens graúdas do movimento. Submetido a Conselho de Guerra, sentenciado à pena capital, foi executado a 12 de junho de 1817. Justamente a data em que, noventa e nove anos depois, era fundado no seu estado natal o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Já tive ocasião de refletir no sentido que tem a indicação, para patrono do nosso Instituto Histórico e Geográfico, do vulto de Domingos José Martins. Dizia eu por ocasião de uma sessão solene, em texto que posteriormente adaptei para publicação:

Como entusiasta de uma causa, a da insurreição contra a Coroa, Domingos Martins atuou na concepção da ideia, na sua propagação e na sua execução. Sem dúvida era exemplo de ativismo propício a ser seguido por aqueles que se propunham tarefa tão árdua como era construir, em bases científicas contemporâneas, uma identidade

de capixaba. De alguma maneira, e guardadas as devidas proporções, as árduas tarefas eram parecidas: opor-se a uma ordem política vigente e estabelecida, para Martins, era tão árduo quanto opor-se a um certo indiferentismo local, muito mais que às ideias arraigadas, para os proponentes do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Há um busto seu, evocando a liberdade, na Praça João Clímaco, o antigo pátio do Colégio dos Jesuítas, o coração histórico da cidade de Vitória. Dá nome ao edifício sede do Poder Legislativo do Espírito Santo e a um município na serra capixaba, a 43 km da capital. A lei federal n. 12.488/2011 determinou a inclusão do seu nome no livro dos Heróis da Pátria.

Em 12 de junho de 2016, por ocasião da passagem do nosso centenário de fundação, revivemos a tradição de realizar uma peregrinação ao busto de Domingos Martins (essa peregrinação até os anos 60 se fazia todo ano). Iniciamos as comemorações do nosso centenário depositando flores junto ao busto. De se registrar que na ocasião não pudemos contar com a banda da Polícia Militar porque acompanhavam o governador do Estado, que transferiu simbolicamente a sede do governo, naquele 12 de junho, para a cidade que leva o nome de nosso patrono. Durante 2016 realizamos várias atividades para marcar nosso centenário de fundação, em que o ponto alto foi uma solenidade no Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado. Durante as solenidades, de uma maneira ou outra, evocava-se a figura de Domingos José Martins e a razão de ser da sua indicação para o patronato da casa — justamente a sua participação na Revolução de 1817.

Já 2017, ano do bicentenário da Revolução e do suplício do nosso patrono, que foi também o ano do centenário de circulação da nossa revista, foi um ano triste para o Espírito Santo. Como to-

dos devem se recordar, enfrentamos lá, no mês de fevereiro, a mais abrangente paralisação de forças policiais já registrada no Brasil, em que algo da ordem de 100% do efetivo operacional deixou de prestar o serviço. Por 22 dias não houve policiais nas ruas, tendo sido deslocadas tropas federais para manter a ordem, já gravemente comprometida. O saldo do movimento foi trágico: mais de 200 mortes, 35 milhões de reais de custo do deslocamento das Forças Armadas, um prejuízo para indústria, comércio e serviços ainda não mensurado na sua totalidade.

O não restabelecimento integral da segurança pública até a última semana do mês de fevereiro condicionou até mesmo a reabertura dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo em 2017, o que só se logrou fazer no mês de março. Naquele atropelo, conseguimos realizar uma programação para marcar os 200 anos da Revolução — o que, no nosso caso, vem sempre atrelada à figura do nosso patrono —, em que o ponto alto foi palestra realizada pelo prof. Dr. João Eurípedes Franklin Leal, meu confrade no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que vem a ser um dos maiores paleógrafos do Brasil. João Eurípedes é um dos responsáveis por localizar no terreno o local do Sítio Caxangá, onde nasceu Domingos Martins, e esse foi um dos tópicos que abordou na ocasião, na presença de alunos de graduação e pós-graduação em História, associados e público em geral.

Sobre a Revolução, houve publicação de artigos nos jornais, por iniciativa de confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e de um texto na nossa *Revista*; a Academia de Letras e Artes de Marataízes, município litorâneo do sul do Espírito Santo desmembrado de Itapemirim instituiu comenda com o nome de Domingos Martins para agraciar personalidades de destaque na cultura local e regional. Por ocasião da sessão solene de encerramento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Espíri-

to Santo no ao passado, à vista do centenário da publicação da Revista, reeditamos, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal, o primeiro número do periódico, que foi dedicado pelos fundadores da Casa a Domingos Martins e à Revolução de 1817, o que na prática fez estender as atividades relativas ao acontecimento até o fim do ano do bicentenário.

Mas — e espero ter deixado claro este ponto — para nós no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo a lembrança do movimento de 1817 é recorrente: por imposição estatutária fazemos o elogio do nosso patrono na data mais próxima do 12 de junho; ao evocar o seu vulto, estamos recordando a sua atuação nos acontecimentos que estamos hoje aqui a relembrar. Neste sentido o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo irmana-se ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Como presente, digamos assim, pelo nosso centenário de fundação, o Governo do Estado do Espírito Santo nos concedeu, na forma de cessão de uso, um imóvel localizado na Praça João Clímaco, exatamente atrás do busto de Domingos Martins. Como o imóvel, do início do século XX, necessita de reformas, estamos presentemente empenhados em projetos de elétrica, hidráulica e arquitetura. Pretendemos nos mudar até o encerramento da minha gestão, em 2021, e as atividades referentes às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil pretendemos realizar já na nova casa.

Sem perdermos de vista as atividades regulares da nossa casa — a realização de palestras, mesas redondas, cursos, a publicação da revista e eventualmente de livros -, estamos sempre a entabular parcerias para suporte de atividades de cunho, digamos, extraordinário, dentre as quais incluímos as atividades que já começamos a planejar para 2022 e agora esse interessante projeto das placas de ruas, que foi realizado aqui, e vamos ver como podemos estender para lá, em parceria com o IAHGP.

Quero novamente agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui presente entre representantes de tão ilustres casas de cultura e de memória, e mais uma vez agradecer a amável acolhida.

Muito obrigado.

SESSÃO SOLENE DO IHGES EM 13 DE JUNHO DE 2018

O Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo:

Quero saudar os integrantes da mesa,
O público em geral, associados, amigos, convidados,
Senhoras e senhores:

Esta, como sabem os associados, é uma Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, realizada anualmente na quarta-feira mais próxima do dia 12 de junho, na forma de sessão solene.

12 de junho porque, sabemos todos, foi este o dia da execução do patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o capixaba Domingos José Martins, no desenrolar do movimento que passou para a História como Revolução Pernambucana de 1817. Desta forma, e sendo um dos propósitos da fundação desta Casa, em 1916, guardar a memória de Martins, impõe-nos o Estatuto a guarda deste dia como a nossa efeméride máxima.

Podemos nos perguntar: qual o sentido da manutenção de uma casa como esta, a que nos dedicamos todos, na medida de nossas respectivas capacidades? Um deles, não o único, é justamente o de lembrar vultos e fatos e pô-los sob análise, procurando extrair daí ensinamentos que sejam úteis para o nosso próprio tempo. A meditação do movimento sediado em Pernambuco naquele ano de 1817, que opunha os patriotas nordestinos à Coroa portuguesa, pode ser útil para os dias de hoje, em que subverter a ordem vai se tornando palavra de ordem, seja ou não devida esta atitude, que não vem ao caso adentrar esse mérito. Mas num momento histórico em que se multiplicam ideias, movimentos, seitas e tribos, a oposição a qual-

quer coisa deve se exercitar de maneira organizada, porque a anarquia, por si só, mostra-se improdutivo ao final do processo.

O exemplo dos revolucionários de 1817 serve, nesta medida, de inspiração a quem deseje realizar fora das páginas das redes sociais.

O estado de Pernambuco, em especial o meu querido Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, que tenho a honra de integrar no quadro de associados correspondentes, encerrou em março deste ano a comemoração do bicentenário da Revolução de 1817. Tive oportunidade de representar o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo nas comemorações, cujo ponto alto, para nós, das Casas de Cultura, foi a realização do Congresso Nordeste de Institutos Históricos e Geográficos, realizado no Recife, no Forte das Cinco Pontas. Por especial homenagem do Instituto Pernambucano, do meu particular amigo George Cabral, presidente daquela Casa, coube ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo pronunciar-se em primeiro lugar, numa deferência à Casa que tem como patrono um dos líderes do movimento de 1817.

Na minha estada no Recife fiquei sob os cuidados, digamos assim, do confrade dr. João Mendonça, que desde antes do meu deslocamento estava em contato comigo, e no Recife proporcionou-me um passeio que não fosse ele seria muito difícil de realizar: a visita à igreja onde se casou Domingos José Martins. Aliás, nosso vice-presidente Paulo Stuck Moraes localizou há poucos dias o aviso de falecimento de Maria Theodora, viúva de Domingos José Martins, com a idade de 73 anos, jogando lenha na fogueira da discussão sobre a oposição do sogro de Martins ao casamento. Essa história é longa, e este fato cito aqui, não só em homenagem ao trabalho de um associado, mas também como exemplo de que a rica história do movimento não se esgotou, continua em elaboração.

E por este motivo, e para incentivar os labores dos nossos pesquisadores, faço doação, à Biblioteca do nosso Instituto, do *História*

da Revolução de 1817, clássico de autoria do Monsenhor Muniz Tavares, comentado por Oliveira Lima, e dos quadrinhos *1817: amor e revolução*, baseado no romance *A Noiva da Revolução*, de Paulo Santos de Oliveira. Ambos os títulos editados pela Companhia Editora de Pernambuco. Depois de integrados ao acervo estarão à disposição para consulta.

Ainda nesse momento de homenagem ao nosso patrono, e estando irmanados ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, quero mais uma vez anunciar a presença do dr. João Mendonça, representante daquele Instituto, aliás o primeiro Instituto Histórico estadual, fundado em 1862, a quem eu concedo a palavra:

Fala do Dr. João Mendonça de Amorim Filho, representando o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano na Sessão Solene do IHGES

O senhor representante do IAHGP:

Ilustres Membros da Mesa a quem saúdo na pessoa do Exmo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Dr. Getulio Marcos Pereira Neves

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Sinto-me honrado em comparecer nesta Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico de Espírito Santo trazendo uma palavra de amizade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, na pessoa do seu Presidente o Prof.Dr. George Felix Cabral de Souza, e de todos os seus associados.

Ao lembrarmos hoje o dia 12 de junho de 1817, data do martírio do nosso herói comum, Domingos José Martins, estamos em

verdade, as duas instituições, o IHGES e o IAHGP, encerrando as celebrações do Bicentenário da Revolução Republicana de 1817.

Nada melhor que tal ocorra na terra do grande herói capixaba.

Incumbiu-me o Prof. Dr. George Cabral de dizer o seguinte:

O bicentenário de 1817 ensejou uma série de revisitas e releituras ao movimento republicano iniciado no Recife em 6 de março, resultando no lançamento de diversos produtos culturais em várias linguagens: publicações, exposições, música, cinema e teatro, entre outras. O IAHGP realizou um grande esforço para congregar apoios e cumprir um de seus mais caros objetivos: a rememoração e divulgação desses fatos de 1817, que são também capítulos importantes da História do Brasil.

Em 6 de março de 1817 eclodiu no Recife, Pernambuco, uma revolução republicana. Este movimento é um dos capítulos mais importantes da história do Brasil. Além de Pernambuco, da Nova República fizeram parte também a Paraíba, do Rio Grande do Norte e parte do Ceará.

A Revolução Republicana de 1817 se destaca não só por ter sido o primeiro movimento efetivo no sentido da independência do Brasil, mas também por que foi a única insurreição anticolonial que conseguiu tomar o poder em toda história da monarquia portuguesa. O novo País foi soberano durante 74 dias.

A Província de Pernambuco, por aquela época, se encontrava pesadamente sobrecarregada de tributos. Boa parte do que se arrecadava no porto do Recife era transferido para cobrir os custos crescentes da corte do rei Dom João VI, que havia se instalado no Rio de Janeiro desde 1808. A monarquia absolutista era o alvo das críticas dos pensadores iluministas.

As ideias libertarias da época já haviam detonado movimentos como a independência dos EUA, a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti, todos com profundo impacto no cenário político do Novo Mundo.

Em Pernambuco, estas ideias chegavam com os estudantes universitários que retornavam da Europa ou em publicações que circulavam clandestinamente. As Lojas Maçônicas funcionavam como difusoras do ideário iluminista. O Areópago de Itambé e as Academias do Paraíso e do Cabo eram alguns destes locais de reuniões secretas onde se conspirava pela liberdade.

O movimento contava com articulações em diversas Províncias do Brasil, inclusive na Bahia e no Rio de Janeiro, e também tinha conexões com a Maçonaria na Grã-Bretanha, Portugal e França. Os planos vinham sendo preparados há tempos e apontavam para um levantamento conjunto a ser deflagrado na Semana Santa de 1817. Mas o início da insurgência foi precipitado por acontecimentos ocorridos no Recife.

O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, após receber várias denúncias, resolveu decretar a prisão de alguns dos civis, militares e clérigos apontados como cabeças da Revolução. Entre eles podemos destacar Domingos José Martins, o Padre João Ribeiro Pessoa de Melo e os militares Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima, este conhecido por “Leão Coroado”.

No momento da prisão do Leão Coroado, no Quartel de Artilharia, ele reagiu à ordem e matou o seu comandante, o Brigadeiro Barbosa. Os militares então deixaram o quartel, libertaram os presos da Cadeia Pública e no Forte das Cinco Pontas e saíram no encalço do Governador que se refugiou no Forte do Brum.

No dia 7 de março formou-se um Governo Provisório composto por cinco representantes dos diversos setores da sociedade local: Domingos José Martins (Comércio), Domingos Teotônio Jorge (Militares), Padre João Ribeiro (Clero), José Luís de Mendonça (Magistratura) e Manuel Correia de Araújo (Agricultura). O Governo Provisório tomou várias providências legais para garantir os direitos da cidadania e as liberdades individuais. Enquanto não fosse pos-

sível reunir uma Assembleia Constituinte, a República seria regida por uma Lei Orgânica com 28 artigos. Essa lei definia os princípios básicos do funcionamento do governo e dava, entre outras coisas, garantias da liberdade de imprensa e de religião. A Nova República aboliu o uso do pronome de tratamento “vossa mercê”, estabelecendo que os cidadãos deveriam se tratar por “vós” ou por “patriota”. Os revolucionários de 1817 desejavam ainda abolir a escravidão gradualmente, uma precaução necessária para um movimento que dependia do apoio de grandes proprietários de escravizados.

O Governo Provisório enviou para os Estados Unidos um representante diplomático, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá. A missão de Cruz Cabugá era adquirir armamentos e embarcações, recrutar oficiais militares para comandar as tropas republicanas e conseguir apoio do governo norte-americano. Num segundo momento, trataria de encontrar meios para resgatar Napoleão Bonaparte do exílio na distante ilha de Santa Helena. Os primeiros objetivos foram alcançados, embora ao chegarem a Pernambuco, os reforços enviados por Cabugá já encontraram a República derrotada.

Outra providência foi a criação de uma bandeira para o novo País. Ela era composta por um fundo azul e branco. Sobre a faixa azul, figuravam um arco-íris, símbolo da união, três estrelas representando Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e o sol da liberdade. Sobre a faixa branca, uma cruz vermelha lembrava o primeiro nome de nossa terra: Santa Cruz.

Em 1917, no centenário, por sugestão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano — IAHGP, a bandeira revolucionária de 1817 foi adotada como bandeira do Estado de Pernambuco, mediante Decreto do então Governador Manuel Borba, com uma pequena alteração, mantendo-se apenas uma das três estrelas originais.

As falhas na organização da defesa militar do território e as próprias contradições internas da Revolução, especialmente no que dizia

respeito ao destino das populações escravas, facilitaram a repressão do movimento. Tropas oriundas por terra da Bahia e embarcações enviadas do Rio de Janeiro bloquearam o Recife. A falta de alimentos e os seguidos fracassos nos combates feriram de morte a Revolução. No dia 19 de maio as forças realistas entraram no Recife. O Governo Provisório dispersou-se. Os líderes e os participantes da Revolução foram aprisionados. Os principais chefes foram executados com requintes de crueldade no Recife e em Salvador. Quase todas as famílias pernambucanas entraram em luto pela perda de entes queridos.

Os ideais de liberdade, da ética e a defesa dos direitos do cidadão propugnados pelos revolucionários de 1817 continuam hoje vivos e mais do que nunca são necessários.

Celebrar o Bicentenário da Revolução de 1817 é também relembrar que a importância destes valores para os nossos dias.

Conhecer nossa História é essencial para a compreensão dos problemas atuais e para a construção de uma Nação melhor. Para tanto é necessário conhecer o desejo que moveu esses líderes revolucionários a darem suas próprias vidas na luta pelos seus ideais.

Muito foi feito, mas ainda há muito a fazer para retirar dos escombros do silêncio a memória daquele que foi o primeiro movimento anticolonial a conseguir tomar de fato o poder em toda história da monarquia portuguesa. No momento em que a conjuntura atlântica se mostrava favorável à ruptura dos laços políticos dos povos do Novo Mundo com a velha Europa absolutista, a Revolução Republicana de 1817 apresentou ao Brasil o mais vanguardista projeto de Nação, com chances reais de se concretizar.

Do Espírito Santo saiu um dos mais importantes líderes do movimento.

Domingos José Martins foi o grande articulador que permitiu que fossem estabelecidas conexões entre as Lojas Maçônicas de Londres, de Lisboa e do Brasil. No Recife, conseguiu congre-

gar todos os que ansiavam pela liberdade e pela construção de uma Nação mais justa e progressista. Martins esteve presente em todos os lances cruciais do movimento. Como vimos, integrou o Governo Provisório representando o comércio. Não hesitou em ir para o *front* combater as tropas realistas enviadas da Bahia.

Sem experiência militar, acabou sendo aprisionado e levado para Salvador. Após um julgamento sumário, foi fuzilado no Campo da Pólvora, em 12 de junho de 1817, juntamente com o advogado José Luiz de Mendonça e o Padre Miguelinho, no mesmo local onde também já havia sido executado o Padre Roma em 29 de março do citado ano. Foi exatamente para exaltar este herói brasileiro que Carlos Xavier Paes Barreto, como bem sabem os senhores, fundou este valoroso Instituto Histórico às vésperas do centenário da Revolução Republicana, na data do seu holocausto.

Lançar um olhar contemporâneo sobre o movimento revolucionário, manter viva sua memória e, sobretudo, divulgar entre os pernambucanos e capixabas em particular, e os brasileiros enfim, a sua História, são algumas das razões para celebrar 1817 e por isso nos juntamos àqueles que desde o século XIX vem pelejando pelo seu devido reconhecimento.

1817 não foi um levante contra a “derrama”, contra a cobrança de impostos, tão somente.

1817 tinha conteúdo ideológico e político bem definidos: era o sonho republicano e democrático contra a monarquia absolutista.

A amizade e a colaboração entre instituições como o IAHG e o IHGES são essenciais para alcançarmos este objetivo. Sigamos em frente na preservação e na divulgação de nossa História, pois só conhecendo o nosso passado seremos capazes de atuar criticamente sobre o nosso presente e construirmos uma Nação mais justa.

Muito obrigado!

ARTIGOS

MEMÓRIA HISTÓRICA: SERLIHGES
SECCIONAL REGIONAL DE LINHARES DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

*Maria Lúcia Grossi Zunti**

“só se ama o que se conhece”

Na primeira metade deste ano de 2018 comemoro, exatamente, 50 anos desde que vim para Linhares-ES e comemoramos, também, 26 anos de funcionamento ininterrupto da Seccional Regional de Linhares do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo-SERLIHGES.

Como testemunha ativa da criação e desenvolvimento da nossa Regional do IHGES em Linhares recebi a gentil solicitação do atual presidente do IHGES, Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, por ocasião de sua vinda a Linhares em Abril deste ano, para elaborar uma narrativa da história da nossa Regional.

Na verdade, a história da SERLIHGES, pode-se dizer, começou muito antes de sua real fundação. Acredito que começou quando, praticamente recém-chegada a Linhares, conheci, em 1971, meu saudoso e inesquecível amigo Dr. Renato José da Costa Pacheco. Dez anos mais tarde, tive a liberdade de procurar meu amigo e solicitar sua ajuda para pesquisar e publicar uma pequena história de Linhares. Lançado este livro, em 1ª edição no ano 1982, com o título

* Associada remida do IHGES. Possui graduação em História pelo Centro Universitário do Espírito Santo(1974), especialização em Planejamento em Educação pela Universidade Salgado de Oliveira(1992), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000) e aperfeiçoamento em Instituições Políticas Brasileiras pela Universidade Federal de MG (2008). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação. Atuando principalmente nos seguintes temas: legislação educacional e ações reais, educação de adultos/democracia.

de *Panorama Histórico de Linhares* — uma vez que era justamente o que consegui produzir, um “panorama”.

É claro que, não só contei com a inestimável colaboração do Dr Renato para as pesquisas, em sua maior parte realizadas em Vitória, a indicação da gráfica que produziu a 1ª edição, como também com sua honrosa presença no dia do lançamento.

A essa altura, eu já me considerava de coração uma linhareense, após conhecer a história dos homens e mulheres indomáveis que fizeram a história deste Município. Por isso, repito, após conhecer e acompanhar, (por meio de inúmeros documentos de Linhares que li no Arquivo Público Estadual/Vitória, documentos originais do século XIX e início do século XX), a vida, as dificuldades e os desafios enfrentados por seus moradores, nos primeiros 150 anos após sua Fundação, passei a amar esta cidade cuja história tanto me encantou.

Vale ainda aqui registrar que desde este conhecimento da história de Linhares, passei a não me conformar quando se comemorava, em 22 de agosto, os 40, 41, ..45 anos do município de Linhares (a partir de sua segunda emancipação em dezembro de 1943). Comecei a escrever, em nome da SERLIHGES, artigos em jornais de Linhares perguntando: — como se pode comemorar o aniversário de Linhares a partir de 1943 e em 22 de agosto, já que a segunda emancipação de Linhares ocorreu em dezembro de 1943? E a história dos homens e mulheres que viveram aqui antes de 1943 e nunca desanimaram, jamais desistiram de trabalhar por Linhares, sua cultura, sua história? Enterra-se isto tudo? E o ano de 1800 que está na Bandeira de Linhares? É só enfeite? Pois acreditem que até linharenses natos se opuseram a mim! Pois é! Para não alongar, só se conseguiu contar a idade de Linhares a partir de 1800 quando um Prefeito apoiou a ideia!

Voltando à SERLIHGES e a Dr. Renato, em 1990, quando era vice-presidente do IHGES, convidou-me para ser sócia efetiva da Insti-

tuição. O que, claro, muito me honrou e a meus amigos linharenses. E, em final de 1991, Dr. Renato me telefonou e disse que era objetivo do IHGES cumprir um dos artigos do seu Estatuto, ou seja, regionalizar o Instituto, “visando uma ação mais local em prol da preservação da memória dos municípios e incentivar ações e pesquisas sobre a história, geografia e cultura local”. E insistiu que me mobilizasse para criar uma Regional em Linhares. Impossível dizer não!!

Naqueles dias, pensando que não se cria uma entidade sozinha, chamei duas grandes amigas de Linhares que muito haviam me ajudado na época em que escrevia o *Panorama*: Therezinha Durão Costa e Arlêne Campos. Lembro-me que as chamei para um banco de cimento que existia na antiga praça 22 de Agosto, perto da residência de Therezinha que há muito vivia numa cadeira de rodas, mas “andava” mais do que eu ou qualquer um quando o assunto era Linhares.

Contei para elas o convite de Dr. Renato e, as duas, que jamais me decepcionaram, começaram a discutir ideias. Ali, no banco mesmo, Arlêne, eu e Therezinha na sua cadeira de rodas! Beleza!! E conversamos e conversamos sobre o que nos pareciam questões iniciais a resolver. Onde nos reuniríamos? Quem mais chamaríamos? E por aí vai. Puxa! Foi bom demais! Nunca, nunca me esqueci!!

Na hora resolvemos chamar Athaulpa Duarte Calmon Costa, marido de Therezinha, grande conhecedor e vivenciador da história de Linhares, e o Juiz de Direto da Comarca na época, Dr. Nelson Darby de Assis, também muito sensível a história de modo geral. Dr. Nelson logo resolveu o problema de onde nos reunir. Numa saleta perto da dele, no Fórum, que na época funcionava dentro da praça 22 de Agosto. Beleza de novo! A ideia estava começando a busca de sua efetivação.

Ali, naquela saleta do Fórum, tomamos várias decisões: quem mais chamaríamos (isto deixei por conta do casal linharenses da

gema, Therezinha e Athualpa, pois ainda não conhecia muita gente em Linhares, e focando estas escolhas no aspecto cultural, geográfico e histórico de linharenses natos ou não); ali ainda, decidiu-se o nome e sigla da entidade; seu Patrono; como faríamos um brasão para a entidade; conseguir uma cópia do Estatuto do IHGES; onde faríamos a primeira reunião da SERLIHGES e quando?

No início de 1992, com o nome do Patrono resolvido por unanimidade, o grande linharensense e ex-prefeito já falecido: — Joaquim Calmon (Quincas entre amigos) resolvemos também que o dia da Reunião Inaugural seria no dia do seu nascimento, ou seja, 29 de abril de 1992. Resolvemos também que pediríamos o auditório da ESCELSA em Linhares como local para esta primeira Reunião Solene. A primeira Diretoria também foi eleita, composta: — por Maria Lúcia Grossi Zunti como presidente; vice-presidente Patrick Mário Calmon Holliday; secretária: Arlêne Campos; vice-secretário: Gerson Silly Pestana; tesoureiro: Athualpa Duarte Calmon Costa; diretor social: Deni Almeida da Conceição.

Assim, naquela data, noite de 29 de abril de 1992, fez-se a Reunião Inaugural com a honrosa presença dos parentes de Joaquim Calmon, outros linharenses e dos saudosos e inesquecíveis Dr. Renato Pacheco e Miguel Depes Talon, do IHGES.

A Reunião festiva contou com a posse da nova Diretoria acima nomeada e com a posse dos consócios fundadores. Foram eles: — esta que escreve, Therezinha Durão Costa, Athualpa Duarte Calmon Costa, Arlêne Campos, Nelson Darby de Assis, Gerson Silly Pestana, Patrick Mario Calmon Holliday, José Carlos Langa e Deni Almeida Conceição. Ficando Maria Lúcia na presidência até abril de 2000 em mandatos consecutivos.

Essas pessoas e depois, novos consócios empossados, se dispuseram a levar à frente os objetivos da Regional em Linhares — primeira Regional constituída no Estado.

No ano de 2000, Antônio Bezerra Neto assumiu a presidência também por mandatos consecutivos até 2009. E, em 2009, assume a presidência da SERLIHGES: — Sebastião de Souza Silva. Sebastião deixou a presidência, por motivos pessoais, no final do ano de 2014, assumindo em 2015 o então vice-presidente: Julio César Durão de Almeida, como presidente interino até início de 2016, quando foi eleito presidente o nosso ativo atual comandante da SERLIHGES, Reuber da Costa Nascimento.

Nesse período de 26 anos a SERLIHGES, não só construiu seu nome em Linhares mas realizou um feito que entendemos como espetacular, ou seja, com o esforço constante e voluntário de várias pessoas muito dedicadas conseguiu-se uma continuidade sem interrupções nas suas ações.

Essa continuidade que nos permitiu celebrar neste ano de 2018 seus 26 anos de Fundação, torna-se ainda, a nosso ver, um dos maiores feitos da Regional do IHGES em Linhares, pois, todas as outras regionais que foram criadas em outros municípios do Estado ou tiveram suspensos seus trabalhos ou encontram dificuldades diversas para prosseguir.

Falar dos 26 anos de atividades da SERLIHGES demandaria um tempo que não cabe aqui.

Assim, faremos apenas uma breve enumeração sem muitos detalhes. Essa breve referência atesta — acima de tudo — aquilo que falamos de início: — a persistência, a continuidade e o esforço de linhareses ou de pessoas que adotaram de espírito e de coração a defesa da cultura, da memória e da história deste Município.

Portanto, nos primeiros nove anos a SERLIHGES:

1) deu posse a novos associados; 2) comemorou com várias atividades, como exposição de fotos e palestras, o centenário de nascimento de seu Patrono: Joaquim Calmon; 3) organizou e executou concurso de textos sobre a cidade com alunos das escolas de ensino

básico sob o título: “Conheça Linhares”, sendo que os vencedores ganharam uma excursão a Ouro Preto para verem de perto a importância da preservação da memória de uma cidade — as duas atividades com patrocínio da Câmara Municipal na época: 4) realizou exposições artísticas e culturais bem como círculos de palestras; 5) organizou com a colaboração de vários consócios uma fototeca e essa fototeca tem um acervo que, por si só, é uma memória iconográfica viva de Linhares; 6) criou uma minibiblioteca que continua se ampliando; 7) organizou ainda uma exposição permanente de cópias de originais de documentos centenários do município; algumas dessas cópias de documentos são de Ofícios da Câmara Municipal de Linhares no século XIX, de Delegados de Polícia e de Párocos do mesmo século, encontrados por nós no acervo do Arquivo Público Estadual e, infelizmente, hoje não é mais possível xerocopiá-los; 8) conseguiu a SERLIHGES com a administração municipal, em final de 1992, uma Lei Municipal autorizando o tombamento da antiga Casa da Câmara — que durante um período após 1943 também foi o prédio sede da Prefeitura Municipal — e que passou a ser a Sede da SERLIHGES e prédio sob sua guarda, com amplo espaço para seus eventos; 9) participou ativamente do movimento que preservou a Reserva da Companhia Vale do Rio Doce — hoje “Reserva de Linhares” — como território do Município, por ocasião do desmembramento do distrito de Córrego d’Água, hoje Município de Sooretama; 10) participou também do movimento que impediu o desmembramento do Distrito de Bebedouro, baseada a SERLIHGES não somente em legislação estadual, mas ainda referente ao território do município, que se conhece hoje como “delta do rio Doce”, do qual Bebedouro faz parte; 11) executou pesquisa nas ruas da cidade com publicação do primeiro livro em 1996: “Guia Histórico e Geográfico das Ruas de Linhares”; 12) realizou movimentos de aproximação com as escolas de Linhares para que alunos visitassem a SERLIHGES e tomassem

conhecimento de alguns fatos sobre a História e Geografia de Linhares; 13) realizou conferências usando power-point sobre a História de Linhares em várias escolas, tanto públicas como particulares bem como em eventos em instituições do município;

Durante a presidência de Antônio Bezerra Neto:

1) apoiou pesquisa para publicar um segundo volume sobre o histórico das Ruas de Linhares, aliás, já pronto para publicação na época, mas teve dificuldade para patrocínio e espera por tal publicação; 2) providenciou também a SERLIHGES a impressão de vários selos comemorativos com estampas de datas e de pessoas destacadas na história do município e esse acervo de selos também é uma fonte iconográfica importante e divulgadora da nossa memória histórica; 3) organizou, sempre que possível, várias conferências sobre trabalhos recentes de novos pesquisadores sobre a história e o cotidiano de Linhares bem como outros vários eventos culturais; 4) manteve a entidade sempre com reuniões mensais para planejamento e prestação de contas; 5) programou e realizou todos os anos uma reunião festiva para comemorar o aniversário do seu Patrono, como da própria entidade e da posse de novos consócios; 6) apoiou sempre lançamentos de livros e atividades ocorridas no espaço da Casa da Cultura e Teatro “Nice Avanza”, construída dentro da Praça 22 de agosto.

Em meados de 2009, com a saída de Bezerra Neto, por motivos pessoais, assumiu a presidência Sebastião de Souza Silva, como referido, e eleito em 2010.

A partir de quando assumiu, Sebastião de Souza Silva permaneceu como presidente até início de 2015. 1) Neste período, por insistência e apoio da SERLIHGES, a administração de Linhares resolver fazer uma reforma na praça 22 de Agosto, sítio histórico onde a cidade nasceu; 2) nesta reforma a prefeitura autorizou o arquiteto-paisagista, que criou o projeto e iria dirigir os trabalhos,

a aceitar todas as sugestões dos membros da SERLIHGES. E isto foi feito na íntegra! 3) Como a sede da SERLIHGES ou “Casa de Linhares” ou antiga sede da Câmara Municipal no final do século XIX fica nesta praça, precisou ser desocupada e seu acervo e móveis transferidos para uma casa ao lado da Igreja Velha. Ocorre que algumas alterações haviam sido feitas no imóvel da “Casa de Linhares” que descaracterizaram a sua arquitetura desde que fora entregue à nossa entidade em 1992 num período que a casa serviu a outras atividades administrativas municipais e a SERLIHGES ficou ocupando um pequeno cômodo. Elas precisaram ser desfeitas e a Casa voltar ao antigo estilo. Também as partes elétrica e hidráulica precisavam ser restauradas.

Ainda assim suas atividades não foram interrompidas. Entre elas: 4) com a praça já reformada, faltando somente terminar a pintura, reparos na rede elétrica e de água da “Casa de Linhares”, nossa sede, por projeto de uma das consocias, Arlêne Campos, e aceito pela diretoria, bem como com o apoio integral do presidente Sebastião, desenvolvendo-se este projeto com alunos jovens das escolas de Linhares. Alunos interessados, de várias escolas, passaram a assistir aulas sobre a história e geografia de Linhares e, cada consócio que podia, se dispôs a dar estas aulas por um período do dia, durante quinze dias. Ao final, nossa consocia Arlêne Campos que fez o projeto e dele também participou, programou um passeio-aula pela praça 22 de Agosto renovada, explicando aos alunos e alunas as placas que foram colocadas na praça e sua ligação com o que haviam aprendido; 5) durante todo o tempo, coube ao presidente Sebastião conseguir apoio financeiro para a merenda, passagens das crianças e outras necessidades; 6) ainda na presidência de Sebastião, finalmente a sede da entidade voltou para a “Casa de Linhares” ou sede da SERLIHGES, na praça e casa já reformadas, e toda esta mudança com arrumação das salas e disposição dos nossos numerosos arquivos coube

a nossas consocias mais dedicadas sob a participação também ativa do presidente Sebastião; 7) as reuniões da entidade voltaram a ocorrer na sede e o presidente (com apoio de consócios) organizou eventos vários sobre a nossa cultura; comemoração do Dia do Patrono; posse de novos consócios e, com o apoio da Secretaria de Cultura de Linhares, organizou uma importante conferência sobre Patrimônio Histórico. Como referido, Sebastião solicitou, por motivos pessoais, a saída da presidência da entidade, no início de 2015.

Então, o vice-presidente na época. Júlio César Durão de Almeida, assumiu como presidente interino, mantendo a SERLIHGES aberta a visitas com funcionários cedidos pela administração municipal para atender os visitantes e para serviços de limpeza.

Em 2016 foi eleito presidente o nosso ativo atual comandante da SERLIHGES, Reuber da Costa Nascimento. Reuber, linharenses de “sete costados” empenhou-se firmemente em divulgar, como até hoje, não só a SERLIHGES como a memória histórica e geográfica do Município. Seu empenho, com ajuda de consócios/as ativos/as, pode ser brevemente demonstrado, não cabendo aqui descrever todo o seu trabalho integral em prol da entidade. 1) desde que tomou posse até hoje, pelo livro de registro de visitas que Reuber mantém na entrada da nossa sede, foram registradas mais de 22.000 visitas à SERLIHGES e, quando são agendados grupos de crianças ou pessoas, Reuber sempre está presente para responder dúvidas; 2) palestras diversas sobre Linhares são realizadas nas escolas de Linhares próximo do mês de agosto quando, no dia 22, celebra-se o aniversário da fundação de Linhares ou até mesmo fora desta data; 3) para este ano já foram agendadas palestra para 1.000 alunos do SESI e mais 15 outras escolas; 4) palestras também são agendadas dentro da nossa sede; 5) tem o apoio integral do atual Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e do Diretor de Cultura, sendo este último um dos nossos consócios; 6) fez intercâmbio com a Academia Feminina Espírito-Santense de

Letras (AFESL), com visitas e atividades de sua presidente e outros membros em Linhares e idas de Reuber e consócios a eventos da AFESL em Vitória; 7) entrou em contato com o jornalista e professor José Rodrigues Pereira que comanda há tempos um programa na rede de TV “SIM” intitulado “Sim para a Literatura”; 8) esta parceria com o chamado Professor Pereira, que também é consócio da SERLIHGES, tem dado muitos frutos culturais com eventos em que se misturam memória, história e literatura.

Acreditamos no empenho, persistência e planos desta atual diretoria pois temos presenciado ao vivo tudo isso.

Neste ano de 2018, na comemoração dos nossos 26 anos, tivemos a honrosa presença do Presidente do IHGES, Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, resultado do trabalho expansivo de comunicação do nosso Reuber; contamos também com a colaboração do Projeto “Sim para a Literatura” resultante do trabalho do professor Pereira, bem como a presença de representantes de outras entidades culturais do município da Serra/ES e parentes dos novos consócios que foram empossados.

Assim, com o empenho de antigos e novos consócios, dos presidentes e diretorias que assumiram voluntariamente, nesses 26 anos, os trabalhos de manter viva a SERLIHGES é que ela continua uma entidade ativa, atuante, cada vez mais conhecida e respeitada.

Linhares/ES, Agosto de 2018.

Referências

ATAS, livros de. SERLIHGES. Linhares-ES.

RELATOS Oraís de presidentes e membros da SERLIHGES.

OS MODERNOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

*Manoel Goes Neto**

Comemoramos em todo 28 de agosto, o dia daqueles que doam parte de seu tempo, trabalho e talento por alguma causa. Dia Nacional do Voluntariado. A data foi instituída pela Lei nº 7.352, de 1985, celebrando o trabalho dos que se dispõem a agir diretamente em benefício de uma causa social ou comunitária.

O trabalho voluntário é caracterizado como atividade não remunerada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

O trabalho voluntário é regido por alguns princípios, como solidariedade; participação; cooperação, com a junção de esforços entre a organização social e o voluntário; complementaridade, com o serviço voluntário complementando a ação da organização; gratuidade, já que o voluntário não é remunerado; responsabilidade; e convergência, devendo haver harmonia entre os ideais do voluntário e da organização.

São diversas as maneiras da participação voluntária, com trabalhos mais ou menos especializados. Desde ações individuais, como profissionais liberais que disponibilizem seu trabalho para alguma organização social ou para pessoas carentes, passando por participações em campanhas ou grupos comunitários, até o trabalho direto em organizações ou por intermédio do voluntariado corporativo.

Lembremos que a ONU, Organizações das Nações Unidas, instituiu o dia 5 de dezembro como o Dia Internacional do Voluntário, também no ano de 1985; com a intenção de promover ações de

* Presidente do IHGVV e orador do IHGES.

voluntariado em todas as esferas da sociedade, ao redor do mundo. Um bom modo de promover essas ações é refletir sobre elas. Começamos então por ter a plena certeza da definição da palavra “voluntário”. Podemos recorrer aos vários dicionários, e lá aprender que “voluntário” vem do latim *voluntarius* e significa aquele que age por vontade própria, uma vez que *voluntas*, também em latim, quer dizer vontade.

As Nações Unidas completaram essa definição ao aplicá-la a seu sentido social contemporâneo, onde o voluntário é o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos. O voluntário é aquele que tem vontade, para contribuir com suas capacidades, habilidades e dons. Doa a sua energia e criatividade em ajudar os outros.

Ser voluntário gera grandes oportunidades de fazer amigos, de viver novas experiências, e conhecer outras realidades. O voluntário doa seu trabalho, mas ganha em troca contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de aprender coisas novas e a satisfação de ser útil.

Importante lembrar que historicamente, já houve um tempo em que o voluntariado também teve caráter militar. Durante a Guerra do Paraguai, criaram tropas de soldados que iam combater por livre e espontânea vontade: os Voluntários da Pátria. No entanto, com o passar do tempo e o prolongamento da guerra, o ânimo da população arrefeceu, e o governo imperial passou a exigir cotas de voluntários. Ainda em 1865, os grupos de Voluntários da Pátria passaram a ser formados por gente recrutada a força.

O Dia Nacional do Voluntariado, é o dia das pessoas corajosas, das pessoas pacientes, das pessoas de coração enorme. Nós voluntários estamos prontos para ajudar, na missão cultural que nos propo-

mos, nesses mais de 21 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha-IHGVV; em todos os dias, em todas as horas. Todos nós voluntários temos um sonho e alimentamos uma esperança.

O nosso sonho é ver garantido o direito constitucional de todos os cidadãos a terem acesso à cultura, e a esperança de termos uma geração culta, de novos leitores, formados nas escolas. Afinal a cultura é a identidade do cérebro; e acreditamos que cultura não é o que entra pelos olhos e ouvidos, mas o que modifica o jeito de olhar e ouvir.

Assim, todas, as pessoas devem poder se exprimir, criar, difundir seus trabalhos de arte e de literatura. Todas as pessoas têm direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; afinal todas as pessoas devem poder participar da vida.

A Casa da Memória de Vila Velha foi fundada a 27 de outubro de 1997, como uma associação de moradores, instituição privada, sem fins lucrativos. Entre seus fundadores encontramos diversos moradores e/ou naturais de Vila Velha, interessados na preservação, conservação e divulgação da história da primeira capital do estado, que, naquela época, ainda era capitania. No início funcionou como Associação de Moradores e Amigos da Prainha, sendo em seguida transformada em uma Organização Não Governamental ONG – Casa da Memória de Vila Velha.

O acervo privado da ONG Casa da Memória de Vila Velha – ES é constituído por documentos acumulados ao longo de seus 21 anos de criação, trazendo à tona a memória do povo Canela Verde e de todo estado do Espírito Santo.

O acervo reúne: acervos pessoais doados por famílias ilustres do Município, um rico acervo bibliográfico com exemplares a partir de 1813 a 2012, impressos, documentos textuais, mapas, fotografias, jornais, revistas, fitas VHS, DVD's, peças de museu, artefatos indígenas, etc.

Nos acervos pessoais se destacam personalidades capixabas como: Milton Caldeira, Edward Athayde D'Alcântara, famílias ilustres do município, tais como família Mauro, Bernardes, Panizzardi, Agostini, Dazzi, Valdetaro, Modenesi, Aguiar, Ferreira Coelho, Rangel, Benezath Santos, Brochado Abreu, Cabo Ailson Simões, Simões, Nader, dentre outras.

Essa totalidade de acervo está sendo utilizado (mais de 40.000 itens), em parte, na montagem e exibição de exposições que relatavam fatos da história de Vila Velha. Essas exposições foram montadas, na maior parte das vezes, na sede da Casa da Memória de Vila Velha, localizada na Prainha.

A Casa da Memória de Vila Velha completa 21 anos de existência oficialmente neste ano, mas já atuava, informalmente, desde 1991, realizando exposições, formulando e participando de projetos voltados para a área cultural, recolhendo acervos, e se tornando, na prática, uma grande guardiã da memória e, mais ainda, da história do município de Vila Velha, pois mantém sob sua guarda, um variado acervo bibliográfico, documental e fotográfico, tanto referente a Vila Velha como ao próprio Espírito Santo. Faz-se necessária uma ação mais contundente para preservação, divulgação e preparação para uso pela comunidade, quer científica, quer leiga, pois haverá de auxiliar, sobremaneira, pesquisadores e visitantes em geral, a conhecer mais as coisas do Espírito Santo, e de Vila Velha, em particular.

Em 23 de maio de 2013, um fato de muita relevância ocorreu, com a transformação da ONG–Casa da Memória em Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha – Casa da Memória. Somos filiados ao IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, e instituição de Utilidade Pública Estadual e Municipal. A história do IHGVV se confunde com a história e a vida do membro fundador, diretor, e último presidente Sr. Edward Athayde D'Alcântara, falecido em 23

de fevereiro deste ano, um mestre, uma inspiração, nosso eterno presidente Sr. Dede.

Acreditamos Cultura, entendida no sentido de invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, exercendo um importante papel na formação social e política dos indivíduos, que devem ser vistos como sujeitos e produtores da mesma. Chamo a atenção para o caráter transversal da cultura, pois esta perpassa toda a complexa rede que compõe a sociedade contemporânea. Para pensar em políticas para a área da saúde, por exemplo, é preciso pensar no contexto social e cultural no qual tais iniciativas deverão ser aplicadas.

A transversalidade da cultura e a sua importância como instrumento e alavanca para o desenvolvimento social e econômico das comunidades, são questões que devem ser pensadas por aqueles que administram as estruturas governamentais. Uma política cultural deve prever os caminhos que se pretende traçar para possibilitar que as comunidades criem e desenvolvam suas culturas, com objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Essas políticas devem ser elaboradas pensando em garantir à população o direito ao acesso e fruição dos bens culturais por meio de serviços públicos. Mas, além disso, devem possibilitar que todo habitante da cidade se reconheça como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura. Devem também incentivar a participação de todos na criação e nas esferas de decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos, garantindo uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. Estes são os nossos objetivos maiores na nossa missão voluntária no IHGVV.

A realidade, infelizmente não é essa. O tema cultura quase não consta nas plataformas de governo dos partidos políticos. E, quan-

do aparece, está relacionado com uma visão que associa cultura às necessidades de esportes e lazer da população, que podem ser atendidas com projetos esportivos diversos, festas ou shows com artistas conhecidos ou não. É dever do Estado, garantido na Constituição, dispor de recursos financeiros para o fomento e a implantação de políticas públicas capazes de incrementar o acesso à criação e à fruição dos bens culturais e o direito à informação, convertendo a cultura no veículo mais eficaz de inclusão social.

Vistos, com relativo preconceito, nos seus primeiros dias, por determinados setores da comunidade acadêmica, os Institutos Históricos e Geográficos, foram pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, com levantamentos geográficos, estudos etnográficos e linguísticos. Entretanto, esses “abnegados obreiros da história”, não possuíam, obviamente, nenhuma formação específica para historiadores, nos termos atuais. Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal, e políticos de renome.

Hoje em dia, existe uma rede de instituições autônomas instaladas nos mesmos moldes do I.H.G. do Brasil, quando da sua fundação em 1838. Em todos os estados e municípios importantes, país afora. Como exemplo, aqui no Município de Vila Velha, temos o Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha, que com certeza absoluta é uma das mais atuantes instituições culturais municipais, onde com muito orgulho exerço também, o meu voluntariado cidadão.

Os Institutos Históricos e Geográficos devem responder aos desafios contemporâneos, produzindo conhecimento, contribuindo para sua disseminação, constituindo acervos, construindo memórias e identidades; e assessorando políticas públicas. Mas é preciso estar claro o nosso perfil como Instituto: somos uma instituição voluntária, privada, sem fins lucrativos, diferente das estritamente profissionais como as universidades e outras. No IHGVV, fazemos

tudo o que os outros institutos fazem, mas sempre tentamos ir além, nas mais diversas áreas da cultura.

Nossa missão voluntária é estar a cada dia mais perto da população, conclamando-a a participar das atividades culturais, instigando a cidadania e o capixabismo de todos. Temos, no IHGVV, um rico acervo da nossa terra e um valiosíssimo arquivo, consultado por inúmeros pesquisadores e estudantes; que lá encontram excepcional campo para a preparação de trabalhos acadêmicos destinados a múltiplas finalidades. Somos, em Vila Velha, o principal guardião da memória canela verde, e contribuímos para esclarecer pontos ainda obscuros da história do nosso Município, e do nosso Estado.

Os Institutos Históricos e Geográficos não se restringem a serem apenas zelosos guardiões históricos, mas apontam caminhos e ações. Trabalhando pela valorização do ser humano, acreditando e praticando ações conscientes. Tendo como princípio a preservação do passado histórico em todas as suas dimensões, o IHGVV, já entregou à população Canela-Verde diversos monumentos (Estátua de Vasco Coutinho, Luiza Grimaldi, Canhão Quinhentista, Bonde Elétrico, Réplica da Caravela Gloria, dentre outros) e reconhecemos a importância dos nossos monumentos históricos, como Patrimônio Material, espalhados por todo município e pelo estado, perpetuando a memória.

Reconstituímos também, um monumento histórico desconhecido pelos mais jovens e esquecido pelos canelas-verdes e capixabas, o Cruzeiro da Pedra de Nossa Senhora, um símbolo religioso, que foi instalado por volta de 1913, e que após os anos 40 deixou de existir. Trata-se de uma cruz de madeira de 7 metros de altura com mais 2 metros de base que está para a contemplação de todos no Morro da entrada da EAMES, que historicamente se chamou inicialmente de Pedra da Enseada de Inhoá, quando ainda não existia o aterro e o quartel da EAMES.

Depois passou a se chamar Pedra de Nossa Senhora, em seguida Morro do Cruzeiro e hoje apenas conhecido como Morro da Marinha. Este cruzeiro, conta a história, foi instalado nos anos 1913, por um devoto de Nossa Senhora que por uma graça alcançada, acreditamos, e por promessa missionária, erigiu tal monumento que ficou por muitos anos como referência religiosa recebendo procissões e visitantes que contemplavam a linda vista do nosso Sítio Histórico da Prainha.

Na grande maioria, o que acontece aos monumentos não é o seu desgaste pelo tempo, mas sim a depredação por causa do vandalismo. E temos que combater de maneira vigorosa esse crime, como também, educar nossos jovens a impedirem tal prática, tão danosa.

Durante toda a história do homem, marcas de sua vida foram deixadas em monumentos, pinturas, documentos e em todas as suas formas de produção, constituindo, assim, vestígios da vida humana. O ser humano é movido por reflexões sobre sua existência, e foi a partir dessa premissa que estudos ligados à busca da compreensão do próprio “eu” têm causado movimentos religiosos, científicos e artísticos. Essas marcas geram até hoje a curiosidade da humanidade, que busca entender seus antepassados, por meio dos patrimônios entremeados no processo histórico mundial. Esses monumentos trazem características de civilizações que auxiliam na formação de uma identidade nacional, por isso devem ser preservados.

As pessoas nem param para pensar que existe um passado muito rico na história da nossa colonização capixaba, com coisas esteticamente bonitas, que contam as nossas origens, a nossa história. A maioria está tão preocupada com o básico, que nem tem olhos para o prazer da contemplação, das poucas peças históricas que ainda temos, e com muita tristeza vemos o centro de Vitória com escadarias pichadas, moradores de rua vivendo nas praças e uso explícito de

drogas, retratam bem o degradado estado de nossas áreas históricas. Não há como negar que existe uma hierarquia de necessidades. De outro lado, no mundo inteiro, todos os valores da cultura atual são de descarte, de inventar novidades, buscar o novo pelo novo, até para movimentar a economia. Além disso, como fomos uma colônia, sempre imitamos um paradigma português e europeu. Estamos habituados a esperar modelos de outras sociedades.

Temos uma visão equivocada de que restaurar é fazer o local retornar ao seu estado original, que muitas vezes nem sabemos qual era. Ou completar o que falta. A política de preservação do patrimônio histórico brasileiro já foi bem pior, no sentido de ser mais restrita. Há, atualmente, mais recursos canalizados para a área da preservação. Mas também um despreparo geral dos profissionais do ramo, que não têm conhecimento especializado para a restauração das peças históricas. Acelerar a preservação não dá certo, porque é um processo cultural e porque a intervenção física precisa ser feita com muito cuidado e pesquisa.

Nesses mais de 100 anos de existência, o IHGES contribuiu para o Espírito Santo ser o que é hoje: um Estado que busca o desenvolvimento, o equilíbrio de sua economia, a diversificação de suas riquezas e a melhoria da qualidade de vida de sua população. O IHGES coloca-se ao lado de todos os que conhecem e amam o Espírito Santo.

Afinal, já nos disse Santo Agostinho: “Só se ama o que se conhece”.

Conhecer o Espírito Santo para amá-lo é o que fazemos todos nós que pertencemos ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo-IHGES e ao Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha-IHGVV, nestes laboriosos anos das nossas existências.

Como curadores da Casa da Memória de Vila Velha, nós no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha-IHGTVV promovemos mensalmente exposições privilegiando o talento dos nossos artistas. Promovemos lançamentos literários, incentivando a leitura e os novos leitores, com saraus poéticos e feiras diversas. Temos montada uma completa e única exposição permanente, sobre a Colonização do Solo Espírito-santense. Uma verdadeira aula sobre a nossa história. Recebemos mais de 4.000 visitantes por mês, com mais de 2.000 visitas de alunos da rede escolar pública e privada. Promovemos de forma voluntária e com patrocínios privados uma verdadeira pátria educadora!

NADA É ESTRANHO À HISTÓRIA – PROVE!

*Fernando Antônio de Moraes Achiamé**

Resumo: Neste estudo pretende-se demonstrar que o emprego do paradigma indiciário serve para exercer o ofício de historiador, dar conta das relações entre a história e outras áreas do conhecimento humano, e combater o relativismo cético na ciência histórica, sem ceder ao positivismo. Utiliza-se, para tanto, de exemplos retirados da obra de Carlo Ginzburg, que atualizou e difundiu o referido paradigma indiciário. As tensões colocadas pela interação da narrativa histórica com o objeto e as fontes devem ser surpreendidas e resolvidas no processo da pesquisa e não em seu resultado final. A narrativa é construída desde o início, porque as perguntas feitas às fontes também são uma espécie de texto. O emprego de um método adequado ou inovador (por exemplo, desenrolar a história ao contrário) pode desfazer um nó, superar uma interdição colocada pelo objeto ou pelas fontes. Conclui-se que, para a narrativa historiográfica não se transformar num relato ficcional e autorreferido, ela necessita vincular-se à prova — no sentido aristotélico da retórica judiciária — e ser apresentada numa linguagem agradável, mas que não dispense o rigor científico, e registre tanto as descobertas como as lacunas detectadas no processo de pesquisa.

Palavras-chaves: Carlo Ginzburg; história – metodologia; história – paradigma indiciário; história – retórica judiciária; positivismo; realismo cético.

Introdução

Este trabalho busca sistematizar conceitos presentes em ensaios elaborados por Carlo Ginzburg e reunidos na sua obra *Relações de força — história, retórica, prova*¹. Na introdução do seu livro,

* Poeta e historiador. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo desde 1981.

¹ Alguns desses ensaios foram discutidos nos seminários apresentados em 3 de julho e 16 de outubro de 2003, para cumprir atividades didáticas no âmbito

Ginzburg (2002a, p. 13) mostra logo a que veio, ao assegurar que “no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica”, e “essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga”. Em tais palavras estão inseridas as questões metodológicas do ofício historiográfico que o estudioso italiano considera atuais — discutir o papel das fontes, vincular a retórica à prova, tratar das relações entre o historiador e seu objeto. Esse fio nos conduz por *Relações de força* e é desenrolado desde o início da obra. O autor procura o tempo todo evidenciar a importância, para o exercício profissional da história, de se adotar uma concepção de retórica ligada à prova e, para tanto, fundamenta-se na sua própria proposição; quer dizer, *serve-se da retórica, mas acompanhada da prova*. Para ele, o discurso da história necessita ser verdadeiro e não apenas convincente, mesmo que se expresse por meio de figuras retóricas já conhecidas e estudadas desde a Antiguidade clássica.

Ao longo de todo o texto está implícita uma pergunta central que pode ser expressa assim: como nos livrarmos de uma realidade domesticada e enganadora que nos é apresentada como uma evidência, sem necessidade de contestação? Por saber que a realidade total está para nós inacessível, Ginzburg propõe transformá-la em

das disciplinas “Tópicos Especiais I – Estado e Políticas Públicas” e “Tópicos Especiais II – A História em atos: a ópera de Clio, reflexões teórico-metodológicas na historiografia contemporânea”, ministradas pela Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues, no curso de mestrado em História Social das Relações Políticas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Apresentada em 2004, a monografia final relativa àquelas disciplinas foi ligeiramente modificada e reproduzida em *SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, edição n.2, v.1, outubro. 2007. p.190-237; a presente publicação alterou algumas passagens da versão eletrônica do estudo, especialmente incorporando a maioria das notas ao texto principal.

enigma. O que não deixa de ser uma forma de acessar, ao menos parcialmente, essa realidade, pois a decifração de um mistério nos domínios da história sempre amplia o conhecimento histórico.

Também na introdução aos ensaios, o pesquisador italiano define claramente seus oponentes intelectuais — os adeptos das “teses céticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica”. Ele utiliza o trabalho historiográfico de maneira a resgatar o significado original de retórica e denunciar a posição adotada pelos céticos que, sob o pretexto de criticarem o positivismo, garantem ser todo discurso autorreferido. O autor chama a atenção para a circunstância de que aquelas teses “circulam já há alguns decênios”, mas possuem raízes mais antigas. “Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores” — por exemplo, as dificuldades enfrentadas na pesquisa dos dados empíricos. Ao mesmo tempo que busca valorizar o seu ofício, ele condena alguns colegas por fazerem “uma homenagem convencional” ou aderirem “à *tendência linguística* ou *retórica* em voga” e não refletirem “sobre as implicações teóricas da sua profissão” (Ginzburg, 2002a, p. 13-14, grifo do autor).

Assim, os historiadores são estimulados a resolver a crise epistemológica contemporânea do seu campo de trabalho, apresentada com clarividência e sem rodeios por Ginzburg (2002a, p. 14): “raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios”. Para superar tal distância, indica o caminho a ser seguido: tomar a sério o desafio cético e “expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo”. A solução que propõe “transfere para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação”. Esta a hipótese ousada que o autor lança para resolver a situação ambígua em que foi colocada a história, e que a desmerece.

Carlo Ginzburg se distingue, na atualidade, como um dos expoentes da historiografia mundial. As questões ligadas à narrativa são tratadas com extremo apuro nos seus livros, circunstância que explica, em parte, o sucesso de público por eles alcançado. A mais famosa das suas obras, pelo menos no Brasil, é *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Considerado como referência obrigatória para os debates que envolvam a micro-história, esse trabalho apresenta opções metodológicas amplamente discutidas em todo o mundo, e que foram recepcionadas de maneira desigual nos meios acadêmicos. Alguns estudiosos se colocaram contra elas; outros as aprovaram de maneira entusiástica. Basta citar Hobsbawm (1998, p. 206), para liquidar essa falsa questão: “Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada”.

Estas considerações iniciais não devem impedir que se perca de vista o verdadeiro pano de fundo teórico das formulações de Ginzburg (2002a, p. 14), também expresso em outras obras suas, e que em *Relações de força* está assim sintetizado: “A discussão sobre história, retórica e prova levanta uma questão que interessa a todos: a convivência e o choque de culturas. [...] Temos o direito de impor as nossas leis, os nossos costumes e os nossos valores a indivíduos provenientes de outras culturas?”. Em tal colocação transparece, de forma resumida, uma postura filosófica que interessa à sociedade como um todo “e não só a historiadores, filósofos e estudiosos de metodologia da história”. Não é um simples jogo de palavras considerar que Ginzburg estuda a cultura do ponto de vista da história, o que é muito diferente de se abordar essa ciência de uma visada culturalista. Em certa medida, pode-se afirmar que ele é consagra-

do como pesquisador por dedicar-se a trabalhos e ensaios de cunho histórico, onde estão presentes visões da alteridade, sempre numa perspectiva que repercute a antropologia (Burke, 2002, p. 61-66).

Dentre as obras ginzburgianas produzidas nessa linha podem ser citadas *Mitos, emblemas, sinais — morfologia e história*, *Olhos de madeira — nove reflexões sobre a distância*, e *Relações de força — história, retórica, prova*. A última obra inscreve-se nas preocupações do autor em combater o relativismo cético, sem render-se ao positivismo. Para tanto, usa o paradigma indiciário como princípio norteador e a retórica judiciária como argumento para neutralizar a “máquina de guerra cética” e revalorizar a história.

1. “Mais Matéria, menos arte”

Paradigma indiciário, retórica judiciária... que expressões estranhas são essas? O paradigma indiciário, em linhas gerais, é um princípio sistematizado no século XIX, com base em antiquíssimas práticas do homem, para descobrir o passado (remoto ou de poucos segundos) pelo que dele restou — indícios, sinais, vestígios. Já a retórica judiciária é uma categoria que o autor encontrou em Aristóteles para designar uma forma de discurso construída em relação a fatos passados, e associada a “provas necessárias”.

Para transmitir o que deseja, Ginzburg sempre utiliza a imaginação, a ousadia, o suspense, a surpresa; em suma, o enfoque excêntrico. Na obra do historiador italiano, uma marca sempre presente é a de não admitir como evidente aquilo que todos aceitam sem contestação, ou que, anestesiados, consideram como mostrado pela realidade, seja ela uma teoria ou uma experiência empírica. Essa atitude também é encontrada em *Relações de força*, onde o percurso do seu autor pode ser acompanhado a partir da *combinação do pa-*

radigma indiciário com a retórica judiciária. Ao longo da exposição, veremos como a aplicação do primeiro combate o positivismo, assim como a utilização da segunda enfrenta o relativismo cético.

1.1 ELVIS PRESLEY ESTÁ MORTO?

O debate intelectual protagonizado nas últimas décadas pela história possui características específicas, mas guarda também um denominador comum com as demais áreas do conhecimento: o pós-modernismo. Dessa forma, existe até uma grande coerência “ideológica” na sociedade, já que a “condição pós-moderna” não é exclusiva da arquitetura, da física ou da antropologia, por exemplo, mas está presente em toda a sociedade atual e, portanto, nas artes e ciências nela produzidas. Tal condição deriva de uma mudança na sociedade capitalista, tão bem expressada no prefácio da obra de Jameson (2002) por suas tradutoras, quando afirmam que “nessa nova versão expandida e atualizada do velho mundo do capital, não mais se trata de ver a cultura como expressão relativamente autônoma da organização social, mas sim de entender que nesse novo estágio do capital a lógica do sistema é cultural”. Ou, em outros termos, “Jameson não procura responder à questão de qual é a lógica *cultural* específica ao capitalismo tardio, mas sim demonstrar que o cultural, mais especificamente o pós-modernismo, é que é a lógica deste novo estágio” (Costa e Cevasco, 2002, p. 5, grifo das autoras). Se toda a “fabricação” histórica contemporânea é permeada por essa “lógica cultural”, naturalmente que a ela também não está imune a própria historiografia.

Desde logo, convém definir a palavra “historiografia”, muito empregada em trabalhos de história, especialmente naqueles que tratam de questões teóricas e metodológicas. Porque tal palavra possui duas acepções distintas — a mais restrita e usual define

historiografia como o estudo crítico sobre a história e os historiadores ou, simplesmente, a história da história. O termo também é entendido, num sentido mais amplo, como a arte e o trabalho de escrever a história, quer dizer, a própria ciência histórica. Apesar de ser comum o uso indistinto das duas definições (e do adjetivo “historiográfico”), acreditamos que neste trabalho o contexto ajude a esclarecer em qual dos dois significados a palavra está sendo empregada. Outros termos que necessitam ter aqui a sua significação precisada são “positivismo” e “relativismo cético”.

A partir do século XIX assiste-se à criação do pensamento positivista, que também marca presença no campo da produção historiográfica. Hobsbawm (1998, p. 158) nos oferece uma apreciação sintética do positivismo, ao garantir que “sua maior contribuição à história foi a introdução de conceitos, métodos e modelos das ciências naturais na investigação social, e a aplicação à história, conforme parecessem adequadas, das descobertas nas ciências naturais”. Acrescenta que estas “não foram realizações insignificantes, mas eram limitadas. [...] As concepções que [o positivismo] apresenta sobre o caráter humano da história eram especulativas, quando não metafísicas”. Desses erros, alguns historiadores padecem até os dias de hoje.

Em reação às posições positivistas, foram emergindo no “caldo cultural” do pós-modernismo teorias de extração diversificada, mas que podem ser genericamente consideradas como tributárias do relativismo cético. Observe-se que, no presente trabalho, os termos relativismo, ceticismo, relativismo cético — e suas derivações, como relativista e cético — são empregados com o mesmo significado. Mesmo correndo o risco de reduzir brutalmente a questão de conceituar o relativismo, recorreremos também às rápidas considerações de Hobsbawm (1998, p. 286) quando afirma que “a moda do que é conhecido (pelo menos no discurso acadêmico anglo-saxão) pelo vago termo ‘pós-modernismo’, felizmente não ganhou tanto

terreno entre os historiadores quanto entre teóricos da literatura e da cultura e antropólogos sociais, mesmo nos EUA”. Prossegue o historiador inglês dizendo que essa moda “é relevante à questão em pauta, já que lança dúvida sobre a distinção entre fato e ficção, realidade objetiva e discurso conceitual. É profundamente relativista”. Nessa mesma passagem, Hobsbawm garante que, “se não há nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois ‘o discurso é o produtor desse mundo, não o espelho’”. O historiador posiciona-se frente a essa questão ao afirmar que “[...] se, ‘no discurso histórico como no literário, mesmo a linguagem supostamente descritiva constitui aquilo que ela descreve’, então nenhuma narrativa entre as muitas possíveis pode ser considerada como privilegiada. [...] Mas isso está errado?”²

Em busca da distinção original entre fato e ficção, Carlo Ginzburg retrocede até praticamente a origem da filosofia ocidental. Esse recuo, feito com a precisão e o cuidado próprios de um pesquisador erudito, não se deu por acaso. O autor faz um apelo à filosofia, e especialmente à lógica. Se a questão é filosófica e teórica, tem-se que buscar, para o seu equacionamento, esse tipo de fundamentação — a filosofia não é a mãe de todas as ciências? Se a luta é para desenvolver o conhecimento e, de modo específico, a compreensão histórica, é natural que se recorra à filosofia — justamente um dos seus ramos trata desses temas e denomina-se epistemologia.

Aqui está uma ousadia de Ginzburg — valer-se das fontes filosóficas do Ocidente para alicerçar seus argumentos. É um procedimento *radical*, no sentido de ir até às *raízes* do fenômeno.

² A primeira frase citada por Hobsbawm é de Stephen A. Tyler, *The Unspeakable* (Madison, 1987), p. 171; e a segunda é de Michael Smith, “Postmodernism, Urban Ethnography, and the New Social Space of Ethnic Identity”, em *Theory and Society*, 21 (agosto de 1992), p. 493.

Constitui-se também em manobra *original*, por chegar até às *origens* da questão, para checar sua validade. Esse processo, de recorrer a características genéticas para revitalizar organismos, já existe há algum tempo na biologia. Recordo um caso relatado pelo professor Augusto Ruschi em conversa informal. Todos sabem que as batatas são originárias do continente americano, particularmente de sua região andina. Levado para a Europa e depois espalhado por todo o planeta, o tubérculo conseguiu bons níveis de produtividade devido a múltiplas hibridações, que alteraram (para “melhor”, do ponto de vista comercial) suas características de formato, tamanho e cor. Mas, de tempos em tempos, esses híbridos degeneram e não conseguem sobreviver às moléstias que os atacam. Então, segundo o professor Ruschi, os genes das batatas “nativas” (que, além de pequenas, são brancas, pretas, avermelhadas) precisam ser novamente cruzados com os genes dos espécimes “degenerados”, para que estes últimos readquiram as boas particularidades perdidas, inclusive resistência a pragas. Vê-se aí um exemplo da importância de preservar, para uso futuro, os “originais”, seja de batatas, seja de documentos, ou filosofias. A atitude de preservação de “originais” pode ser considerada como “positivista”. De qualquer modo, um pouco de positivismo não faz mal a ninguém. Ginzburg realiza operação semelhante no que se refere à história. Já muita híbrida (e infértil!) por cruzamentos metodológicos espúrios, ou pela degenerescência advinda de contatos com teorias que desvirtuaram os seus postulados básicos, a ciência histórica precisava novamente acolher determinados conceitos filosóficos “genéticos”, de modo a reagir às doenças pós-modernistas.

O problema da influência do relativismo na teoria da história também pode ser analisado de outra perspectiva. Por hipótese, e de bom grado, até admite-se que a postura teórica dos céticos de combater o positivismo tinha por objetivo forçar os limites do co-

nhecimento. Mas essa postura, bem ou mal-intencionada, redundou numa limitação real do campo epistemológico da história; pelo menos num primeiro momento. Mesmo considerando-se que o realismo cético ajudou a demolir o velho para construir o novo e que, portanto, era uma necessidade, constata-se que ele ficou só na destruição, sem colocar nada no lugar — a não ser um discurso sofisticado e vazio. E se transformou num mal necessário. Talvez os céticos tenham adotado esse procedimento por acreditarem que, agindo assim, a ciência histórica se encaminharia para a sua completa dissolução.

No entanto, o relativismo cético é, também ele, uma teoria determinada historicamente. Como o tempo não anda para trás, a partir de questionamentos de historiadores comprometidos com a prática científica, algumas das posições céticas foram criticadas e incorporadas à história, com a conseqüente ampliação da sua esfera epistemológica. Em outros termos: tal ampliação ocorreu porque muitos historiadores profissionais souberam encaminhar as questões teóricas com um enfoque renovador, absorvendo as conquistas céticas que interessavam e rejeitando tudo aquilo que pudesse comprometer a essência da história como disciplina autônoma. Nesse processo, foi fundamental o empenho de autores como Hobsbawm e Ginzburg que fizeram valer, sem arrogância, sua condição de historiadores militantes, conhecedores do seu ofício. Enfim, pesquisadores que não trabalham somente com abstrações teóricas, mas também recorrem aos documentos, “no sentido mais amplo do termo”.

Em relação à responsabilidade do historiador frente à sua prática profissional, e especialmente na defesa dos fatos históricos, Hobsbawm (1998, p. 18) assegura que “não teria nada a dizer, não fosse por duas circunstâncias”. A primeira delas “é a moda atual de os romancistas basearem seus enredos na realidade constatada em lugar de inventá-los, confundindo com isso a fronteira entre fato históri-

co e ficção”. A outra circunstância “é a ascensão das modas intelectuais ‘pós-modernas’ nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de literatura e antropologia”. As citadas modas não estão isentas de consequências teórico-metodológicas, pois elas “implicam que todos os ‘fatos’ com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais — em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção”. Mas, afinal, existe tal diferença? Não é necessário ser um experimentado historiador para responder à pergunta — muitos escritores também compartilham da opinião de que essa distinção é essencial, pois se refere a duas instâncias distintas do saber. O pesquisador inglês é peremptório ao afirmar que fato e ficção não são a mesma coisa “e para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não”.

1.2 COMO ESCAPAR DO PARADIGMA INDICIÁRIO

Ginzburg utiliza o paradigma indiciário fundamentalmente para exercer o seu ofício de historiador. Um exemplo disso está na sua obra *Olhos de madeira*, na qual estabelece um diálogo com a antropologia. Em *Relações de força* esse paradigma é largamente empregado para provar que a história constitui-se numa ciência e não num simples relato, ou seja, que o “conhecimento histórico é possível”. Como visto antes, Ginzburg procura transformar as evidências em enigmas. Depois, para decifrar esses enigmas, outras evidências devem ser encontradas — por meio desse procedimento ele tanto demonstra a possibilidade concreta da existência do conhecimento histórico como também o amplia de forma relevante. Tal posição relaciona Ginzburg a Jameson, como se verá adiante.

Na introdução e no primeiro capítulo da obra mencionada, o paradigma indiciário foi o instrumento de que Ginzburg se valeu para ligar a retórica à prova como já falava Aristóteles, o que será tratado no próximo item.

O segundo capítulo de *Relações de força* apresenta um episódio ocorrido no século XV, muito conhecido por ter inaugurado o que se considera o método moderno de crítica histórica, episódio no qual o humanista Lourenço Valla prova que a “doação de Constantino” era um documento falso. Ginzburg (2002a, p. 40-41) evidencia que o trabalho de Valla estava “baseado numa combinação de retórica e prova” e, de modo mais preciso, “numa tradição retórica, derivada de Quintiliano e, primeiramente, de Aristóteles, nos quais a discussão sobre as provas tinha um papel essencial”. O autor considera, de forma magistral, que “o uso inteligente do contexto faz emergir o anacronismo, escrito com tinta invisível”. E, sabe-se muito bem, uma das tarefas primordiais do historiador é estar atento a todas as possíveis manifestações de anacronismo. A identificação de um anacronismo (intencional ou não) é sempre um caminho seguro para se revelar determinado propósito. Existe uma fala em *Hamlet* (ato II, cena I) que toca nesse tema de forma transversa: “Polônio – [...] Agora vê: a isca da falsidade apanha a carpa da verdade. Assim nós, os entendidos, usando de cautela e circunlóquios, chegamos ao caminho por desvios” (Shakespeare, [19--], p. 55).

Em outro ensaio que dá continuidade ao livro, Ginzburg (2002a, p. 40-41) tenta “captar o eco dos indígenas das ilhas Marianas no interior da fictícia oração pronunciada por aquele que, de acordo com o jesuíta Le Gobien, os teria incitado à revolta [capítulo 3]” e, mais uma vez, revela que a retórica baseada na prova pode ser “(ao mesmo tempo) o objeto e o instrumento da pesquisa”. Diz o historiador, a respeito do caso que analisa: “Eu não queria detectar uma falsificação, mas sim mostrar que o *hors-texte*, o que está fora do texto,

está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”. Com essa postura o autor contradiz a famosa frase de Jacques Derrida: “Não há conteúdo fora do texto”.

A aplicação do paradigma indiciário para ler o espaço em branco presente no romance *Educação sentimental* de Flaubert (capítulo quarto do livro de Ginzburg) será tratada mais longamente na segunda parte deste trabalho.

“Os instrumentos que nos permitem compreender culturas diversas da nossa são os instrumentos que nos permitiram dominá-las”; esta não é uma simples frase de efeito de Ginzburg (2002a, p. 43), embora também tenha certo efeito retórico, no sentido comum do termo. Por meio dela, o autor, além de perseverar no diálogo com a antropologia, sintetiza o último capítulo do livro *Relações de força*, em que analisa o quadro *Demoiselles d’Avignon* de Picasso. Contra o entendimento “pacífico” esposado pela maior parte dos estudiosos da história da arte, nosso historiador descobre indícios de que “a tradição clássica na qual Picasso fora educado lhe permitiu apropriar-se de figurações estranhas a ela. Um gesto subversivo mas que, de qualquer maneira, não deixava de ser uma apropriação”.

A ciência histórica lida com restos, com as sobras; serve-se daquilo que, mesmo de forma alterada, está presente e, portanto, *representa* e *reapresenta* o que passou. Assim, o paradigma indiciário pode ser empregado em diferentes modalidades de pesquisa histórica. Como exemplo de uma aplicação não sofisticada do paradigma, pode ser citada a edição da obra *Com vistas ao futuro – discursos, 1943-1954* de Jones dos Santos Neves, político que se distinguiu no exercício das altas funções de interventor federal, senador e governador do estado do Espírito Santo. Por ocasião do centenário do ilustre espírito-santense, planejava-se a publicação de um livro comemorativo, contendo cartas, discursos e outros textos jonistas, além de artigos sobre o homenageado. Na impossibilidade

de se realizar o trabalho, optou-se pela reedição dos discursos, precedidos de um estudo crítico, de forma a situar historicamente as idéias neles expostas e a trajetória política do seu autor.

A dificuldade para efetivar tal estudo estava no fato de que, como nele próprio se registrou, “nem os papéis privados de Jones, nem os documentos públicos referentes aos seus períodos de governo estão plenamente acessíveis, no momento, pela simples razão de não se encontrarem arranjados e descritos como determina a técnica arquivística”. A alternativa metodológica para superar essa interdição foi expressa com estas palavras: “Assim, para se conhecer como ocorreu a elaboração das obras jonistas restam *o seu próprio conteúdo* e o de outras publicações, que nos possibilitam inferências gerais, sempre mais frágeis que a compreensão histórica baseada em prova documental” (Achiamé, 2002, p. 13, grifo nosso).

Acredita-se que nesse estudo crítico, denominado “A voz da autoridade”, ficou demonstrado que as idéias contidas nos discursos de Jones dos Santos Neves compartilhavam do “pensamento nacionalista autoritário”, título dado ao fenômeno pelo historiador Boris Fausto. Para o que interessa exemplificar aqui sobre o uso do paradigma indiciário, registre-se a seguinte passagem: “As orações jonistas contêm idéias e conceitos refletidos, maduros; e apesar de serem escritas, muitas vezes, ao correr da pena, raramente deixam de possuir grande coerência ideológica”. E, em nota a essa frase, esclareceu-se que a referida coerência ideológica “já era percebida na primeira aproximação com estes textos de Jones por meio de uma ‘leitura de imersão’, onde se buscavam as ligações do seu pensamento com os ideólogos então na ‘moda’ — numa atitude de se estar atento aos *vestígios* que fossem relevantes à compreensão das idéias do autor, mas sem se prender a nenhum deles” (Achiamé, 2002, p. 20, grifo nosso). Ao utilizar “vestígios” oferecidos pelo “próprio conteúdo” dos discursos jonistas para inseri-los na con-

juntura histórica em que foram produzidos, nada mais fazíamos do que aplicar o paradigma indiciário, antes mesmo de conhecê-lo na densa versão sistematizada que lhe conferiu o historiador italiano.

No ensaio “Sinais – raízes de um paradigma indiciário”, constante do livro *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*, Ginzburg (2002b, p. 143) historia o surgimento do princípio indiciário. Começa por afirmar que “emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso se prefira, um paradigma)”, que se encontra “operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente”. Em seguida, delinea uma analogia entre os métodos de Giovanni Morelli para atribuição de autoria de pinturas; de Sherlock Holmes para desvendar crimes (a ele atribuído pelo seu criador Arthur Conan Doyle); e de Freud para exercer a psicanálise médica. Ginzburg (2002b, p. 150) considera que, “nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”, para em seguida especificar — “pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”. Mas o autor não se contenta com a aparente simplicidade para explicar essa tríplice analogia, ligada ao fato de que os três estudiosos possuíam formação médica e que, portanto, nos seus métodos pode-se entrever “o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo”. Apesar de registrar tais “coincidências biográficas”, Ginzburg (2002b, p. 151) observa que “no final do século XIX [...] começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica”, para depois revelar que “suas raízes eram muito antigas”.

É bem lançada a demonstração de Ginzburg de que o saber venatório (respeitante à caça) deu origem a um formidável “patrimô-

nio cognoscitivo”. Esse saber é caracterizado pela capacidade de “re-montar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”, a partir de “dados aparentemente negligenciáveis”. Ginzburg (2002b, p. 152) acrescenta que esses “dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser ‘alguém passou por lá’”. Para ele, “as figuras retóricas” relacionadas à linguagem da decifração venatória — a parte pelo todo, o efeito pela causa — são reconduzíveis ao eixo narrativo da metonímia, com rigorosa exclusão da metáfora”. Já o ato de “decifrar’ ou ‘ler’ as pistas dos animais são metáforas”.

No entanto, como nos diz Ginzburg (2002b, p. 171), “uma coisa é analisar pegadas, astros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro; outra é analisar escritas, pinturas ou discursos”. Ele nos ensina que a distinção entre a natureza e a cultura é fundamental no emprego desse paradigma, para em seguida afirmar que no final do século XIX “vinha surgindo uma tendência cada vez mais nítida de um controle qualitativo e minucioso sobre a sociedade por parte do poder estatal” e que esse controle “utilizava uma noção de indivíduo baseada, também ela, em traços mínimos e involuntários” (impresões digitais, por exemplo). De passagem, note-se a atualidade de tal “controle” na nossa época, depois do 11 de Setembro de 2001.

Para o que aproveita ao presente trabalho, Ginzburg (2002b, p. 177) enfatiza a seguinte posição: “Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, *obscurecem* uma estrutura social como a do capitalismo maduro (grifo nosso)”. Ou, em outros termos: o paradigma é útil para transformar o que a gente somente vê no que devemos enxergar. A seguinte frase de Ginzburg (2002b, p.177) corrobora o que se afirmou na introdução sobre o enigma:

“Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios — que permitem decifrá-la”. É inevitável correlacionar essa postura ginzburguiana com a posição de Jameson, quando Costa e Cevalco (2002, p. 7) sublinham que “na sua [do autor norte-americano] prática de crítico de cultura, evidencia-se a atualização da vocação histórica do marxismo: estudar o funcionamento do capital desmistificando seu movimento continuado de *obscurecimento* da consciência (grifo nosso)”. Assim, pode-se entender de forma resumida para que serve o paradigma indiciário – para enfrentar os desafios que o *obscurecido* mundo atual nos coloca, iluminando-o. Nesse sentido, é força pôr-se de acordo com Ginzburg (2002b, p. 178) quando, ao analisar o “destino do pensamento aforismático”, ele quase formula um aforismo: “O próprio termo ‘aforismático’ é revelador. (É um indício, um sintoma, um sinal: do paradigma não se escapa)”. Nem o próprio Ginzburg. No seu livro *Relações de força*, diversos indícios podem ser detectados; um deles foi escolhido para ser comentado mais à frente.

1.3 A RETÓRICA NÃO É MAIS AQUELA

Ao tomar a *Retórica* de Aristóteles como a grande referência para sua argumentação a favor do vínculo da retórica com a prova, Ginzburg cerca-se de muitas alusões e referências teórico-históricas. A riqueza dessa demonstração ginzburguiana nos impede de entrar em detalhes sobre a sua origem e desenvolvimento, como gostaríamos. Assim, só serão destacados os pontos essenciais à compreensão da tese do historiador italiano.

A obra *Relações de força – história, retórica, prova* possui no subtítulo três termos que nos levam a múltiplas reflexões. Numa primeira observação, pode-se considerar que a palavra “retórica” como que se intrometeu entre “história” e “prova”, distanciando-as.

Naturalmente que existem conexões muito estreitas entre a história e a retórica — os dois primeiros termos dessa equação. Mas daí a dizer que a história limita-se à sua dimensão retórica vai uma grande diferença — essa ciência não pode ser reduzida a uma simples narrativa.

Ginzburg (2002a, p. 69) nos chama a atenção para o fato de que a moda de valorizar certo tipo de retórica “fora oportunamente registrada (entenda-se: promovida) por [...] Roland Barthes”. Dois de seus textos de 1967 já apontam para “uma atmosfera intelectual diversa: a que, definida de várias formas (pós-estruturalismo, pós-modernismo etc.), nós ainda estamos respirando. Os rótulos importam pouco”. Assim, teóricos pós-modernistas, como Barthes e Hayden White, ao enfatizarem o caráter retórico da história afastaram-na da prova. Esse distanciamento é apresentado por Ginzburg (2002a, p. 48) como consequência da atuação daqueles teóricos, que formularam diversos pressupostos errôneos. O primeiro deles garante que “a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade”. Outro pressuposto relativista segue o seguinte raciocínio: “de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere”. E o terceiro pressuposto afirma que “textos historiográficos e textos de ficção são autorreferenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica”. Para o relativismo, bastava algum historiador admitir que a história pudesse provar alguma coisa para que ele fosse motivo de zombaria e de pesadas acusações intelectuais. E se insistisse em trabalhar com provas era ridicularizado como “positivista”, rótulo que só não era pior que o de “empírico”.

Apesar de Ginzburg não negar a forte relação da história com a retórica, ele reforça os nexos entre retórica e prova. E, por conse-

quência, evidencia que a história não pode ser dissociada da prova. Por outro lado, o autor italiano não cede ao positivismo, pois não admite que a história possua uma ligação exclusiva com a prova, sem considerar a retórica. É nessa relação dialética que se sustenta a tríade ginzburgiana “história — retórica — prova”.

Ao comentar a relação entre poder e conhecimento Ginzburg (2002a, p. 43) lembra que

[...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para “escovar a história ao contrário” [...] como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas.

Como vimos, o historiador italiano amplia a conotação de retórica aplicada à história. Fala em diversos “tipos” de retórica – a existente no contexto histórico, nas entrelinhas do texto, no *hors-texte*, numa fenda, no espaço em branco, num quadro, e continua sempre analisando esses “tipos” de retórica de muitos pontos de vista. Ele não se satisfaz (nem poderia, nesse caso) em utilizar Aristóteles como “argumento da autoridade”. Recorre ao princípio indiciário para localizar na *Retórica* as pistas que possam corroborar sua posição. E as encontra. Pensamos até que o historiador italiano sabia, previamente, que a obra aristotélica lhe daria o desejado embasamento teórico. Mas a força do seu trabalho está assentada no fato de que soube ler os vestígios no texto do filósofo grego, para chegar às “provas necessárias” e defender os princípios essenciais da história.

Sabemos que muitas palavras de origem grega — como retórica, história, prova, ou democracia e economia — assumiram significados diferentes ao longo do tempo. Ginzburg (2002a, p. 48-49) nos lembra, por exemplo, que o sentido que os relativistas do século XX quiseram atribuir à retórica não era aquele que esta palavra possuía para os gregos antigos: “Mas de que retórica se trata? Certamente não daquela analisada no mais antigo tratado de retórica que chegou até nós, isto é: a *Retórica* de Aristóteles”. O historiador italiano prossegue sua argumentação: “após ter afirmado que ‘a retórica é análoga à dialética’, e que todos se servem dela ainda que de modo casual ou com uma familiaridade nascida do hábito”, o filósofo, “em tom resoluto, [...] rechaça tanto a posição dos sofistas, que haviam entendido a retórica apenas como arte de convencer por meio da ação dos afetos, quanto a posição de Platão, que, no *Górgias*, condenara a retórica pelo mesmo motivo”. E, então, assegura que, “contra ambos, Aristóteles identifica, na retórica, um núcleo racional: a prova, ou melhor, as provas”.

Segundo Ginzburg (2002a, p. 49), o filósofo grego “distingue três tipos de retórica: a deliberativa, a epidíctica (ou seja: dirigida à censura ou ao aplauso) e a judiciária. A cada um deles corresponde uma dimensão temporal diversa: o futuro, o presente e o passado”. Em *Olhos de madeira*, Ginzburg (2001, p. 200) refere-se também a essa distinção aristotélica, em passagem com algumas variantes, atribuíveis em parte à tradução:

Aristóteles está analisando as várias subdivisões da oratória: deliberativa, judiciária, epidíctica (ou seja, voltada para o elogio ou para a crítica). A contraposição entre lei particular escrita e lei geral não escrita é formulada na parte dedicada à oratória judiciária. Aristóteles não perde tempo demonstrando a existência da lei natural não escrita: considera-a natural e, portanto, evidente por si mesma.

A retórica deliberativa dirige-se ao futuro, já que uma assembléia ou um conselho, por exemplo, delibera sobre determinado assunto, e aprova uma lei, uma resolução *para ser aplicada*. Ou então determinado dirigente decide algo e comunica essa deliberação a quem de direito — a sua fala está voltada para o que virá. Mas são muitos, os futuros. A propósito, transcrevo Achiamé (2002, p. 34): “Outro destinatário dos discursos jonistas é você leitor, que os apreciará agora, logo depois de impresso este livro, ou que os estará lendo daqui a dezenas, centenas de anos como pesquisador ou diletante. Jones falava também para o Futuro e disso tinha plena consciência”.

Já o discurso epidíctico (demonstrativo) é dirigido à censura ou à aclamação, e refere-se ao tempo presente — vaias ou aplausos não podem ser transferidos de hora e lugar. No que diz respeito à retórica ligada ao passado, ela é denominada por Aristóteles de judiciária, porque todo julgamento é feito em relação ao que já ocorreu. E com base em provas, que se dividem em “técnicas” e “não técnicas”. Em Ginzburg (2002a, p. 11) encontra-se o seguinte esclarecimento: “[...] a diferença entre provas ‘técnicas’ e ‘não técnicas’, a qual em substância, corresponde à que existe [em inglês] entre *proof* [prova] e *evidence* [testemunho], foi introduzida por Aristóteles na Retórica (ver capítulo 1) para reagir contra a imprecisão da palavra *pístis* (prova)”. Provas não técnicas: “os testemunhos, as confissões feitas sob tortura, os documentos escritos e similares”. Quanto às provas técnicas, elas “são duas: o exemplo (*paradeigma*) e o entimema, os quais correspondem, em âmbito retórico, à indução e ao silogismo no âmbito dialético”. O exemplo se consagra à oratória deliberativa e o entimema à judiciária; “o encômio dedica-se à oratória epidíctica”.

O texto de Aristóteles é acompanhado de perto por Ginzburg (2002a, p. 50) para nos fazer entender que os entimemas (silogismos em que se subtende uma premissa) “derivam de quatro pontos,

e estes quatro são o verossímil [*eikos*]; o exemplo [*paradeigma*]; a prova necessária [*tekmerion*] e o signo [*semeion*]. Mas o historiador adverte com base no filósofo que “só os entimemas baseados em signos necessários [ou seja, em provas necessárias] (*tekmeria*) permitem chegar a conclusões irrefutáveis”. Isso quer dizer que, do ponto de vista lógico-racional, as provas necessárias nos levam à verdade; em busca da qual estão empenhados, por exemplo, o historiador e o juiz. Segundo Ginzburg (2002a, p. 76), o humanista italiano Lourenço Valla considerava que, “para estabelecer a verdade, o historiador precisa de esmero e de acuidade não inferiores aos de um juiz ou de um médico: uma dupla analogia que leva a refletir”.

São antigas e variadas as correlações já feitas entre as atividades de ofício pertinentes ao historiador e ao juiz. Como veremos em detalhe mais adiante, acreditamos que a retórica possui duas modalidades — uma se apega às características exteriores (“formais”) do discurso e é muito enfatizada, por exemplo, pelos teóricos céticos; a outra privilegia os aspectos do conteúdo e dela se valem profissionais como os historiadores, que estão mais preocupados com as provas. Ambas as modalidades de retórica são válidas em contextos específicos; o que não se pode admitir é que elas sejam confundidas uma com a outra. Para se situar essa questão, e também um seu desdobramento relacionado com a distinção entre “fato histórico e falsidade”, ouçamos mais uma vez Hobsbawm (1998, p. 287):

[...] os procedimentos do tribunal de justiça, que insistem na supremacia da evidência com a mesma força que os pesquisadores históricos, e muitas vezes quase da mesma maneira, demonstram que a diferença entre fato histórico e falsidade não é ideológica. É crucial para muitos fins práticos da vida cotidiana, no mínimo porque dela dependem a vida e a morte, ou — o que é quantitativamente mais importante — o dinhei-

ro. Quando uma pessoa inocente é julgada por assassinato, e deseja provar sua inocência, aquilo de que se necessita não são as técnicas do teórico “pós-moderno”, mas as do antiquado historiador.

No final do capítulo “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez” de *Relações de força*, Ginzburg (2002a, p. 62-63) assevera que “o impulso de se ocupar de fontes judiciais permitiu tocar, por um lado, na ambígua proximidade entre historiadores e juizes e, por outro, na importância da retórica judiciária para qualquer discussão de metodologia da história”. Na opinião do historiador italiano, “a redução, hoje em voga, da história à retórica não pode ser repelida sustentando-se que a relação entre uma e outra sempre foi fraca e pouco relevante”. Para ele “essa redução pode e deve ser rechaçada pela reavaliação da riqueza intelectual da tradição que remonta a Aristóteles e à sua tese central: as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental”. Em poucas palavras: a retórica não é mais aquela que os relativistas céticos querem fazer crer que é.

O admirável no texto de Ginzburg, além da demonstração anterior (que procuramos seguir de perto com extensas citações), é o seu poder de síntese. Em rápidas colocações, ele estabelece uma linhagem positiva no uso do conceito de retórica ligada à prova desde Aristóteles, passando por Quintiliano, descontinuando-se em seguida, para depois obter um revigoramento com Lourenço Valla. O uso desse conceito de retórica entra na historiografia com Mabillon, é transmitido para a ciência histórica positivista, até ser ofuscado de novo pelos teóricos pós-modernistas atuais.

À linhagem positiva corresponde, por oposição, uma linhagem negativa, cujo começo o autor identifica em Tucídides, Platão, os sofistas, atingindo o seu auge na Antiguidade com Cícero, mas que prossegue por meio de Lutero e Nietzsche, até os céticos dos nossos dias. A linhagem negativa é assim denominada não somente por se

contrapor ao que Ginzburg defende, mas por ser antidemocrática. Ao invés de afirmações taxativas, o historiador italiano emprega a sutileza para passar o seu recado, que se prolonga pelo texto, como que nos lembrando a sua presença. É dessa maneira sutil que ele refere-se à “conotação antidemocrática” das idéias *de todos os pensadores* daquela linhagem negativa. Seu objetivo, sem dúvida, é entender tal conotação aos relativistas contemporâneos.

Antes de finalizar esta parte, cabe uma indagação: por que Ginzburg (2002a, p. 38) afirma que “o limite do relativismo é, ao mesmo tempo, cognitivo, político e moral”? A limitação moral do relativismo fica clara quando se avalia o seu posicionamento de não ter posicionamento — pretende estar em todos os lugares de forma imparcial e não fica em lugar nenhum. Para comprovar o limite político do relativismo, basta recorrer à forte conotação conservadora (“antidemocrática”) de suas teorias. Quanto à limitação da capacidade do relativismo de conhecer a realidade, é suficiente citar o fato de que ele não coloca em discussão as suas premissas, não as critica; prefere fazer um enredo e nele se enreda.

Ao procurar no *Hamlet* o local exato em que estavam escritos os termos que compõem o título da próxima parte deste trabalho, nos deparamos (ato II, cena II) com uma fala do camareiro-mor Polônio, seguida de uma réplica da rainha:

POLÔNIO – [...] É certo: a concisão é a alma do espírito, como a prolixidade os seus suportes e flores exteriores. Vou ser breve. Vosso filho está louco; sim, é o termo mais acertado; pois em que consiste a loucura, se não em sermos loucos? Que seja.

A RAINHA – Mais matéria, menos arte (Shakespeare, [19--], p. 60).

Por meio dessas palavras, vê-se que já é antiga a percepção da existência do conteúdo e da forma em qualquer narrativa. No discurso his-

torioográfico, o conteúdo só tem substância (“matéria”) se for provado, o que se alcança, entre outros recursos, por meio do paradigma indiciário; e a “arte” é fornecida pela retórica judiciária, que além de referir-se ao passado deve estar associada à prova. Assim, “prova” constitui-se no termo comum a essas duas categorias, como veremos a partir de agora.

2 “Palavras, palavras, palavras...”

Esses termos famosos, escritos por Shakespeare ([19--], p. 64) para uma fala do principal protagonista de Hamlet (também no ato II, cena II), vêm à mente quando se acaba de ler o ensaio *Decifrar um espaço em branco* inserido no livro *Relações de força – história, retórica, prova* de Carlo Ginzburg³. Mas não pelas razões críticas do poeta. O historiador italiano tem o propósito de transformar em enigma — para, em seguida, atribuir-lhe significado — o que é tomado por muitos autores como mero recurso estilístico: um espaço em branco presente no romance *Educação sentimental* de Flaubert. E, no ensaio, tudo parece girar em torno de questões ligadas a palavras, palavras e mais palavras, ou à ausência delas.

Para começo de discussão, convém identificar dois componentes que subjazem no texto ginzburguiano. O primeiro relaciona-se com a importância, em sua produção historiográfica, da narrativa em si mesma⁴. Mas esse componente não será comentado, por

³ Ensaio largamente utilizado para as considerações desta segunda parte do presente estudo.

⁴ Burke (2002, p. 178) registra que “Carlo Ginzburg, também filho de uma romancista, Natalia Ginzburg, é outro historiador notável pela forma conscientemente literária em que escreve, quase a ponto de comprometer suas próprias críticas sobre Hayden White”. Na segunda orelha de Ginzburg (2002a) consta que o historiador é “filho do professor e tradutor Leone Ginzburg e da romancista Natalia Ginzburg”.

fugir aos objetivos do presente trabalho, mesmo sabendo-se que os problemas relacionados à narrativa ocupam um lugar de destaque na ensaística ginzburguiana. Porque, à maneira de Flaubert, Ginzburg detesta o lugar-comum, aquilo que é evidente. O outro componente diz respeito à elaboração da narrativa historiográfica e pode ser assim enunciado: por mais técnicas que o historiador utilize, por mais análises e sínteses que elabore, no final está “condenado” a narrar. Ele não pode demonstrar a sua tese por meio de ações como pintar um quadro, compor uma música, ou esculpir uma estátua, para nos restringirmos ao domínio das artes. Há que escrever. Toda pesquisa histórica termina com um ponto final, colocado após muitas e muitas palavras. Mas o historiador não narra uma história como faz o escritor. Então, não é exclusivamente de narrativa que se trata aqui.

Segundo Calvino (1996, p. 142), num texto publicado originalmente em 1983, o escritor também possui os seus padecimentos:

as principais filosofias da atualidade afirmam: “não, você está errado”. Duas conclusões contrastantes para duas correntes filosóficas atormentam a mente do escritor. Uma afirma: “o mundo não existe, só a linguagem existe”. A outra diz: “a linguagem comum não tem sentido, o mundo é literalmente inexprimível”. Para a primeira, a linguagem palpável paira sobre um mundo de sombras; para a última, é o mundo que paira, como uma silenciosa esfinge de pedra sobre um deserto de palavras que mudam de lugar com o vento. [...] Ambas impõem um desafio ao escritor: a primeira, usar *uma linguagem responsável apenas por si mesma*; a outra, usar uma linguagem para atingir o silêncio do mundo (grifo nosso).

Uma “linguagem responsável por si mesma” é outra (e boa!) expressão para designar o texto autorreferencial.

2.1 CONTAR HISTÓRIAS

É necessário problematizar o papel do discurso para a ciência histórica, como forma de dar sequência à análise do pensamento ginzburgiano. O historiador tem que escrever não só para atrair e prender a atenção do leitor, ou para emocioná-lo, mas fundamentalmente para “comunicar o fluxo do tempo”, sem abrir mão do rigor metodológico. Em outros termos: ele deve “contar a história” de forma atraente, sem esquecer que essa prosa é validada pela prova. Da mesma forma que o ficcionista, o historiador tem à sua disposição, em princípio, todas as técnicas narrativas existentes. A atividade profissional em história, contudo, tem uma qualidade própria ou, se quisermos, pressupõe uma “obrigação” e um “prazer” diferentes daqueles experimentados pelo literato — a prova. Ou seja, as duas narrativas, a historiográfica e a ficcional, possuem um diferencial que lhes é conferido pela prova, cujo achado costuma ser revestido de emoção. Não que uma narrativa seja superior à outra — acontece que simplesmente elas são de natureza diversa. Hobsbawm (1998, p. 286-287) apresenta essa situação nos seguintes termos: “Sem entrar no debate teórico sobre essas questões, é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis. [...] Se um romance deve tratar do retorno de Napoleão de Santa Helena em vida, ele poderia ser literatura mas não conseguiria ser história. [...]”

Assim, estamos no caminho da dicotomia, já muito explorada, da forma e do conteúdo. Para a história, a forma seria dada pela narrativa, e o conteúdo estaria referido à prova; e, logicamente, um conceito não existe descolado do outro. Evidente que eles são indissociáveis e, no caso da narrativa historiográfica, o conteúdo determina a forma, por lhe conferir um significado peculiar. O ditado “por fora bela viola, por dentro

pão bolorento” transmudado para algo como “por fora bela narrativa, por dentro conteúdo sem prova” também pode aplicar-se às enganadoras crônicas “históricas”, escritas ao gosto literário ou jornalístico, mas sem a presença dos instrumentos analítico, crítico, e de síntese, próprios do ofício historiográfico. Hobsbawm (1998, p. 19) nos adverte para o fato de que as “tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção não são apenas piadas intelectuais de mau gosto. Afinal de contas, podem determinar o que entra nos livros escolares [...]”. Apesar de os homens contarem histórias sobre o seu passado desde que o mundo é mundo, a ciência histórica exige a presença e a lógica da prova.

Por outro lado, ao bom conteúdo dum trabalho de história deve estar associada uma forma narrativa que seja atraente ou, quando menos, que contribua para torná-lo explícito. Mas o essencial da narrativa em história não se restringe a questões de estética. Porque a prosa “poluída” — repleta, por exemplo, de termos “científicos” ou de construções discursivas ao gosto acadêmico — também tem sua vez, se preencher o mínimo das condições que possibilitem ao leitor leigo ou especializado entender o conteúdo que se deseja comunicar. A beleza do relato, no entanto, permanece como um dos conceitos daquela dicotomia e não pode ser simplesmente ignorada.

Nesse sentido, aprende-se com o próprio Ginzburg. Das técnicas narrativas por ele utilizadas magistralmente, uma consiste em apresentar *de forma reiterada* os textos empregados na demonstração, mas sempre com uma variação quantitativa — aumenta ou reduz gradativamente as citações — e nunca revelando de forma direta o que pretende provar. Quando analisa o livro *Educação sentimental* de Flaubert, repete determinado trecho, mas o amplia sucessivamente, no intuito de reforçar os argumentos apresentados. No caso de Nietzsche, dá-se o processo inverso — retoma certa passagem do filósofo alemão diversas vezes, mas dela suprime partes cada vez maiores, para concentrar a atenção do leitor na essência do

que quer provar. Outro recurso narrativo comum no texto ginzburgiano consiste em reapresentar velhas questões numa roupagem nova. Por exemplo: o livro *Educação Sentimental* nos é indicado como um documento ficcional que retrata bem de perto a situação criada na França pela Revolução de 1848.⁵

Sabe-se que o uso da obra de ficção como fonte para a pesquisa histórica não foi inventado por Ginzburg — mas ele enfatiza o procedimento, e o enriquece. O historiador italiano considera que a utilização de obra literária como documento para a pesquisa histórica é possível, desde que não sirva de pretexto para transformar em ficção a narrativa historiográfica. E admite que tal utilização é importante para o trabalho do historiador, quando adequada ao objeto da pesquisa e ao que é “necessário” provar. Nosso autor sempre cultiva a retórica no bom sentido aristotélico e, assim, está sempre “agarrado” às provas, que o limitam mas não o anulam.

Ao extrair seus argumentos de romance famoso de um escritor emblemático, Ginzburg vai combater o realismo cético no seu próprio terreno e com suas próprias armas⁶. E não se priva de mandar um recado irônico — se vocês, adeptos do realismo cético, quiserem fazer ficção que façam; tomem como referência o grande escritor do realismo literário, mas não chamem isso de história. O historiador

⁵ Em rápida consulta à internet encontro num site finlandês esta frase: “Although Flaubert once stated ‘I am a bear and want to remain a bear in my den,’ he kept good contacts to Paris and witnessed the Revolution of 1848 [Apesar de Flaubert ter declarado uma vez ‘sou um urso e quero permanecer um urso na minha toca,’ ele mantinha bons contatos em Paris e presenciou a Revolução de 1848]” (Gustave Flaubert, 2003, tradução nossa).

⁶ Jameson (2002, p. 307) frisa a importância do romancista: “Mas o fato de que hoje estamos reescrevendo o alto modernismo de novas maneiras é indiscutível, pelo menos no que diz respeito a alguns escritores cruciais: todos sabemos que, além de ter sido um realista, Flaubert tornou-se um modernista quando Joyce o aprendeu de cor e, depois, tornou-se, inesperadamente, um pós-modernista nas mãos de Natalie Sarraute”.

italiano, mais uma vez, quer testar a sua tese — a narrativa histórica não existe sem estar vinculada à prova, ou melhor, sem esse vínculo ela não passa de uma retórica vazia. Ele sempre investe contra a “noção ornamental de retórica proposta por Cícero — *rem tene, et verba sequentur*, ‘mantém o tema e as palavras virão’ —, inconscientemente compartilhada pelos cétricos do final do século XX”. E chama a atenção para a circunstância, metodologicamente importante, de os teóricos pós-modernos insistirem “em separar as narrativas históricas da pesquisa sobre a qual estão baseadas” (Ginzburg, 2002a, p. 116-7). Numa passagem em que comenta a ascendência do pós-modernismo sobre a antropologia e a história, Hobsbawm (1998, p. 210) nos incita a reagir contra uma restrição semelhante, proposta também pela teoria pós-moderna, onde a fala (narrativa) substitui a ação (pesquisa):

Nos últimos anos, a etnografia antropológica e, numa menor extensão, a história, foram conturbadas e solapadas (sob títulos gerais como “pós-modernismo”) por dúvidas acerca da possibilidade do conhecimento objetivo ou da interpretação unificada, ou seja, acerca da legitimidade da pesquisa conforme até então entendida. As justificativas diversas e conflitantes para tal recuo são a um só tempo epistemológicas e políticas, além de sociais [...]. Como se sabe, quando o natural frescor de nossa resolução define sob a máscara do pensamento⁷, a fala ainda pode substituir amplamente a ação, como demonstra *Hamlet* e como confirma aquilo que se chamou de “a virada histórica da antropologia”.

⁷ O tradutor de Hobsbawm (1998) coloca a seguinte nota nesse trecho: “Cf. tradução de Carlos Alberto Nunes para a passagem do famoso monólogo de Hamlet: ‘The native hue of resolution / Is sicklied o’er with the pale cast of thought...’”.

Há muito tempo que Flaubert está consagrado na história da literatura, entre outros aspectos, como o “rei do estilo”, fato que pode ser ilustrado por sua conhecida obsessão em corrigir os manuscritos e provas tipográficas das obras que escreveu⁸. Nessa linha, Ginzburg sugere que a obra *Educação sentimental* tem uma utilidade específica: a de ser referência valiosa para quem deseja desenvolver suas habilidades narrativas. Não é difícil entrever na sugestão um reiterado argumento ginzburguiano – o ofício do historiador só é exercido de maneira apropriada quando associa uma narrativa formalmente atraente a um conteúdo lastreado em provas. Ginzburg (2002a, p. 107) observa com toda pertinência que “Flaubert foi, provavelmente, o primeiro escritor que soube explorar, ao máximo, as possibilidades oferecidas pelo discurso indireto livre”.

2.2 ESPAÇOS EM BRANCO — DE INDÍCIOS A PROVAS

No que interessa à elaboração historiográfica, Ginzburg (2002a, p. 43-44) inova por afirmar que o espaço em branco não deve ser confundido com um vazio: “Trata-se, ainda uma vez, de retórica, mas de retórica visual, aliás tipográfica: poderíamos defini-lo como um tropo tipográfico de grau zero. Nesse caso, em vez de ler entre as linhas, procurei ler o espaço em branco que divide dois capítulos da

⁸ O site finlandês antes citado registra: “As a writer Flaubert was a perfectionist, who did not make a distinction between a beautiful or ugly subject: all was in the style. ‘The Idea,’ he wrote, ‘exists only by virtue of its form’ - its elements included the perfect word, cunningly contrived and verified rhythms, and a genuine architectural structure [Como escritor, Flaubert era um perfeccionista, que não fazia distinção entre um tema belo ou feio: tudo estava no estilo. ‘A Idéia,’ ele escreveu, ‘existe somente em virtude da sua forma’, cujos elementos incluíam a palavra perfeita, ritmos engenhosamente inventados e verificados, e uma estrutura arquitetônica genuína]” (Gustave Flaubert, 2003, tradução nossa).

Educação sentimental”. Como quaisquer outros indícios, os espaços em branco, as cesuras, os silêncios presentes nos documentos (“no sentido mais amplo do termo”, reitera-se) são importantes nos estudos historiográficos. Para a história existem também outros espaços em branco, representados pelas diversas ausências e supressões dos próprios documentos. Esses dois “tipos” de espaço em branco, desde que tomados como indícios, podem ser utilizados pela teoria da história para contrapor-se, entre outros aspectos, ao positivismo historicista no tratamento das fontes, quando elas estão apequenadas por uma análise empírica e mecanicista.

Sabemos, desde Lucien Febvre, que os documentos só falam se forem bem interrogados. Mas eles podem ser bem interrogados e não conseguir responder aos questionamentos, devido a qualquer espécie de limitação deles mesmos — por exemplo, as lacunas na documentação há pouco mencionadas. Então, essa circunstância precisa ser registrada na pesquisa e deve ser encarada como um indício e até mesmo como uma prova, mas sem se apelar para a elaboração, fácil e errônea nesse caso, de uma narrativa que somente enfatiza os recursos ficcionais (uma história “bem escrita”), ou que sempre relativiza as provas. Estas podem ser relativizadas frente a muitos fenômenos; entretanto, são elas que compõem o “núcleo racional” da retórica judiciária (poderíamos dizer “historiográfica?”).

Da mesma forma, “a eventual impossibilidade de chegar a uma conclusão sobre um evento desse gênero não afetaria a história no que esta tem de mais profundo e de mais genuíno”. O evento é a “famosa descarga de fuzilaria que havia desencadeado a Revolução de 1848, em Paris: quem disparara primeiro, um soldado ou um manifestante? [...] *As características originais da história rural francesa* são um exemplo do que Bloch entendia pela expressão ‘história mais profunda e mais segura’” (Ginzburg, 2002a, p. 116, grifo do autor). Segundo a lição de Marc Bloch, retomada por Ginzburg, as

lacunas factuais e documentais podem ser aceitas como elementos constitutivos da narrativa historiográfica. E, acrescentamos, não como simples recurso ficcional, mas como parte integrante de um conjunto de provas. O silêncio também é essencial para a história. Isso não é novidade no terreno das artes, onde as lacunas, as faltas, os vazios, os silêncios são comuns, talvez mesmo essenciais. De tal condição não escapa nem o cinema (ou, sobretudo, o cinema?), a Sétima Arte, a mais característica do século XX, a mais “moderna”. Os artistas sempre valorizaram o silêncio, o vazio: eles sabem, há muito tempo, que “para aborrecer, basta tudo dizer”.

A transformação epistemológica que o final do século XX trouxe para a ciência da história tem, entre suas características gerais, a seguinte: os objetos de pesquisa e as fontes podem ser retirados de qualquer campo do conhecimento (das artes, das ciências). Mas não é necessário que o historiador seja perito em arte para interpretar o que um quadro esconde ou revela, nem precisa ser crítico literário para utilizar um romance como documento probatório do que *deseja* demonstrar. É imprescindível, no entanto, que possua uma sólida erudição e mantenha a coerência entre as provas encontradas e a construção da narrativa. Sublinhe-se o seguinte posicionamento do historiador italiano: “(...) *a projeção do desejo*, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade” (Ginzburg, 2002a, p. 45, grifo nosso).

O autor assinala no começo do seu ensaio sobre Flaubert que “o espaço em branco de que se vai tratar é provavelmente o mais famoso da história do romance”. Depois de indicar o local onde ele se encontra (“entre o quinto e o sexto capítulo da terceira, e última, parte do livro”), Ginzburg (2002a, p. 100) informa que “a importância da passagem foi assinalada, se não me engano, pela primeira vez, por Marcel Proust”. Tudo indica que os “invisíveis espaços em branco” na obra de Flaubert já eram analisados, faz algum tempo, pela teoria e

história literárias. Mas não com a interpretação original que lhes deu o historiador italiano: os “brancos” não são meros recursos formais, mas representam uma “virada imprevista, e inesperada, na trama do romance”, ou seja, no seu conteúdo, e “o manuscrito da *Educação sentimental* mostra como essa virada acabou por se impor ao próprio Flaubert” (Ginzburg, 2002a, p. 104-105). O estilo não pode ser separado da história; mexer no continente altera o conteúdo, e vice-versa. A interpretação de Jameson (2002, p. 150), para as operações necessárias à leitura do *nouveau roman*, indica direção semelhante, inclusive citando o romancista francês como termo de comparação:

Por enquanto, basta sublinhar a peculiaridade histórica de uma leitura na qual nós nos esforçamos para identificar o que está acontecendo diante de nossos próprios olhos (será que ele está sentado na rua?) ao mesmo tempo que ansiosamente antecipamos a próxima mudança inesperada para outro fio do enredo, mudança que pode se dar no meio de uma sentença, ainda que ocorra com mais frequência no intervalo entre as sentenças, abrindo esse intervalo para um silêncio muito mais profundo que os de Flaubert.

Constatar que a prosa de Flaubert (e não somente em *Educação Sentimental*) é, toda ela, fragmentária e cheia de “invisíveis espaços em branco” levou Ginzburg (emocionado!) a considerar que tais espaços se constituíam, mais do que em indícios, nas “provas necessárias” para fechar sua argumentação. Que pode ser assim resumida: essa peculiaridade da prosa flaubertiana é que *a torna possível* e a valoriza, por abrir novos caminhos artísticos, e preannunciar o futuro. Jameson (2002:88) compartilha da opinião que a arte do romancista antecipa o futuro, ao afirmar que “[...] de qualquer modo, torna-se no mínimo óbvio que os artistas mais recentes não ‘citam’ materiais, fragmentos e motivos de uma cultura de massa ou popular como Flaubert começara a fazer [...]”.

As provas identificadas por Ginzburg, no seu intuito de resolver a questão proposta pelo texto de Flaubert, estavam justamente no próprio romance. Ou melhor, o romance forneceu as pistas para que o pesquisador fosse em busca dos originais — papéis corrigidos inúmeras vezes, rabiscados, emendados de maneira recorrente pelo autor e que já eram de pleno conhecimento dos críticos e historiadores da literatura francesa — e, recorrendo a esses originais, transformasse os indícios nas “provas necessárias” de que fala Aristóteles.

Pode-se perguntar: como obter tais tipos de prova em relação aos textos literários produzidos nos dias que correm? Como consegui-los hoje, onde o computador induz com facilidade o escritor a suprimir os rascunhos originais e só conservar a última versão do texto, o resultado final, o recém-nascido sem o “sangue” e os “ferros”, como Luís Fernando Veríssimo disse em crônica recente?

O novo vocabulário da comunicação entre mi-creiros, feito de abreviações esotéricas e ícones, pode ser um desafio para os não-iniciados, mas o que se escreve com ele não mudou. Mudaram, isto sim, os entornos da literatura. Não existem mais originais, por exemplo. Os velhos manuscritos, corrigidos com as impressões digitais, por assim dizer, do escritor, hoje são coisas do passado: com o computador só existe versão final. O *processo* da criação foi engolido, *não sobram vestígios*. Só se vê a sala do parto depois que enxugaram o sangue e guardaram os ferros (Veríssimo, 2003, grifos nossos).

Compreende-se a nostalgia do jornalista e escritor, mas para os olhos treinados do historiador sempre sobram vestígios num texto. E, também, nada impede que um escritor atual guarde versões diferentes de um seu texto digitalizado.

Não cabe neste trabalho analisar, do ponto de vista literário, a “supressão dos originais”. Para o caso da pesquisa historiográfica que utiliza textos literários como fonte, pode-se equacionar tal problema com o uso da metodologia proposta por Ginzburg (2002a, p. 114), e que também veremos mais adiante empregada em outro contexto. O autor considera que devemos surpreender as tensões recíprocas dos “dados empíricos com os vínculos narrativos”, no decorrer da pesquisa, pois elas costumam desaparecer de seu resultado final. A narrativa é construída pelo historiador desde o início da pesquisa, porque as questões propostas a quaisquer fontes são também uma espécie de texto. E se fontes literárias contemporâneas não possuírem indícios como os que podem ser encontrados, por exemplo, em manuscritos do século XIX, outras pistas elas certamente oferecerão ao exame do pesquisador atento. Este, por sinal, deve prestar muita atenção ao método que utiliza. O emprego de um método adequado, ou inovador (por exemplo, desenrolar a história ao contrário) pode desfazer um nó, uma interdição no trabalho e abrir para ele novas possibilidades investigativas.

Registremos as lacunas, com os porquês delas existirem, e estaremos resolvendo os problemas que elas próprias apresentaram — tanto para a criação literária quanto para o estudo historiográfico. Eis um exemplo de ovo de Colombo que Ginzburg “coloca em pé”, após realizar as devidas demonstrações para explicar os espaços em branco existentes nesse e em outros textos de Flaubert.

Referidos espaços antecipam o século XX, pelo menos em dois aspectos, como dá a entender o historiador. Primeiro, no que se refere à técnica e ao estilo literários, eles existem porque o romancista renunciava a montagem de um filme, como se estivesse escrevendo um roteiro cinematográfico; mas aqui não é o lugar para que esse aspecto seja detalhado. Depois, pelo fato de alguns dos personagens flaubertianos — que de rebeldes viram dirigentes despóticos — anunciarem os regimes totalitários (liderados por gente como Mussolini, Stalin, Hitler,

todos eles “subversivos” que se tornaram ditadores) e as democracias autoritárias, vigentes no século passado. Entretanto, se os argumentos antes citados servem no contexto da demonstração apresentada pelo historiador, eles não são de todo novos no campo artístico — sabe-se, não é de hoje, que toda arte, ou aquela de qualidade, é antecipatória em algum grau. Ou então, invertendo-se o raciocínio, Ginzburg pode ter utilizado tais argumentos por ter conhecimento, a partir de sua sólida formação intelectual, que um artista com a sensibilidade de Flaubert acaba por pressentir o futuro. De qualquer sorte, para melhor situar esse procedimento do autor italiano, convém citá-lo por extenso:

Poucos dias após o golpe de Estado de Luís Napoleão, Flaubert escreveu para a amiga Henriette Collier: “Em França, estamos entrando em tempos bem tristes. E estou ficando como os tempos”. O surgimento de um fenômeno sem precedentes — um Império que tirava a sua própria legitimidade do sufrágio universal — convenceu Flaubert, ao lado de outros conservadores inteligentes como Tocqueville e Burckhardt, de que as sociedades modernas se dirigiam para formas diversas de democracia autoritária (Ginzburg, 2002a, p. 107).

O tema abordado nessa passagem do texto ginzburguiano contém nítida correlação com o objeto que investigo — as continuidades e as rupturas que se processaram na política espírito-santense nos primeiros anos da década de 1930, dentro de um contexto em que os poderes do Estado, em nível federal e estadual, apesar de promoverem “eleições” e estimularem a criação de “partidos”, encaminhavam-se, cada vez mais, para desfechos políticos autoritários.⁹

⁹ A pesquisa subsidiou dissertação de mestrado que deu origem à obra: Fernando Achiamé. *O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Na obra examinada, Ginzburg faz amplo uso do paradigma indiciário, por ele atualizado e sistematizado com novos foros de racionalidade. Como simples exercício ilustrativo, pode-se também detectar um indício presente em *Relações de força* — precisamente no extenso espaço em branco que envolve a curta dedicatória “a Italo Calvino e Arnaldo Momigliano”. Esse indício aponta para o que é mais evidente em tais casos. O autor dedica o livro a duas pessoas que admira (possivelmente, amigos e mentores intelectuais), dois compatriotas e duas figuras emblemáticas nos seus respectivos campos de atuação. Italo Calvino, nascido em Cuba de pais italianos e criado na Itália, é o escritor genial com obras ligadas ao neorrealismo e ao realismo fantástico (um “Flaubert do século XX?”). Arnaldo Momigliano, judeu como Ginzburg, distingue-se como consagrado historiador. Neste sentido, registro a seguinte observação (ou pista?) de Ginzburg (2002a, p. 60): “ainda uma vez tomarei como ponto de referência a obra de um estudioso em relação ao qual tenho uma dívida particularmente grande: Arnaldo Momigliano”. Transformar o indício em prova é mais difícil. Tentemos. A dedicatória a Calvino e Momigliano foi feita quando eles já estavam falecidos, o primeiro em 1985 e o segundo em 1987, portanto, antes de serem publicadas as primeiras versões dos ensaios que deram origem à obra ora analisada. Mesmo considerando que seria mais exato dedicá-la “à memória de fulano e beltrano”, o gesto não deixa de ser uma homenagem póstuma às duas personalidades. Esse gesto quer manter vivas as “escritas” que os homenageados praticaram com tanta maestria e dignidade. Nele está contida a síntese de *Relações de força* — a ficção e a história, a arte e a ciência, juntas mas distinguidas, separadas mas integradas num convívio respeitoso e mutuamente enriquecedor.

Nos primeiros parágrafos de um texto denso, Italo Calvino (1996, p. 140) escreve: “este será o assunto da minha palestra: o

que acontece no momento em que tiro o nariz da página escrita e olho ao redor, um momento que se repete vezes sem conta ao longo do dia, possivelmente o momento crucial, a hora da verdade”. De modo significativo, Calvino, versado em Flaubert¹⁰, termina seu texto com estas palavras: “Os poetas e escritores que admiramos criaram em suas obras um mundo que para nós parece o mais significativo, contrapondo-o a um mundo que também para eles carece de significado e perspectiva. Acreditando que seu gesto não era muito diferente do nosso, levantamos nossos olhos da página para sondar a escuridão” (1996, p. 147). A escuridão só desaparece para o ficcionista e para o leitor quando eles lhe conferem significado. E o espaço em branco só aparece como prova no momento em que o historiador o torna significativo. A escuridão ajuda a decifrar o espaço em branco. Porque a história, como a ficção e a vida, não é feita somente de palavras. Ela também possui espaços em branco, quer dizer, silêncios, ou ainda, sombras. E as sombras, os silêncios e os espaços em branco, se devidamente registrados e contextualizados pela historiografia, nos dizem muito.

2.3 UM ANTÍDOTO SEMPRE À MÃO

Para prosseguir na argumentação, convém retomar algumas posturas de Ginzburg antes apresentadas. O paradigma indiciário e a retórica judiciária se entrelaçam inextricavelmente e só são aqui tratados de forma separada para efeito de demonstração. Na elaboração historiográfica, tal paradigma deve ser considerado, de forma

¹⁰ O site finlandês assegura que “the Italian writer Italo Calvino has praised it as ‘one of the most extraordinary spiritual journeys ever accomplished outside any religion’ [o escritor italiano Italo Calvino elogiou esta obra (*Trois contes de Flaubert*) como ‘uma das mais extraordinárias jornadas espirituais já empreendidas fora de qualquer religião’]” (Gustave Flaubert, 2003, tradução nossa).

constante e simultânea, como princípio norteador — no tratamento das fontes, no estabelecimento das provas, e na elaboração da narrativa. Ele, que se reporta ao que já passou, possui total compatibilidade com as características essenciais da história, por ela ser uma disciplina que sempre tem como referência o curso pretérito da vida humana. No que concerne à retórica, sua modalidade judiciária é que deve ser empregada pelo historiador, por vincular-se a um discurso que se desenvolve acerca de acontecimentos do passado. A retórica judiciária mantém estreito vínculo com a prova. E para provar em história, também já se sabe, é fundamental recorrer a fontes. Que são tratadas de uma forma também narrativa, de modo que as provas surjam desse processo. Assim como o paradigma indiciário, a retórica judiciária também intervém em todas as etapas do trabalho, ao levar em conta não só o produto acabado, o texto final, mas todo o percurso da narrativa — no diálogo com as fontes, no achado das provas, nas diversas etapas de redação do discurso historiográfico. Cabe aqui uma pergunta: a intuição (não racional) está para o que é subjetivo e para o paradigma indiciário assim como a prova (racional) pertence ao que é objetivo e à retórica judiciária?

Esses elementos (paradigma indiciário, retórica judiciária) ajudam a compreender, ao menos em parte, uma espécie de método processual, estabelecido pelo historiador italiano, tendo por base a coordenação das teorias que conhece com sua prática historiográfica. O método processual de Ginzburg (que não deixa de ser uma forma de sistema) abre inúmeros caminhos para a efetivação do conhecimento histórico, neutralizando os postulados positivistas e céticos. Para que o historiador se livre das limitações impostas pelos referidos postulados, a solução que o autor propõe lembra o princípio da homeopatia — *simila similibus curantur* (o semelhante cura o semelhante). O tempo, essa abstração humana, e que também se constitui por assim dizer na matéria-prima da história, é o remédio.

O emprego da noção de tempo pode ser encontrado nessa passagem de Hobsbawm (1998, p. 164): “Em certos aspectos, considerados cruciais pelos marxistas e pelo *sensu comum*, tais como o controle do homem sobre a natureza, certamente [a questão fundamental em história] implica mudança ou progresso unidirecionais, pelo menos por um *lapso temporal* suficientemente longo” (grifos nossos).

A ciência histórica pode abrir mão de tudo, menos da metodologia específica que possui. Ora, essa metodologia sempre se reporta a algum objeto que, necessariamente, está relacionado com o tempo “histórico”. Sejamos dialéticos, e sistematizemos e historicizemos *a própria história*. A inspiração vem de Jameson (2002, p. 413), que encerra com termos enfáticos o seu livro sobre o sistema capitalista da pós-modernidade:

A estratégia retórica das páginas precedentes incluiu uma experiência, a saber, a tentativa de verificar se sistematizando alguma coisa que é decididamente insistemizável, e historicizando algo que resolutamente se quer a-histórico, não seria possível ganhar a parada e forçar uma maneira histórica de pelo menos pensar sobre tudo isso. “Temos que dar nome ao sistema”: esse ponto alto dos anos 60 tem um inesperado *revival* no debate do pós-modernismo.

Se administrado nas doses corretas (nem sempre homeopáticas), o “tempo” resolve esses desafios lançados à história. De que maneira? Por um lado, o “tempo” permite abandonar o positivismo, para o qual não existiria história sem certas fontes — especialmente as escritas e oficiais. O pesquisador não deve deixar-se fascinar pelas evidências fáceis, que as fontes quase sempre oferecem. Elas devem ser tratadas de forma inovadora — por exemplo, lidas a contrapelo, interpretadas “contra as intenções de quem as produziu”. Para se prevenir do positivismo, basta ao historiador prescrever certa quantidade de “tempo”

às fontes, ou seja, contextualizá-las historicamente para que passem a falar de maneira adequada. Por outro lado, para evitar o relativismo cético, é necessário ao historiador ministrar também certa dose de “tempo” à sua própria escrita e, como dito antes, considerar todo o processo da elaboração da narrativa, o seu desenrolar ao longo de certos momentos. Ao valorizar a narrativa em todo o processo de sua construção, as posturas ginzburgianas impedem que se siga o caminho das teorias adotadas pelos céticos, onde tudo é relativo, até a verdade. Para “provar” que tudo é relativo, os teóricos da retórica “pós-moderna” precisam mostrar que ela é sempre autorreferencial (ou seja, *refere-se a si mesma, basta-se*), mas só conseguem demonstrar que, na essência, ela é antirreferencial (quer dizer, *contra qualquer referência fora de si mesma*; por exemplo, as provas, o tempo). Ginzburg (2002) menciona os termos “autorreferencial” (à página 60, por exemplo) e “antirreferencial” (empregado, *verbi gratia*, à página 74), mas não os correlaciona diretamente, nem da maneira como é feita aqui.

Em resumo, Ginzburg denuncia os venenos que na atualidade acometem a história — o positivismo historicista num extremo e o relativismo cético no outro — para apresentar suas teses como um antídoto que permite analisar as fontes de modo criativo e elaborar uma narrativa associada a provas. Nesse sentido, pode-se também observar que a forma (palavra) é supervalorizada pelo relativismo da mesma maneira que o conteúdo (prova) o foi pelo positivismo. Os extremos se parecem, e se tocam... Então, o historiador italiano injeta o veneno e o antídoto em suas próprias teses. E, sabemos todos, elas sobrevivem muito bem no meio acadêmico que cultiva a ciência histórica.

A providência de valorizar a feitura da narrativa historiográfica em todo o seu processo também possui para Ginzburg (como se pode inferir de suas palavras) duas vantagens. A primeira consiste em evidenciar, ao menos para um público especializado, eventuais

falsificações na composição do texto, que sempre existiram na academia, mas que agora estão facilitadas pela internet. A outra vantagem é a de entender esse “fazer historiográfico” como de natureza essencialmente artesanal (como, de resto, a escrita literária), mesmo que a apropriação do resultado da pesquisa seja feita no contexto de um mundo mercantilizado. O historiador tateia ao exercer o seu ofício (“caminhamos às apalpadelas”), como o artífice ao bater “delicadamente com os nós dos dedos” no violino que fabrica à procura da sonoridade correta — para mencionar a metáfora de Bloch lembrada por Ginzburg —, ou como o escritor ao tirar os olhos do papel “para sondar a escuridão”.

2.4 À PROCURA DA CONTRAPROVA

Dizia Terêncio, poeta cômico latino: “sou humano e nada do que é humano me é estranho”. Essa máxima, muito citada no decorrer dos últimos séculos, serviu de inspiração para a paráfrase contida no título do presente trabalho. Assim, tudo que o homem alcança com a sua inteligência, tudo o que ele “conhece” interessa à história. Aliás, a descrição bíblica do ato de comer o fruto da árvore do “conhecimento do bem e do mal”, que levou à expulsão do paraíso (a Queda), pode ser entendida como uma explicação simbólica para o começo da história. Resta provar que a afirmação contida no título é verdadeira.

À primeira vista, pode-se objetar que tudo aquilo que pertence ao âmbito do natural está fora do alcance da história. Talvez um dia tenha sido assim. Hoje, não mais. Essa questão vem sendo debatida com variados enfoques. Cito um. No prefácio ao livro de Fredric Jameson *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*, Iná Camargo Costa e Maria Elisa Cevalco expressam-se desta forma:

Sucedendo os estágios do capitalismo de mercado e do monopolista ou imperialista, o capitalis-

mo multinacional marca a apoteose do sistema e a expansão global da forma mercadoria, colonizando áreas tributárias de tal forma que não se pode mais falar de algum lugar “fora do sistema”, como a Natureza (dada a destruição de formas antigas de produção agrícola) ou o Inconsciente, constantemente bombardeado pela mídia e pela propaganda (Costa e Cevasco, 2002, p. 5).

Essa é uma justificação sofisticada para o fenômeno. Apesar de a discussão transcender o tema aqui tratado, existem outras explicações mais simples. Uma delas lembra que todas as formas de conhecimento humano também têm a sua história, aí incluídas, sem exceção, as artes e as ciências, e, dentre estas, até as ditas exatas. Outra explicação ainda, de recorte mais antropológico, afirma que tudo que o “olhar” humano alcança é, automaticamente, por ele modificado. Como não pode existir homem sem história (e vice-versa), tudo o que esse “olhar” atinge já está, de certa forma, “contaminado” de humanidade e, portanto, de historicidade. Assim, por diversos caminhos chega-se a um consenso — tudo o que diz respeito ao homem é de interesse da história. Para ater-se ao âmbito do presente trabalho, é necessário verificar a validade desta última afirmação, também contida no seu título. Quer dizer, é fundamental comprová-la, com base nos argumentos aqui empregados. A esse respeito, também Iná Camargo Costa e Maria Elisa Cevasco nos trazem algumas palavras, no prefácio à obra de Jameson: “‘Toda interpretação’, adverte [o autor americano], ‘deve incluir uma interpretação de sua própria existência’, ou seja, deve examinar suas próprias condições de possibilidade. Esse movimento do pensamento que se volta a si mesmo é eco do imperativo hegeliano de ‘historicizar sempre!’” (Costa e Cevasco, 2002, p. 9).

Já se sabe que, na obra *Relações de força*, um dos problemas fundamentais que seu autor deseja resolver é a diferenciação en-

tre historiografia e romance, entre as narrativas historiográficas e as ficcionais. Flaubert vale-se da história do seu tempo como fonte inspiradora para criar arte, para escrever a obra *Educação sentimental*. Ginzburg utiliza esse romance como fonte textual para fazer ciência, para elaborar o ensaio *Decifrar um espaço em branco*. No campo científico, o historiador paga com a mesma moeda da ousadia, a ousadia do escritor no domínio artístico. E, no entrevero da arte com a ciência, as armas dos contendores são os estilos de suas escritas. Ginzburg mostra que a produção historiográfica não é incompatível com uma narrativa atraente, e que tal qualidade não é exclusiva da obra de ficção. Claro que nessa contenda não há vencedores nem vencidos; todos vencem, pois a partir dela amplia-se o diálogo entre as artes e as ciências, mesmo sabendo-se que umas são irredutíveis às outras. Assim, de maneira dialética, o círculo se fecha para novamente se abrir, na mútua colaboração entre esses dois campos do conhecimento. Empobrecem o debate afirmações (céticas?) como a de Burke (2002, p. 180): “O que deveríamos estar discutindo (em vez da velha polêmica entre fato e ficção, ciência e arte) é, portanto, a compatibilidade ou o conflito existente entre esses critérios [de confiabilidade, de representatividade na estratégia de pesquisa], e diferentes formas de texto ou retórica”. Acredito que, em princípio, uma discussão não elimina a outra, e podem ser até mutuamente proveitosas.

Para apoiar suas reflexões Ginzburg utiliza Flaubert, devido à sua qualidade de ícone da literatura mundial (como Picasso é uma referência icônica da pintura moderna). Poderia, por exemplo, ter empregado a obra de Machado de Assis. Mas, nesse caso, sua argumentação correria o risco de perder o brilho da síntese demonstrativa — tão caro ao historiador italiano —, pelo fato de seu público-leitor exigir maior contextualização da prosa machadiana. No que diz respeito a Flaubert, tal contexto já está praticamente dado. Para

o nosso autor, vê-se logo, o inimigo a combater não é a literatura, mas os partidários do positivismo e do relativismo cético. Diferente do romancista, ele emprega a literatura como arma para demonstrar o paradigma indiciário, e para reforçar sua argumentação sobre a necessidade de se provar em história. Mesmo quem não sabia fica sabendo, por meio do historiador, que Flaubert respeitava a história, e a utilizava como suporte para suas criações literárias. E Ginzburg se serve da literatura para exigir que os autores de relatos autorreferidos respeitem a história no que ela tem de essencial — as provas. Em Hobsbawm (1998, p. 287) encontramos a seguinte consideração:

[...] O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi assim estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas. [...] Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa mas organiza *objets trouvés*. A distinção pode parecer pedante e trivial ao não-historiador, principalmente aquele que utiliza material histórico para seus próprios fins.

As proposições do autor, antes rapidamente tratadas, indicam que para o trabalho historiográfico a criação literária pode ser, conjunta ou separadamente, um objeto de estudo, uma fonte histórica, e uma referência para valorizar a elaboração da narrativa. Mas sem se confundir com a ciência histórica. Segundo Calvino (1996, p. 142-143),

estamos cientes de que, quando uma história nos é contada (e quase todo texto escrito conta uma história, ou muitas histórias, até mesmo um livro de filosofia, até mesmo o orçamento de uma empresa, até mesmo uma receita culinária), essa história é acionada por um mecanismo, semelhante a outros mecanismos de outras histórias.

Essa compreensão já é um grande passo: podemos agora *evitar qualquer confusão entre o que é linguístico e o que não é*, podemos portanto perceber com mais precisão qualquer relação possível entre os dois mundos (grifo nosso).

Assim, nada impede de se considerar a literatura como uma das artes auxiliares da história, para se fazer um contraponto com as tradicionais ciências auxiliares dessa disciplina.

Com o intuito de sustentar que qualquer narrativa é sempre, e unicamente, autorreferida, o relativismo lançou mão de muitos recursos teóricos e empíricos. Dentre estes últimos, recorreu ao significado de retórica para o senso comum: o de ser um discurso argumentativo, pomposo e sem substância. Neste sentido, veja-se o trecho já citado de Shakespeare ([19--], p. 60): “POLÔNIO — [...] Vou ser breve. Vosso filho está louco; sim, é o termo mais acertado; pois em que consiste a loucura, se não em sermos loucos? Que seja. A RAINHA — Mais matéria, menos arte”. Esse “recurso” cético pretendeu, e em parte conseguiu, trocar o sinal semântico da palavra retórica: de negativo (a ela atribuído pelo senso comum) para positivo (com sofisticado e “novo” sentido linguístico). Objetivando atingir tal pretensão, não mediu esforços e distorções conceituais — a ciência histórica que se danasse!

O historiador italiano considera simplista a posição atual do relativismo cético em relação à narrativa historiográfica, por examinar somente o resultado textual acabado (ele fala em “produto literário final”). Ginzburg (2002a, p. 114) nos adverte para o fato de que a posição relativista não leva “em conta as pesquisas (arquivísticas, filológicas, estatísticas, etc)”, sem as quais não seria possível construir aquele “produto”. Para solucionar esse impasse, ele propõe a aplicação de dois posicionamentos complementares entre si, já vistos antes e que convém reiterar aqui. O primeiro deles con-

siste em “investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos”. É necessário transcender o simples resultado da pesquisa, para capturar todo o seu processo, o seu desenrolar, ou seja, o histórico do fazer historiográfico. O segundo posicionamento compreende a valorização das “narrações provisórias” do historiador como “instâncias mediadoras entre questões e fontes”, pois as perguntas a estas “são colocadas sempre, direta ou indiretamente em formas (destaco o plural) narrativas”. As “narrações provisórias” influem sobre “os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados — e, por fim, naturalmente, narrados” (Ginzburg, 2002a, p. 114, grifos do autor).

Os últimos anos assistiram a uma grande ampliação das fronteiras do conhecimento. Isso se deu também na ciência histórica, em parte porque os teóricos pós-modernistas não conseguiram destruí-la, ou deturpá-la profundamente — muito do que fizeram resultou no fortalecimento da história. As “doenças teóricas” tendem a passar; ao passarem, o positivismo e o relativismo deixaram mais resistente o “organismo” historiográfico. Nesse processo, alguns postulados da história foram renovados, mas Hobsbawm (1998, p. 291) nos adverte para aquilo de que não se pode abrir mão, sob pena de comprometer o ofício: “Naturalmente é verdade que a inseparabilidade da historiografia em relação à ideologia e política correntes — toda história, como dizia Croce, é história contemporânea abre as portas para o mau uso da história”. No entanto, os pesquisadores não são deuses da imparcialidade e “não ficam nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos e analistas *sub specie aeternitatis*. Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar [...]”. Depois de afirmar que “nenhuma linha clara divide a *suppressio veri* da *suggestio falsi*”, o estudioso inglês lembra: “O que não podemos fazer, sem deixar de ser historiadores, é aban-

donar os critérios de nossa profissão. Não podemos dizer aquilo que podemos demonstrar como inverídico. Nisso inevitavelmente diferimos daqueles cujo discurso não é tão restringido”.

De uma parte, o combate aos males do positivismo (que eram, e ainda são, muitos) ocasionou uma abertura maior para a escolha dos objetos da história — eles passaram a ser os mais inusitados possíveis. Também o tratamento das fontes foi beneficiado — agora elas abarcam inúmeras variações, e podem ser trabalhadas com o emprego de técnicas ousadas. As fontes não são mais consideradas como sendo “a verdade” ou o “real”, mas também se condena a utilização indiscriminada do chavão “retórico” de que elas não passam de “representações simbólicas do real”. Nesse particular, deve-se aprender com Ginzburg (2002a, p. 44) mais uma lição:

Mas a polêmica que estou desenvolvendo contra o relativismo cético não deve levar a equívoco. A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte *implica já um elemento construtivo* (grifo nosso).

De outra parte, as respostas aos questionamentos tormentosos do realismo cético resultaram num enriquecimento da metodologia e da narrativa historiográficas. A metodologia aplicada à ciência histórica tornou-se inovadora em muitos sentidos, especialmente quando apela para empréstimos teóricos de outras disciplinas. E as narrativas tornaram-se contextualizadas, instigantes, atraentes.

Em rápidas palavras: ocorreram o alargamento e o enriquecimento do campo epistemológico da história, que incorporou mui-

tas conquistas teóricas e, ao mesmo tempo, recuperou os seus paradigmas essenciais, como a prova. E com isso se revitalizou.

A demonstração de Ginzburg, por um lado, reforça o posicionamento daqueles estudiosos que consideram os objetos e as fontes da ciência histórica como pertencentes a categorias as mais amplas possíveis. Por outro lado, ela chama a atenção para a necessidade de utilizar abordagens metodológicas apropriadas e recursos narrativos ancorados em provas, de modo a produzir trabalhos historiográficos dignos deste nome. Como resultado da combinação dessas duas posições teóricas, podem-se reconhecer “as potencialidades cognitivas de qualquer narrativa” (Ginzburg, 2002a, p. 117). E deduzimos, aí incluída a narrativa que acompanha a realização da pesquisa historiográfica. Por isso que, para a história, nada é estranho — nem a sua própria narrativa! Eis a contraprova pretendida, cuja enunciação, após as considerações anteriores, faz-se necessária para se verificar a exatidão deste raciocínio, deduzido a partir dos pressupostos desenvolvidos pelo historiador italiano. A última frase, Ginzburg jamais a escreveria — ele sempre confia na perspicácia do leitor. Mas ela é aqui empregada à maneira de uma “licença acadêmica”, no intuito de chamar atenção para a argumentação utilizada. Mesmo uma particularidade narrativa como essa, que um exame sem maior reflexão consideraria pontual, não é estranha à história.

De qualquer maneira, sempre sobram perguntas a fazer, relacionadas com a construção do processo de pesquisar e narrar em história. Os andaimes teóricos podem ficar à mostra? Ou devem ser escamoteados no texto? É necessário explicitar na narrativa as opções metodológicas? Ou dissolvê-las aqui e ali, como Ginzburg muitas vezes faz para criar suspense e surpreender o leitor? Será que tudo isso se constitui numa questão de estilo de cada historiador, pois Buffon continua a nos dizer, lá do século XVIII, que *o estilo é o próprio homem*? Esta a interpretação rudimentar, e consagrada, da frase. Claro que Ginzburg (2002b, p. 278) não se contenta

com ela e, como sempre, aprofunda a questão: “O famoso dito de Buffon, ‘*le style, c’est l’homme même*’ [o estilo é o próprio homem] tem sido com frequência interpretado (ou mal interpretado [...]) no sentido de que o estilo exprimiria a individualidade idiossincrática de quem escreve”. Depois de apresentar algumas interpretações da máxima, o historiador afirma que elas

estão erradas. O texto está assim: [...] [Essas coisas (os conhecimentos, os fatos, e as descobertas) estão fora do homem, o estilo é o próprio homem] [...] Buffon quer dizer que as descobertas científicas são exteriores em relação ao gênero humano (“*l’homme*” no sentido genérico, não o escritor); elas podem se tornar propriedade do gênero humano, e por isso imortais, somente graças ao estilo (poucas linhas antes, Buffon escrevera: [...] [as obras bem escritas serão as únicas que passarão à posteridade]). Essa interpretação é coerente com o enfático elogio do estilo impessoal formulado no *Discours* [...].

Ou o problema se restringe a cada caso particular de pesquisa histórica? Consideramos que a resposta não está adstrita nem ao estilo, nem à história, isoladamente. Mais uma vez recorremos a Ginzburg (2002a, p. 104): “Tentarei demonstrar, servindo-me de Flaubert como um caso especial, que o estilo e a história, ao invés de se excluírem reciprocamente, estão estreitamente entrelaçados”. Acreditamos que ele conseguiu.

Conclusão

Como os historiadores do início do século XXI devem se situar em relação à sua prática profissional? Essa é a grande questão a ser enfrentada pelos profissionais da história nos dias que correm, e que

os obriga a se posicionarem frente às realidades apresentadas pela historiografia “pós-moderna”. Ginzburg nos afiança que não importam os rótulos (e eles são muitos) quando se deseja mostrar as incoerências das correntes filosóficas que aderem ao pós-modernismo.

Mas o problema permanece: será que a história não passa de uma narrativa autorreferida? Será que ela não se limita a um relato, que pode ser modificado a depender das circunstâncias objetivas e subjetivas? É comum assistir a contestações sobre a validade de certos “tipos de história”, até em meios mais ilustrados ou acadêmicos. É frequente ver adotado o ponto de vista de que a história varia de acordo com as pessoas e os interesses que estão envolvidos em determinada pesquisa. Ou, quando menos, que a história se modifica dependendo de quem a escreve, e mesmo da competência (para investigar e narrar) de quem a elabora. Sem contar os fatos desvaliosos ou supositícios que a história “oficial” consagra como relevantes e os estudantes devem decorar. Em suma, a história, principalmente a história local, é tomada muitas vezes como um conto da carochinha.

Consideramos, no entanto, que para se estudar teoria da história os rótulos importam, sim. Importam na medida em que expressam realidades existentes, criadas por opções filosóficas e ideológicas determinadas, que devem ser, também elas, contextualizadas historicamente. Mesmo o nosso autor teve que levar em conta esses rótulos para estruturar o seu edifício teórico. De qualquer maneira, reconhecemos que para progredir no âmbito da história e da historiografia é imprescindível contar com a orientação de profissionais como Ginzburg: justamente por eles colocarem em questão certos modismos ou valores que tentam malbaratar o exercício da ciência histórica, e restringir o seu campo epistemológico.

Muitas vezes as descobertas historiográficas são provisórias, difíceis, custosas. E depois são contestadas por avanços teóricos e metodológicos. Mas isso se dá também com as outras ciências. O

raciocínio lógico nos lembra a obviedade de que novas conquistas científicas só podem ser conseguidas por meio de extenso trabalho anterior. A construção científica é demorada, errática muitas vezes, mas imprescindível para a abertura de novos horizontes intelectuais e para a ampliação do conhecimento humano. A sua modalidade científica é sempre restrita, pois revela parcelas de um todo maior, que nunca se mostra por inteiro. De qualquer maneira, o conhecimento científico é possível, e prossegue em sua caminhada. A história, junto com as outras ciências, participa dessas possibilidades e percursos, desse constante lançar de novas luzes sobre os mistérios do universo. Mas, afinal, não é para isso que existem as ciências?

Referências

- ACHIAMÉ, Fernando. A voz da autoridade. In: SANTOS NEVES, Jones dos. *Com vistas ao futuro: discursos, 1943-1954*. Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves (org.). Vitória: IHGES, 2002, p. 11-34.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CALVINO, Italo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janáina e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 139-147.
- COSTA, Iná Camargo e CEVASCO, Maria Elisa. Para a crítica do jogo aleatório dos significantes. In: JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevasco. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Relações de força – história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *Sinais – raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. 2 ed. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b, p. 143-179.

GUSTAVE FLAUBERT (1821-1880). 2003. Disponível em <kirjasto.sci.fi/flaubert.htm>. Acesso em: 21 jan. 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo – a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevalco. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SHAKESPEARE, William. *Hamleto – príncipe da Dinamarca*. Tradução Carlos Alberto Nunes. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, [19--].

VERÍSSIMO, Luís Fernando. A grande confusão. *A Gazeta*, Vitória, p. 5, 5 out. 2003.

BREVE RELATO DA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE NO ESPÍRITO SANTO

*Ítalo Campos**

Essas coisas todas se passaram tempos depois. Talhei de avanço em minha história. O senhor tolere minhas más devassas no contar. É ignorância. Eu não converso com ninguém de fora, quase. Não sei contar direito. Aprendi um pouco foi com o compadre meu Quelemém; mas ele quer saber tudo diverso: quer não é o caso inteirado em si, mas a sobre-coisa, a outra coisa. Agora, neste dia nosso com o senhor mesmo — me escutando com devoção assim — é que aos poucos vou indo aprendendo a contar corrigido. E para o dito volto.

(Grande Sertão Veredas – Guimarães Rosa)

Introdução

Pretendo nesse relato registrar, a minha maneira, a história da Psicanálise no Espírito Santo. Não se trata de um texto nos moldes de uma dissertação acadêmica; antes, será um registro dos momentos principais que introduziram a psicanálise no Estado. É um texto livre destinado ao leitor curioso em conhecê-la.

Freud provocou uma grande ferida narcísica quando demonstrou que o homem não é produto de sua consciência e de sua razão, que ele não é governado pelo pensamento. Antes de Freud, Nicolau Copérnico mostrou que a Terra não era o centro do universo, ao contrário do que dizia a Igreja. Depois, veio Darwin demonstrar

* Analista Membro da Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória. Membro das Academias Espírito-santense e Uruçuense de Letras e do IHGES.

que o homem nem sempre foi uma espécie acabada, pronta desde seu início, mas resultado de um processo evolutivo/adaptativo, contrariando a teoria da existência de Adão.

O que chamamos de Psicanálise é uma invenção freudiana do inconsciente no início do século passado, tendo como marco o livro da *Interpretação dos Sonhos*, datado de 1900. Ela é reinventada por J. M. Lacan, médico francês que leu Freud com as luzes da lingüística, da antropologia, da matemática e da filosofia. Lacan é profundamente freudiano ao recuperar a radicalidade da Psicanálise e fazer seu corte epistemológico com a medicina, a psicologia e a filosofia. Assim, não poderiam ser chamados de psicanalistas aqueles que seguem as orientações de Jung, de Reich, de Adler e de outros contemporâneos de Freud que freqüentaram suas reuniões de quarta-feira. Esses, por uma e outra razão, fizeram sua própria interpretação do inconsciente descrito por Freud. É natural, pois, que o leigo confunda a psicologia com a psicanálise e essa com psicoterapias. Elas são radicalmente distintas no princípio, no meio e no fim.

No Brasil a Psicanálise chegou ainda na sua infância. Freud, em sua obsessiva busca da correção teórica, foi revisando e aprimorando seus conceitos. Pois, para se discorrer sobre algum conceito freudiano, é necessário o conhecimento de toda a sua obra. Em 1899, na Faculdade de Medicina de Salvador, Bahia, o professor Juliano Moreira cita os trabalhos científicos de Freud.

Em 1914, dia 26 de dezembro, é defendida a primeira tese sobre psicanálise pelo médico cearense Genserico de Souza Pinto, com o título “Psicanálise – a sexualidade nas neuroses”. Em 1920, o médico Franco da Rocha lança em São Paulo o seu livro: *A doutrina pansexualista de Freud*. A segunda edição foi publicada em 1930 e o título, que certamente não agradava a Freud, passou a ser *A doutrina de Freud*. Nesta época, os intelectuais brasileiros que vão mais tarde promover a histórica “Semana de Arte Moderna”, em 1922,

conhecem e discutem as teses freudianas, deixando-se influenciar em suas produções artísticas e literárias.

Em 1926, o médico Durval Marcondes inicia correspondência com Freud. Em 1927, por sua iniciativa, foi fundada em São Paulo a “Sociedade Brasileira de Psychanalyse”, a primeira da América Latina, tendo como presidente o Dr. Francisco Franco da Rocha e como secretário o próprio Durval Marcondes. Em 1928, é lançado o primeiro número da *Revista Brasileira de Psychanalyse*. Em 1931, Marcondes inicia conversas com René Spitz para que ele venha para São Paulo. A negociação é interrompida pela “Revolução de 1932”. Em 1936, chega, enfim, a São Paulo a primeira psicanalista indicada pela International Psychoanalysis Association – IPA –, Dr.^a Adelheid Koch, recomendada pelo presidente da entidade, Ernest Jones. Em 1951, no Congresso de Amsterdã, a IPA reconhece oficialmente sua filial no Brasil com o título de “Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo”.

No Espírito Santo, a Psicanálise chega mais tardiamente, como veremos adiante, em relação ao tempo em que já se a estudava no Brasil e em lugares tão próximos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Aqui, o interesse em estudar a psicanálise com alguma metodologia e organização se inicia com a criação da Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência – APPIA. O profissional que organizou esta associação foi Fausto Amarante. A APPIA é constituída principalmente por profissionais do Centro de Psiquiatria Comunitária – CPC –, um serviço anexo ao Hospital “Colônia” Adauto Botelho para tratamento de psicóticos, incluindo suas famílias, criado pelo psiquiatra Paulo Bonates. O Centro de Psiquiatria Comunitária – CPC – teve apoio político e técnico da Fundação Hospitalar dirigida pelo psiquiatra Alcides Rodrigues da Silva. A equipe do CPC foi a primeira equipe multi-profissional — psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras — con-

tratada especificamente para viabilizar um projeto de atenção ao psicótico distinto do atendimento clássico que se executava no Hospital Adauto Botelho, que se caracterizava pelo uso de psicotrópicos e pelo eletro-choque – ECT (eletro-choque terapia).

Ao mesmo tempo, no nível privado, um espaço chamado Clínica de Orientação Psicológica e Social, criado pela assistente social Roberta Giovanotti e seus sócios (1972), desenvolvia um trabalho de atenção psicoterápica, em especial para crianças e adolescentes. Da equipe participaram profissionais que eram também do CPC e da APPIA. O número de profissionais e a cidade eram pequenos. Todos circulam nos poucos e mesmos lugares. Muito do que se realiza hoje no Espírito Santo no campo da psicanálise é tributário dos diversos profissionais que participaram dessa experiência.

Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – APPIA

No mês de outubro de 1971, em Buenos Aires, compareceu ao II Congresso Argentino de Psicopatologia Infanto-Juvenil uma centena de profissionais brasileiros, dentre eles Carlos César Castellar Pinto. Castellar era filiado à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro e dela se desliga em consequência do episódio da expulsão/readmissão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas.

Neste Congresso ele se comprometeu a fundar no Brasil uma instituição multi-profissional dedicada ao estudo da infância e da adolescência. Dito e feito: em 31 de janeiro de 1972 criou-se a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – APPIA – no Rio de Janeiro, sendo ele seu primeiro presidente, com participação de cinquenta profissionais. A APPIA tinha como objetivo ser uma sociedade científica, multidisciplinar de orientação

psicanalítica, visando à prevenção em saúde mental e à promoção de cursos e congressos com temas psicanalíticos e psiquiátricos. A APPIA era constituída predominantemente por psicólogos.

No Espírito Santo, a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – APPIA – foi criada pelo médico Fausto Amarante em meados do ano de 1976. O objetivo era congregar profissionais das várias especialidades para o estudo das questões relativas à infância e à adolescência. A APPIA já existia no Rio de Janeiro congregando um grande número de profissionais e promovendo publicações.

Nessa perspectiva, a APPIA promoveu vários cursos, dos quais se destacam: “Entrevista Psicológica”, com o Dr. Luiz Fernando de Melo Campos, profissional ligado à APPIA/Rio de Janeiro; “Atitude Terapêutica”, com o psicanalista Rodolfo Bohoslavsky; “Introdução do Estudo dos Psicotrópicos”, com o médico Luiz Alberto P. de Freitas; “Psicoterapias de Tempo Indeterminado”, com o professor Belmiro de Freitas S. Filho; e “Psicoterapias de Tempo Determinado”, com a professora Carmem Lent. Em novembro de 1977, a APPIA, junto com as associações profissionais e universitárias de psiquiatria, promoveu o “I Congresso de Psiquiatria do Espírito Santo”.

Como se vê, a APPIA não tinha uma linha teórica clínica definida. Para os psicólogos, alguns cursos e grupos de estudos eram muito iniciais e foram estudados em suas formações universitárias. A heterogeneidade dos membros da APPIA com diversidade de interesses e de práticas foi enfraquecendo a presença nas atividades promovidas, de modo que alguns de seus membros, que se agregaram a outros profissionais e estudantes, criaram o Centro de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas do Espírito Santo – CEPPEs.

Centro de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas do Espírito Santo – CEPPEs

Corre o ano de 1980. A ilha de Vitória, que nunca se agüentou neste pequeno pedaço de terra, expandia-se pelos mangues e morros. O Estado consolidara a opção pelos grandes projetos industriais. O Brasil respirava um pouco melhor; os militares e o regime eram forçados a afrouxar a ditadura. A imagem de desenvolvimento que o regime e o governo federal sugeriam não combinava com o atraso das torturas, das censuras, do obscurantismo. Na área da saúde havia uma grande mobilização. No Estado, vários profissionais se efetivavam na sessão local do Centro de Estudos Brasileiros da Saúde – CEBS –, que era um movimento nacional e um canal para se aproveitar as idéias e os ideais que não podiam se expressar através dos partidos políticos. Aos cebianos, como se chamavam, agregaram-se pecebistas, idealistas sem partido, sanitaristas, psicólogos, psiquiatras e alguns que viriam a se tornar psicanalistas.

A ilha é pequena: os intelectuais, os jornalistas, os artistas, os professores, profissionais liberais progressistas, funcionários públicos freqüentam os poucos e mesmos lugares. Para a área da “saúde mental” sempre vieram os mais loucos, os inconformados, os sensíveis, os idealistas. Assim, ao mesmo tempo e muito próximas, as mesmas pessoas eram atores desta história. Tudo está concentrado na cidade de Vitória com todo seu ar bucólico e provinciano.

As águas de março fecham o verão. Poucos diferem do que se encontrava no Centro de Psiquiatria Comunitária – CPC (anexo ao hospital Aduino Botelho), na Clínica de Orientação Psicológica e Social (Clínica da Roberta), na Clínica de Orientação Psicológica do Espírito Santo (Clínica do Fausto) e, na Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e Adolescência – APPIA. Cria-se em março de 1980 o CEPPEs. Crédito deve ser dado novamente ao

Fausto Amarante: seu furor de organizar instituições, sua capacidade de trabalho e seu gosto pelo poder fizeram-no um dos líderes na organização do CEPPEs, o qual, segundo seu relato, seria um “departamento” da APPIA.

A primeira diretoria provisória do CEPPEs tinha a seguinte composição: Presidente: Liberato Schwartz; secretário: Fausto Amarante; tesoureira: Roberta Giovanotti; diretor de comunicação: Olga Maria Reis e Silva; diretor científico: Omar Duane. Em julho desse mesmo ano, no dia 2, em assembléia geral com participação de trinta e oito pessoas, entre essas, cinco profissionais vindos da Argentina, estabeleceu-se o objetivo do CEPPEs: “integração de profissionais de saúde mental com coerência ideológica, voltado para a comunidade”.

Como se vê, na certidão de nascimento do CEPPEs se constata a contradição: a Psicanálise está apenas no nome e não no objetivo. Pode-se entender. Carlos Castellar era presidente da APPIA do Rio de Janeiro e de uma entidade de “análise de grupo” – ASPLAG. Ele indicou os profissionais para os cursos da APPIA de Vitória e a vinda do psicanalista Hugo Guangirolli bem como desenhou os estatutos do CEPPEs. Castellar visitava com frequência a cidade para orientação institucional e supervisões. De formação de esquerda, ligado ao Partidão (PCB), Castellar, com a instituição que dirigia em parceria com o CEPPEs, realizou em Guarapari, no ano de 1981 o “IX Congresso Brasileiro de Psicologia Analítica de Grupo” e divulgou o jornal “Gradiva”, de grande sucesso na época.

Deve-se registrar que, nesta mesma ocasião, foi lançada a revista “Rádice”, de psicologia, que tinha o dublê de psicólogo e ator Eduardo Tornaghi como um dos editores, e este autor como correspondente no Estado. Alguns anos depois, em 1985, o CEPPEs realiza o “I Congresso de Psicanálise do Espírito Santo” com a participação de Wilson Chebabi, Osvaldo Saidon e ainda Carlos Cas-

tellar. Verificando-se a Revista do CEPPEES dedicada a este congresso, observa-se que apenas os trabalhos de Henrique Torres e Tânia Anchife Martins fizeram referência a Lacan na bibliografia.

O estatuto do CEPPEES contém a palavra “ideológico” na definição de seu objetivo. Como se viu, foi o CEPPEES se afirmando como um palco ideológico e político, com disputas internas por lideranças de grupos, por hegemonia. A ferocidade da vida em grupo, dominada pelo imaginário, não teve dentro do CEPPEES outro destino senão provocar a agressividade, os ciúmes, as disputas e dissidências que, na verdade, são comuns na vida coletiva. Poucos faziam análise e todos o faziam com Hugo Guangirolli, que tinha uma formação clássica argentina de influência kleiniana, acrescentada de posicionamento político ideológico explícito. No CEPPEES Jorge Volnovich já propunha leitura do Seminário XI de Lacan. Queria-se ouvir Lacan no CEPPEES. Mas até aí nada de Lacan.

Os frequentadores do CEPPEES eram na maioria médicos. Alguns eram psicólogos, assistentes sociais, dentistas, religiosos e de outras categorias profissionais com as mais variadas e enganadas demandas.

No final de 1981, o psicanalista José Nazar, membro do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, também um profissional indicado, referenciado por Castellar, provocou a grande e profunda virada no ambiente psi do Estado. Na sua palestra inaugural Nazar apresenta de forma vigorosa as contribuições de Lacan para a leitura de Freud. Além disso, a experiência clínica e a disponibilidade para atender clinicamente desencadearam uma transferência forte por parte de vários profissionais até então ligados ao CEPPEES. É claro que José Nazar também sentiu amor por Vitória e por toda essa gente ávida para o estudo e a aposta Freud/Lacanianana. Um grupo de pessoas sai. O CEPPEES continua. A “Clínica do CEPPEES”, fundada em 1983, tomara uma grande dimensão dentro da institui-

ção e, de certa forma, a reforça na sociedade como uma prestadora de serviço qualificado, atendendo às demandas das famílias e dos casos individuais. Em 1985/1986 divergências internas provocam mudanças no estatuto, separando os departamentos de “Produção Teórica”, coordenado por Zanandré Avancinni e Cláudia Coser, e da “Clínica do CEPPEs”, onde atendiam Rui Perini, Maria Verônica da Paz, Tânia Prates, Ângela Chuquer e outros dezesseis profissionais, como Rosaura Beato, Camilo Chamoun e Jader B. Cruz, que, tendo vínculo também com a universidade, traziam para o CEPPEs os seus alunos. É sob a coordenação da professora Tânia Prates que se implanta no Hospital Adauto Botelho o projeto existente até hoje: “Cada Doido com sua Mania”.

Jader Bispo Cruz e Ruy Perini mantiveram o CEPPEs nos seus últimos anos. Dissolveu-se em princípios de 1996 uma instituição que, já na sua maior idade, contribuiu enormemente para a formação dos profissionais psi do Estado, podendo-se associá-la, com o rigor analítico necessário, a uma fase pré-psicanalítica no Estado.

Núcleo Psicanalítico do Espírito Santo

O Núcleo Psicanalítico do Espírito Santo – NUPES – foi inaugurado em Vitória no dia 11 de novembro de 1995 com a presença do presidente da Associação Brasileira de Psicanálise, Dr. Durval Azoubel Neto e do presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ – Dr. Ney Marinho, dentre outros. O primeiro presidente do NUPES foi Clóvis Castelo Miguel, que havia voltado para Vitória depois de residir longos anos no Rio de Janeiro. Desde o Congresso Brasileiro de Psiquiatria, realizado em Vitória em 1988, havia um grupo de profissionais que reivindicava à presidente da SBPRJ, Isaura Carneiro Leão, cursos e supervisões em

Vitória. Até sua constituição, em 1995, o NUPES funcionou como “Espaço Potencial”, coordenado por Castelo Miguel e, com apoio de entidades e instituições médicas e de saúde, promoveu jornadas, seminários e cursos tendo a obra de Freud e principalmente a de Donald Winnicott como referência. A presidente do NUPES atualmente é a psicanalista Nadja Mariz Franco.

Colégio Freudiano de Vitória

O outono mal começara. Na Avenida Saturnino de Brito e na Rua João da Cruz as folhas se desprendiam e se espalhavam. É o tempo da renovação.

José Nazar funda o Colégio Freudiano de Vitória em abril de 1982. Para a presidência foi escolhido Sérgio Passos, escolha que Nazar mais tarde reconheceria como um erro, pois quem deveria ter sido presidente era Roberto Cheib.

A sede do Colégio era na CLIPSI (Clínica de Psicologia), situada à Rua João da Cruz, Praia do Canto. Roberto Cheib, Sérgio Passos, Ítalo Campos, Ruth Bastos, Vanessa Torres e Maurício Madsureira compartilham essa nova experiência. Ali Nazar atendia e realizavam-se os primeiros encontros para a formação de cartéis e a criação do Colégio. É inegável a inspiração no Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, adotando-se o mesmo nome, uma filiação que levou tempo para ser resolvida e superada.

No Colégio Freudiano do Rio se destacavam os psicanalistas M. D. Magno e Betty Milan, que haviam sido analisandos de Lacan. Eram tradutores dos seus textos e seminários. Por isso se comportavam, às vezes, como seus representantes. Lacan, quando criou sua escola e quando a dissolveu tentava não deixar vigorar na instituição psicanalítica as hierarquias, os jogos e impregnações de poder

de qualquer natureza. Para minimizar os efeitos nefastos inevitáveis da vida em grupo, Lacan sugerira novas formas de organização institucional e de estudo da psicanálise, assegurando sua transmissão. Transmissão do seu nó central: O Real. Pois bem, é no Colégio Freudiano de Vitória que esta experiência se faz pela primeira vez. Para se ter uma idéia do que realizava o Colégio Freudiano, vejamos a programação do ano de 1990. Ruth Bastos era então diretora-presidente.

* **CURSO DE INTRODUÇÃO I** (quatro horas semanais)

- Formação do inconsciente e a lógica do significante

Coordenação: Maria Luiza Zanotelli

- Distinção entre sujeito e ego

Coordenação: Roberto Silva

* **CURSO DE INTRODUÇÃO II**

- Formação do inconsciente e a lógica do significante

Coordenação: Marcelo Kill

- Distinção entre sujeito e ego

- Coordenação: Maria de Lourdes Andrade

* **FORMAÇÃO PERMANENTE**

- Módulos Freudianos

- Pulsão

Coordenação: Ítalo Campos

- Histeria

Coordenação: Alberto Murta

- A Identificação

Coordenação: Alberto Murta

- Estruturas Clínicas

Coordenação: Roberto Cheib

- O Recalque

Coordenação: Ana Maria Domingues Carvalho

- A Lógica do Significante

Coordenação: Ernani Costa Júnior

- Fantasias nas Estruturas Clínicas

Coordenação: Ângela Cassol

- Clínica Lacaniana e Lógica do Significante

Coordenação: Jader Bispo

* **DEPARTAMENTO DE PESQUISA**

• Atelier da Criança

* **TRABALHOS EM CARTÊIS**

* **SESSÃO CLÍNICA**

* **EVENTOS**

* **PUBLICAÇÕES**

O Colégio Freudiano de Vitória quer ter sua autonomia, seu percurso próprio, e se vê inegavelmente preso no seu significante e na sua criação com o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Nazar traz para o interior do Colégio esta reflexão, propondo a criação de uma Sociedade de Psicanálise do Espírito Santo, cada vez mais atenta às proposições de Lacan e ao rigor ético da formação psicanalítica. Era um novo tempo que engendrava, no amadurecimento institucional, teórico e clínico, uma nova forma de organizar o Colégio institucionalmente, preservando os fundamentos da transmissão indicada por Lacan. Assim, em 1991, em assembléia do Colégio, é aprovada a proposta de se dissolver o Colégio Freudiano de Vitória.

Campo Significante

Esta instituição nasce, como outras, de rupturas. Sérgio Passos se incompatibilizou com os membros da diretoria do Colégio Freudiano. Assim, no final de 1984, Sérgio Passos, Camilo Chamoun e alguns profissionais da Universidade (Centro Biomédico), criam o Campo Significante. Em 1988, Bartyra Ribeiro de Castro, que fre-

qüentava o Colégio Freudiano, migra para esta escola, tornando-se um dos seus expoentes até 1995, quando a instituição é extinta. Sérgio Passos e Bartyra de Castro vão com outros profissionais para a Escola Brasileira de Psicanálise – Delegação Espírito Santo.

Sociedade Psicanalítica do Espírito Santo

Leia-se na ata do Colégio Freudiano de Vitória, datada de 04 de outubro de 1991, sob a presidência de Ruth Bastos, o seguinte: “A Associação Cultural Colégio Freudiano de Vitória por já não corresponder o que pretende de uma instituição psicanalítica será sucedida pela Sociedade Psicanalítica do Espírito Santo...”. Esta mudança se deveu a vários fatores, dentre eles questões éticas e políticas derivadas das divergências entre os “colégios” de vários Estados do Brasil e que constituíam a “causa freudiana”. As interferências de M. D. Magno foram um dos fatores desagregadores, dentro da “causa freudiana”. A “sociedade” prossegue. Em 08 de dezembro de 1995, em assembléia, adota-se o nome de “Escola Lacaniana de Vitória” e, mais tarde, “Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória”.

Casa Freudiana/Letra Freudiana

Em 1994, profissionais de Vitória que mantinham ligações com a Letra Freudiana do Rio de Janeiro fundaram aqui a Casa Freudiana, tendo como referência a instituição do Rio de Janeiro. Os profissionais circulavam entre uma cidade e outra. A Henrique Torres Neto e Noêmia Crespo se juntaram Rosana Dias, Bartyra Castro, Regina Médice, Ana Augusta Miranda, Inês Torres, Olga Maria C. de Souza e outros.

Em 2002, a Casa Freudiana foi dissolvida. Constituíram-se grupos de trabalho, cartéis, seminários ligados institucionalmente à Escola de Psicanálise Letra Freudiana, sediada no Rio de Janeiro, mas com abrangência para outros estados como o Espírito Santo, mantendo atividades em nível local, mas sem que se constituísse uma instituição.

Movimento Psicanalítico D'Escola

Da ruptura com a Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória surge o Movimento Psicanalítico D'Escola. Como sempre, o nome traz a interpretação deste “movimento”. Roberto Cheib, aquele que mais articulou, se dedicou e finalmente conseguiu que Nazar viesse para Vitória, junto com outros profissionais, rompe com a Escola Lacaniana.

No editorial de uma publicação intitulada D'Escola Movimento Psicanalítico, datado de novembro de 1999, Roberto Cheib escreve: “Esta revista é nova e fala de uma instituição psicanalítica, também nova, que existe há um ano e meio”. É fazer o cálculo para a data da fundação. Nesta revista a psicanalista Regina Lúcia Arrevabene escreve no texto de abertura:

Falar de ruptura na história do movimento psicanalítico é uma tarefa delicada, principalmente quando a vivência desse movimento é tão recente. Assim, os motivos que levaram cada participante da Escola Lacaniana de Vitória ao rompimento com a mesma está sendo trabalhado na sua particularidade, mas também sendo falado pelos sujeitos que se dispuseram a encontrar um ponto comum, fazendo laço no desejo de fundar algo novo.

No Regimento Interno do Movimento Psicanalítico D'Escola, está escrito no capítulo II, Art. 6º: “O objetivo desse espaço é o estudo dos ensinamentos de Freud e Lacan depurando os conceitos que fundamentam a teoria analítica”. Mais adiante, nesse mesmo documento Simone Hülle diz em seu artigo “Da Fundação do Movimento Psicanalítico D'Escola”: “A nossa história se inicia com uma ruptura! Ruptura dos laços de trabalho entre aqueles que se ocupavam da Escola Lacaniana de Vitória”. Neste documento estão relacionados-nomeados os vinte membros do movimento. Esta instituição se dissolveu no final do ano de 2005.

Psicanálise e Cultura

A instituição “Psicanálise e Cultura” foi fundada em março de 2004. Simone Hülle, que frequentou o Colégio Freudiano, a Escola Lacaniana e, junto com Roberto Cheib e Ângela Bueno, fundou o Movimento D'Escola, está agora criando a “Psicanálise e Cultura”, cujos membros fundadores são: Simone Hülle, Adriana Gonring, Cláudia Coser, Regina Lúcia Arrevabene, Rosane Moraes e Scheila Causal. A instituição assim se apresenta: “A Psicanálise e Cultura”, instituição psicanalítica, nasceu de compromisso, aceito por alguns psicanalistas, de demarcar o lugar da psicanálise no mundo a partir da premissa que torna indissociáveis as duas dimensões da psicanálise: a privada (intensão) e a pública (extensão).

Constitui-se num espaço de trabalho entre psicanalistas e estudiosos da psicanálise, comprometidos com a transmissão da descoberta freudiana e a formação do psicanalista, tomando como referência o que Jacques Lacan nos ensina em seu retorno a Freud e em sua reinvenção da psicanálise. Insistimos na aposta de que “cada um”, a partir do seu desejo, possa engendrar os laços de trabalho

necessários a essa reinvenção. As atividades da Psicanálise e Cultura estão organizadas em torno do eixo que modula psicanálise e cultura, dimensão necessária para destacar os traços que evidenciam o “mal-estar na cultura” e condicionam a subjetividade de cada época.

Coerentemente, os analistas que irão formar a nova instituição são aqueles, junto com o Conselho Regional de Psicologia e outras instituições psicanalíticas, que se mobilizam para esclarecer a população sobre o oportunismo e os equívocos do Projeto Lei do deputado Eber Silva, que propõe a regulamentação da profissão de psicanalista.

Escola Brasileira de Psicanálise – EBP – Delegação Espírito Santo

No início dos anos 90 chega ao Brasil, em várias cidades, a discussão iniciada na França sobre a criação de uma entidade internacional que congregue as instituições ditas lacanianas. Este “controle” era defendido pelo psicanalista Jacques Allan Miller, casado com a psicanalista Judith Lacan, filha de Lacan. Esta proposta provocou grande controvérsia no Brasil, fazendo com que os lacanianos reunidos em torno dos colégios freudianos (Rio de Janeiro, Vitória, Brasília, São Paulo e outros) escolhessem como símbolo do seu Congresso anual uma banana sobre fundo verde-amarelo. Era um protesto explícito ao que se interpretava como interesse político e financeiro na motivação do genro de Lacan.

O psicanalista e professor da UFES Alberto Murta já havia retornado da França, onde defendeu seu doutorado, quando, em 1995, funda a Escola Brasileira de Psicanálise – Delegação Espírito Santo. Nesta data, no Brasil, são simultaneamente criadas as Escolas Brasileiras de Psicanálise do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo,

do Paraná, de Minas Gerais e do Espírito Santo, como Delegação. Estas Escolas fazem parte da Associação Mundial de Psicanálise – AMP –, que teve Jacques Allan Miller como primeiro presidente. Hoje esta função está sendo exercida por Eric Laurent, escolhido este ano de 2006 no Congresso de Roma.

Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória

Transformação do movimento ou mudança em funcionamento é a história e marca desta instituição, desde o Colégio Freudiano, em 1982. O nome Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória é adotado em assembléia do dia 19/03/1999. Neste nome estão inscritos uma escolha — Lacaniana — e um lugar — Vitória, conferindo-lhes a particularidade e a singularidade do seu percurso.

A escolha é pelo compromisso de manter viva a Psicanálise em sua recriação na prática clínica, caso a caso, e pela sua inserção sócio/cultural, contribuindo e dialogando com vários outros campos do saber e para outras práticas. A Escola apresenta esse compromisso na diversidade de sua programação: cursos, seminários, leituras, sessões clínicas, cartéis, grupos de trabalho e pesquisa (adolescência e criminalidade, psicanálise e educação, psicanálise e artes, atelier de escrita), curso de introdução e ciclo de debates (as instituições brasileiras e a ética). O texto de apresentação, feito pela diretora geral da Escola, Cláudia Pellegrini, na programação do ano de 2006, nos revela o que pretende a Escola:

A Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória tem como objetivo, em constante construção, a transmissão da Psicanálise e a formação do psicanalista. O ensino e a transmissão da psicanálise realizam-se sob uma ética peculiar, uma vez que

consideram o funcionamento do inconsciente, a força da pulsão, e o que disso advém como desejo. Isso produz efeitos no tratamento do coletivo, e subverte a estrutura do saber. O que isso quer dizer? Que o saber em jogo revela em si mesmo um não-sabido.

Isso implica um novo ensino, que dá lugar ao não saber, e que tem como pré-requisito o desejo, só podendo ser transmitido de um sujeito ao outro através de uma transferência de trabalho. O que determina que não se pode formar um analista sem priorizar a análise pessoal, e nem importar o funcionamento acadêmico para a Escola. Portanto, cursos seqüenciados, níveis, anos, horas de duração, monografias e diplomas estão em desacordo com a ética da psicanálise, já que não se trata de acumulação de saber e sim de um constante questionamento desse saber. É justamente o fato de levar em conta um não-saber, um impossível, aquilo que justifica a existência de uma Escola, que põe os analistas a trabalhar, a se agruparem em torno dos textos psicanalíticos.

É com essa visão que a Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória apresenta sua estrutura e sua programação para o ano de 2006.

A Transmissão da Psicanálise

Freud, naturalmente, era muito preocupado com a transmissão da Psicanálise. Em vida, ele verificou que seus próprios pares desvirtuaram seus conceitos e teorias: Jung, que misturou as teses de Freud às suas próprias curiosidades místicas e orientalistas, e Reich, com seu esquerdismo fundamentalista, foram algumas das grandes decepções do fundador da Psicanálise, apesar de ele mesmo saber dos processos inconscientes que se refletem na vida em grupo, e

como seria difícil a psicanálise ser aceita, por razões subjetivas e por razões políticas e ideológicas. O nazismo foi o primeiro a queimar os livros de Freud e obrigá-lo a se exilar na Inglaterra.

Para firmar raízes fora da Europa já contaminada pelo nazi-fascismo, Freud estimula em sua viagem aos Estados Unidos a criação de Associações de Psicanálise, onde ele supôs que resistências de ordem política pudessem ser mais fáceis de serem superadas. Não pôde ver Freud que a resistência era maior que a imaginada, porque era mais extensa e influente. A forte institucionalização da Psicanálise sustentada na “Weltanschauung” norte-americana, num modo de vida americano, num momento político e econômico de domínio dos Estados Unidos da América, pretende transformar a psicanálise simplesmente numa técnica, num instrumento prático para adaptação do indivíduo ao status quo, ao modelo sócio-político vigente. Assim, a International Psychoanalysis Association – IPA – passa a “controlar” a psicanálise no ocidente, burocratizando-a, retirando sua virulência, pasteurizando-a a gosto do “*self made man*”. O controle que faz a IPA é do ponto de vista empresarial: a empresa, no sentido mesmo da palavra, produz pessoas adaptadas. Ela se propõe fazer terapia, ser utilitária.

É contra tudo isso que se insurge Jacques Marie Lacan, o psicanalista francês que aprende a língua alemã para ler Freud no original e redescobrir no seu texto a ética da psicanálise, que ele irá transmitir nos seus seminários e em alguns escritos.

Em 24 de junho de 1964, em Paris, Jacques Lacan funda a Escola de Psicanálise na França e rompe com a International Psychoanalysis Association – IPA. Lê-se na ata de fundação:

Fundo — tão sozinho como sempre estive na minha relação com a causa psicanalítica — a Escola Francesa de Psicanálise, da qual assegurarei, para os próximos quatro anos, pelos quais no

presente nada me impede de responder, pessoalmente a direção. Este título, em minha intenção representa o organismo onde deve-se cumprir-se um trabalho — que, no campo aberto por Freud, restava a lâmina cortante de sua verdade — que traz a práxis original que ele institui, sob o nome de psicanálise, no dever que retorna a ele no nosso mundo — que, através, de uma crítica assídua, denuncie os desvios e os compromissos que amortecem seu progresso, degradando sua utilização...”

Segue a ata de fundação, onde se apontam os modos de funcionamento. Este corte radical com a política e burocrática IPA é feito e assumido por Lacan na primeira pessoa. “Fundo...”. Não uma entidade política; ele funda uma “escola”, e dá a este “lugar de trabalho” a responsabilidade de restaurar a “lâmina cortante” das verdades freudianas.

Lacan escolhe o termo “Escola” não por acaso; trata-se de explicitar o corte com as Associações tradicionais e recuperar o antigo lugar de transmissão e produção socrático. Lugar de trabalho de cada um com a Psicanálise, reconhecendo-se que deve se manter aberta a pergunta: o que é um analista? E que a via de transmissão da Psicanálise é a transferência de trabalho conquistada na análise pessoal, na literatura teórica e na supervisão clínica. A Escola não é uma empresa hierarquizada, que fornece autoridade e graus pelo “tempo de serviço” ou outros artifícios próprios da convivência em grupo. Numa Escola, onde o psicanalista não se define por tempo, títulos e vaidades, o que deve prevalecer é, sim, a insistência em fazer letra renovada e viva da psicanálise, dando essas provas a seus pares, na Escola, através de textos, participações, questionamentos. É fazer “Escola” o que propõe Lacan aos analistas para a transmissão da Psicanálise e para a formação do Analista. Essa formação, necessariamente, deve ser permanente. Nisso, a Escola difere da

universidade, onde se confere um título e uma licenciatura. Licenciatura é uma “permissão” e uma autorização que a universidade dá em conclusão a um grau. A universidade nasce aí pelo século XII. A ciência, como conhecemos, por volta dos séculos XVI e XVII. Lacan busca o termo Escola também para fazer o antigo irromper no moderno, num contraponto ao cientificismo/universitarismo. Na Escola proposta por Lacan, a exemplo de Sócrates, Platão, Aristóteles, que não tiveram licenciatura, que se autorizaram por si mesmos, “o analista só se autoriza por si mesmo”, frase significativa que faz importante consequência na formação do analista e na formação/sustentação de uma Escola de Psicanálise.

Para não concluir

Como vimos, estamos na adolescência da Psicanálise no Espírito Santo. Um adolescente vigoroso, criativo e inquieto, mas, especialmente, um adolescente que se preocupa com a vida social à sua volta. Esta preocupação, legítima, não é transformada em militância ou religiosidade cega. É algo que procura mobilizar as pessoas, convocando-as a participar e juntas decidirem os caminhos, as respostas para os problemas das pessoas da cidade. A psicanálise faz-se dobradiça entre o público e o privado. E é avessa à institucionalização e à burocratização.

No Brasil e no Espírito Santo, há alguns anos, grupos religiosos com intenções não confessáveis têm tentado “oficializar” a psicanálise e, estrategicamente, têm aberto várias “escolas”, “institutos” de “psicanálise”, com forte campanha de mídia e com propaganda enganosa. Nada mais distante e oposto à psicanálise freud/lacanianiana que tais propostas e intentos. As Escolas aqui citadas, com o Conselho Regional de Psicologia, fizeram há poucos anos um documen-

to aberto à população denunciando as falsas e anti-éticas “escolas” e “institutos” que se anunciam em jornais e *out-doors* como uma mercadoria qualquer.

Que o vigor adolescente dessas Escolas não perca a graça e o amor à vida que os caracteriza!

Referências

ARREVABENE, Regina Lúcia. A história do movimento: da ruptura – O surgimento. *D’Escola Movimento Psicanalítico*. Vitória, ano 1, v.1, n.0, p.5-7, dez. 1999.

CADERNOS FREUD LACANIANOS. Escola Freudiana de São Paulo. São Paulo, n.2, (1979?).

CARVALHO, Cíntia Ávila de. *Os Psiconautas do Atlântico Sul: uma etnografia da psicanálise*. Campinas : Unicamp, 1998. Col. Tempo e Memória, 9.

REVISTA DO CEPPE – CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICANALÍTICAS DO ESPÍRITO SANTO. Ano I, n. 1. Edição dedicada ao I Congresso de Psicanálise do Espírito Santo. Vitória –ES, 25 abr. 1985.

ROSA, João Guimarães. *Seleta*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1979.

Entrevistas:

Ruy Perini, Milton Cots, Guilherme L. leite, Simone Hülle, Bartyra de Castro, Olga, Clóvis C. Miguel, Noêmia Crespo, Inês Torres e Maria de Lourdes Guimarães.

O BANDES NOS ANOS 1970: OS “GRANDES PROJETOS DE IMPACTO” E O AUGE DO DESENVOLVIMENTO – PRIMEIRA PARTE (1970-1974)

*Anaximandro Amorim**

Resumo: O presente vem a ser um artigo que busca explicar sobre o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) durante os anos 1970. Para tanto, far-se-á uma análise do papel da instituição, no período, durante os chamados “Grandes Projetos de Impacto” e como o Bandes foi um dos principais artífices desses projetos. Ao mesmo tempo, mostrar-se-á a evolução do banco, de um financiador de projetos rurais, para um apoiador da industrialização capixaba e como isso impactou uma mudança nos próprios quadros do banco. Por fim, concluir-se-á pela importância do Bandes nesse contexto e de como o banco contribuiu para a criação de um parque industrial no Espírito Santo. A metodologia buscada foi uma revisão documental em fontes primárias. Por questões de recorte, decidiu-se dividir o artigo em duas partes, sendo que esta abrangerá os anos 1970 a 1974.

Palavras-chave: Bandes. Anos 1970. Grandes Projetos de Impacto. Industrialização capixaba.

Introdução

Até os anos 1960, a economia capixaba era eminentemente agrária. Segundo BITTENCOURT (1987), a renda do Estado “continuava fortemente imbricada ao setor primário, compreendendo a agricultura, pecuária e o extrativismo, com 65% da renda estadual, seguindo-se-lhe o setor terciário, com 27%, contribuindo a produção industrial com apenas 8% do total”. No caso do setor agrícola,

* Advogado, professor e escritor. Membro da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Funcionário de carreira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

até antes da última grande erradicação (julho de 1962 a maio de 1967), o café correspondia a 60% da pauta (BITTENCOURT: 1987).

A crise econômica do Estado encontrou, nos programas de erradicação de cafezais, sua única solução. Segundo estudos elaborados pelo IBC/DAC, em 1966, o chamado “Programa de Diversificação no Espírito Santo”, em coautoria com a Findes, ensejou a elaboração do “Acordo IBC/GERCA” (Grupo Econômico de Recuperação dos Cafezais), tendo uma das cláusulas que determinava “a estruturação de uma entidade autônoma que se incumbisse da coordenação de financiamento de projetos de desenvolvimento e para a constituição de um Fundo de Desenvolvimento” (BITTENCOURT: 1987). Nascia, assim, a Codes.

O Bandes foi criado sob a denominação de Codes, em 20 de fevereiro de 1967, pela lei nº 2.279 de 1º/02 daquele ano, com capital inicial de NCr\$ 500 mil, durante o governo de Cristiano Dias Lopes Filho, tendo como principal missão ser o instrumento de revitalização da economia capixaba, combatida pela erradicação dos cafezais. Assim, a novel instituição, parte de todo um sistema criado, naquela época, para promoção do desenvolvimento do Estado (tal como Codesa, Copesca, Emcatu, dentre outros), visava compensar, sobretudo, os produtores pelas perdas com o café, praticamente, o único produto na pauta econômica capixaba. Junto com a Codes, foi criada a Codes-Cred, cooperativa de crédito que visava o empréstimo de recursos necessários ao empresariado, fechando, assim, o sistema de promoção do desenvolvimento espírito-santense.

Os anos 1970 trouxeram, por seu turno, muitas novidades, não só para a economia capixaba, mas, também, para o Bandes. Foi, ainda no final da década anterior, em 21 de novembro de 1969, autorizada a transformação da Codes em Bandes, pela lei estadual nº 2.413 daquele ano e já com um capital mais robustecido, de Cr\$ 1,5 milhão. A autorização pelo Bacen se dá em 11 de dezembro, pela

Carta Patente I – 333. Ademais, ainda naquele ano, foi publicado o Decreto 880, que instituiu o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres). Já no ano de 1970, a lei estadual 2.508 instituiu o Fundo de Desenvolvimento das atividades portuárias, o Fundap, verdadeiro instrumento financeiro que atuava no diferencial das alíquotas do antigo ICM (depois ICMS), criando vantagens competitivas para o Estado. Assim, no dizer de BITTENCOURT (1987):

Na área de financiamento, o primeiro mecanismo que nos interessa é o da participação societária. Advém com o DL 880. Este outorgava ao contribuinte a faculdade de deduzir até 33% do seu Imposto de Renda nos projetos capixabas. O decreto constituía ainda o Geres e o Funres (Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo e Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo), um fundo incluindo também recursos para o financiamento. Ao DL 880 associou-se também a Lei Estadual nº 24/69. Esta facultava ao contribuinte do Espírito Santo deduzir 5% do ICM. Essa massa de recursos propiciou ao Geres a aprovação de 123 projetos, concentrados na indústria de transformação, entre 1970 e 1977.

Na área de financiamento, interessaria ainda identificar o Fundap – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – criado pela Lei Estadual nº 2.508/70 e reforçado pela nº 2.592, de julho de 1971. Este mecanismo, além de financiar operações de intercâmbio comercial que utilizassem o Porto de Vitória, condicionava o beneficiário a destinar 50% da parcela financiada aos projetos estaduais e industriais, agropecuários, turísticos ou pesqueiros. Estes financiamentos, iniciados em 1971 com Cr\$ 5.500 mil, atingiram a expressiva soma de Cr\$ 100.000 mil em 1974.

Todos esses mecanismos criaram os alicerces da industrialização capixaba, uma vez que, com a decadência da economia cafeeira, não havia outra solução para as elites espírito-santenses que a industrialização. O inchaço da Grande Vitória, ocasionado pela concentração da massa ociosa, proveniente das lavouras erradicadas e a criação de todo um aparato de atração de investidores criava a oportunidade para que os chamados “Grandes Projetos de Impacto” se concretizassem. Ademais, a transformação da Codes em Bandes, por recomendação do Governo Federal (como no caso de instituições similares em outros Estados), contribuiria para mudar a face do Espírito Santo na década que começava.

O presente artigo tem por objetivo, portanto, discorrer sobre o Bandes e, por conseguinte, sobre a economia capixaba durante a década de 1970. Uma vez que, como veremos ao longo do texto, o decênio em comento foi palco de bastantes transformações, explanaremos, por uma questão didática, sobre os anos 1970 a 1974, deixando a segunda metade para um próximo *paper*. Nosso texto discorrerá sobre os chamados “Grandes Projetos de Impacto” e sua relação com o banco. Adiante, dedicaremos todo um capítulo para discorrer sobre as transformações ocorridas dentro do Bandes, no período. Impossível falar do tema sem citar o *case* da Real Café que, infelizmente, por questões de recorte, será brevemente tratado, pois entendemos que só este assunto já enseja, por si, um artigo. Depois, apontaremos as principais transformações na economia do Espírito Santo e sua relação com o Bandes e, por fim, daremos nossas conclusões.

Utilizamos como metodologia uma revisão bibliográfica partindo, sobretudo, de fontes primárias, principalmente relatórios de gestão. Há, no entanto, livros e artigos utilizados para balizar, também, nossa posição sobre o assunto. Tudo estará indicado pormenorizadamente nas referências bibliográficas ao fim do texto.

1. Os Chamados “Grandes Projetos de Impactos”

Os ditos “Grandes Projetos de Impacto”, nome, aliás, cunhado pelos seus próprios artífices, vêm a ser uma concretização do chamado “Projeto Espírito Santo” (Bandes: 1971), este, o embrião de um desenvolvimento planejado para os anos seguintes, tudo dentro do paradigma desenvolvimentista dos Governos Militares.

A modernização da economia espírito-santense, segundo LOUREIRO (2005), passava pela almejada industrialização que,

Nesse contexto, nas décadas de 70 e 80, grandes complexos foram planejados para o Espírito Santo nas áreas siderúrgica, portuária, turística e naval, além do complexo Paraquímico (Indústria de Celulose) e do Programa Nacional de Álcool – Proalcool –, ambos instalados na região Norte deste estado. Na verdade, trata-se da consolidação de um processo histórico que vinha sendo tecido desde os anos 50, no que diz respeito à siderurgia, e no final dos anos 60, no que tange a plantação e transformação do eucalipto na produção de celulose.”

Do exposto, depreendem-se as cinco linhas mestras dos “Grandes Projetos” (siderúrgica, portuária, turística, naval e paraquímica), que se deram dentro do espírito do I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), no caso, a partir do primeiro (1972), quando todos os mecanismos acima estavam criados a fim de tornar o Espírito Santo mais atrativo para o investidor.

Incrustado na periferia dos grandes centros, o Estado, que dispunha de uma mão de obra trabalhadora fruto do maciço êxodo rural, consequência da erradicação dos cafezais, era, no dizer do governador da época, Cristiano Dias Lopes Filho, um “nordeste sem Sudene” (LOUREIRO: 2005), no que a extensão desse incentivo para as áreas

do norte do Espírito Santo foi crucial para o desenvolvimento desse quinhão do Estado, ainda agreste para os próprios capixabas.

A industrialização, pensada, em um primeiro momento, dentro de um viés agrário, como consequência de um projeto de diversificação das bases da economia (pelo teor do acordo do IBC/GERCA), ensejou a criação de agroindústrias (Frisa, Frincasa, Real Café, como alguns dos principais exemplos), dando azo a plantas que se encaixassem com as diretrizes dos Grandes Projetos faladas anteriormente.

Além da criação de uma gama de incentivos fiscais/financeiros, era necessária uma razoável infraestrutura básica, que se tornou realidade, a despeito das restrições orçamentárias, com a remoção de “alguns pontos de estrangulamento” (BANDES: 1977). Assim, “foram concluídos projetos de estradas vicinais, interligaram-se zonas produtoras aos grandes eixos rodoviários federais, reequipou-se o Porto de Vitória, eletrificou-se o Norte do Estado e foram instaladas comunicações telefônicas nas sedes municipais ainda carentes desse serviço” (BANDES: 1977).

Também foi levada a cabo uma reforma completa da máquina administrativa capixaba, reestruturando-a e descentralizando-a, no que se pode destacar (BANDES: 1977):

- A criação da Codes, antecessora do Bandes;
- A revitalização do Codec – Conselho de Desenvolvimento Econômico, responsável pela elaboração e controle do orçamento programa do Estado;
- A reestruturação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A e sua transformação no Banestes;
- A criação da Escelsa (Espírito Santo Centrais Elétricas A/A), da fusão da antiga Escelsa com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica);

- Criação do Secorp (Serviço Estadual de Racionalização e Controle Operacional), hoje Prodest;
- Criação do DAF (Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação);
- Criação da Comdusa (Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano).

Sobre uma dessas estruturas, descentralizadas e autônomas, o Banded, falar-se-á especificamente em seguida e de como ela contribuiu para que esses “Grandes Projetos” pudessem se tornar realidade.

2. O BANDES nos anos 1970

A transformação da Codes em Banded veio a reboque de toda uma mudança estrutural, a fim de dotar a instituição para a realização dos ditos “Grandes Projetos de Impacto”. Decerto, o incipiente “Projeto Espírito Santo”, vislumbrado nas etapas iniciais do planejamento do sistema de desenvolvimento do Estado, trazia consigo um também novel “sistema financeiro de desenvolvimento”, que tinha no Banded um dos seus principais protagonistas.

Dessa forma, dotar o banco de uma estrutura para fazer jus ao desiderato desenvolvimentista do período era algo imprescindível. O Banded, assim, ganhou aparelhamento, sobretudo após sua transformação estrutural em banco propriamente dito, o que facilitava a operação de certos fundos (como o Funres e o Fundap), da mesma forma que atuaria nos principais programas que viriam a compor, adiante, os “Grandes Projetos de Impacto”.

2.1. MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS

A maior mudança administrativa foi, por óbvio, a transformação da Codes em Banded, em fins do ano de 1969, mas, que, por

efeitos práticos, se efetivou em janeiro de 1970 (BANDES: 1970). Um ano mais tarde, a instituição deixaria o primeiro andar do pequeno edifício Anchieta, na rua Nestor Gomes, Centro de Vitória, para adquirir quatro andares do então moderno Edifício Caparaó, na avenida Princesa Isabel, no mesmo bairro, “visando a melhoria de instalações e condições de trabalho (...) [para] proporcionar um ambiente de serviço satisfatório” (BANDES: 1971). Foram gastos Cr\$ 1.446,6 mil para a aquisição da nova sede (BANDES: 1971).

Além disso, o Bandes investiu em treinamento do pessoal, quando, ainda no ano de 1971, “manteve dois técnicos em um curso de pós-graduação, sendo um no IPE – São Paulo, onde cursou Pós-Graduação em Bancos de Desenvolvimento, e outro na PUC-Rio de Janeiro, onde frequentou mestrado em engenharia Industrial” (BANDES: 1971). A partir de então, o banco começa a proporcionar aos seus funcionários a oportunidade de estudo em cursos de pequena duração, realizados em Vitória.

Tais mudanças demonstraram, em apenas dois anos após a constituição do banco, consequências significativas, pois, em 1972, o resultado das operações atingidas colocou o Bandes “entre os primeiros bancos estaduais de fomento do país, com a característica de haver assumido esse lugar em tempo recorde, mercê das expressivas taxas de crescimento que obtém a cada ano” (BANDES: 1972).

Em apenas um ano, o crescimento das aplicações efetivas do banco cresceu 288%; acrescentando a conta do Fundap, o crescimento alcançava 352%, um êxito muito acima da expectativa. Ainda naquele ano de 1972, a porcentagem de recursos captados fora do Estado cresceram em 1.289%, contra 238% do ano anterior, o que reforça o paulatino crescimento, não apenas, do Bandes, mas, também, do Estado (BANDES: 1972).

2.2. MUDANÇAS ECONÔMICAS

Com a criação de um *pool* de incentivos fiscais atrativos a investimentos, além do aparelhamento/criação de instituições específicas para a promoção do desenvolvimento (como é o caso do Bandedes), tem-se, indubitavelmente, o palco para o advento dos “Grandes Projetos de Impacto”, com inchaço do investimento no setor secundário, sem se esquecer, no entanto, dos demais. Assim:

2.3. O SETOR SECUNDÁRIO

O investimento no setor secundário já começa pujante no primeiro ano da década. Segundo o relatório de 1970, “(mais) de 70% do volume de operações aprovadas em 1970 (em termo de investimento total), beneficiaram o setor industrial” (BANDES: 1970), o que demonstra uma demanda reprimida, bem como, uma necessidade de se focar em uma atividade considerada de vital importância para o período. Assim, naquele incipiente ciclo industrial, foram privilegiadas as atividades de (BANDES: 1970):

participação dos ramos alimentícios, minerais não metálicos e têxtil, tradicionais na economia brasileira. Entretanto, no caso, trata-se, principalmente, de unidades voltadas para o mercado externo (café solúvel, sucos de frutas) ou processados de fibras sintéticas.

No ano seguinte, percebe-se a mesma curva ascendente, com o setor respondendo por 80% das operações daquele ano (BANDES: 1972), sendo 99,3% destinados à Indústria de Transformação, tendo como os ramos mais beneficiados: produtos alimentares (45,5%), madeira (10,7%) e minerais não-metálicos (9,8%) (BANDES: 1972).

Em 1973, os relatórios de gestão acentuam as transformações não apenas econômicas, mas, também, de infraestrutura, fruto do

acentuado investimento no setor industrial e que vinham a integrar o Espírito Santo no “polo de crescimento do universo brasileiro, do qual participávamos geográfica e economicamente apenas como área de transição entre o sul desenvolvido e o nordeste beneficiado com favores fiscais” (BANDES: 1973).

O investimento industrial, segundo relatório do último ano do nosso recorte (BANDES: 1974), tem viés otimista e aponta para um “amadurecimento esboçado” com relação ao ano anterior, ensejando uma consolidação dos “Grandes Projetos de Impacto”. Segundo o próprio documento, foram conquistas daquele ano, num labor acumulado desde o início da década:

- Conclusão do projeto de viabilidade final e constituição jurídica da CST;
- Formalização das empresas de pelotização de minério de ferro, por associação da CVRD com grupos estrangeiros – HISPANOBRÁS (3Mt/ano) e NIBRASCO (6 M/t ano) – e novos protocolos firmados com grupos egípcios (4 Mt/ano) e alemães (4 Mt/ano), elevando a produção prevista para 1978 à casa das 25 Mt.
- Constituição da FLONIBRA, por associação da CVRD com a Japan Brazilian Pulp, visando a implantação de grande complexo florestal – 400 mil ha – para produzir 3 Mt/ano de chips e 0,8 Mt/ano de celulose;
- Maturação das gestões empreendidas pelo Governo Estadual, baseadas principalmente em estudos realizados pelo Bandes/APV, para a localização, em Vitória, do estaleiro de reparos navais RENAVER, com capacidade de reparos de navios de até 300 mil tdw;
- Aprovação pelo BNDE do projeto industrial da Aracruz Celulose S.A., com capacidade para produzir mil toneladas de celulose branqueada por dia e
- Assinatura de protocolos pela Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, com associa-

dos norte-americanos, australianos e japoneses, relativo ao estudo de viabilidade de extração, beneficiamento, exportação e estocagem de minerais estratégicos nos municípios de Aracruz e Linhares.

O tom otimista quer demonstrar não apenas o sucesso de todo o planejamento do sistema fiscal/financeiro, para o engendro dos “Grandes Projetos de Impacto”, mas, também, a significativa mudança na economia capixaba, que deixava o viés eminentemente agrário para tornar-se industrial, tudo dentro do paradigma desenvolvimentista do período.

Certamente, naquele 1974, o Brasil já se encontrava sob a égide do II PND, que tinha visíveis influências sobre o Espírito Santo. Dessa forma, além do trabalho do Governo do Estado e do Geres, fica ainda mais forte o trabalho do Bandedes, “através (sic) de trabalhos e programas específicos de formação de recursos humanos, de levantamentos e diagnósticos de problemas setoriais e regionais e de assessoria técnica para seleção e localização de unidades produtivas” (BANDES: 1974).

Do mesmo relatório, extrai-se uma tabela que demonstra o salto de investimento do ano de 1974 em comparação com o anterior.

APOIO FINANCEIRO	1973	1974	74/73 (%)
Aprovado	276.900,00	436.000,00	157,5
Contratado	238.100,00	340.000,00	142,8
Desembolsado	208.300,00	289.200,00	138,8
Saldo em 31/12	371.700,00	664.100,00	178,6

Fonte: Relatório Anual de 1974 do Bandedes.

Depreende-se, assim, a importância do investimento no setor secundário e como esses projetos se consolidavam no âmbito do Espírito Santo, dentro, sobretudo, de três princípios: desenvolvimento

industrial descentralizado; apoio à pequena e média empresa; e articulação, como agente financeiro, do Sistema Nacional de Planejamento (BANDES: 1974).

2.4. OS DEMAIS SETORES

O enfoque no setor secundário foi tão importante que, mesmo o primário, de tradicional relevância em números contratuais no Banded, foi influenciado pelo investimento industrial. Dessa feita, é no relatório de 1972 que aparece, pela primeira vez naquela década, alguma menção, no que se lê que “o setor primário cresceu razoavelmente sua participação, onde se destacaram as aplicações na Agrosuco, Aracruz Florestal e Barrapesca” (BANDES: 1972). Todas essas atividades eram fruto de uma estratégia pensada ainda no começo da década, que privilegiava setores como os de “Florestamento e reflorestamento; Fruticultura; Produtos Hortigranjeiros; Pecuária bovina; Pesca e Culturas mecanizáveis” (BANDES: 1977).

Da mesma forma o setor terciário, auxiliado pelas operações oriundas do Fundap, notadamente no que tange a transportes, administração pública e turismo (BANDES: 1972). Uma análise permite identificar que, nesse setor, o foco foi o comércio de mercadorias tais como minério de ferro, carvão metalúrgico, produtos siderúrgicos e combustíveis líquidos, ou seja, a comercialização de produtos oriundos do setor secundário (BANDES: 1977). É daí que vem, também, a dita “vocação para o comércio exterior” do Espírito Santo, com o aparelhamento, sobretudo, o Porto de Vitória (BANDES: 1977), uma vez que a produção industrial precisava de uma porta de saída.

Decorre-se, portanto, que, a principal preocupação era, mesmo, o incremento de setor secundário da economia, posto que as atividades dos demais setores pareciam girar, em maior ou menos grau, em torno do setor industrial.

2.5. ALGUNS NÚMEROS

Cotejando alguns números, provenientes de relatórios do período, montamos a seguinte tabela:

BANDES EM NÚMEROS – 1970 A 1974			
ANO	LUCRO DISPONÍVEL (em Cruzeiros)	EMPREGADOS	N. OPERAÇÕES
1970	2.153.024,39	80	45
1971	(não há dados)	100	85
1972	10.193.215,52	129	110
1973	30.848.069,48	147	148
1974	83.554.005,64	172	639

Fonte: Relatórios de Gestão 1970 a 1974.

Interpretando os dados acima, podemos chegar às seguintes considerações:

A tabela acima foi construída levando em consideração não apenas a relevâncias das informações coletadas (no que tange ao crescimento do Banded no período), mas também algumas informações comuns aos relatórios estudados.

É interessante vislumbrar o vertiginoso crescimento do lucro disponível do Banded que, apesar de expresso em Cruzeiros e da inflação da época, consegue nos mostrar a pujança do período, sobretudo no ano final da nossa análise (1974), em que o lucro do banco mais que dobra com relação ao ano anterior.

Chama atenção, também, o número de empregados, que cresce a cada ano, mostrando a necessidade de expansão do quadro. Mas, o dado mais interessante é, sem dúvida, o número de operações, com um expressivo crescimento em relação não apenas ao ano anterior, mas, também aos demais, o que consegue nos dar um termômetro de como estava não só o Banded, mas, a economia capixaba do período.

Isso nos mostra o período de auge dos “Grandes Projetos de Impacto” e como todo aquele sistema pensado ainda em 1967 estava correto com relação ao projeto do desenvolvimento econômico capixaba.

2.6. O CASO DA “REAL CAFÉ”

O caso da “Real Café” é emblemático não apenas na história do Bandes, mas, também, da economia do Espírito Santo. Criada em 1971, a empresa foi concebida na esteira da dinamização e mecanização do setor primário da economia, na busca de soluções para a criação de um parque industrial capixaba, dentro do espírito do período. Ademais, havia a questão da introdução e melhoramento do café conilon, ou café “robusta”, inicialmente, preterido por ser taxado como um produto de má qualidade. Assim, segundo BITTENCOURT (1987):

A Realcafé Solúvel do Brasil S/A (Viana), para o beneficiamento do café conilon (robusta), muito significativo para a agricultura local, foi a primeira empresa a se beneficiar do “Sistema de Incentivos Fiscais”, objetivando a industrialização da matéria-prima espírito-santense. O café conilon (africano), trazido para o Espírito Santo, terminou por reorganizar a cafeicultura local, tornando-se o Estado, o maior produtor mundial, sendo novamente o café responsável pela maior parte da arrecadação dos cofres públicos.

O corpo técnico do Bandes teve papel preponderante não apenas na instalação, mas, também, no planejamento. Tirando partido da legislação do período, o banco chegou a deter, do empreendimento inicial, um montante de 85% das ações, percentual que foi paulatinamente sendo transferido para o Grupo Tristão, que, até 1976, já detinha o controle acionário da empresa.

O projeto da Real Café previu uma produção de 2.000 toneladas/ano, gerando, inicialmente, 106 empregos diretos e um investimento de Cr\$ 8,9 milhões (BITTENCOURT: 1987), o que mostra o pioneirismo de um negócio que se propunha genuinamente capixaba, combinando arranjos locais.

3. O Espírito Santo começa a ganhar uma nova feição

Com o massivo investimento no setor secundário, houve, por conseguinte, a necessidade de se criar toda uma infraestrutura que atendesse a esse fim. Tal desiderato começa a ver a luz no final da primeira metade da década de 1970. Assim, consoante ao relatório de 1973, aconteceu, naquele ano, a definitiva integração do Espírito Santo no polo de desenvolvimento do universo brasileiro, “do qual participávamos geográfica e economicamente apenas como área de transição entre o sul desenvolvido e o nordeste beneficiado com favores fiscais” (BANDES: 1973).

Como destaques daquele ano, temos, por exemplo (BANDES: 1973):

- A inauguração do trecho Vitória-Salvador da BR 101 [que] ensejou considerável incremento às atividades turísticas na faixa litorânea do Estado, além de proporcionar a abertura do Nordeste às empresas capixabas;
- Consolidando sua vocação de centro polarizados do comércio de vasta área do território brasileiro com o exterior, o Porto de Vitória concluiu os estudos de viabilidade e de engenharia final do Cais de Capuaba e, dada sua importância no conjunto infraestrutural do Corredor Goiás-Minas Gerais- Rio de Janeiro–Espírito Santo, foi assinado o contrato para construção do terminal marítimo e dos silos para cereais.

Concomitantemente, desde o início da década, foram levados a cabo programas de eletrificação, comunicação telefônica e estradas vicinais (BANDES: 1970), sobretudo no norte do estado, região historicamente isolada do resto do Espírito Santo e cujo desenvolvimento muito se assemelhou ao do Nordeste do Brasil.

Conclusões

Do exposto, conclui-se, primeiramente, a incontestável importância do Bandes no contexto dos “Grandes Projetos de Impacto”. Criado, inicialmente, como Codes, dentro de um quadro de compensação pelas perdas com o café, o Bandes, já constituído banco, se reinventa, pela primeira vez, com o fim de se tornar um dos principais artífices de toda a estrutura montada para a atração de investimentos.

Em segundo lugar, essa estrutura teve como consequência a formação de um parque industrial capixaba. A formação desse parque, aliás, é, também, uma decorrência do papel do banco, pois, com a formação de um sistema de atração de investimentos, percebe-se uma hipertrofia do setor secundário, no universo de operações do Bandes. Tal estado de coisas, aliás, serviu como fio condutor dos demais investimentos que, direta ou indiretamente, giravam em torno da industrialização, algo inédito na história de um banco, até então, eminentemente rural.

Por fim, os números trazidos neste artigo mostram, de 1970 a 1974, o auge dos chamados “Grandes Projetos de Impacto” e, conseqüentemente, do papel do Bandes em tais projetos. Essa pujança conhecerá sua decadência na segunda metade da década, com a diminuição do investimento no setor secundário e o exaurimento do modelo. O banco também sofrerá uma diminuição de sua im-

portância, com a criação da “Secretaria do Planejamento”, dentro de um “Sistema de Planejamento”. Com a chegada da década de 1980 e o substancial aumento da inflação, o Banded terá seu papel questionado, pela primeira vez, e adotará novas estratégias para cancelar sua existência. Assuntos, a ser tratados na continuação deste artigo.

Referências

- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1970*. Vitória: 1971.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1971*. Vitória: 1972.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1972*. Vitória: 1973.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1973*. Vitória: 1974.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1974*. Vitória: 1975.
- BANDES. *Relatório Anual da Diretoria 1977*. Vitória: 1978.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A Formação Econômica Do Espírito Santo (O Roteiro Da Industrialização)*. Cátedra, Rio de Janeiro: 1987.
- LOUREIRO, Klítia. *A modernização econômica do Espírito Santo e a ação dos agentes políticos locais*. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0560.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

OS QUARTÉIS DE COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

*Gelson Loiola**

Resumo: O presente artigo tem por finalidade reconstruir a história de todas as instalações provisórias e próprias que foram ocupadas como quartéis e que serviram de sede ao comando geral da força pública policial militar do Espírito Santo, nos Períodos Imperial e Republicano, desde a sua criação como Companhia de Guarda de Permanentes em 12 de dezembro de 1831, até os dias atuais, informando à sociedade espírito-santense a significativa contribuição para a história militar do nosso Estado.

Palavras chave: Polícia Militar – Quartéis, provisórios, locações, projetos, próprios, construção, ocupação, demolição, Moscoso, Maruípe, memória.

Introdução

A palavra “quartel” consiste em um substantivo masculino que, no sentido militar, significa um conjunto de instalações onde se alojam tropas e seus respectivos equipamentos, e segundo o site *origemdapalavra.com.br*, a palavra quartel, “veio do Latim *quartarius*, ‘a quarta parte’, usado para designar uma parte ou distrito de uma cidade; mais tarde, esse termo passou a designar ‘alojamento militar’”, termo que se perpetuou como, local onde se encontram instaladas as Corporações Militares.

Os quartéis são instalações que abrigam as diversas Corporações Militares do Brasil, que são a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro, a Aeronáutica, as Polícias Militares, os Corpos de Bom-

* Coronel da Reserva da PMES, Pesquisador, Historiador, bacharel e professor de Direito, especialista em Ensino Superior e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico ES.

beiros Militares, suas Unidades (Batalhões) e Subunidades (Companhias), porém, os que mais se destacam, principalmente, nas Polícias e Corpos de Bombeiros Militares brasileiros, são os denominados de “Quartel de Comando Geral – QCG”, que é o principal foco deste artigo na história da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES.

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), foi criada pelo Conselho de Governo em 12 de dezembro de 1831 e, ao longo dos seus 187 anos de existência, teve o comando geral e os seus respectivos efetivos, ocupando diversos imóveis privados locais e instalações públicas em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, até a construção de suas instalações próprias dos Quartéis do Comando Geral (QCG).

O primeiro quartel próprio da PMES foi construído no Campinho, depois, denominado de “Vila Henrique Moscoso”, situada no centro de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, o “Quartel do Moscoso”, e por fim, na antiga Fazenda do Estado, a “Fazenda Maruípe”, hoje o denominado Bairro de Maruípe, onde se construiu o “Quartel de Comando Geral”, a atual sede da Polícia Militar do Espírito Santo, conhecido como “QCG de Maruípe”.

A criação do Corpo de Pedestres e seus quartéis

Apesar da autorização da Carta Régia, de 12 de março de 1798, de D. Rodrigo de Souza Coutinho, (secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos), para que se instituisse na Capitania do Espírito Santo, um Corpo de Pedestres para fiscalizar e combater roubos e ataques indígenas ao longo das vias fluviais da Capitania, única via de transporte da época, pois não havia estradas para escoação da produção, segundo diversos autores, coube ao capitão

de fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, que assumiu o governo da Capitania capixaba em 29 de março de 1800, com base citada Carta Régia, criar em 4 de abril de 1800, o Corpo de Pedestres com 300 soldados, cujos quartéis, na maioria deles, foram distribuídos as margens do diversos rios que banhavam a mesma.

Segundo, Rubim (1840, p. 18 - 23), foram instalados em pontos estratégicos e rios da Capitania capixaba os seguintes postos: Quartel do Porto do Souza (homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado da Marinha) na parte sul do Rio Doce, abaixo da foz do Rio Guandu, o Quartel de Lorena (homenagem ao presidente de Minas Gerais, capitão-general, Bernardo José da Silveira e Lorena) sediado nas margens do Rio Guandu, o Quartel de Regência Augusta (homenagem ao Príncipe Regente) na margem sul do Rio Doce, o Quartel de Anadia sediado na margem sul do Rio Pancas, o 1º Quartel de Linhares na Povoação, o 2º Quartel de Linhares na lagoa Juparanã, o Quartel do Aguiar ao sul do Rio Doce, o Quartel de Monsaráz na estrada geral de acesso a Bahia, o Quartel do Riacho distante quatro léguas de Povoação, o Quartel de Comboios, os Quartéis na Povoação de Viana de Ilhéus, com dois Quartéis nas extremidades e dois no sertão em Altos Montes, o Quartel do Itapemirim na parte sul do Rio Itapemirim, o Quartel de Boa Vista na estrada de acesso a parte sul da Capitania e o Quartel de Itabapoana às margens do Rio de mesmo nome.

Com a existência dos quartéis próximos a água e a sensação de segurança oferecida, foram os fatores preponderantes para que em torno deles comesçassem a surgir novas vilas, e com o tempo, além do policiamento nas vias fluviais, os soldados pedestres passaram a residir e a policiar o entorno das vilas, e apesar dos Corpos de Pedestres pertencerem aos quadros da Marinha Imperial, pela atividade que passou a desempenhar até sua fusão com a tropa da Companhia de Infantaria do Espírito Santo, através do Decreto Imperial

de 1º de dezembro de 1824, quando D. Pedro I reorganizou os Corpos do Exército criando o 12º Batalhão de Caçadores do Exército sediado em Vitória-ES, (12º BC), uma de suas Companhias, justamente composta pelos integrantes do extinto Corpo de Pedestres passou a realizar o policiamento da Província capixaba, motivo pelo qual podemos classificá-lo como, o “embrião” da PMES.

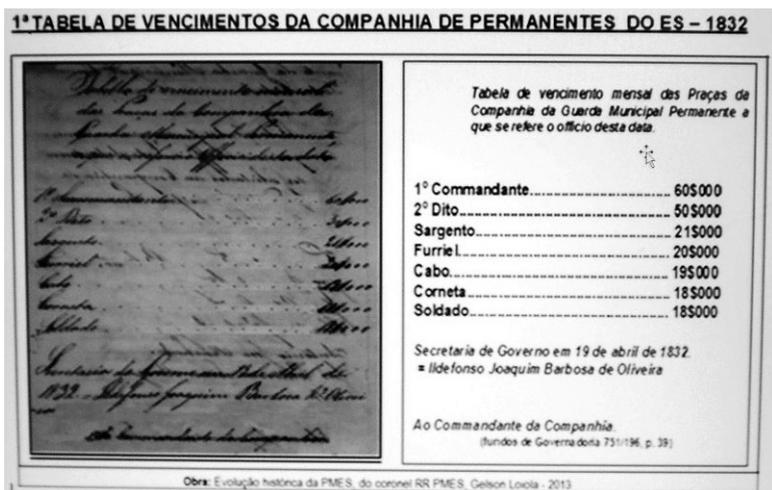
A primeira Força Pública Policial Provincial do Espírito Santo

O marco inicial para a criação de um novo modelo de Forças Policiais nas províncias brasileiras foi o Decreto de 10 de outubro de 1831, baixado pelo ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, autorizando os Conselhos de Governo, instituídos pelo imperador D. Pedro I em 1823 para exercerem as funções legislativas provinciais, a criarem Guardas, Companhias ou Corpos de Permanentes, que se tornaram o primeiro modelo de Forças Policiais Provinciais do Brasil, as atuais Polícias Militares Estaduais.

O Conselho do Governo da Província do Espírito Santo, composto por Antônio Pinto Chichorro da Gama (presidente), José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coitinho, Manoel dos Passos Ferreira, Padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro, reuniu-se, e conforme a ata do conselho de 12.12.1831, “nesta sessão tratou-se da criação da Guarda paga de conformidade com a Lei de 10 de Outubro” (Fundos de Gov. /L.A. 134, p.119-21).

As autoridades da Província capixaba foram comunicadas em 13.12.1831, a respeito da criação da Companhia de Guardas de Permanentes com 100 soldados, o 1º modelo de polícia provincial, e que o Alferes do Exército Brasileiro, Antônio Ferreira Rufino era

o comandante e permaneceu no cargo de 1831 a 1839 (F.G. 195, p. 244). Outra prova incontestável é a “Tabella de vencimentos da Companhia de Guarda de Permanentes”, datada de 2.04.1832.



Outras provas são as incorporações efetuadas por ordem do presidente da Província fossem alistados na Companhia de Guardas de Permanentes a partir de 18.04.1832, e até o final de 1833, já haviam sido incorporados 4 sargentos, 1 furriel, 1 cabo, 1 corneta e 64 soldados (F.G. 196-201), e a última ratificação emerge do relatório presidencial de 1861: “Antes da criação das assembléas provinciais esta força consistia n’um corpo de permanentes. A lei nº 9 de 6 de abril de 1835 authorizou a presidência a ir gradualmente dissolvendo esse corpo, e creou em substituição huma guarda composta de 115 praças” (p. 17, grifei), o que comprova a criação da Polícia Militar capixaba em 12.12.1831, substituída pela Guarda Provincial em 6.04.1835.

O primeiro quartel da Companhia de Permanentes do Espírito Santo

O primeiro aquartelamento da Corporação provincial, citada por Manuel José Pires da Silva Pontes, em 1833, como “a Companhia de Permanentes que organizada com cem praças nunca apresentou mais de setenta em estado effectivo:” (Rel.presidential, p.2), passou a ocupar as instalações do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, também conhecido como “Forte do Carmo” ou “Forte da Vila”, conforme Oliveira (2008, p.170), foi concluído pelo donatário do Espírito Santo (1675- 85), Francisco Gil de Araújo, e ampliado em 1730.



A edição da Lei nº 16, de 12.08.1834, dá as províncias brasileiras à autonomia para: “Art. 6º: A nomeação dos presidentes [...], e sua polícia [...]”, e “art. 11, § 2º: Fixar, [...] a força policial”. Então, o governador Manoel José Pires da Silva Pontes, resolve solidificar a PMES pela Lei Provincial nº. 9, de 06 de abril de 1835: “Art. 1º - Criar-se-ha uma companhia com o título de guarda de polícia provincial, [...]”, em substituição a Corporação Policial descrita no “Art. 7º - O Presidente da Província fica autorizado a poder ir

dissolvendo o Corpo de Permanentes [...]”, e que os praças deviam completar o tempo de serviço na GPP, o que comprova a existência da Corporação desde 1831.

A solidificação com a reorganização da força policial como Guarda de Polícia Provincial (GPP), ocorreu no dia 6 de abril de 1835, se mantém sob o comando do alferes Antônio Ferreira Rufino desde 1831, e permanecia aquartelada no Forte do Carmo, conforme balancetes de receita e despesa emitidos pela GPP, assinados pelo comandante, Alferes Rufino, constando “aquisição de três lâmpões [...], Rs 32\$280. Quartel de Polícia no Forte do Carmo, 6 de dezembro de 1836” (p.69).

O Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo (forte do Carmo ou Forte da Vila), existiu até o início de 1847, uma vez que no Mapa das Fortificações do Império do Brasil, nº 38, datado de 15.04.1847, consta existindo na Província do Espírito Santo, apenas a fortaleza de São Francisco e a Fortaleza de São João.

A interiorização da Guarda de Polícia Provincial no Espírito Santo

A expansão do efetivo da Guarda de Polícia Provincial do Espírito Santo para o interior da Província ocorreu na região do município de São Mateus que é considerado a segunda povoação mais antiga do Espírito Santo (1554). Essa interiorização se registra em 1838, e consta do Mapa de Efetivo nº 3, anexo ao relatório do presidente João Lopes da Silva Coito, de 08.09.1838, onde constam destacados na Vila de São Mateus 1 cabo e 5 soldados e na Vila da Barra de São Mateus, o mesmo efetivo, sendo então, os precursores da implantação de Destacamentos Policiais no interior da Província do Espírito Santo.

A Extinção da Guarda Policial e a Recriação do Corpo de Pedestres do Espírito Santo

Apesar das boas referências feitas pelos presidentes da Província do Espírito Santo a respeito da atuação da Guarda Policial, pela Lei nº 12, de 16 de novembro de 1844, nas disposições gerais, determinou: “Art. 4º. Fica dissolvida desde já a guarda policial” (p.15), ou seja, a partir de 1845, a Província não teria mais a sua Força Policial Provincial.

A mesma lei que extingue a Guarda de Polícia Provincial determina a criação de uma Companhia de Guerrilha com o efetivo da extinta Força, apenas para executar a capturar criminosos, escravos fugitivos e combater os Quilombos na Província, e diante disso, o policiamento da Província é extinto, e começa a gerar reclamações da população capixaba.

Visando solucionar o problema, emerge a Lei imperial nº 341, de 06.03.1845, que resulta no Decreto Imperial nº 435, de 30.09.1845, aprovando o plano de organização de oito Companhias de Pedestres, uma delas na Província do Espírito Santo (art. 2º), com o efetivo de um capitão ou tenente, um alferes, um 1º sargento, dois 2º sargentos, um furriel, quatro cabos, setenta e um soldados e um corneta, que a partir do dia 02.10.1845, se aquartelaram no Convento de Nossa Senhora do Carmo, (Convento dos Carmelitas), em Vitória-ES.

A situação se agrava ainda mais, quando o efetivo do Corpo de Pedestre por determinação presidencial é deslocado em 17 de julho de 1946, para guarnecer a estrada que ligara o Espírito Santo a Minas Gerais, deixando a cidade completamente desguarnecida.

Em 23.05.1847, o presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em seu relatório, afirmou que desde a extinção da Guarda Policial em 1844, a província não dispunha de uma força permanente paga

pelos cofres públicos para ser empregado no policiamento interno, fato reclamado pelos seus antecessores, e que a Companhia de Pedestres com apenas 41 praças, não consegue realizá-lo a contento, e sugere: “Convém por tanto a criação de alguma força policial, embora de poucas praças, porque, não só o acto adicional o exige, [...]”, (p.11), um apelo claro, para que se recrie a extinta força policial provincial.

Para tentar resolver o problema foi aprovada a Lei nº. 9, de 4 de maio de 1848, que autorizou, “o engajamento de 13 praças com vencimento de 630 rs. diários, as quaes têm a seu cargo a policia da capital” (p.3), para atuarem junto à Companhia de Caçadores do Exército, iniciando assim, a reorganização de uma Guarda Policial vinculada à tropa federal.

Em 1849, o governo provincial capixaba reclama que só podia contar com o “diminuto número de 13 praças para fazer o policiamento desta capital” (p.12), e solicita o aumento dos praças policiais, sendo atendido no ano seguinte, conforme relatório de 25.07.1850, no qual conta com 20 guardas policiais, também insuficientes para atender a demanda, porém, no relatório presidencial de 23.05.1851, p.8, a província do Espírito Santo, já contava com 30 policiais destinados apenas ao policiamento da capital, confirmado pelo relatório de 24.05.1852, p.16.

No ano seguinte, em 23.05.1853, o presidente Evaristo Ladislau Silva, em seu relatório, critica a situação de abandono da reduzida Guarda Policial, pela falta de asseio em seu quartel, a falta de atenção do “arvorado sargento que a commandava” (p.11), e o não cumprimento de ordens superiores, devido à “falta de um official que a vigiasse” (p.11), por isso, determinara que a tropa policial se instalasse no Quartel do Corpo de Pedestres no Convento do Carmo, sob as ordens do comando e regulamentos daquela Força.

Nos anos seguintes, continuaram as reclamações, o presidente Sebastião Machado Nunes, no dia 25.05.1854, afirma: “Depois que

a lei de 16 de novembro de 1844 aboliu o corpo policial n'esta província, a administração não tem cessado de lutar com sérios embaraços” (p.11), e solicita: “A criação de um corpo policial, regular, e convenientemente organizada, [...]”. (p.12), críticas que se repetem no relatório de 25.05.1855.

A recriação da força policial capixaba

O presidente empossado, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, em 25.05.1856, em seu relatório apresentado à Assembleia Provincial, diz que Força Pública se compõe de uma Companhia Fixa de Caçadores com 88 praças, e uma de Pedestres com 65, e afirma: “E a que é chamada polícia tendo apenas 11. Com tão diminuta força é de todo impossível satisfazer as exigências d'este serviço público”, e prossegue: “Lembro-me de organizar-se uma companhia de polícia que suppra a deficiência das companhias de linha; a fixa e a de pedestres” (Rel. Pres. 1856, p.8), e foi mais um clamor para que fosse recriada uma Companhia de Polícia para executar o policiamento da província, e que surtiu efeito, pois, no dia 8 de julho de 1856, o mesmo presidente sanciona a Lei nº 4, que dispõe:

Art. 1º – A Força Policial da província contará de um commandante, que terá ao menos a graduação de alferes, de um sargento, um furriel, dous cabos, um corneta e vinte e cinco soldados, com os vencimentos constantes da tabella annexa.

Art. 2º – O presidente da província fica autto- rizado a dar os regulamentos necessários para a execução desta lei, sujeitando-as à aprovação da assembléia.

Art. 3º – Ficão revogadas todas as leis, e dispositivos em contrário.

Mando por tanto à todas authoridades, à quem

o conhecimento e execução[...]. Dada no Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo na cidade de Victoria aos oito dias do mez de julho de mil oitocentos e cincoeta e seis, [...].

Renasce a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo a Força Policial (1856), com um efetivo inicial bem reduzido com apenas 31 integrantes, que se desligam do Corpo de Pedestres para compor a exclusiva Companhia de Polícia, que conforme o relatório apresentado em 13.02.1957, cita que na dotação orçamentária que gastara com as “despesas [...] de polícia [...] com aluguel de casa, e luz para o quartel da mesma em 185\$480”. (p.27), ou seja, a Companhia de Polícia ocupava uma casa alugada como quartel.

No ano seguinte, o presidente Pedro Leão Velloso, na exposição feita em 25.05.1859, informou que: “O proprietário da casa em que se acha, o quartel da polícia, exigio que o respectivo aluguel fosse elevado 25\$ rs. mensais”; e que cedera a exigência, mas que: “para que o thesouro provincial não continue- sob a pressão de novas, mandei fazer as obras necessárias ao, aproveitamento da parte do edifício do convento dos carmelitas” (p.14).

Assim, desde a sua recriação formal em 1856, a Companhia de Polícia ocupara uma casa alugada no centro de Vitória, que não consegui localizar, porém, a partir de 1860, com a extinção do Corpo de Pedestres pelo Decreto nº 2.662, de 6.10.1860, a Companhia de Polícia ES, passou a ocupar o Convento de Nossa Senhora do Carmo (Convento dos Carmelitas).

Fato confirmado no relatório presidencial de 22.03.1861, quando se refere “[...] despesas a fazer-se com o quartel da polícia na parte do Convento do Carmo [...]” (p.24).



O primeiro projeto para um Quartel no Moscoso

A primeira abordagem sobre a construção de um quartel no Moscoso, foi uma ideia que emergiu do relatório apresentado em 26.05.1865, pelo presidente José Joaquim do Carmo, quando diz que representara junto ao governo imperial sobre a necessidade de construir um quartel em Vitória-ES, aproveitando as instalações do “Barracão” do Campinho, (Moscoso) e, em razão dos custos, encarregara o engenheiro Manuel Feliciano Moniz Freire (pai de José de Melo Carvalho Moniz Freire, na época com 4 anos de idade), para elaboração das plantas de um quartel provisório e outro definitivo a serem construídos naquele local.

O projeto não foi à frente, e a Companhia de Polícia continuou aquartelada no Convento dos Carmelitas, porém, devido às condições de suas instalações, o comandante da Cia de Polícia enviou ao presidente ES, o ofício nº 26, (Jornal da Victória, 03.04.1867), expondo o problema, e logo o presidente decidiu “acerca do estado de ruína em que se acha estabelecido o quartel da companhia sob o seu commando, o autoriso a remover o mesmo quartel para o barracão do campinho” (p.1), mas, apesar da autorização para a mudança, o

estado do “Barracão” do Campinho, era ruim, então, o presidente do ES, pela resolução nº 104 (Jornal da Victória, 17.04.1867, p.1), determinou ao inspetor-geral das Obras Públicas, que executasse os reparos necessários no Barracão, para acomodar a Companhia de Polícia.

Depois de feitos os reparos, a Companhia de Polícia se transferiu do “Convento dos Carmelitas” para o “Barracão do Campinho” em 26 de outubro de 1867 (Jornal da Victória), onde já havia uma guarnição da Guarda Nacional, e em 17.03.1869, o mesmo jornal publica sob a manchete “É um prazer”, a notícia onde elogia um pagode que ocorria após a revista do destacamento, e lamenta nos seguintes termos “Pena é que o da porta do Palácio (no quartel da polícia) não tenha continuado”, (p.3), o seja, a Companhia de Polícia deixara o “barracão do campinho” e instalara o seu quartel na sede do governo capixaba, (Palácio do Anchieta), fato confirmado em relatório do comandante da Companhia de Polícia, capitão José Francisco Ribeiro Pinto em 11.08.1870, quando solicita urgente a remoção do minúsculo cômodo que a polícia ocupa no edifício do Palácio, com risco a saúde da tropa.



Sobre a reedificação de um quartel na área do Barracão do Campinho (Moscoso), conforme publicou o Correio da Victória de 16.12.1871, p.2, a “Directoria do Archivo Militar” do Rio de Janeiro, em 17.08.1871, acusou ter recebido do officio nº 9, de 21.04.1871, com a planta e o orçamento no valor de 12:165\$965 rs.

O presidente João Tomé da Silva, no relatório de 10.09.1873, informa que atendera o pedido do capitão Jose Ribeiro da Silva Laranja, determinando a locação de um imóvel para instalação do Quartel da Companhia de Polícia, devido às péssimas condições do cômodo do Palácio onde se encontrava, mas o imóvel ainda não fora encontrado.

Dias depois, nas sessões ordinárias da Assembleia Provincial, em 29.10.1873 e 04.11.1873, os parlamentares Domingos Vicente e Olindo Gomes dos Santos Paiva, abordam, respectivamente, “a autorização concedida pelo §1 do art.4, para a compra de uma casa com as acomodações precisas para servir de quartel do corpo de polícia da província” (p.3), baseada na Lei do Orçamento para 1874, que autorizava a citada compra (*Correio da Victória*, 27.11.1873, p.3), porém, a Companhia de Polícia permanecia aquartelada no porão do Palácio Anchieta, conforme officio nº 108, de 10.07.1874, do comandante Brandão, solicitando o cumprimento da ordem nº 29, de 04.02.1873, de locação da casa para aquartelar a Corporação, pois, 01.09.1874: “continua a servir de quartel da Polícia um péssimo alojamento” (p.8).

Após nova reivindicação é feita através do officio nº 132, de 09.11.1874, feita pelo comandante Brandão, a solicitação foi atendida nos termos do officio nº 13, de 12.02.1875, do mesmo official, comunicando ao presidente da Província, que no dia 11.02.1875, efetuara a mudança do quartel da Companhia de Polícia para o pavimento térreo da casa nº 6, da Rua Formosa, no centro da cidade de Vitória (*O Espirito-Santense*, em 20.03.1875).

O fato foi ratificado pelo relatório apresentado em 04.05.1875, no qual o presidente Manoel Mascarenhas, informa que a Companhia de Polícia sob o comando do tenente João Antunes Barbosa Brandão, devido às reclamações sobre situação do Quartel da mesma, ordenara “a transferência do dito quartel para o pavimento térreo do prédio nº. 6 à rua Formosa d’esta cidade, o qual oferece as commodidades mais precisas, [...]” (p. 9) , assim, a PMES tem o seu novo Quartel na casa nº. 6, da Rua Formosa, no centro de Vitória–ES, e conforme publicação em 28.02.1883, p.2 (*A Província do Espírito Santo*), a “Rua Formosa” mudara de nome para “Rua Christiano Ottoni” (Senador pelo Espírito Santo, a partir de 1879), e conforme relatório de 05.10.1886, no qual consta que, “A Companhia acha-se aquartelada em um prédio particular, na rua de Christiano Ottoni, arrendado por 800\$000 mensais”. (p.58), e no jornal *O Espírito-Santense*, em 06.08.1887, na renovação do contrato com Sirena Pinto da Victória, mantendo o quartel da Companhia de Polícia no prédio de sua propriedade, sito a Rua Christiano Ottoni.

A notícia da construção de um quartel no Moscoso

O expediente datado de 30.12.1889 cita ofício enviado ao inspetor do Tesouro com base na informação do diretor de Obras Públicas, prestadas em ofício de 28.12.1889, e aprova a proposta de Francisco Escobar de Araújo, para o aterro da área do mangal do campinho, (vila Henrique Moscoso), ficando as obras a cargo da Companhia Brasileira Torrens, com sede na Rua do Comércio nº 17, a qual inicia a contratação de profissionais para realização das obras do aterro do Local (*O Estado do Espírito-Santo*, 21.01.1890, p.3 e 4).

A notícia sobre a construção do quartel na Vila Moscoso, consta do jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 29.01.1890, no governo

de Afonso Cláudio de Freitas Rosa: “ouvimos dizer que planeja-se a construção de um grande quartel militar em terrenos da Villa Moscoso” (p.3), e que a planta e o orçamento já haviam sido elaborados pelo engenheiro diretor das obras militares do Espírito Santo, tenente-coronel Carlos Eugênio de Andrade Guimarães.

Para confirmar a notícia anterior, pelo mesmo jornal, em 05.08.1890, sob o título “Sítio do Campinho”, publicou-se que o governador do Estado, Afonso Cláudio, através de ato baixado em 04.08.1890, determinou que fosse efetuada pelo Tesouro Estadual, “a compra do sitio do Campinho, de propriedade do cidadão Francisco Pinto Siqueira, com a respectiva casa de vivenda pela quantia de 7:000\$” (p.2), e fixa o pagamento de 4:000\$ por ocasião da assinatura da escritura, e o restante de 3:000\$, no prazo de seis meses.

Apesar do projeto de construção do Quartel para a Força Pública no Moscoso, ter se iniciado no governo de Afonso Cláudio, somente no governo de José de Melo Carvalho Moniz Freire, é que começa a se concretizar sob a responsabilidade do engenheiro Augusto Pinto Pacca, (*O Estado do Espírito-Santo*, 07.02.1892), sob a manchete “Quartel para o Corpo de Segurança”, aonde afirma: “segundo somos informado, brevemente vão começar as obras para construção do novo edifício destinado a quartel do corpo de segurança” (p.2).

A construção do quartel no Moscoso

A notícia da construção é confirmada em 30.06.1892 (*O Estado do Espírito-Santo*), através da resolução nº 20, de 27.06.1892, em que o presidente Moniz Freire “resolve aprovar a planta e orçamento do projectado quartel para o corpo de polícia do Estado, organizados pela directoria interina de obras e empreendimentos

geraes” (p.2), determinando o início imediato das obras, com a utilização dos operários do Corpo de Polícia auxiliados pelos presos da cadeia pública de Vitória-ES.

A construção do Quartel do Moscoso gerou protestos e críticas de opositoristas do governo de Moniz Freire, tanto que o jornal *Commercio do Espírito Santo*, em 27.05.1893, publicou sob a manchete “Immigração estadual”, no qual critica o governo, dizendo que Moniz Freire “não satisfeito com a immigração europeia que contratou” (p.1), gerando dispendioso ônus para o Estado, resolveu contratar mão de obra do norte do Estado, para construção das obras do quartel de policia, onerando, ainda mais, os cofres públicos estaduais.

Em razão da crítica, o presidente Moniz Freire em seu relatório apresentado em 16.09.1893, afirmou que, apesar das dificuldades financeiras do Estado: “Tínhamos duas estradas de ferro em via de construção, diversas obras públicas em andamento, algumas de alta importância, como a de abastecimento d’agua e saneamento da capital, o quartel de polícia e o paço do Congresso” (p. 21), justificou os atrasos nas obras devido a vários fatores, inclusive a escassez de mão de obra, que teve de contratar no norte do Estado.

As críticas às obras do Quartel do Moscoso continuam através do jornal *Commercio do Espírito Santo*, na publicação em 10.11.1894, que diz: “Consta-nos que as obras até hoje realizadas no projectado quartel de policia attingem à cifra de 600:000\$. Necessariamente quando estiver prompto terá dobrado pés com cabeça”. (p.1), e por outro lado, o jornal *O Estado do Espírito Santo*, em 24.12.1894, sob a manchete “Sempre os mesmos”, (p.1), volta a criticar as publicações feitas pelo jornal *Commercio do Espírito-Santo*.

Parte do terreno para a construção do quartel foi adquirido de Antônio Pinto Ribeiro Cardoso, (alferes do Exército Brasileiro), com a escritura lavrada em 09 de junho de 1894, pelo tabelião Simão Machado Bittencourt e Mello.

Apesar das diversas críticas, as obras do Quartel do Moscoso, assim já estavam : “O edifício do quartel já se acha todo coberto, faltando apenas duas fiadas de telhas da cobertura do telhado por não estar ainda concluído o assentamento das calhas e encanamento das águas pluviais” (*O Estado do Espírito Santo*, 25.12.1894, p.2), e que as obras tinha o apoio dos operários da obra do Congresso Legislativo que estavam paralisadas.

Várias críticas ao governo de Moniz Freire sobre a alteração do projeto e aumento dos custos com inserção da Cadeia Pública (25.08.1895), os crimes de tentativa e de homicídio ocorrido em briga entre operários da construção do quartel (12.09.1895), foram feitas pelo jornal *Commercio do Espírito Santo*, em edições posteriores, e sempre contestadas através de publicações do jornal *O Estado do Espírito-Santo*, que apoiava o citado governo.

Devido a publicações, o presidente Moniz Freire, em sua mensagem apresentada a Assembleia Legislativa, em 17.09.1895, afirmou que: “dentro de poucos dias ficará concluído o importante edifício do quartel de polícia e cadeia publica, cuja construção constitue ha cerca de tres annos uma bôa verba de despesa normal”; (p.11), porém, na verdade ainda demoraria um pouco mais para que ocorresse a conclusão da obra.

A inauguração do quartel do Moscoso

Finalmente, coube ao Jornal *O Estado do Espírito do Santo*, na edição de 05.05.1896, publicar a notícia da inauguração do quartel de polícia, que ocorrera no dia 03 de maio de 1896, sob a manchete “O NOVO QUARTEL”, nos seguintes termos:

Inaugurou-se ante-hontem o novo quartel de polícia e cadêa com a presença de todo o corpo

e numeroso concurso de povo. Acto esteve solemne, sendo ainda abrilhantado pela presença do bello sexo. S.exa. o sr. Dr. Presidente do Estado se fez representar-se pelo digno do Secretário Geral, comparecendo além do dr. Chefe de Policia, Ministros da Corte de Justiça e outras autoridades, diversos representantes das demais classes de nossa sociedade. (p.2).

E consta ainda, que após a cerimônia, foi oferecido pelo comandante geral do Corpo de Polícia, tenente-coronel, Joaquim José Pereira Junior, um coquetel, abrilhantado pelas bandas de música da Corporação e a de São Francisco.



Não tendo participado da cerimônia de inauguração do Quartel do Moscoso, o presidente do Estado do Espírito Santo, Moniz Freire, no dia 13 de maio de 1896 faz uma visita ao novo edifício, conforme noticiou o jornal *O Estado do Espírito-Santo* no dia seguinte, inclusive relatando o esplendor das acomodações, a bela arquitetura do edifício, a organização, o asseio e a disciplina mantida pelo comandante do Corpo de Polícia.

O presidente Moniz Freire, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 23.05.1896, falou da importância da construção do Quartel do Moscoso para o Corpo de Polícia e justificou a

necessidade de modificação do projeto no final de 1895 e inaugurado no dia 3 de maio de 1896, motivo pelo qual, “O custo do edifício elevou-se a 1.081:191\$729, havendo, portanto um excesso de tres vezes mais o orçamento primitivo”, (p.67).

Assim, o presidente Moniz Freire, 20 dias após, comunicou a inauguração do 1º Quartel próprio do Corpo Militar Polícia do Espírito Santo, no “Campinho do Moscoso”, centro da cidade de Vitória, capital do Estado, denominado de “Quartel do Moscoso”, sediado em frente à “Praça do Quartel”, posteriormente, “Praça Moniz Freire”, e atual “Praça Misael Pena”.

As instalações do Quartel do Moscoso

A composição estrutural do Quartel do Moscoso foi descrita no Jornal *Comércio do Espírito Santo* em 10.06.1896, ao qual denominou de “mastodonte de alvenaria”, e criticou o valor gasto na construção afirmando que “subiu mais de mil e quatrocentos contos, quando em rigor na vale mais de quatrocentos” (p.1), e que fora construído com 65 metros de frente por 61 de fundos, e contava com área interna de 42 metros, ocupando uma superfície de 3.965 m², com cobertura de 2.325 m², e sua conclusão coube ao diretor de Empreendimentos e Obras do Estado, o arquiteto Filinto Santoro.

A reportagem descreve que na parte superior do sobrado que fica no centro do edifício estão às salas do comandante, a Secretaria e a Casa da Ordem, e em uma das alas da frente está instalada a 1ª companhia e na direita as 2ª, 3ª e 4ª Companhias, com salas bem arejadas, claras e espaçosas. Na outra ala frente estão a seção de arrecadação, a escola regimental e a sala da banda de música e no fundo encontra-se um espaçoso refeitório e uma cozinha bem equipada. Na ala esquerda e em parte da ala que fica ao fundo, está

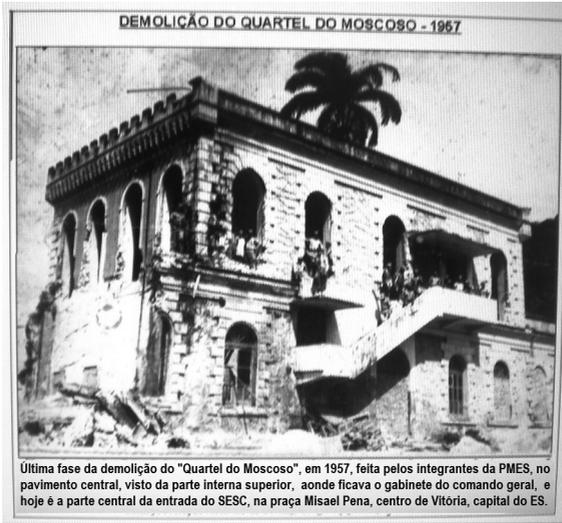
instalada a cadeia pública civil, com capacidade superior a cem presos, e uma oficina de sapataria.

Apesar das críticas iniciais, a reportagem relata que o Quartel do Moscoso atenderia plenamente o efetivo do Corpo de Polícia, bem como a nova Cadeia Pública Civil a um grande número de presos, e destaca ainda, a gentileza do tenente-coronel Joaquim José Pereira Junior, comandante da Corporação, por ter acompanhado a equipe de reportagem na visita.

Apesar de inaugurado em 03.05.1896, a ordem para o pagamento da desapropriação da outra parte do terreno onde fora construído o Quartel do Moscoso ao proprietário Antônio Alves de Azevedo e a lavratura da escritura, só foi publicada em 29.08.1896 (Estado do Espírito Santo p.1), e coube ao mesmo tabelião Simão Machado lavrá-la em 30.10.1896.

O Quartel do Moscoso devido às condições do terreno onde fora construído começara a afundar provocando rachaduras, e somente em 1911, no governo de Jerônimo de Souza Monteiro foi empreendida uma reforma geral do mesmo, e aquartelou a PMES até 1938, quando foi inaugurado o Quartel do Comando Geral de Maruípe, e posteriormente, com ingresso do Brasil na 2ª Guerra Mundial em 23.08.1942, o QCG de Maruípe foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, a PMES retornaria ao Quartel do Moscoso, assunto que abordarei detalhes na parte relacionada ao QCG de Maruípe.

A demolição do Quartel do Moscoso ocorreu em 1957, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, que doou a área para a construção do prédio do SESC-SENAC.

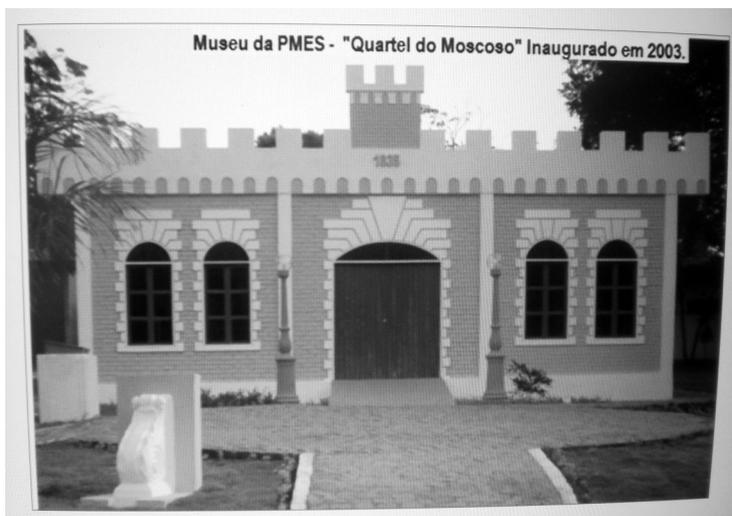


A história do “Quartel do Moscoso” se encerra em 30 de julho de 1960, quando a *Folha Capixaba* publica sob a manchete “Centro Social SESC-SENAC” que, fora “entregue aos comerciários desta Capital, sábado passado as magníficas instalações do Centro social SESC-SENAC” (p.6), e relata ainda que, “O antigo Quartel da Polícia Militar foi transformado no magnífico edifício, em estilo funcional, para dar abrigo aos jovens comerciários, prestando inestimável serviço social”, (p.6).

Assim, o que restou do “Quartel do Moscoso”, é apenas uma parte da parede que separa a área pertencente ao SESC do Quartel do Batalhão de Trânsito da PMES, com as janelas cerradas, onde em uma delas está afixada uma placa com os dizeres: “ESTA PAREDE É O ÚLTIMO VESTÍGIO DO 1º QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO – ANTIGO QUARTEL DO MOSCOSO”, confeccionada em 1965, por ordem do coronel, Olavo Gomes Bossoes, comandante do Corpo de Bombeiros da PMES, ali sediado na época.



Em 2001, este autor idealizou a construção de um museu da PMES no antigo CFA, atual Instituto de Ensino Superior da PMES, assemelhando o Quartel do Moscoso, para imortalizar o demolido patrimônio, obra concluída e inaugurada pelo meu ex-subcomandante e substituto no comando do CFA/PMES, coronel PMES Adilson Silva Tolentino, em 2003.



A primeira obra da PMES na Fazenda Maruípe

A Fazenda Maruípe, segundo Monjardim (1950), compreendia uma área de 4.620.000 m², e se compunha de terrenos de vários proprietários. Ele cita Inácio Accioli de Vasconcelos, presidente da Província (1823-29), e um inglês, citado como mister Bhering, que na verdade, era Brian Barry, pois, em nota de 04.01.1917, (Diário da Manhã, p.3), Barry adverte aos caçadores que invadem seus terrenos na “Fazenda Maruype”. Ele era vice-cônsul inglês no Estado do Espírito Santo, faleceu em Vitória e foi sepultado, em 07.04.1920 (Diário da Manhã, 08.04.1920, p.2), sem herdeiros, e seus terrenos incorporados a Fazenda Estadual.

Identificamos outros proprietários como, Antônio Guerra que teve a sua casa em Maruípe confiscada pela Prefeitura Municipal de Vitória (Commercio do Espírito Santo, 07.08.1909, p.2), para quitação de débito tributário, e José Benedicto Christo casado com Francisca Philomena Salles, cuja família Salles é, ainda hoje, a proprietária da área na antiga rua de acesso ao cemitério de Maruípe, que margeia o muro externo do Estande de Tiro da PMES.

Com o passar do tempo, a área da Fazenda Estadual de Maruípe passou a ser utilizada para diversos empreendimentos públicos estaduais e municipais, e o primeiro projeto relacionado com a PMES naquele local, ocorreu no governo de Nestor Gomes, e no comando do tenente-coronel em comissão, Francisco Teixeira da Silva (capitão da PMMG), que em 14 de dezembro de 1921, deu início a construção do Estande de Tiro da Corporação capixaba, com quatro seções, o qual foi inaugurado no dia 17 de fevereiro de 1922, batizado como “Stand de Tiro Presidente Nestor Gomes”, e houve a recusa por parte do presidente que sugeriu “Stand Comandante Teixeira da Silva”, em homenagem ao idealizador.

Assim, foi dado o primeiro passo histórico, pois, a PMES passara a ocupar parte da área que no futuro seria, a principal sede da Corporação, o Quartel do Comando Geral “QCG de Maruípe”.

O primeiro anteprojeto para um Quartel no Maruípe

Apesar do Estande de Tiro da PMES se localizar na “Fazenda Maruype”, a Corporação continuava com seu Quartel de Comando Geral no bairro Moscoso, o qual apresentava graves problemas estruturais causados pelo terreno aonde fora construído, o que levou ao presidente do Estado do ES, Aristeu Borges Aguiar, a solicitar ao engenheiro e arquiteto, Raul Lessa de Saldanha da Gama, chefe dos Serviços de Melhoramentos e Obras de Vitória, um anteprojeto para a construção de um quartel para Regimento PM em Maruípe, que foi confeccionado, apresentado e publicado na Revista capixaba, nº 181, em 30.06.1929.



Ocorreu que houve a Revolução de 1930, e Aristeu Aguiar contrário ao golpe de Getúlio Vargas, fugiu abandonando o Estado que inicialmente passou a ser governado por uma junta, e posteriormente pelo interventor federal, capitão do Exército João Punaro Bley.

Em 1931, o Quartel do Moscoso continuava apresentando os mesmos problemas relacionados ao peso da obra e a consistência

deficiente do terreno, provoca o desabamento de algumas paredes e do telhado exigindo novos reparos, ocasião em que o comandante-geral Regimento Policial Militar, tenente-coronel Carlos Marciano de Medeiros na reforma, construiu mais dois pavilhões, um para o Rancho e outro para o Serviço de Saúde.

O fato ocorrido leva o tenente-coronel Medeiros a solicitar ao engenheiro Olympio Brasiliense, (pai da historiadora Vanessa Brasiliense), em dezembro de 1931, a elaboração de um projeto arquitetônico para construção de um novo quartelamento para a Corporação Policial Militar do Espírito Santo, conforme consta do seguinte documento:

Olympio Brasiliense
Encaminha ao ten-cel Carlos Marciano de Medeiros.
30 de janeiro de 1933.
Tendo V.Excia, em dezembro de 1931, me autorizado à confecção de um projecto para o novo quartel do Regimento Polícia Militar deste estado, logo iniciei os estudos e posteriormente de acordo com o nosso entendimento, passei a elaborar o ante-projecto. Assim venho fazer a entrega do ante-projecto junto, nas condições em que se encontrava quando suspenso em dezembro de 1932.
Amº Attº Obgdº. Olympio Brasiliense
(transcrito do documento original – acervo pessoal de Vanessa Brasiliense).

Assim, Olympio Brasiliense, autor de muitos projetos na capital e no interior do Estado, inclui entre os seus feitos, o segundo projeto do Quartel da PMES de Maruípe, concluído 1932, sendo enviado a comando da Corporação em 30 de janeiro de 1933.

Foi no início do ano de 1936, que o governador João Punaro Bley, foi pessoalmente a Fazenda do Estado de Maruípe, e acompanhado pelo carpinteiro do Instituto Agrícola Estadual, Manoel Alvarenga foi até o alto da área onde construiria o Quartel da PMES.

O anteprojeto final que resultou na construção do atual Quartel do Comando Geral de Maruípe foi assinado pelo engenheiro, Joel da Escossia, e apresentado pelo governador Bley em 1936, na gestão de Carlos Lindenberg, como secretário de Estadual de Agricultura.



Em 1990, o carpinteiro Manoel Alvarenga que participara do lançamento da pedra Fundamental do QCG de Maruípe, em 18.04.1936, foi localizado pelo sgt. Carioca, e conduzido ao QCG, onde acompanhado pelo coronel PM José Amarílio Semedo Boni, diretor de Apoio Logístico (DAL), mostrou-nos o local onde se encontra a Pedra Fundamental, fato fotografado, por este autor, então, capitão, chefe do CSM/MB da DAL/PMES.



Na ocasião da relatada visita, o Sr. Manoel disse-nos que presenciou a conversa de Bley com Benedito Cristo sobre a troca de parte da área onde se encontra o QCG, por uma área do Estado situada no alto do bairro Mulembá (atual Santa Marta), e realmente, por residir no citado bairro de 1958 a 1970, lembro-me bem, que Benedito Cristo que circulava pela região em sua carroça, era proprietário de terras na parte alta do bairro.

Em 01.07.1937, o governador Bley em seu relatório, informou o projeto QCG de Maruípe, fora baseado no quartel do Batalhão de Caçadores do Exército com as seguintes modificações: “(a) supressão do pavilhão do rancho, sendo este colocado em uma metade de outro pavilhão; (b) supressão do 2º andar que, no projeto do exército, existe uma parte central do pavilhão principal; (c) modificação na disposição dos pavilhões, uns em relação aos outros”, e que o local na Fazenda Maruípe, cuja construção se iniciara com os serviços de terraplanagem, em 30.03.1936, e a pedra fundamental lançada em 18.04.1836, fora escolhido pelo comando-geral da Corporação. Em 31.12.1936, o estado da construção era o seguinte:

Pavilhão A (principal) – Estava concluída a alvenaria de tijolos, a laje de cimento aramado do piso do 1º andar e colocado em parte o madeiramento do telhado. A parte interna do andar térreo tinha o emboço concluído.

Pavilhão B – Estava concluída a alvenaria de tijolos do andar térreo. A laje do piso do 1º andar estava pronta, faltando apenas a retirada das formas. O emboço da parte interna estava concluído.

Pavilhão C – Estavam concluídos dois terços das fundações, que não puderam prosseguir devido a não ter sido desapropriado o terreno que deveria ser por elas ocupado. A alvenaria de tijolos do andar térreo estava iniciada em uma das extremidades. O serviço achava-se paralisado à

espera do entendimento necessário com os proprietários do terreno.

Pavilhão D – Estava concluída a alvenaria de tijolos do andar térreo, com exceção da cozinha. O emboço da parte interna do andar térreo estava em andamento. A laje do piso do 1º andar foi terminada em 31 de dezembro. (p.281-82).

Informou ainda que, o serviço de terraplanagem já estava quase concluído, faltando apenas a área de 32 m² do terreno para a conclusão, e que devido à construção estar em um elevado platô há 13 metros da altura acima da estrada, foi preciso construir as vias de acesso paralela a fachada principal, em volta dos pavilhões alcançando a cozinha, e já estava construída a estrada da frente com 120 metros, e a estrada da parte posterior com 280 metros, ainda não fora construída por falta da terraplanagem, e que, excluindo os serviços para as fundações acima de 1 metro de profundidade, a laje de cimento do depósito da cozinha, a caixa d'água geral de 200.000 litros, o pavilhão das instalações sanitárias, o paiol de munições, a casa de armamentos, o frigorífico, as modificações de paredes e forros, a colocação de ladrilhos nos pisos, e o aumento das instalações sanitárias em mais 30 lavatórios, 1 banheira e 6 chuveiros, o orçamento já alcançara o valor de 1.103.402\$160 rs.

Na descrição geral, Bley informa que:

A obra consta de, além dos pequenos pavilhões acessórios. 4 pavilhões de 63 m, 5 de comprimento por 11m95 de largura, todos com 3m50 de pé direito. Os pesos do 1º andar são em cimento armado, com várias lajes bastante grandes, entre as quais se destaca uma que cobre a escola regimental que tem 11 metros e 40 centímetros, sem nenhum apoio intermediário. Em todo cálculo dos pesos foram adotados os seguintes coeficientes – carga de segurança do ferro: 1.200 K-cm²; carga de segurança do concreto: 45 Kg-cm²; relação

dos coeficientes de elasticidade: 15; a dosagem do concreto é de 300 Km³. Todas as esquadrias externas são de ferro basculante, excetuadas aquelas que servem aos depósitos e prisões que são de grades de ferro quadrado, com janelas de madeira pelo lado interno. Toda a fachada será revestida com reboco de pó de pedra. A disposição da planta foi feita de forma a deixar uma passagem de 10 ms entre os diversos pavilhões e um pateo central de 30m15 por 83m05. (p.283).

E conclui informando que as despesas efetuadas na construção do quartel de Maruípe até 31 de dezembro de 1936, fora de 599.964\$500 rs.

A ocupação e a inauguração do Quartel de Maruípe

O dia 23 de julho de 1938 registra outro marco importante para a história castrense capixaba, pois, é o dia da ocupação pela Polícia Militar do Estado Espírito Santo do Quartel do Comando Geral (QCG), de Maruípe, conforme comprovam as publicações nos boletins Diários da PMES: **“Quartel em Vitória, 22 de julho de 1938. BOLETIM DIÁRIO Nº. 162”**, onde em destaque na publicação anterior, Quartel em Vitória, sede no Moscoso, e em seguida, temos: **“Quartel em Maruípe, 23 de julho de 1938. BOLETIM DIÁRIO Nº. 163”**, confirmando a ocupação do Quartel sediado em Maruípe.

Apesar de a ocupação ter sido efetuada em 23.07.1938, a inauguração oficial do QCG de Maruípe só ocorreu no dia 25 de agosto de 1938, com a realização da primeira solenidade no pátio interno do citado Quartel, em homenagem ao “Dia do Soldado”, com início às 5h e 30 min., com a presença das principais autoridades do Estado, onde o interventor do Espírito Santo, João Punaro Bley descerrou o monumento que é marco de inauguração do QCG.



O monumento inauguratório está instalado em frente ao Corpo da Guarda do QCG, contendo o Brasão da República, uma placa com os dizeres “AO EXERCÍTO NACIONAL HOMENAGEM DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – 1938”, e abaixo, um emblema com a efigie do Duque de Caxias.

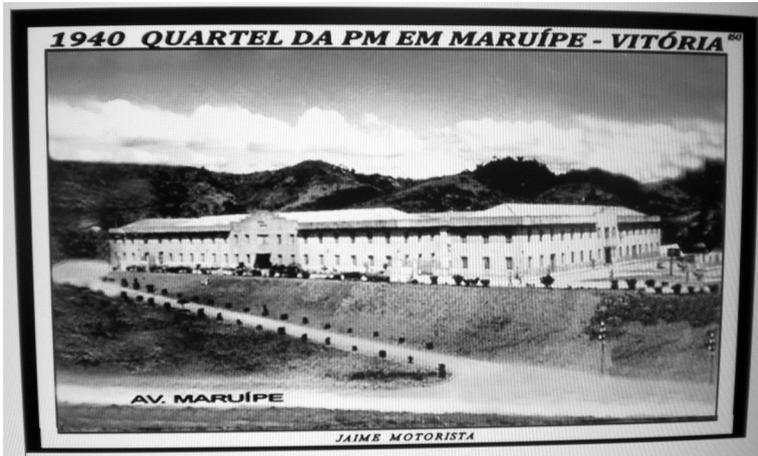
A 2ª Guerra Mundial e o retorno ao Quartel do Moscoso

Em 23 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha, e o Quartel do Comando Geral da PMES de Maruípe, foi cedido para as tropas do Exército Brasileiro, por ser mais próximo do Aeroporto de Vitória, cuja pista de cimento seria inaugurada em 1943.

Diante da necessidade, foram efetuadas rápidas reformas no Quartel do Moscoso, e o comandante-geral da PMES, tenente-coronel Sidronílio Firmino, recebeu ordem de desocupar o Quartel de Maruípe e voltar a ocupar as antigas instalações do citado quartel.

O início do ano de 1943 marca o retorno da Força Policial do Espírito Santo para o Quartel do Moscoso, conforme consta dos seguintes boletins: “**Quartel em Maruípe, 31 de dezembro de 1942. BOLETIM DIÁRIO Nº. 162**”, e logo em seguida temos: “**Quartel em Vitória, 2 de janeiro de 1943. BOLETIM DIÁRIO Nº. 001**”, marcando assim, a data de retorno da PMES para o Quartel do Moscoso, no centro de Vitória, capital do ES, e da ocupação do Quartel

de Maruípe pelo Grupo Móvel de Artilharia de Costa (GMAC) do Exército Brasileiro.



O retorno definitivo ao Quartel de Maruípe

Apesar do fim da 2ª Guerra Mundial em 1945, a PMES tem como marco inicial de retorno ao Quartel de Maruípe, a publicação de 16 de dezembro de 1952, com a determinação para mudança de aquartelamento, nos seguintes termos:

DESLOCAMENTO:- Tendo terminado os reparos que vinham sendo feitos no Quartel desta Corporação, em Maruype, anteriormente cedidos à União e ocupado por Fôrças de Exército, determino a mudança da Séde desta P.M. para àquele Quartel, obedecendo a seguinte ordem de deslocamento: a) – 1º Btl. De Inf. b) – Serviço de Aprovisionamento. c) – Serviço de Saúde. d) Serviço de Intendência. e) – Cia. De C.S. inclusive B. Música. f) – Departamento de Instrução, Educação Física, Inspetoria de Destacamentos e Serviço Jurídico. g) – 1a., 2a. e 3a. Secções(sic)

do E.M. e Arquivo. h) – Estado Maior e Comando. (BD nº 289/1952)

Na mesma publicação, fixa o prazo para a Corporação voltar ao Quartel de Maruípe, e determina que o Corpo de Bombeiros (criado em 1912) e a Companhia de Polícia Especial (criada em 1938), permaneçam, de forma transitória, nas instalações do Quartel do Moscoso.

O março de reocupação do Quartel do Comando Geral de Maruípe ocorre no dia 12 de janeiro de 1953, fato comprovado através das seguintes publicações em Boletins da PMES: “Quartel em Vitória, 10 de janeiro de 1953, BOLETIM DIÁRIO Nº 7”, e ato contínuo temos: “Quartel em Maruype, 12 de janeiro de 1953, BOLETIM DIÁRIO Nº 8”, marcando a data em que PMES reocupou em definitivo do Quartel do Comando Geral (QCG) de Maruípe, onde permanece até os dias atuais (2018).

A expansão dos quartéis de Batalhões e Companhias da PMES

Com o crescimento da população e ampliação da ocupação territorial do Estado do Espírito Santo com novos municípios, a PMES que era composta por Batalhões de Infantaria nos moldes do Exército Brasileiro, destinados a operações de guerra em movimentos revolucionários, e apenas Destacamentos Policiais Militares no interior do Estado, passou a ter a necessidade de descentralizar e ampliar a sua área de atuação, com a criação de Unidades (Batalhões – BPM) e Subunidades (Companhias – CiaPM) com exclusividade para a realização do policiamento ostensivo em todas as regiões e municípios do Estado a partir de 1971. Mas estas são outras histórias.

REFERÊNCIAS

BRASIL (Biblioteca Nacional). *Correio da Victória*, 1849-1872, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. *Commercio do Espírito Santo*, 1892-1910, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. *Diário da Manhã*, 1908-1937, Hemeroteca Digital, acesso em 2018

_____. *Jornal da Victória*, 1864-1869, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. *O Estado do Espírito Santo*, 1890-1911, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. *Província do Espírito Santo*, 1882-1889, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. *Vida Capichaba*, 1925-1940, Hemeroteca Digital, acesso em 2018.

_____. (Império). *Ato Adicional de 10.10.1831*. Autorizando a criação das Guardas Permanentes nas Províncias Brasileiras. Coleção de Leis do Império 1831 – 1840.

_____. *Lei Imperial nº 341, de 6.03.1845*, criando Corpos de Pedestres em Províncias Brasileiras, Coleção de Leis do Império, 1841 – 1850.

_____. *Decreto Imperial nº 435, de 30.09.1845*, regulamentou a Lei nº 341, de 6.03.1845, aprovando o Plano de Organização dos Corpos de Pedestres nas Províncias Brasileiras. Coleção de Leis do Império, 1841 – 1850.

ESPIRITO SANTO (Assembleia Legislativa). *Relatórios e mensagens presidenciais*, 1833-1937, APE-ES, acesso em 2018.

_____. (Polícia Militar). *Boletins Diários 1912 – 1965*. Centro de Documentação da PMES: QCG, Maruípe, Vitória-ES.

MONJARDIM, Adhepho Poli. *Vitória Física* (geografia, história e geologia). Vitória: Revista Canaã Editora, 1950.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir a historia até o ano de 1817, e breve noticia estatística da capitania do Espirito Santo*. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

JESUÍTAS, SOLDADOS E SELVAGENS NOS POEMAS ÉPICOS AMERICANOS: *LA ARAUCANA, DE GESTI MEM DE SÁ E URAGUAI*

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: No alvorecer do século XVI vieram para a América o europeu, “o civilizado”, que terá contato com os povos nativos americanos “o selvagem”. Um procurará impor a sua autoridade, sua cultura e religião, enquanto o outro defenderá a sua liberdade. Entre os europeus, que para a América vieram, destacamos a presença de militares e religiosos (franciscanos, dominicanos, agostinianos, jesuítas, carmelitas, capuchinos, beneditinos), mas destes mostraremos o papel cristianizador dos jesuítas, ou melhor, a ordem da Companhia de Jesus que teve um papel importante no Concílio de Trento e no Brasil e é relevante e questionado o seu trabalho. Porém, sobre as ações dos militares e religiosos, objetivo falar, tendo como ponto de apoio a literatura, dos poemas épicos: *La Araucana*, de Alonso de Ercilla, *De Gesti Mem de Sá*, de José de Anchieta, e *Uruguai*, de Basílio da Gama.

Palavras Chave: *Épicas De Gesti Mem de Sá, La Araucana, Uruguai*. Jesuítas. Soldados. Selvagens.

Os jesuítas no Brasil

Em 1540, em Portugal, foi introduzida a Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, em 1534, mais militante que contemplativa tinha o objetivo de converter os heréticos e servir à religião. Tinha o lema: “A maior glória de Deus” [...]. O livro de seu

* Professora e escritora, nasceu em Muqui. É membro do PPGL/UFES, do IHGES, da AEL, da AFESL, da APEES entre outras instituições. Participou de Conselhos Estaduais e Municipais, e é membro de Conselhos editoriais no Estado, no Brasil e no exterior. Recebeu algumas homenagens e prêmios por sua atuação profissional, inclusive o nome do prédio de Língua para a comunidade da UFES, e também foi premiada como escritora. Tem obras publicadas didáticas, infantis, de poemas, de crônicas, de ensaios e de traduções.

fundador *Exercícios espirituais*, instruía que, para alcançar a glória, se deve em algum lugar predicar, confessar e ler, ensinando as pessoas a confessar, comungar e celebrar ofícios divinos. Na épica a Mem de Sá Anchieta reproduz esse lema na voz de Cristo referindo-se aos selvagens: “Força-os a entrar em meu santuário” (p. 139)

No Brasil, a ação dos seguidores de Loyola foi militante, atraindo os indígenas para o cristianismo e para a civilização, nos moldes europeus. Criaram e mantiveram escolas, pregaram a moral evangélica, disciplinando a sociedade em formação. O seu papel na formação da nacionalidade brasileira é relevante, pois prepararam e educaram os colonos para as futuras lutas contra os piratas de diferentes procedências e propiciaram o fortalecimento político e econômico da colônia. Anchieta, em sua épica, exalta o trabalho desses sacerdotes, por exemplo, nestes versos: “Aí os raios ardentes do sol a estiolar sem piedade, / as chuvas, as sedes, a fome a atormentar de contínuo/ esses heróis, irmãos unidos num só coração, / ufanos do nome de companheiros de Cristo Jesus”. (ANCHIETA, 1986, p.147).

Porém, com o passar dos séculos, os jesuítas passaram a ter certa independência em relação ao Estado e até da própria igreja e, no século XVIII aconteceu uma separação entre as duas grandes forças: a igreja e o governo. Foi quando o Marquês realizou a “Reforma Pombalina” com a intenção transformar Portugal numa metrópole capitalista. Então, a escravidão dos índios foi extinta e eles até poderiam se casar com portugueses. Mas a intenção de Pombal era que com a miscigenação houvesse um crescimento populacional e o Estado pudesse usufruir de maior força fronteiriça e interiorana. Mas a liberdade dos índios contrariou os jesuítas, que não deixavam que a autoridade real interferisse nos seus assuntos. Assim o Marquês de Pombal decretou a expulsão dos 670 jesuítas do Brasil e mandou fechar os colégios. Alguns acusados de traição foram queimados em praça pública, outros foram deportados para Lisboa e ali foram presos.

A Épica

A épica é um gênero de construção culta e romanesca, de métrica elaborada de oitava real que lhe dá grandeza e majestade. O gênero épico surgiu na Antiguidade por volta do século VII a.C., sendo os grandes representantes Homero, poeta grego considerado o fundador da poesia épica, com suas obras *Ilíada* e *Odisseia*, destinada ao canto.

A ressurreição da preceptiva aristotélica no Renascimento faz ressurgir o gênero épico, o qual traz no seu bojo uma tradição clássica de temas e de formas cristalizadas na Antiguidade Clássica, principalmente, na romana, à maneira de Virgílio, na *Eneida*, ou de Lucano, na *Farsália*, na invocação às musas, aos deuses e no tom grandiloquente. O poeta renascentista hispânico toma como modelos os cânones clássicos para veicular os valores ideológicos das nações dominantes e os une a uma tradição ibérica, com base em princípios por ocasião das vitórias das guerras de reconquistas, enraizados no imaginário do povo como se evidencia no gosto pelos livros de cavalaria.

A epopéia culta em Portugal contribui para a História Literária de sua época e das vindouras com a obra *Os Lusíadas*, de Luis de Camões, na qual o poeta imita Virgílio e, no seu canto ao navegante português Vasco da Gama, intercala fatos da História de Portugal, fazendo da sua criação, mais que uma exaltação ao herói, um grande poema nacional dos portugueses.

Os poemas épicos, sob a preceptiva aristotélica, não estavam destinados ao canto, mas à recitação. São modelos, na época Clássica Romana: *A Eneida* de Virgílio, a *Farsália* de Lucano, no Renascimento italiano, seguindo a tradição clássica: *Orlando Furioso* de Ariosto e *Jerusalém libertada* de Tasso, em Portugal temos *Os Lusíadas*, de Camões, na Espanha, *La Araucana* de Ercilla e, no Brasil, *Feitos de Mem de Sá: Governador do Brasil*, de Anchieta. Pode-se acrescentar, ainda, no Brasil do século XVIII, a épica *Uruguai*

(1769) de José Basílio da Gama, porque, pela sua temática, podemos colocá-la como precursora do Romantismo no Brasil.

Há uma distância absoluta entre o ontem mítico e o hoje real, pois o passado épico foge do presente, uma vez que sendo um passado ideal, não é o da recordação. A memória (*Mnme*) é uma força cósmica do recordar que palpita no universo. O poema nos arranca da realidade cotidiana para levar-nos a um mundo de aparência, ideal, utópico, atualizando um tema. Ele domina o imaginário do leitor ou o do ouvinte, apresentando-nos um mundo verossímil.

O poeta, ao cantar a força do poder dominante, não canta os feitos como sucederam, mas como desejaria que tivessem sucedido. Este é o ofício do poeta, como já dizia Aristóteles. Porém a verdade épica do poema está nas imagens de cores vivas, tomadas, frequentemente da fauna e da flora. Isto acontece porque os temas históricos são de domínio público e o leitor deve ver, pelas referências culturais, representação do universo evocado. Além disso, recolher dados da realidade histórica é uma forma de dramatizá-la.

Mas, sendo o dominante a força do poder de um ideal humano que está acompanhado de um ideal de sociedade e, com o poder, alguém atua sobre alguém (o objeto) por meio de ações bem-sucedidas e o sucesso vai depender da verdade dos juízos contidos no plano da ação de quem obra, nos poemas épicos aqui apresentados observa-se a força do europeu sobre o nativo povo americano. Todavia, como a poesia não tem a posse da verdade, a verossimilhança faz a poesia aproximar-se da verdade.

Nos extensos poemas épicos, o poeta objetiva estimular emoções coletivas em um propósito em que há ressonâncias patrióticas e valores míticos, porque nos versos heróicos há um personagem que se torna símbolo de virtudes sobre-humanas, e, ainda que se anule como sujeito da criação, o vate não se impõe com evidência,

mesmo que expresse a intenção de fazer uma crônica verdadeira, pois o que conta é apenas verossímil.

A épica narrativa, de forma heróica, em verso, está presente nas origens de muitas literaturas, ao lado das canções líricas. Nos extensos poemas, o poeta objetiva estimular emoções coletivas. Há nisso ressonâncias patrióticas e valores míticos, pois, nos versos heróicos, há um personagem que se torna símbolo de virtudes sobre-humanas, logo o seu caráter é positivo.

Anchieta e *De gestis Mendi de Saa*

Na épica *Mem de Sá*, franceses, tamoios e portugueses guerreiam. Seu autor¹, o jesuíta e canonizado, José de Anchieta, nasceu em 19 de março de 1534, em São Cristóvão de Laguna, na Ilha de Tenerife, chegou ao Brasil em 1553, na Bahia de Todos os Santos, e morreu em 09 de junho de 1597, em Reritiba, no Espírito Santo, hoje Anchieta. O herói dessa obra é Mem de Sá, o 3º Governador Geral do Brasil, sucessor de Duarte da Costa, que chegou ao Brasil em 1558 e aqui morreu em 1572, cujo grande feito foi a expulsão dos franceses do Brasil, em 1567.

Anchieta, ainda adolescente, saiu das Canárias para estudar em Coimbra onde entrou na ordem da Companhia de Jesus, fundada por Ignácio de Loyola, um seu parente. Aos 19 anos, com outros jesuítas, veio para o Brasil, ainda noviço, na expedição de Duarte da Costa, o Segundo Governador Geral. No Brasil se ordenou e consagrou a sua vida aos estudos e à catequese, militando pela causa da doutrina cristã, segundo a filosofia jesuítas do Renascimento.

¹ Leodegário Azevedo Filho, 1966, p. 141-144, apresenta as discussões sobre a autoria do poema e apóia a informação do Padre Simão Vasconcelos de que o autor é Anchieta e assim apresentamos.

Além de sacerdote foi professor, poeta, filólogo, historiador, dramaturgo, pacificador e Superior Provincial. Sua atuação demonstra o papel relevante dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira, pois ainda que religiosos eles prepararam e educaram os colonos para as futuras lutas contra os piratas de diferentes procedências e propiciaram o fortalecimento político e econômico da Colônia.

Anchieta era um humanista e como tal exaltava as qualidades próprias da natureza humana. Como homem das armas, as das palavras religiosas, e como homem de ação, a da arte bélica combativa dos jesuítas, a doutrina cristã, e, ainda, as artes literárias. Com estas ele compunha em latim, espanhol, português e tupi autos, canções, diálogos e orações, e escrevia cartas, verdadeiros documentos históricos. Ainda que fosse um renascentista, que tomava como mestres os clássicos gregos e latinos, como faz na sua obra épica *Mem de Sá*, em muitas canções, esse jesuíta canarino segue a simplicidade dos poetas medievais dos cancioneiros. Sua obra representa uma produção coletiva e individual, já que expressa um mundo objetivo no qual se insere o poeta que a escreveu, ao mesmo tempo em que ela demonstra os cânones do poder político e religioso imperante.

Em sua obra *Dei Gestis Mendi de Saa – Feitos de Mem de Sá* (1563), há, aproximadamente, 1560 versos. Ela foi impressa em Coimbra na mesma década da criação e publicação da primeira parte de *La Araucana* (1568) e narra os feitos do terceiro governador do Brasil (1558-1572), que procurou pacificar a colônia, lidando a guerra contra os nativos revoltados. Nessa luta, perdeu o filho, Fernão de Sá, em combate, na Batalha do Cricaré, na Capitania do Espírito Santo.

A antecipação da obra de Anchieta à épica do pernambucano Bento Teixeira Pinto, *Prosopopéia* (1601), dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e governador de Pernambuco, Nova Lusitânia,

tânia, torna-a a primeira saga brasileira, ainda que a tenha escrito em latim (utilizamos aqui a tradução do padre Armando Cardoso S. J.).

Nessa obra *Anchieta* se faz presente no Livro I, quando o poeta épico expõe o objetivo de seu canto: fazer um louvor a Deus e um canto a seu prodígio de converter os índios do Brasil ao cristianismo; e quando pede a Deus entendimento para fazê-lo: “As glórias do Pai celeste e sua força divina / teu nome, ó Cristo Rei, e teus feitos gloriosos / começarei a cantar. Num arrojo gigante, / emprenderei celebrar em verso tuas magnas empresas.” (p.91), E, ainda, no Livro III, primeiro na primeira pessoa do plural, incluindo-se como jesuíta e europeu, no trabalho realizado além-mar, em terras virgens: “Já nossa mente fatigada perfez longas viagens / nas eriçadas planuras do mar densas florestas da terra. (p. 169). Também, ele se coloca, ainda, quando o poeta, cansado da caminhada pelos litorais “dantes jamais palmilhados”, manifesta o seu interesse de continuar cantando os feitos heróicos de Mem de Sá e pede a inspiração do Céu:

Convidam-me feitos maiores, forçam-me a seguir os soldados,
lançar-me de novo às ondas revoltas e desbravar os recessos
da floresta sombria. Guerras de maior vulto me restam
por cantar, mais gloriosas do magnânimo Chefe.
Que ruínas e mortes espalhou seu valor triunfante,

de quando o sangue tingiu as ensombradas florestas
sopeando o furor do bárbaro, vós, ó celestes irmãos
inspirai-mo! Alta progênie, vós habitais os templos supernos
e a bondade do Rei celestial vos deu como guias
ao grande Chefe, para ajudá-lo, a seus templos,
(p. 169)

A súplica do eu poético é uma fervorosa oração:

Tu, ó Jesus, [...]
ilumina-me a mente cega, aclara-me a alma
com esplêndidos lampejos.[...]
Fecunda meu coração de copioso orvalho e der-
rama
sobre mim fontes vitais, ondas de vida:
Inunda meu peito árido com teus rios divinos:
Assim cantarei os prodígios que teu braço potente
há pouco operou em favor da gente brasílica,
quando fez raiar, rasgando as trevas do inferno,
na arcada celeste, esplendoroso arrebol. (p. 91-93)

Em *Mem de Sá*, o homem humanista valoriza a natureza e a coloca participante da história, personalizando-a. Damos como exemplo o momento em que o herói morre: “A praia tremeu à sua queda” (p. 117). E as descrições: “[...] rochas inacessíveis, fervendo ao embate/ do mar furioso e gemendo ao som de grutas soturnas” (p. 205); “[...] as ondas remugem espumando de raiva”. (p. 205).

Anchieta vê na natureza um modelo ideal de vida e, por isso, compara o homem com o animal, superando este àquele. Exemplo quando, referindo-se à nação das tribos ferozes, que rompiam com “as leis santa da natureza” e divina com canibalismo (“cevando as queixadas bestiais em corpos humanos!”, p. 127), e, mais precisamente, às ações do chefe Cururupeba, o “sapo chato”, que ele classifica “infernais”, em contraposição ao difícil papel civilizador de Mem Sá.

mais feroz do que o tigre, mais voraz do que o lobo,
mais assanhada que o lebréu, mais audaz que o leão,
saciava o ávido ventre com carnes humanas.
Por muito tempo tramou emboscadas: seguia,
no seu viver de feras, o exemplo do rei dos infernos,

que por primeiro trouxa a morte ao mundo enganado
nossos primeiros pais. [...] (p. 93)

2 – [...] temem
cada qual pela própria sorte: como num bando de pombas,
quando cruel gavião arrebatava uma nas garras aduncas,
as outras em debandada se escondem nos ninhos: (p. 131)

3 – Proíbes aos índios as guerras? [...] que deixe de comer carne humana o bárbaro que dela gosta? Podem os tigres viver sem a preia e os leões ferozes deixar de espedaçar os novilhos e os lobos perdoar às mansas ovelhas? Antes deixará a baleia de encher de peixe o bojo no vasto oceano, antes deixará o gavião, em vôo audacioso librado no espaço, de levantar às alturas em revoada a lebre cativa: do que deixarem os brasis de devorar carnes humanas. (p. 133)

Às vezes, no poema, igualam-se os homens aos animais em suas atitudes. Um exemplo disso ocorre quando o autor compara uma batalha dos índios ao acasalamento das baleias nas costas brasileiras (p. 161) ou quando mostra a fuga dos derrotados, e os compara às ovelhas perseguidas por leão faminto. (p. 165) Outras vezes, a natureza participa da história e se personaliza. Vejamos quando o poeta mostra a natureza humana e compara situações climáticas²:

² Na nota 1296, p. 273, o Pe. Armando Cardoso observa que na descrição da primavera, Anchieta se inspira em “vários lugares de Virgílio e Ovídio, principalmente nas Georg, I, II, v. 325 e sg.

Já agora os campos do Brasil se cobrem de flores formosas, nem mais se confiam a areal as sementes,

mas a terra vencida pelo trabalho do arado, regada por chuvas generosas, aquecidas por raios

do Sol divino, em profusão dá-lhes seus frutos.

Fugiu o áspero inverno, fugiram as frias geadas

aos ardores do sol, e os peitos de pedra em seu gelo

já se não obstinam: almas de feias culpas manchadas

limpam-se e inflamam-se. Friezas de outrora são chamadas

de amor de Deus. Tal qual o inverno se afasta embuçado

em seu manto de brumas, quando começa na terra

a soprar com seu brando calor a superfície lhe afaga:

então, madre fecunda, ela se abre em tesouros e os campos.

seu regaço verde, são todos renovação e beleza, (p. 149)

As descrições bélicas são poeticamente convincentes:

[...] O brilho sinistro das armas

invade o rio. Branquejam as águas da espuma dos remos,

saem-lhe ao caminho correndo os cruéis inimigos em chusmas; uns arrojam da terra chuvas de setas,

outros coalham as águas de igaras ligeiras

e de perto esticam os fortes arcos. Voam zunindo de toda a parte, flechas em profusão, gemem os arcos

ao romper da seta emplumada, silvam os ares à passagem das flechas, aturdindo os ouvidos dos bravos. (p. 105)

Mem de Sá contém quatro livros. O Livro I inicia com uma invocação a Cristo Rei. Depois apresenta-nos o governador geral e, em seguida narra a luta entre portugueses e índios, a morte de Fernão de Sá e a batalha do Cricaré. O Livro II descreve os feitos de Mem de Sá e a imposição de leis aos índios contra a guerra, a antropofagia e as beberagens e apresenta a dúvida de algumas pessoas que não acreditavam na mudança dos costumes dos selvagens (v. 915 a 975): “Como é possível julgar que se mudem agora/ costumes que se embeberam na torrente de séculos?” (p. 131). No Livro III o poeta explica o motivo da guerra do Paraguaçu, o assassinio de alguns pescadores, descreve um caso de antropofagia, ataque de índios e incêndio de aldeias, a vingança pela morte do bispo. O Livro IV narra a expedição do Rio de Janeiro, descrição das povoações dos Tamoios e conclusão do poema.

Nesta épica, Anchieta destaca um herói, “O piedoso Mem de Sá”, que, em uma terra conquistada por ele, “trabalho esforçado dos lusos” (p. 199), desejou “ver adorado o Senhor de céu, o mar e da terra/ e venerado nas plagas do sul o nome de Cristo”. Para isto se deviam impor as “[...] leis aos índios que vivem quais feras/ e refrear seus bárbaros costumes [...] e não permitir que movidos [...] de gula infrene bebam o sangue fraterno,/ nem mais se violem os santos direitos da mãe natureza/ e as leis do Cristo.[...]” (p. 131) Essa é a idéia do pecado e o conceito de pecado é muito forte no Renascimento. Ele afasta o homem de Deus, provocando um pecado absoluto.

O poeta apresenta a força do poder do braço português no desejo de modificar os costumes: “Os triunfos do feroz inimigo, agora domado, / picaram de júbilo o peito de todos, num alvoroço/ de paz suave.” (p. 169)

Contudo, o poeta, religioso, mostra piedade pelos índios, desculpando as suas faltas, indicando como causa da ausência do estado de graça o estado de pecado original, “manchados não por

crimes próprios, mas só pela culpa/ do primeiro Pai e por isso ao império da morte.” (p. 147) e mostra a transformação, para maior glória de Deus: de não beberem, de serem mansos e de não serem bigamos: “Aprendem agora a ser mansos e da mancha do crime/ afastam as mãos os que há pouco no sangue inimigo/ tripudiavam, esmagando nos dentes membros humanos. [...] / Agora escolhem uma companheira fiel e eterna,/ vinculada pelo laço do matrimônio sagrado/ que lhe guarda sem mancha o pudor prometido.” (p. 139). Também, a pesar de criticar as lutas sangüinárias dos índios, reconhece a bravura deles: “Vede que audácia furiosa pode caber-lhes no peito,/ que feixe rijo de músculos os braços e as pernas: / quão temíveis serão os que tão velozes cortam as águas/ e tão valentes se arrojam golpes no meio das ondas,” (p. 161) Mas se mostra inclemente com a resistência dos selvagens e Mem de Sá dirá “Terão a sua paga” (p. 153), mas quando os índios pedem clemência Mem de Sá, magnânimo, fará a aliança, e a paz, sob a condição de seguirem a nova lei imposta por ele : “[...] vos concedemos contentes/ a aliança e a paz que quereis, e sentimos vossa desgraça. /Porém, deveis vós observar as leis que agora vos dito”. (p. 183)

Aclaramos que evitar a antropofagia, impor uma nova cultura e um novo culto sagrado, fazendo do diverso o uno, era o desejo não só de Mem de Sá, mas de todos os renascentistas, logo era o pensamento de Anchieta.

Ercilla e La Araucana

La Araucana é obra de Alonso de Ercilla y Zuñiga, madrileno, nascido em 07 de agosto de 1553, morreu no dia 29 de novembro de 1594 na cidade em que nasceu. Como renascentista, soube unir as duas atividades: a de escritor e a de soldado. A primeira, como sol-

dados da conquista espanhola na América, a segunda, como autor de *La Araucana* obra iniciada durante a luta da conquista do Chile, no Arauco³, entre 1553-1558. Viveu em ambiente cortesão e visitou diversos países da Europa. Veio para a América com o Vice-rei do Peru, D. Andrés Hurtado Mendonza, que, devido aos ataques dos nativos aos fortes espanhóis do Chile, determinou enviar um exército formado de dez galeões por mar e uns 50 soldados por terra, a cavalo. Ercilla acompanhou esse exército que saiu de Callao, Peru, no dia 02 de fevereiro de 1557. Era muito jovem. Em agosto, os soldados ergueram um forte perto da antiga Concepción e, no dia 25 de agosto, eles sofreram o primeiro assalto dos araucanos. No seu poema épico *La Araucana*, ele descreve o combate e a vida penosa do soldado que, às vezes, tinha como ração “dos tasados puños de cebada” (isto é, duas medidas de cevada) e como cama “la húmida tierra.” (p. 459) como também, o seu encontro com Tegualda, que vagava procurando reconhecer o cadáver do marido. Esse acontecimento proporciona ao canto um momento de lirismo elegíaco.

Ercilla é um exemplo que se pode oferecer da preferência espanhola pelos relatos históricos unidos às exóticas notícias sobre o Novo Mundo, e dos preceitos renascentista com base na *Eneida* de Virgílio. Em *La Araucana*, há uma reminiscência ao mundo natural, não deformado pela civilização, e como em *Os Lusíadas* há um canto a um povo. Com a diferença que na épica da Camões o poeta canta apenas o povo português, e na de Ercilla canta dois povos:

³ Segundo explicaciones de Ercilla “El Estado de Arauco es una provincia pequeña de veinte leguas de largo y siete de ancho poco más o menos, que produce la gente más belicosa que ha habido en las Indias y por eso es llamado el Estado indómito; llámense los indios del araucanos, tomando el nombre de la provincia”. Admirou-se este soldado espanhol de que pessoas vivendo em um território tão pequeno, sem ter cidades organizadas, nem amuralhadas, nem casas fortes para defesa, nem armas de fogo, tenham valorosamente defendido a sua liberdade. (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

os espanhóis e os araucanos, já que os dois povos compartilham a emoção do poeta. Porém, acreditamos que o verdadeiro herói seja o povo araucano defensor de sua liberdade, obstinado e corajoso na defesa da sua terra, “[...] gente [...] granada/ tan soberbia, gallarda y belicosa,/ que no ha sido por rey jamás regida/ ni a extranjero dominio sometida. (p. 38) [...] por valor y pura guerra/ hace en torno temblar toda la tierra.” (p. 40). No entanto em *Mem de Sá*, ainda que Anchieta valorize a bravura dos índios, mostra-os subjugados pelo poder do Governador Geral e transformados em sua cultura. Também, Ercilla se põe sempre como poeta que narra feito verdadeiro, “o que dirão meus versos adiante” (p. 745), em quanto Anchieta, se coloca só quando se dirige em oração a Deus. Citamos um momento em que Ercilla, se manifesta como testemunha, junto com os soldados espanhóis em uma batalha com os araucanos:

Nosotros, aunque pocos, cuando vimos
Que a espaldas vueltas iban ya marchando,
De nuestro fuerte en gran tropel salimos
En la campaña un escuadrón formando,
Y a paso moderado los seguimos,
De la victoria enteramente usando;
Pero dimos la vuelta apresurada
Temiendo alguna bárbara emboscada. (p. 457)

E, ainda, quando, afastado do grupo, descreve Tegualda, a filha do cacique Brancol, buscando, durante a noite entre os mortos, o corpo de seu marido, Crepino, para dar-lhe sepultura:

No mucho después desto, yo que estaba
Con ojo alerta y con atento oído,
Sentí de rato en rato que sonaba
Hacia los cuerpos muertos un ruido
Que siempre al acabar se remataba
Con un triste suspiro sostenido,
Y tornaba a sentirse, pareciendo

Que iba de cuerpo en cuerpo discurriendo.
(459-61)

A súplica da Índia é uma parte, na épica, muito sentimental. Ela conta ao poeta — narrador sua infelicidade: perdeu o marido, Crepino, com quem havia casado há um mês, descrevendo o dia em que se encontraram. O lugar muito bonito — uma formosa natureza como apreciam descrever os renascentistas — onde a água do claro Gualebo, um manso rio, descrito pela índia, se assemelha às águas do Tejo, descritos poeticamente por Garcilaso de la Vega. Em sua descrição se nota o tema da liberdade natural e do homem como contemplador da beleza da natureza: “Yo [...] ora la agua que el prado atravesaba, / las varias pedrezuelas numerando, / libre a mi parecer y muy segura / de cuidado, de amor y desventura,” (p. 463-4)

O poeta deseja dar imortalidade a Tegualda, igualando a sua têmpera à de Judite, Camila, la Fenisa, Dido, Penélope, Lucrecia e outras tantas mulheres famosas da Mitologia grega, da Bíblia e da Literatura (p. 475). Acreditamos que é o primeiro canto à mulher americana feito por um europeu.

Essa fusão de mitos, praticada pelo poeta, comparando as qualidades da Índia à de mitos gregos e a de personagens históricos bíblicos e romanos, é uma característica do Renascimento. Durante esse período se manteve uma mais estreita relação com a mitologia que no barroco. Separam o mito da história (e da ciência). A referência a eles feita de uma forma metafórica e alegórica. Eles transformam em parábolas ou alegorias, por essa razão, quando o poeta dormia, Belona lhe aparece e o leva a um campo para lhe dar ânimo guerreiro. A intervenção dos deuses é um espelhar em Virgílio. Haja vista Camões, seu contemporâneo, que, em *Os Lusíadas*, põe deuses protegendo Vasco da Gama e Anchieta. Também, no vocativo a Cristo, une nomes divinos (Cristo Rei) a satânicos (Lúci-

fer) e mitos referentes à natureza grego-latina (Aqueronte, Cérbeno, Estige) (p. 143).

O poeta faz do reencontro da índia com o cadáver de seu marido um patético momento (p. 477), o que nos recorda as novelas de cavalaria ou as novelas cavalheirescas do Renascimento italiano e o homem de sua época (o soldado e o escritor) estão refletidos dentro do poema. Exemplo de versos em que o poeta-narrador está escrevendo, no silêncio de uma noite, num clima bélico, são estes versos: “Aquella noche, yo mal sosegado,/ reposar un momento no podía,/ o ya fuese el peligro o ya el cuidado/ que de escribir entonces yo tenía”, e, também, este: “en el silencio de la noche oscura”, ou estes outros: “se me cayó la pluma de la mano”. Nota-se, também, o estilo renascentista, à maneira de Garcilaso, na presença de deuses pagãos e na descrição da paisagem:

[...] a do naturaleza/
Con mano liberal y artificiosa
Mostraba su caudal y hermosura
En la varia labor maravillosa,
Mezclando entre las hojas y verdura
El blanco lirio y encarnada rosa,
Junquillos, azahares y mosqueras,
Azucenas, jazmines y violetas,
Allí las claras fuentes murmurando
El deleitoso asiento atravesaban,
Y los pintados pájaros colando
Por los copados árboles cruzaban,
Formando con su canto y melodía
Un acorde y dulcísima armonía. (p.409)

Ercilla, diferente de Anchieta, assinala no seu canto épico uma grande admiração pela heroicidade dos araucanos, ainda que cante o valor dos soldados espanhóis, indistintamente: “[...] el valor, los hechos, las proezas / de aquellos españoles esforzados, / que a la cerviz de Arauco no domada/ pusieron duro por la espada” (p. 37)

O poeta épico canta, ainda, a união dos povos por meio do Cristianismo e a paz que provém da guerra, cuja origem é celeste “na linhagem humana transferida, / quando foi pela fruta reservada/ nossa natureza corrompida”. A paz é uma auxiliar do poder. Ela é, segundo ainda o poeta, “o direito das gentes”, a que ordena, disciplina, conserva a República e mantém as leis:

Canto el furor del pueblo castellano
Con ira justa y pretensión movido,
Y el derecho del reino lusitano
A las sangrientas armas remitido;
La paz, la unió, el vínculo cristiano
En rabiosa discordia convertido,
Las lanzas de una parte y otra airadas
A los parientes pechos arrojadas. (p. 787)

[...]
Nosotros, aunque pocos, cuando vimos
Que a espaldas vueltas iban ya marchando,
De nuestro fuerte en gran tropel salimos
En la campaña un escuadrón formando,
Y a paso moderado los seguimos,
De la victoria enteramente usando;
Pero dimos la vuelta apresurada
Temiendo alguna bárbara emboscada. (p. 457)

O poeta mostra, ainda, a sua admiração pelo povo indígena, quando o eu poético, se afasta do grupo e vê Tegualda, a filha do cacique Brancol, buscando, durante à noite, entre os mortos, o corpo de seu marido, Crepino, para dar-lhe sepultura (p. 459-461):

Ele faz do reencontro da índia com o cadáver de seu marido um patético momento (p. 477), o que nos recorda as novelas de cavalarias ou as novelas romanescas do renascimento italiano.

Ercilla, homem de sua época, soldado e escritor, no campo de batalha menciona o seu ofício como o faz ao mencionar que escreve no silêncio de uma noite, num clima bélico, nos versos: “aquella no-

che, yo mal sosegado,/ reposar un momento no podía,/ o ya fuese peligro o ya el cuidado/ que de escribir entonces yo tenía”, e, também nestes: “en el silencio de la noche oscura,/ en el medio del reposo de la gente,/ queriendo proseguir en mi escritura”. Note-se, também, que além da presença do homem de armas e letras, o homem renascentista se faz sentir pelo estilo, à maneira de Garcilaso, no uso de temas de deuses pagãos. No canto XXIV da segunda parte da obra, o eu poético solicita às “sacras Musas” inspiração e linguagem precisa para descrever a batalha naval de Lepanto. Belona, deusa da guerra, ouve as suas súplicas e aparece para dar ânimo ao guerreiro e levá-lo a um campo:

[...] a do naturaleza/
Con mano liberal y artificiosa
Mostraba su cauda y hermosura
En la varia labor maravillosa,
Mezclando entre las hojas y verdura
El blanco lirio y encarnada rosa,
[...]
Allí las claras fuentes murmurando
El deleitoso asiento atravesaban,
Y los templados vientos respirando
La verde hierba y flores alegraban, (p. 409)

A expressão linguística do épico, devido ao seu caráter narrativo, é o pretérito. Aristóteles, sobre esse gênero, disse que tem métrica uniforme (o hexâmetro, verso de seis pés) e estilo narrativo, sem exigência de tempo definido. *La Araucana* corresponde à Época Colonial da América Espanhola e contém versos de hendecassílabo unidos em oitava real, rima dos poemas do século de Ouro, mas traz a tradição da objetividade das gestas e um conteúdo de justiça e humanidade.

Esta obra, dedicada ao Rei da Espanha, está dividida em três partes, contendo, cada uma delas, variados números de cantos. Na primeira parte, há um prólogo, datado de dois de março de 1569,

que traz autorizações (“privilégios”) para Castela, Aragão e Portugal. Seguem-se a ele, conforme o costume da época, sonetos para Ercilla (num total de seis) e uma dedicatória a Felipe (“sacra, Católica, Real Majestad”), onde o autor se apresenta ao rei como um seu soldado leal, servidor e admirador; expõe os motivos que o levaram a servi-lo no Arauco e lhe fala de sua atividade de escritor nas horas de ócio (“en el poco tiempo”) que lhe sobravam durante as batalhas. A seguir vem uma justificativa do tema bélico de seu canto e do propósito de fazer inolvidáveis as façanhas dos espanhóis em terra remota e afastada da qual quase não se tem notícia. Depois há uma apresentação das dificuldades que teve para escrever por falta de tempo e de material (“escribiendo muchas veces en cuero [...] en pedazos de cartas, algunos tan pequeños que apenas cabían seis versos”). A seguir faz uma explicação do destaque que deu aos araucanos levado pela bravura destes em defender suas terras, e, inclusive, destaca o papel das mulheres guerreiras contra os “fieros enemigos españoles”, dignas de “mayor loor del que yo podrá dar con mis versos”. Nesta parte o poeta narra acontecimentos anteriores à sua chegada à América: a guerra dos espanhóis contra os araucanos, sob o comando de Valdivia. No Canto III, narra a morte deste capitão por um jovem (“Un hijo de un cacique conocido/ que a Valdivia de paje le servía”). O poeta não vê traição na atitude do índio, mas coragem e amor à pátria. Ao descrever esta passagem, apropria-se de imagens, de gradação verbal e aliteração:

Y entre el hierro español así se lanza
Como con gran calor en agua fría”
Se arroja el ciervo en el caliente estío
Para templar el sol con algún frío.
De sólo el primer bote uno atraviesa,
A otro apunta por medio del costado,
Y aunque la dura lanza era muy gruesa,
Salió el hierro sangriento al otro lado.

Salta, vuelve, revuelve con gran priesa,
Y barrenando el muslo a otro soldado,
En él la fuerte pica fue rompida
Quedando un grueso trozo en la herida. (p.98)

A segunda parte dessa obra, com a data de 15 de julho de 1578, o eu lírico faz uma dedicatória ao rei (“Sacra, Católica, real Majestad”) e lhe solicita uma apreciação. Depois se dirige ao leitor para dar-lhe uma explicação da inserção de temas fora do conteúdo do livro. A seguir, menciona o encaixe do assalto do rei Felipe a San Quintín como coincidente com a acometida dos araucanos ao forte de Concepción, e esclarece que a Batalha de Lepanto serviu para mostrar o valor da Espanha. O fato é que esses desvios temáticos dão variedade aos episódios, evitando a monotonia do poema, além de oferecer ao poeta a oportunidade de apresentar um tema particular e de pouca monta para muitos (a luta no Arauco com os naturais da América) e dar a ele um âmbito universal, ao mesmo tempo, em que assinala a sua erudição e o poderio espanhol. Na terceira parte a dedicatória ao rei — Nuestro señor — o poeta pede-lhe que leia o seu canto. Nela, no canto XXVII, faz uma apologia à guerra justa, a autorizada pelo rei. Ele se refere à guerra como uma consequência do pecado original e uma necessidade para manter-se a paz: “La guerra es de derecho de las gentes,/ Y orden milita y disciplina / Conserva la república y sostiene,/ Pero será la guerra injusta luego / Que del fin de la paz se desviare,”

O vate canta, ainda, a união dos povos por meio do cristianismo e a paz que provém da guerra, cuja origem é celeste “na linhagem humana transferida,/ quando foi pela fruta reservada/ nossa natureza corrompida”. Ela é uma auxiliar do poder. Ela é, segundo ainda o poema, “o direito das gentes”, a que ordena, disciplina, conserva a república e mantém as leis:

Canto el furor del pueblo castellano
Con ira justa y pretensión movido,
Y el derecho del reino lusitano
A las sangrientas armas remitido;
La paz, la unión, el vínculo cristiano
En rabiosa discordia convertido, (p. 787)

Ao terminar o seu canto, defende os direitos de Felipe ao trono de Portugal, elogia-o por ser clemente, liberal e magnânimo e, por último, se volta para Deus “tan bueno cuyo oficio es olvidar la ofensa y no el servicio” e passa de uma vida bélica a outra ascética “conociendo mi error, de aquí adelante/ será razón que lllore, y que no canté”.

Por fim, como a todo ideal humano acompanha um ideal de sociedade, nessa obra se observa o reflexo da filosofia de vida do homem renascentista europeu, inclusive no destaque que dá o poeta ao mundo natural, aos valores humanos, fazendo que se harmonizem de uma maneira poética os elementos europeus e americanos, antecipando o fenômeno étnico que dá origem ao povo latino-americano.

Assim, na visão do espanhol os araucanos eram valentes, bizarros, “bárbaros notables”, de “fiero aspecto y terribles/ del bien universal usurpadores,/ son fuertes, poderosos, invencibles,/ de solo el pensamiento gobernados”. Essa opinião do índio não deixa de ser uma glorificação narcísea do próprio poeta renascentista, pois parece ser este mais um momento que encontra para valorizar o conquistador espanhol.

Dos araucanos, Ericilla destaca alguns valentes caciques: Caupolicán, o forte; Tucapel, o audaz; e Cayocupli, Lincoya e outros mais, para que não haja perda, segundo ele, da memória de seus nomes. Contudo, o poeta não enfatiza a atuação dos soldados espanhóis como personagens da raça hispânica. E, não aprova a maneira

indigna dos espanhóis executarem o chefe araucano Caupolicán, “o forte”, que era obedecido por toda Pilmaiquén. Também, denuncia o procedimento dos algozes, uma vez que, o herói indígena foi batizado, isto é, cristianizado (p. 746), não lhe deram uma morte digna de um cristão e um guerreiro. Pois, quando foi Caupolicán condenado à morte, espetaram-no num pau e o flecharam: “[...] cien flechas quedó pasado el pecho,/ por do aquel gran espíritu echó fuera” (p. 749). O poeta justifica sua omissão, pois nessa ocasião estava ausente em uma: “nueva conquista había partido/ de la remota y nunca vista gente;/ que si yo a la sazón allí estuviera,/ la cruda ejecución se suspendiera”. (p. 749) Ercilla se enternece com o que chama “bárbaro caso referido”. Ele destaca a coragem e a dignidade do herói araucano que, mesmo descalço e sem o adorno na cabeça, a pé, desnudo, arrastando duas pesadas correntes, com uma corda no pescoço e um grosso nó, sendo por ela puxado pelo verdugo, subiu pela escada do cadafalso “tan desenvuelto/ como si de prisiones fuera suelto” (p. 747).

Na primeira parte, no Canto III, ao falar o poeta sobre o cativo e a morte de Valdivia, ocasionada por uma bastonada de um velho, Leocaró, mostra que não tem simpatia pela atitude covarde do espanhol, quando se humilha diante do chefe araucano e lhe suplica para não lhe matar e jura deixar livre e em paz a terra. Essa atitude do soldado espanhol o distancia em valor da atitude de Caupolicán, o guerreiro araucano.

Basílio da Gama e *Uraguai*

O *Uraguai* é um poema épico de cinco cantos, sem divisões em estrofes, constituído por versos brancos, ou seja, sem rimas, pertencente ao Arcadismo, época em que os escritores, influenciados por

ideais iluministas e pela Revolução Francesa, queriam expressar em sua escrita a transparência, o bucolismo e a racionalidade que o homem estava vivendo. No Brasil, o Arcadismo viveu o momento histórico da decadência do ciclo da mineração e da transferência do centro político do Nordeste (Salvador, na Bahia) para o Rio de Janeiro. Mas o amor às coisas da terra como a fauna, a flora, o clima e a paisagem em geral e o conhecimento do homem brasileiro e do meio em que vivia foram crescendo. E, assim, elegeram os índios como heróis nacionais, apontando para sua origem e simplicidade. A valorização do índio, em o *Uruguai*, como um herói nacional, em uma obra do século XVII, aproxima-a ao Romantismo, século XIX, e o bucolismo e a época da sua produção, ao Arcadismo. E Basílio da Gama no término do poema o inclui no Arcadismo: “vai aos bosques de Arcádia: e não receies/chegar desconhecido àquela areia.” (Canto quinto v 153). Mas seguem os versos que exemplificam o estilo bucólico do Arcadismo.

Assim quem olha do escarpado cume
Não vê mais do que o céu, que o mais lhe encobre
A tarda e fria névoa, escura e densa.
Mas quando o Sol de lá do eterno e fixo
Purpúreo encosto de dourado assento,
Co'ã criadora mão desfaz e corre
O véu cinzento de ondeadas nuvens,
Que alegre cena para os olhos!
Podem Daquela altura, por espaço imenso,
Ver as longas campinas retalhadas
De trêmulos ribeiros, claras fontes
E lagos cristalinos, onde molha
As leves asas o lascivo vento.
Engraçados outeiros, fundos vales
E arvoredos copados e confusos,
Verde teatro, onde se admira quanto
Produziu a supérflua Natureza.
A terra sofredora de cultura
Mostra o rasgado seio; e as várias plantas,

Dando as mãos entre si, tecem compridas
Ruas, por onde a vista saudosa
Se estende e perde. O vagaroso gado
Mal se move no campo, e se divisam
Por entre as sombras da verdura, ao longe,
As casas branquejando e os altos templos.
(Quarto canto, v. 30 a 54)

A obra inicia-se com a reunião das tropas portuguesas e espanholas comandadas pelo general Gomes Freire de Andrade, e a triste realidade do campo de batalha com sangue e corpos espalhados é apresentada ao leitor. O tema do poema é o Tratado de Madri, celebrado entre os reis de Portugal e de Espanha, que determinava que as terras ocupadas pelos jesuítas, no Uruguai, deveriam passar da Espanha a Portugal. Os portugueses ficariam com Sete Povos das Missões e os espanhóis, com a Colônia do Sacramento. Sete Povos das Missões era habitado por índios e dirigida por jesuítas, que organizaram a resistência à pretensão dos portugueses.

Basílio da Gama nasceu em Minas Gerais, na atual Tiradentes. Estudou no Rio de Janeiro em colégio de jesuítas até ser fechado por decreto do governo de Pombal contra os jesuítas. Foi para Roma, voltou para o Brasil e foi para Portugal. Em Lisboa foi preso acusado de simpatizante dos jesuítas. Em 1769 escreveu o poema que lhe tornou célebre *Uruguai* e que ele dedicou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, possivelmente com o intuito de agradá-lo, para evitar o degredo para Angola. Por isso o poema parece ser uma exaltação à política de Pombal contra os jesuítas: “MUSA, honremos o Herói que o povo rude/ Subjugou do Uruguai, e no seu sangue/ Dos decretos reais lavou a afronta.” (Canto primeiro, v. 6-8).

No poema sente-se que há uma acusação de os jesuítas estimularem os índios à luta e de serem pusilânimes, pois incitam os índios à guerra e dela não participam: “juntos um nosso forte enquanto assaltam./ E os padres os incitam e acompanham” (Canto 1º,

v. 194-195). Ainda, no final da batalha, perdidas as esperanças e massacrados os índios, procuram fugir: “Quando abertas as portas, se descobrem/ Em trajas de caminho ambos os padres,/ Que mansamente do lugar fugiam,/ Desamparando os miseráveis índios/” (Canto quinto v. 117-120). E o general Andrade fala aos índios sobre o mau comportamento dos jesuítas: “[...] Vós sois rebeldes./ Se não obedeceis; mas os rebeldes. /eu sei que não sois vós, são os bons padres,/ Que vos dizem a todos que sois livres,/ e se servem de vós como de escravos;/armados de orações vos põem no campo/contra o fero trovão da artilharia,/ Que os muros arrebatam; e se contam/ De ver de longe a guerra: sacrificam,/ Aparentos dos eu, o vosso sangue.” (Canto segundo v. 140-144).

Mostra o poema que os índios foram submetidos por uma aculturação pelos jesuítas e assim eles os vêem com todo o poder e como donos da riqueza da terra enquanto eles pouco têm, e não se assustam com o nome dos reis, porque o deles eram os padres (Canto segundo v.111). Eles se sentem livres e essa liberdade seus filhos herdarão, mas o único jugo deles é o do céu, “por mão dos padres” (Canto segundo v.184). Porém, os índios não possuem riquezas. Os jesuítas sim, mas a preço da escravidão dos índios: “[...] riquíssimo tributo,/ Brilhante pedraria, e prata, e ouro, /Funesto preço por que compra os ferros” e, ainda, quem um domínio maior: “Ao longe o mar azul e as brancas velas/ Com estranhas divisas nas bandeiras/ Denotam que aspirava ao senhorio,/ E da navegação e do comércio.” (Canto quinto v. 49-45) Sobre o que os índios possuem, Cacambo declarou ao General Andrade:

[...] Essa riqueza
Que cobre os templos dos benditos padres,
Fruto da sua indústria e do comércio
Da folha e peles, é riqueza sua.
Com o arbítrio dos corpos e das almas

O céu lha deu em sorte. A nós somente
Nos toca arar e cultivar a terra,
Sem outra paga mais que o repartido
Por mãos escassas mísero sustento.
Podres choupanas, e algodões tecidos,
E o arco, e as setas, e as vistosas penas
São as nossas fantásticas riquezas. (Canto segun-
do v. 91-102)

O eu lírico culpa os jesuítas pelo massacre dos indígenas nas terras ao sul do país, e exalta os portugueses pelo respeito aos que sobreviveram. As vilezas dos “bons padres”, “o fleumático Patusca”, Balda, e Tedeu são descobertas e eles são mortos. Nesta obra, além dos guerreiros portugueses, os Guaranis são tratados de maneira positiva pelo autor, cabendo unicamente aos jesuítas o papel de vilões, por serem contrários à política pombalina, retratados como interessados em ludibriar os indígenas.

Como na gesta de Anchieta o eu lírico de *Uruguai* descreve a luta e a maneira de os índios adornarem-se durante a batalha e seus costumes de antropofagia: “Que comem os seus mortos, nem consentem/ que jamais lhe esconda a dura terra/ No seu avaro seio o frio corpo”. (Canto quarto v. 71-73), costume que não aparece no Arauco, pois Tegalda procura dar sepultura a seu amado.

Entre acontecimentos históricos e enfoques literários, terminamos a breve análise dos poemas épicos *La Araucana*, *De Gestis Mem de Sá* e *Uruguai*, na qual procuramos apresentar além da beleza da linguagem dessas obras, ainda que Anchieta tenha escrito em latim e termos usado da tradução do Padre Armando Cardoso, os recursos literários e a qualidade dos versos são destacáveis. Nesses poemas vislumbramos acontecimentos históricos na América entre europeus e povos americanos. A narrativa de Anchieta, ainda em vida de Mem de Sá, exalta a ação civilizadora dos portugueses e, na batalha de Cricaré, por exemplo, traça um perfil negativo dos

índios. Ercilla, participando da luta como soldado no Arauco eleva os araucanos um pedestal de valor. Basílio, pesquisando nos arquivos dos jesuítas e protegendo-se de acusações de simpatizante pela companhia de Jesus, faz uma feroz crítica aos padres elevando as ações dos espanhóis e portugueses, num texto mais lírico.

Referência

ANCHIETA, José de. *De Gestis Mendi de Saa*. Poema épico. Introdução, versão e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1986

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante. *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1966.

ERCILLA, A. de. *La Araucana*. Buenos Aires, Emecé, 1945. 2 vol.

GAMA, José Basílio da. *Uruguai*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/uruguai.pdf Acesso em: 31 maio 2018.

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira. *História em verso*. Vitória: Centro de Ensino Superior de Vitória, 2004.

ESCREVENDO NAS BORDAS DO TEMPO: MULHER, HISTÓRIA, FICÇÃO

*Bernadette Lyra**

Antes de tudo, necessito dizer que não sou uma historiadora. Sou uma escritora de ficção.

Historiadores dão conta das coisas que povoam a memória dos lugares, no passado. Trabalham com fontes. Arquivos, ofícios, requerimentos, listas nominativas de vilas, documentos de terras, registro de obras, rol de escravos, certidões, testamentos, nada lhes é estranho.

Escritores imaginam o que o passado seja e trabalham com o imaginário e com a fantasia. Escritores só contam com o risco. Mas a História exerce uma fascinação evidente sobre qualquer escritor. No entanto a Literatura não é a História. Ela é feita de pequenas e fragmentadas histórias. Quem escreve e necessita usar o conhecimento sobre o passado tem de passar por formas não-narrativas de representação da História. Tudo serve: retratos, boatos, fragmentos de correspondências, lembranças (falsas ou “verdadeiras”), lendas, imagens, intuições e outras coisas mais. Como ensina o pesquisador da Universidade de Stanford, Hans Ulrich Gumbrecht, a verdadeira questão por trás de saber o que fazer com nosso conhecimento sobre o passado não é a questão — mais ou menos técnica — de saber como escrever ou representar a História, é preciso saber o que nós imaginamos o que o passado seja.

Dessa forma, o passado pode ser tomado como uma matéria crua, que permanece em estado latente, antes mesmo que quem queira escrever uma história sobre algum tema ou aspecto que nele se desenrole, comece a pensar sobre as formas possíveis de sua representação.

* Professora Emérita da UFES. Escritora de ficção. Ocupa a cadeira n. 01 da Academia Espírito-santense de Letras.

Assim é que, trabalhando essa matéria crua do passado, o meu fazer literário produz alguns aspectos daquilo que, hoje, como uma escritora, mulher, vivendo no presente e em um determinado “mundo real”, eu possa imaginar o que seja a vida de uma dama que, há séculos, viveu.

Costumo sempre dizer que a vida de uma mulher é feita de três vidas: aquela que se diz que ela teve; aquela que ela bem poderia ter tido; aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais. Isso também se aplica a Dona Luiza, a Capitoa, que foi a terceira governante da Capitania do Espírito Santo.

Acontece que a existência de dona Luiza, de tão obscura, não pode ser resumida com propriedade nem às coisas mais simples. Tão difícil é obter antecedentes da sua chegada à undécima capitania quanto achar informações sobre a etapa em que a governou, desde o ano de 1589, após a morte do marido o donatário Vasco Fernands Coutinho Filho, até 1593, quando foi destituída pelo rei Filipe II de Espanha e Portugal.

Não é fácil encontrar documentos sobre a Capitoa do Espírito Santo.

Apenas rastros aqui e ali. As duas ou três linhas escritas sobre ela estão sempre metidas nos feitos dos homens como apêndices ornamentais.

Começando pela última notícia, quando, em 1626, aparece como freira professa do mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, em Évora, sendo convocada para depoimento no processo de beatificação do jesuíta, padre José de Anchieta, que ela conheceu em vida.

Depois disso, seu rastro se perde e os dados contidos nos relatos são como alfinetes cravados, aqui e ali, entre os alinhavos do tecido rarefeito da História.

Que Anchieta tinha amizade pela viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho, dão todos por certo. Em 1592, o jesuíta menciona dona

Luiza em carta escrita a Miguel de Azeredo, o capitão de ordenanças que lhe deram para ajudá-la a governar e, ao que parece, a presença masculina capaz de legitimar seu Governo. Nessa missiva, Anchieta dá notícia de negociações feitas junto ao Governador Geral Dom Francisco de Souza, para mantê-la à frente da capitania. Consta que, pessoalmente, ele teria também escrito a dona Luiza duas cartas perdidas.

As notícias são tanto mais nebulosas quanto mais anteriores à chegada da dama ao Brasil. Há indícios de que ela tenha nascido em Nice, ou Nizza ou Nyssa, antiga Nikaia. Bem possível é que tenha vindo para Portugal quando ainda era uma menina. Seria uma das filhas de Pedro Álvares Correa e bisneta de Simão Correa, o Conde de Liz ou de Bises.

Na Pedatura Lusitana, nobiliário das famílias de Portugal, Pedro Álvares Correa aparece como um bastardo — depois feito legítimo — de Simão Correa, um descendente do Conde de Liz ou de Bises, da linhagem de Pedro, o Cru, e de Inês de Castro, sua infeliz rainha.

Pedro Álvares Correa, foi um capitão da cidadela de Arzila, na África. Assumiu o comando em 1535. No mesmo ano em que Vasco Fernandes Coutinho — nomeado primeiro donatário do Espírito Santo — acabou por vender os seus bens e deixar sua quinta em Alenquer para embarcar na caravela Grorya, com uma tripulação de aventureiros, alguns fidalgos, degredados, provisões e apetrechos, indo ao encontro de sua capitania, uma posse com cinquenta léguas contadas, supostamente entre os rios Mucuri e Cabapana, povoada principalmente pelos goitacás e tupinambás e situada em uma curva suave na parte oriental do Brasil.

Era um tempo de muitas aventuras e muitas desventuras. Até mesmo os mancebos melhor aquinhoados com a sorte ou rodavam o mundo conhecido atrás de benesses e honrarias ou partiam para o desconhecido em busca de fortuna e fama.

Pertencente a uma família nobre, mas empobrecida, Pedro Álvares Correa está entre aqueles de quem um ditado da época diz que “as únicas saídas para um fidalgo pobre são a igreja, a casa real ou o mar”.

Depois de uma existência de muitas aventuras, pode ser que ele tenha voltado a Portugal onde, possivelmente, recebeu sua parte de graças reais e fixou residência com a sua mulher, Catarina.

Bastante mais duvidosa é a linhagem dessa Catarina, mãe de dona Luiza. Certos historiadores apontam para Catarina Grimaldi, filha do Barão Honoré de Grimaldi, de Mônaco. Mas não poucos estudiosos, porém, desconfiam desse atrelamento de personagens antigas aos rastros perfumados das cortes e às emanações da nobreza.

Há quem diga que dona Luiza simplesmente vem da família lusa Grinaldi, sobrenome que consta em alguns documentos do século XVI. E há quem afirme que seu sobrenome Grinaldi se deformou em Grinalda, por conta de sua extrema devoção.

Em uma extravagante versão, a mãe de dona Luiza, sendo italiana, bem poderia ter herdado o nome de uma povoação nomeada Grimaldi situada na região da Calábria. Ou, então, talvez pertencesse a uma dessas famílias de agricultores monegascos que, como era costume, tomavam para si a mesma denominação de um castro ao redor do qual moravam.

Curiosamente, ao falar de Pedro Álvares Correa, a Pedatura Lusitana fala também de suas núpcias com dona Maria de Menezes, uma fidalga do clã de Cantanhede, em Portugal.

É possível que aí esteja mais uma confusão.

Catarina pode estar filiada a uma daquelas famílias portuguesas do Bolho, uma antiga freguesia de Cantanhede, propriedade de nobres. Ou quem sabe, apenas lá morasse e lá teve a sorte também de lá se casar com Pedro Álvares Correa, depois que morreu aquela sua primeira mulher.

Talvez, ainda, o sobrenome de dona Catarina Grimaldi poderia ser a fonte da corruptela Grinaldi, com que dona Luiza, sua filha, seria chamada mais tarde no Brasil, pelos índios e colonos, que não conheciam bem as regras genealógicas dos nobres. Aí, então, também se incluiria a corruptela

Grinalda, bem mais portuguesa, aliás.

Assim, como se vê, perseguir a exatidão do passado é perseguir cinza, pó, nada. O passado não é confiável. É enganoso e escorregadio.

Das profundezas enganosas desse passado escorregadio, pulou dona Luiza — com seus três prováveis sobrenomes: Grimaldi, Grinaldi, Grinalda — e me apareceu como a matéria e a substância perfeitas para que eu a configurasse como personagem de um romance que martelava em minha imaginação.

Quero agora citar alguns documentos históricos que brilham como pedrinhas encantadas na trilha que segui, em busca de pistas para criar a minha personagem, a minha dona Luiza.

Por exemplo: o testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, lavrado em Lisboa às vésperas de embarcar para o Brasil, firmado em 19 de abril de 1573, que se encontra no Arquivo Real da Ajuda, em Lisboa, códice 44-XIV-6, folha 68, documento I:

Jesus Maria. Em nome da santíssima Trindade Padre Filho e Espírito Santo três pessoas e um só Deus em que eu firmemente creio. E estando Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador que sou de minha capitania do *Spiritu Sancto* na costa do Brasil, de caminho para a dita capitania para onde vou com minha mulher e casa, não sabendo o que Deus ordenará de mim nesta viagem nem a hora em que ele será servido levar-me desta vida, com todo juízo e entendimento que ele me deu ordeno meu testamento e ultima vontade.

Sabe-se que não foi Deus servido em levar o donatário, pois ele aportou são e salvo, fixou-se em sua fazenda da Costa e por muitos anos ainda viveu.

Embora nesse testamento exista a referência da data em que dona Luiza deixou Portugal, não se tem a certeza da data de sua chegada.

Nem mesmo se sabe por quais razões resolveu ela acompanhar o marido, atravessando o oceano até a distante capitania.

Em *A Capitoa*, os leitores podem verificar algumas de minhas fantasias sobre essas razões.

São suposições literárias e imaginativas, é claro. Mas estão firmadas naquilo que a matéria crua do passado irradia.

Seria mais que ajustado pensar que dona Luiza acompanha o marido pela sua condição econômica, pois raras são as notícias de mulheres que, à época, tinham renda garantida para subsistência sozinhas.

Mas dona Luiza não era desvalida. Por certo não foi por carência econômica, como poderia parecer.

Eis uma prova disso.

Ainda em parte do citado testamento Vasco Filho faz saber o seguinte:

Eu houve em casamento com a dita dona Luiza, minha mulher, uma capitânea de uma nau da Índia, ida por vinda, e tenho disso provisão de Sua Alteza, que confirmou a mim na capitânea da dita nau. A qual eu deixo à dita dona Luiza, pois assim e de maneira que a ela tinha para seu casamento, por provisão de Sua Alteza.

No meu romance, imagino esta cena, no século XVI, em Portugal:

Todos os dias o Rei se ajoelha ao pé do leito, faz o sinal da cruz e invoca os poderes a ele concedidos por Nosso Senhor Jesus Cristo. Depois, põe o seu manto de arminho debruado com um fio de ouro e guarnecido por fitas de prata, assenta-se ao trono e distribui favores a fidalgos, a pessoas nobres de muita qualidade, a herdeiros das

famílias principais das comarcas, a capitães empobrecidos, a soldados estropiados nas guerras.

Ora, historicamente, não se entende por que dona Luiza se encontra entre os favorecidos do Rei em um Reino regido por tal sistema de méritos e favores. Mas se sabe que a nau citada no testamento de seu marido pertencia a ela. Herança de pai? Talvez de outro anterior marido? A História não registra os detalhes. Mas confirma que a dama não era uma desvalida, ao casar com Vasco Fernandes Coutinho Filho.

Existe um segundo testamento, firmado em 05 de maio de 1588, por Vasco Filho, dessa vez em Vitória, onde, além de pedir que depois de sua morte o enterrassem no cemitério dos Padres da Companhia, deixava todas as suas posses à esposa, à exceção de algumas pensões, sendo uma legada a dona Ana de Vaz, sua mãe. Ainda hoje, uma ilha da baía de Vitória, leva o nome dessa senhora.

Entre as posses deixadas à viúva, estava o governo da Capitania, que dona Luiza exerceu com bravura.

Por exemplo:

Em 1592, circulam notícias da presença de Thomas Cavendish na costa do Brasil.

Anchieta está em sua missão de arranjos na Bahia. Ele escreve a Dom Miguel de Azeredo, o militar ajudante em ordens da Capitoa, alertando-o contra as investidas dos corsários ingleses:

Eu vim pelo Espírito Santo e achei toda aquela terra alarmada, com medo dos ingleses, porque deixaram dito que, para o ano que vem, viriam ali com três ou quatro galeões. E se o cumprirem e quiserem fazer força, não têm os moradores que fazer senão recolher-se cada qual pelos montes ou onde melhor puder, porque não têm outra defesa e a barra é tão acomodada que, se os ingleses fizerem algum forte nela, seria mui dificultoso expulsá-los daí.

Poucos leram *Província do Espírito Santo*, sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística, de Basílio Daemon. Certos livros são como pedaços de pão esquecidos em uma prateleira do armário que, se não pegam mofo, endurecem e lá ficam mirrados a minguar até que alguém os enfia em uma lata de lixo.

Porém quem leu Daemon sabe que uma das fortalezas improvisadas por dona Luiza para defender a vila de Vitória ficava mais ao sul, abaixo e na falda do Penedo, onde existe uma bocaina, lugar muito bem escolhido. E foi nela que duas lanchas do corsário encailharam, facilitando a vitória dos que se ocultavam nos dois fortins.

E há quem jure que existem marcas de cravações de metal no Penedo, a pedra postada à entrada da baía da ilha, comprovando que o encailhamento das lanchas ocorreu justamente nas correntes de âncora que dona Luiza mandou retirar de seus navios e passar sob as águas profundas naquele canal.

Mas, para a Capitoa, cada vez mais se tornava difícil manter o governo da capitania. Havia chacotas e reclamações, por sua condição de mulher.

Inclusive de pregadores religiosos em Portugal. E, no Brasil, o próprio Anchieta vinha já dando sinais de que estava sendo difícil sustentar o desgaste daquela administração. Ele mal dava cabo à espinhosa negociação junto ao Governador Geral, dom Francisco de Souza, para manter no cargo a viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho.

Em primeiro de dezembro de 1592, escreveu da Bahia a Dom Miguel de Azeredo, relatando as dificuldades para manter a confirmação do nome de dona Luiza como Capitoa. Eram muitos os aproveitadores que se ofereciam para governar a capitania em lugar de uma mulher, dizia.

Provavelmente, os ilustres senhores da Corte deviam perguntar: Como uma mulher pode governar? Não lhe bastam as orações, as costuras e os bordados?

Por fim, Francisco de Aguiar Coutinho, morador de Lisboa, sendo sobrinho de Vasco, o Velho, o primeiro donatário e sogro de dona Luiza, venceu a querela sobre a governança. Teve nisso a ajuda de juristas e letrados que consideravam insana a ideia de que uma mulher pudesse ter algum direito a posse ou a mando.

O novo donatário nem se dá ao trabalho de vir de imediato para a capitania. O capitão adjunto Dom Miguel de Azeredo assume como seu responsável.

Dona Luiza volta a Portugal.

Torna-se serva do Senhor. Ganha o nome de Sórora Luiza das Chagas no mosteiro do Paraíso de Évora, onde, em 1612, morreu.

Eis como, em meu livro *A Capitoa* imagino a partida da dama sua amada capitania:

Lá se vai a nau com todas as velas abertas deslizando dentro da madrugada adeus! Lá se vai a nau atravessando a garganta de pedra cravada entre o Penedo e o Forte, ai, adeus! Lá se vai a nau desviando do emaranhado de rochedos e baixios, atravessando a barra do rio do Espírito Santo, mergulhando na bruma que a bailar se consuma entre as ondas do mar e o céu, adeus, alma querida! Ai, adeus! (pp. 157-158)

Confinadas no castelo da popa, as duas criadas de dona Luiza fazem o sinal da cruz. A mais nova se agarra a seus santos, e a mais velha aperta contra o peito o rosário, ajoelhada junto ao leito de sua senhora que, desde a partida, deitou-se e assim permanece e assim vai calada, conduzida no seio da nau, com os olhos fechados, as mãos entrançadas no peito e o coração levado por cima das águas como um pequeno rochedo sem vida.

E aqui se acaba esta história da nossa Dona Luiza de três sobrenomes possíveis, a Capitoa, que viveu em Vila Velha, junto ao rio

do Espírito Santo. É uma história feita de muitas outras histórias. Algumas inventadas; algumas verdadeiras. Com a ajuda de muitos autores, verídicos ou falsos, ela foi costurada.

Findou-se, afinal? Não. Continua no coração de cada um que prossegue a tarefa de inscrever dona Luiza nos livros, nos muros, nas estátuas ou na memória, com as tintas da fantasia e da imaginação.

De todo o que te hei contado
Todo casi aconteceu
Que o que ainda não é passado
Pelo passado se creu.
Bernardim Ribeiro
Éclogas

ANTÔNIO CONSELHEIRO – O MESSIAS DO SERTÃO

*Josina Nunes Drumond**

Resumo: Antônio Conselheiro, o Messias do sertão, personagem histórico e ao mesmo tempo mítico, imortalizado na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Ponderações a respeito da colossal obra de Euclides, libelo que demonstra o erro político-militar da campanha de Canudos, uma guerra civil desencadeada por boatos infundados e por equívocos militares.

Palavras-chave: Canudos Antônio Conselheiro

Este breve ensaio tem como objetivo traçar o perfil de um personagem controverso, ao mesmo tempo histórico e mítico, que foi imortalizado pela obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Enviado à Bahia por um jornal Paulistano, para fazer a cobertura jornalística da guerra de Canudos, o engenheiro Euclides da Cunha concebeu sua obra a partir das crônicas de campanha. No entanto, ele não se ateve ao relato do que foi presenciado. Para conduzir o leitor à compreensão dos fatos, empreendeu uma árdua tarefa de pesquisar cientificamente, com minúcias de detalhes, o meio ambiente onde havia ocorrido o conflito e fez um amplo preâmbulo, de 230 páginas, dividido em duas partes: A terra (aspectos geográficos); o homem (aspectos antropológicos e sociológicos).

Focalizaremos aqui apenas a figura um tanto mítica de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel). As demais personagens, sem relevância, se resumem a oficiais, soldados, jagunços e moradores de Canudos.

* Membro do IHGES. Doutora em Literatura, com pós-doutorado em Literatura Comparada. Autora de 15 livros. Publicações em revistas, antologias, anais, jornais e na Internet. www.artigosdajo.blogspot.com.br

O comando político da região de Monte Belo, naquela época, sob a tutela da igreja, pertencia ao barão Jeremoabo, proprietário de mais de 60 fazendas. Havia muitos conselheiros empenhados na conversão dos pecadores e na execução de obras de caridade. Havia também os devotos, chamados de beatos, que se dedicavam à salvação da alma.

Euclides aborda detalhadamente o insulamento causado pelas secas e os antecedentes na formação de Canudos, povoado que mais tarde se tornou por um lado, “estrada para o céu”, para os devotos de Antônio Conselheiro, e por outro lado, cenário de carnificina, para a história brasileira.

Antes de traçar o perfil (não muito correto) de Antônio Conselheiro, Euclides remonta à história de seus ancestrais. Segundo ele, o beato era descendente dos Maciéis, família famosa pela contenda sanguinolenta com a família dos Araújo. Seu pai, homem honrado e correto, teve morte traiçoeira, provocada pela família rival. Antônio Maciel foi um adolescente tímido, tranquilo e caseiro. Era caixeiro na casa de negócios de seu pai, em Quixeramobim. Tal qual seu genitor, era calmo e muito correto. Encarregou-se da subsistência de suas três irmãs até seus respectivos desponsórios. Por sua vez, fez um casamento desastroso, que o desequilibrou emocionalmente. Viveu em várias localidades e exerceu diversas profissões, como caixeiro, escrivão e requerente, descambando, cada vez mais, para tarefas amenas, rumo à vadiagem. Sua mulher foi raptada por um policial. A vergonha da desonra fez com que ele enveredasse por desconhecidos lugares dos sertões, para se esconder no anonimato. Ficou desaparecido durante dez anos. Surgiu depois na Bahia, como anacoreta, com aparência esquelética, cabelos longos e desgrelhados, que se emaranhavam a quase meio metro de barba. Usava um tipo de túnica azul, de algodão, e apoiava-se a um bastão. O andarilho errante nunca falava de seu passado. Alimentava-se mal

e dormia à beira dos caminhos, ao relento. Sua figura misteriosa ganhou prestígio. Por onde passava (interior de Pernambuco e de Sergipe) era o conselheiro favorito e o árbitro de todas as divergências. O passo seguinte foi o de evangelizador. Chegou a Itabaiana em 1874. Vivia de esmolas, mas só aceitava a esmola suficiente para a subsistência do dia. Recusava os excessos. Dormia em tábua ou chão duro. Espontaneamente, foram surgindo alguns seguidores, que, segundo Euclides, se tratava de “gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mândria e à rapina” (OS, p.180).

Um dos adeptos carregava um oratório tosco, em torno do qual faziam suas preces. Em cada vilarejo, entravam em coro de ladainhas, com o oratório erguido, como se fora um troféu. Erguiam também cruzeiros e bandeiras do Divino. Sua chegada em cada aglomeração urbana correspondia a um grande evento e monopolizava a atenção de todos. Conselheiro rezava, aconselhava e fazia prédicas. Sua fama foi crescendo e, em pouco tempo, pregava a multidões, em improvisados palanques. Por onde passava, construía ou reformava templos, capelas e cemitérios. Os vigários faziam vistas grossas e o deixavam agir, porque graças à sua atuação junto às comunidades, aumentava o número de batizados, casamentos, novenas, festas, enfim, eventos que aportavam rendimentos à igreja.

Em 1876, o beato foi preso na vila e Itapicuru acusado de assassinato da mãe e da esposa. Foi levado a Salvador e depois solto, devido à improcedência da denúncia. Sua vida íntima, como a de Euclides, romanceada com toda sorte de especulações, transformou-se em tragédia antiga, com diferentes matizes. Euclides foi traído pela mulher, tentou matar o amante dela e acabou assassinado. Anos mais tarde, o filho mais velho resolveu se vingar da morte do pai e acabou igualmente assassinado. Em ambas as situações, o assassino, Dilermano de Assis, foi inocentado por legítima defesa.

Antônio Conselheiro, segundo relatos (sem comprovação), foi alertado por sua mãe, a respeito da infidelidade da esposa. Anunciou que ia partir em viagem, deu meia-volta e ficou de tocaia, para um flagrante, arquitetado por sua mãe, que não apreciava a nora. À noite, alvejou um vulto que galgava uma das janelas de sua casa. Logo após, entrou em casa e atirou também na esposa, que dormia. Para sua surpresa, o suposto amante, inerte no chão, era sua mãe travestida de homem. Na tentativa de forjar o flagrante para incriminar a nora, acabou alvejada pelo próprio filho.

Tanto a vida de Euclides quanto a de Antônio Conselheiro se prestam sobremaneira à fabulação trágica para a literatura, cinema e teatro. A de Conselheiro não é passível de comprovações, mas a de Euclides está registrada detalhadamente nos autos do processo judicial.

Outro ponto em comum entre ambos é a misoginia, talvez devido à infidelidade conjugal. Conselheiro era radicalmente misógino. Para ele, a beleza feminina era a face tentadora de Satã. Nunca olhava para uma mulher. Quando tinha que falar às beatas, mesmo que fossem velhas, fazia-o de costas.

Na obra de Euclides, o sexo feminino raramente aparece. Quando isso acontece, retrata mulheres feias, esqueléticas, assexuadas, sem nenhum atrativo.

Antônio Conselheiro se tornou chefe espiritual e político de Canudos, pequeno arraial que cresceu vertiginosamente. Na época da quarta expedição, chegou a ter, segundo consta, 25.000 habitantes. Ele não era analfabeto. Havia concluído as primeiras letras, que incluía o ensino do latim. Falava como padre, mas não ministrava sacramentos. Era teocrata, centrado à devoção em Cristo e à virgem Maria. Segundo a teocracia, o poder, vindo de Deus, só podia pertencer aos príncipes. Por esse motivo o Beato era a favor da monarquia por questões religiosas e não políticas. Apesar de ser católico,

sua pregação se referia a um estágio anterior ao concílio de Trento. Portanto acreditava no poder divino dos reis, no respeito à propriedade, na defesa da família e na luta contra os inimigos da Igreja (judeus, protestantes, maçons e republicanos). Seu enfrentamento ao Governo começou com o repúdio à cobrança de impostos e a outras medidas governamentais.

Euclides da Cunha aborda de forma magistral, como produto do meio, a “psicose progressiva” do devoto aclamado pelo povo como o apóstolo do Bem.

Segundo ele, a religião do mestiço é também mestiça: misto de antropismo indígena, de animismo afronegro e de fanatismo católico lusíada.

Segundo Euclides, Antônio Maciel, desde jovem, era uma figura obscura, enigmática e errante. Comunicava-se por monossílabos, nunca falava do passado, dormia ao relento e quase não comia:

[...] seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe talvez, o temperamento delirante [...] (a multidão) precisava de alguém que lhe traduzisse a idealização indefinida e a guiasse nas trilhas misteriosas para os céus...

O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças.

E cresceu tanto que se projetou na História (OS. p.178/9).

Antes de escrever a obra *La guerra del fin del mundo*, mais volumosa que *Os sertões* (706 páginas), sobre a mesma temática (conflito de Canudos), Mario Vargas Llosa pesquisou acontecimentos, documentou-se sobre o conflito, esteve no sertão baiano para conhecer as pessoas, o clima e a topografia, leu a obra de Euclides da

Cunha, ou seja, baseou-se em fatos documentais para, posteriormente, produzir sua ficção.

Llosa focalizou, sobretudo o fanatismo religioso, sob um viés irônico. Em sua obra, Antônio Conselheiro, o “fanático santo” pregava o fim do mundo, a limpeza da alma, para se entrar no paraíso; via os miseráveis e despossuídos de bens materiais como seres mais puros, eleitos de Deus. Suas pregações, na visão de Llosa, davam dignidade aos sertanejos e valorizavam sua maneira de ser. Estes passaram a sentir orgulho de si. Marginais, cangaceiros e ladrões também eram aceitos como “escolhidos do Bom Jesus”. Eles se juntavam à comunidade de Canudos, considerada como “o reino dos escolhidos”, e tinham fé em alcançar o éden.

Rinaldo de Fernandes, organizador da obra *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*, escreveu um longo ensaio focalizando quatro personagens do livro de Llosa, no qual mostra aspectos positivos e negativos com relação à historicidade do fato.

Parece certo que, preocupado em tratar de um ‘absurdo’ histórico, Vargas Llosa terminou banalizando um acontecimento extremamente significativo. Vendo a guerra, sobretudo como um choque de ‘fanatismos’ (que se equivalem), o escritor de certa forma simplificou a história — e, nesse sentido, foi bem menos penetrante do que Euclides da Cunha [...] Se Vargas Llosa, por um lado, enriquece seu romance ao retratar com propriedade vários personagens e episódios históricos, por outro o empobrece ao justificar as razões da guerra através dos ‘fanatismos’. É como se a história fosse suspensa para entrar em cena um bando de ‘loucos’ que instauram o caos (FERNANDES, 2002, p.411/437).

Após a análise de dois importantes textos de autoria do beato, encontrados após o final da guerra, houve uma mudança do perfil meio

fantasioso que se tinha de Antônio Conselheiro (louco ou fanático), corroborado por Euclides da Cunha e Vargas Llosa, na literatura.

Em 1983, o professor e estudioso José Calasans criou o Núcleo Sertão, no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, para o qual transferiu seu grande acervo documental sobre Canudos, fruto de décadas de pesquisa e de busca de provas. Um dos documentos coletados era nada menos que um manuscrito contendo os sermões de Antônio Conselheiro, datado de 1895, com mais de oitocentas páginas, achado em Canudos, num lugar chamado Santuário.

Outro manuscrito do Beato, datado de 1897, contendo 618 páginas, foi resgatado num sebo, e devidamente analisado. Tais documentos mudaram os pareceres equivocados a respeito de Antônio Conselheiro. Na realidade não se tratava de loucura, de heresia nem de heterodoxia. Caiu por terra a concepção de que o arraial de Canudos era formado por um bando de fanáticos, seguidores de um lunático. Antônio Conselheiro sabia se expressar razoavelmente, e pregava a religião segundo a ortodoxia eclesiástica. Apesar de ser chamado reverentemente de Santo Antônio Aparecido, Irmão Antônio, Antônio dos Mares, Santo Conselheiro, Nosso Pai e de Bom Jesus Conselheiro, e apesar também de ser considerado por seus seguidores como milagreiro, no registro de seus sermões não há nada que possa respaldar tais exageros, nem que possa demonstrar a pretensão de se considerar um santo homem.

Acrescente-se a tais informações a respeito dos manuscritos, extraídas do livro de ensaios intitulado *Eucliana*, de Walnice Nogueira Galvão (2009), o fato de já existir uma edição fac-similar desses escritos à disposição dos pesquisadores, no Centro de Estudos Baianos, da UFBA.

Sabe-se que Conselheiro morreu de desidratação, antes do término da guerra. Foi enterrado no dia 22 de setembro. Terminada a

guerra, no dia 05 de outubro, seu corpo foi exumado no dia 06. Sua cabeça foi cortada, levada para Salvador, e exposta na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905, um incêndio na faculdade reduziu a cinzas o lúgubre troféu de guerra. É interessante observar que, por ironia do destino, o Devoto, que tanto batalhou para a construção de cemitérios, no afã de dar descanso aos mortos, teve seu túmulo profanado e a cabeça indecorosamente exposta em público.

Antônio Conselheiro acabou sendo o estopim do longo conflito de Canudos, que causou tantas mortes, tantos gastos, tantos sofrimentos e tantos dissabores para ambas as partes contendoras. Entrou de forma trágica para a história, arrebanhando consigo, para outra dimensão, uma multidão de fiéis seguidores e outra de “filhos da pátria”, convocados pelo Governo para as nefastas campanhas contra Canudos.

Ponderações a Respeito da Obra

O autor faz um belíssimo relato dos motivos que engendraram o conflito, do desenvolvimento das campanhas do Exército brasileiro contra a pobre comunidade, e do trágico desfecho. Não se trata pura e simplesmente de um relato, mas de reflexões e de busca de entendimento das circunstâncias e do desenrolar do conflito.

O estopim do conflito foi um simples entrevero relacionado à compra de um madeirame (adquirido e não recebido) pelos conselheiristas. A represália dos sertanejos pela não entrega do produto desencadeou um conflito visto erroneamente na capital do país como um levante monarquista com o intuito de desestabilizar a jovem República, de apenas oito anos de idade. Esse foi o motivo das expedições contra Canudos. A cada fracasso, com a morte de muitos e a fuga de poucos, os jagunços se apoderavam do mantimento,

do armamento e da munição enviados pelo governo. O restante do país, distante do conflito e com poucos meios de comunicação, sem entender o motivo de tantos fracassos, passou a acreditar na tese de que os sertanejos recebiam ajuda bélica, quiçá internacional, de monarquistas. Até mesmo Euclides da Cunha, antes de vivenciar o conflito, acreditava nessa hipótese. Tanto é que escreveu dois artigos para o jornal, intitulados “A nossa Vendeia”, uma referência explícita à histórica “Revolta da Vendeia”, na França, em 1793. Segundo consta, tal conflito deixou entre 100 e 250 mil mortos, entre combatentes e população civil.

Em Canudos 25.000 habitantes foram massacrados pela força governamental. Somam-se a esse número 5.000 baixas do lado do invasor, o que dá um total de cerca de trinta mil mortos.

A colossal obra de Euclides é um libelo que demonstra o erro político-militar da campanha de Canudos: uma longa, penosa e custosa guerra civil, desencadeada por boatos infundados e por equívocos militares. Aqueles que eram considerados inimigos do governo não passavam de um bando de carolas ignorantes que seguiam cegamente seu líder espiritual. Em sua limitada visão, nem tinham noção precisa do que era Monarquia nem República. Atacados pelas tropas governamentais, eles se defendiam como podiam, numa guerra, que para eles era santa. O que estava em jogo, a seu ver, era a defesa do grande pastor Antônio Conselheiro e de seu rebanho, contra os invasores.

A campanha de Canudos pode ser dividida em quatro ou 5 fases. Há quem considere como 5ª campanha, o reforço enviado à 4ª expedição agonizante: a primeira constou de um pelotão policial tendo à frente um oficial de patente inferior; a segunda, igualmente fracassada, teve um oficial mais graduado à frente das tropas do governo; a terceira expedição, mais numerosa e mais e bem armada foi liderada por um dos oficiais mais respeitados e temidos do Exército,

o coronel Moreira César, que morreu no campo de batalha. Sua expedição foi também desbaratada; a quarta expedição mobilizou um verdadeiro exército chefiado pelo general Artur Oscar. As tropas federais e estaduais foram novamente vencidas. Diante de tamanho descabro, em que uns poucos revoltosos ignorantes e despreparados enfrentavam e venciam um contingente de tropas infinitamente maior e mais bem preparado, o Governo resolveu enviar para o palco da batalha o próprio Ministro da Guerra e o melhor e mais potente arsenal bélico de que dispunha na época.

Euclides demonstra que o motivo de tantos fracassos por parte das tropas do Governo se deveu ao desconhecimento do meio ambiente e, por conseguinte, à falta de estratégia adequada àquele tipo de topografia, de clima e de vegetação. Os sertanejos, habituados às condições climáticas desfavoráveis ao homem da cidade, eram profundos conhecedores da região onde viviam e, sobretudo, usavam vestimentas de couro, próprias para o deslocamento entre pedregulhos, gravetos e espinhos, sob sol escaldante, o que lhes permitia muito mais agilidade. Além disso, conhecedores das trincheiras e tocaias naturais, ao longo dos caminhos que levavam ao arraial, surpreendiam facilmente o inimigo durante o percurso para Canudos, em locais de difícil fuga, e pilhavam víveres e munições. As forças do Governo, com roupas inadequadas, deslocavam-se dificilmente na caatinga. Os que não morriam a caminho de Canudos, durante os ataques, muitas vezes se perdiam, sem provisões, sem água e pereciam por inanição e desidratação. Euclides da Cunha acompanhou o reforço à quarta expedição, como jornalista de *O Estado de São Paulo*. Registrou o que viu e o que imaginou. Por motivo de doença teve que voltar para o Sudeste dois dias antes do término da guerra. Esta chegou ao fim, segundo ele, por absoluta falta de combatentes inimigos. Os sertanejos sitiados, já quase mortos de fome e de sede, em momento algum se entregaram. Na invasão

do arraial, crianças, mulheres e velhos foram trucidados. Os que ainda tinham forças para a luta se mantiveram altivos e corajosos até à última chama de vida.

O massacre de Canudos seria apenas um episódio infeliz ocorrido no início da República, relegado providencialmente ao esquecimento, não fosse a força e a densidade do texto euclidiano que resgata o conflito, desnuda a realidade e leva o leitor a um posicionamento crítico. Testemunha presencial da carnificina, o jornalista-escritor tem a humildade de reconhecer sua própria falta (e a de todo o Brasil), ao considerar erroneamente os conselheiristas como monarquistas rebelados contra a República, e tem a coragem de acusar o poder constituído (do qual fora representante, como militar) de crime contra a humanidade.

Canudos foi duplamente extirpada da paisagem: consumida pelo fogo, em 1987, e afogada pelas águas do açude Cocorobó, em 1969. Submergiram juntamente com Canudos as três grandes vergonhas dos representantes do poder constituído: o logro das expedições governamentais contra os sertanejos, o constrangimento da Igreja católica, cujo enviado local insuflou ataques contra o Conselheiro, e a infâmia de um representante da justiça (juiz de Direito) que desencadeou o conflito, baseando-se na falsa hipótese de uma iminente invasão de uma determinada cidade, pelos seguidores de Antônio Conselheiro.

Em *Os sertões* há a total impossibilidade de entendimento entre a cultura letrada, do litoral, e a iletrada, do sertão. Há um abismo cultural entre sertanejos e soldados. São dois universos totalmente distintos. Apesar de contemporâneas, há entre ambas um hiato temporal de civilização. É como se fosse o enfrentamento entre humanos e brutos.

Euclides era republicano, mas não morria de amores pela República. Não se deixava prender a nenhuma ideologia. Como livre

pensador, mantinha sua independência de pensamento e de crítica. Quis fazer uma denúncia contra o grande erro, que foi a guerra de Canudos, e contra as atrocidades cometidas pelas forças governamentais. Todavia, um problema se interpunha. Ele fazia parte das forças governamentais. Era ex-aluno da Escola Militar, tinha formação acadêmica e fora enviado pelo mundo letrado para uma cobertura jornalística num mundo iletrado. Além de sua posição privilegiada no mundo civilizado, seu sogro Frederico Solon Sampaio Ribeiro, um dos chefes do golpe que pôs fim à monarquia, era uma respeitável figura política. Como poderia Euclides escrever contra o Governo, como denunciar o equívoco, a barbárie, os erros estratégicos de guerra e o genocídio provocado pela iniciante República, sem prejudicar o sogro, sem afrontar o exército, e sem macular sua própria imagem? Outro problema a ser resolvido: como denunciar o ocorrido, sem estar devidamente baseado e ancorado nos pilares firmes e concretos das ciências? Para não ser motivo de descrédito junto à elite intelectual, nem de chacota no meio popular, ele optou por um longo período de maturação e de pesquisas, antes de se posicionar.

O escritor registra uma consciência científica (ou determinista) que retrata o atraso do agreste brasileiro, região de solo pedregoso e vegetação xerófila, entre a mata e a caatinga. Percebe-se que seu trabalho é fruto de longas pesquisas, nas quais focaliza cientificamente os determinismos físico e biológico. O autor desenvolve estudos sobre a formação histórica dos usos e costumes do povo sertanejo, baseando-se em pesquisas climatológicas, antropológicas e sociológicas.

Quanto à ficção contida no livro, o próprio autor a justifica, em nota preliminar, com uma citação de Taine, na qual fica claro que ele não se limitaria à exatidão de datas, nem se ateriam ao simples relato dos fatos.

Sua escritura é visceral. Ele se põe por inteiro na narrativa, e o faz de modo singular. Não é uma visão de historiador, de ficcionista,

nem de cientista; é a visão euclidiana, ou seja, é tudo isso, ao mesmo tempo, e muito mais.

O que são, com efeito, Os sertões? Poema ou ensaio sociológico, capítulo de história ou simples crônica militar, estudo antropogeográfico ou libelo de acusação criminal?

Evidentemente, nada disso e, ao mesmo tempo, tudo isso, pois de todos esses aspectos e de muito mais constam suas longas, exaustivas e impressionantes páginas, admiravelmente coordenadas, com a finalidade bem definida de formarem o mais convincente e insofismável libelo contra um imenso, clamoroso e desconcertante crime nacional. (Modesto de Abreu)

Referências

ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1997.

ABREU, Modesto de. *Estilo e personalidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

AGUIAR, Luiz Antônio. *Canudos: santos e guerreiros em luta no sertão*. São Paulo: Melhoramentos. Col. Aventura histórica (paradidática), 1995

ALENCAR, Expedito Ramalho de. “A mitologia do sertão”. *Jornal da ANE* [Associação Nacional de Escritores], Ano V ; VI nº39 ,p.10, Abril/Maio – 2011

ANDRADE, Olímpio de Souza. *Euclides e o espírito de renovação*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, para a Livraria São José, 1967.

ARINOS, Afonso. “Campanha de Canudos (o epílogo da guerra)”. In _____ Obra completa. Org. sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: Instituto Nacional do livro, 1969.

BACON, Henry. *A epopeia brasileira – uma introdução a Os sertões*. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

- BARROS, Francisco de. *Alguns aspectos da linguagem de Euclides da Cunha*. Coimbra: Op. Universidade de Coimbra, 1949.
- BASTIDE, Roger. *Terra de contrastes*. Trad. da ed. Francesa. São Paulo: DIFEL, 1980.
- BASTOS, Abgvar. “A poesia na prosa de Euclides da Cunha”. In: BRANDÃO, Adelino, (org.) *Enciclopédia de Estudos Euclidianos*. Jundiaí: Graf. Ed. Jundiaí, 1982, pp.19-24.
- BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: Ed. Usp, 1995.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, s/d
- BRANDÃO, Adelino. *Euclides da Cunha: bibliografia comentada*. Jundiaí: Interartes, 2001.
- _____. *Euclides da Cunha e a questão racial no Brasil (A antropologia dos sertões)*. Rio de Janeiro: Presença, 1990
- _____. *A sociologia dos sertões*. Rio de Janeiro: Artium Ed. Rio de Janeiro II, 1996.
- CALASANS, José B. da Silva. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secret. De Cult. e Turismo da Bahia. EGBA., 1997.
- CA BOSI, A., GARBUGLIO, J.C., FACIOLI, V. Graciliano Ramos. São Paulo: Editora Ática, 1987. Col. Escritores brasileiros
- CAMPOS, Haroldo de. “Da transgermanização de Euclides: uma abordagem preliminar”. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.303/314
- CANÁRIO, Eldon Dantas. *Os Mal-aventurados de Belo Monte: a tragédia de Canudos*. Salvador: Ed. Da Universidade Tiradentes, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*, 5ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, pp 110-114.
- CARDOSO, Vicente Licínio. “Euclides, o descobridor”, In *Figuras e conceitos*, Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924, pp.103-120.
- _____. “Euclides, o historiador”, In *Figuras e conceitos*, Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924, pp.141-155.

CARNEIRO, Edison. “O folclore na obra de Euclides”. In *A sabedoria popular*, Rio de Janeiro: INL, 1957, pp.140-152.

CARVALHO, José Augusto. Três visões de Canudos. In: ---. *Discurso & narração (Ensaios de língua e de literatura)*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995, p. 116-128.

CHIACCHIO, Carlos. *Euclides da Cunha: aspectos singulares*. Salvador: Ed. Ala. 1940.

CORRÊA, Nereu. *A tapeçaria lingüística de Os sertões e outros estudos*. São Paulo/Brasília: Ed. Quiron, em convênio c/INL/MEC, 1978.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 39ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Brasil, 1997.

DANTAS, Paulo. *Os sertões de Euclides e outros sertões*. São Paulo: Cons. Est. De Cultura. Gov. do Est. De São Paulo, 1969,pp. 9-26 e 27-30.

_____. *Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. Através dos sertões*. São Paulo: Masso Ohno, 1996.

DRUMOND, Josina Nunes. *Ecos do sertão: sertões – Vozes do árido, do semiárido e das veredas*. São Paulo: ed.Opção, 2013.

FERNANDES, Rinaldo de (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração editorial, 2001.

_____. “Os sertões na leitura de Mario Vargas Llosa: quatro personagens de la Guerra del fin del mundo. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.411/459)

FILHO, Hildeberto barbosa. Os sertões. Historiografia e esteticidade. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.515/330)

GALVAO, Walnice Nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. (org). *Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

_____. *Gatos de outro saco*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Os sertões*. Edição crítica. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1965.

GÁRATE, Mirian V. “Cruzar a linha negra e desfazer a oposição”. In:

- FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.
- HOLANDA, Lourival. “Canudos – o margo amargo da memória. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- KOTHE, Flávio, R. Declives da Cunha. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.251-262.
- LLOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Trad. Remy Gorga Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARTINS, Peterson. *O hiper-regionalismo na universalização do sertão*. Literatura, São Paulo, n.32, p.34-39, 2010. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 19
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Breve história da literatura brasileira. 79.
- MILTON, Aristides A. *A campanha de Canudos*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1902.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. *Euclides da Cunha e a estética do cientificismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- NUNES, Benedito. A cidade sagrada. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.247-250.
- OLIVEIRA, Franklin de. “Euclides da Cunha”. In: *A literatura no Brasil (vol IV)* 3ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1986, pp.20-208.
- OLIVEIRA, Franklin de. “Um problema de ontologia literária”. In: *A espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PINHEIRO, Amálio. “Euclides: a crônica da paisagem”. In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.
- Unger, Edyla Mangabeira. *O sertão do velho Chico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6 ed. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TROVATTO, Cármen. *A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória*. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2002.

VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha no vale da morte” In: FERNANDEZ, Rinaldo (Org.). *O clarim e a oração: cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

VERÍSSIMO, Érico. *Breve História da literatura brasileira*. 4^a ed. São Paulo: Globo, 1997.

LITERATURA E TURISMO: NOTAS SOBRE ALGUMAS RELAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA BRASILEIRA E CAPIXABA

*Michel Dal Col Costa**

Resumo: O objetivo deste artigo foi refletir sobre algumas relações existentes entre literatura e turismo considerando a natureza filosófica e a experiência histórica associada a esses campos de ação cultural. Partiu-se da ideia de que há uma conexão entre os elementos turísticos e a sensibilidade artística inerente à literatura. Tendo em vista essas relações e diretrizes conceituais, gerou-se um ensaio sobre vários fatos em que os processos de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental (elementos centrais da ação turística) estiveram associados ao campo dos escritores, literatos e outros artistas. Percebeu-se que, além da literatura se nutrir e se inspirar com os espaços turísticos, a preservação dessas áreas foi uma bandeira de luta de vários escritores ao longo dos anos, alguns deles com papel importante na configuração e preservação da riqueza turística brasileira, evidenciando a importância de uma ação literária engajada politicamente nesse processo. Além disso, trata-se de duas áreas ligadas ao entretenimento cultural e ao lazer; se articuladas de modo inteligente, podem se tornar ainda mais fortes no oferecimento desses benefícios.

Palavras-chave: Literatura; Turismo; Modernismo Brasileiro; Preservação; Entretenimento Cultural.

Esclarecimentos Iniciais

Este trabalho foi inspirado na temática proposta pela organização da Feira Literária Capixaba de 2016, intitulada “Literatura como expressão do nosso tempo e a sua importância para a fomentação do turismo.” Dentro dessa linha, este ensaio busca analisar al-

* Doutor em História Social pela UNIRIO, mestre em História Social das Relações Políticas pela UFES, membro do IHGES, da ALEAS e profissional da Rede de Educação Pública do ES.

guns aspectos da natureza das relações entre a literatura, indicando algumas outras questões que estão por trás da mesma.

Aqui, a literatura está sendo entendida sob um ponto de vista amplo, como uma linguagem artística e como um processo de produção de textos de modo geral. O turismo deve ser entendido, também, de modo geral, como o conjunto das técnicas de administração e gestão de uma série de elementos relacionados às cidades, espaços e objetos turísticos em geral. Nesse sentido, a atividade turística se ocuparia de dois campos específicos: a *demanda turística* e a parte da indústria turística propriamente dita. A demanda turística se dedica aos estudos do comportamento e objetivos daqueles que buscam fazer as viagens e visitas turísticas (incluindo aí o marketing e a publicidade dos bens turísticos no processo de formação de demanda). E a *indústria turística* se ocupa da preparação dos espaços turísticos e também da parte infraestrutural de hotelaria, transporte, restaurantes, entre outras. Em tal universo de ação, os agentes turísticos são as instituições públicas e também empresas do setor privado, que comporiam um todo mais ou menos organizado que daria conta das necessidades turísticas. Dentro desse sistema turístico, é importante considerar que há regiões muito desenvolvidas nessa atividade e outras que ainda não conseguiram se organizar com mais sofisticação. (COOPER, 2001)

Na sua essência, o turismo se constitui, enquanto uma série de objetos produzidos por esse sistema ou indústria turística, como algo que se dá a ler. E aí pode ser vista uma primeira aproximação com a literatura. As cidades que conseguiram organizar, pelas forças turísticas locais (públicas e privadas), circuitos turísticos ou mesmo unidades turísticas, produzem narrativas que são ofertadas para a leitura, interpretação e deleite daqueles que as visitam. Geralmente, tais instalações turísticas envolvem a cultura, a religião, a história, a arquitetura, as obras artísticas das chamadas belas artes, a cultura

popular e a própria natureza nativa ou humanizada como ambientes e cenários propícios ao usufruto dos turistas e visitantes. Todos os elementos que adquirem ou são constituídos de significados turísticos são organizados e articulados nessas narrativas turísticas produzidas pela indústria do turismo de acordo com a demanda e também com os conceitos turísticos em circulação.

As instalações turísticas, artificiais ou mesmo mais ou menos naturais, se aproximam, portanto, da produção da obra literária ou histórico-antropológica. Podemos dizer, evidentemente, que a produção literária (por envolver personagens históricos e literários, tramas, enredos, redes de relações, conflitos, etc.) traz em si mais calor humano que as narrativas das unidades, circuitos e cidades turísticas. Pode-se asseverar que tais instalações produzidas pela indústria cultural e turística, com seus museus, espaços de artes, edificações históricas tombadas e preservadas, parques, áreas de preservação ambiental, constituem mais cenários frios. Todavia, certamente, isso não é verdade. Se nos aproximarmos de tais espaços sociais e culturais com o olhar sensível e atento, é possível observar uma densidade de vida real. Como exemplo disso é possível citar as festas religiosas e folclóricas, as quais são usadas no turismo, como ocorre no próprio Estado do Espírito Santo. Essa vida pode ser vista também no próprio processo de visitação, quando os turistas pensam e refletem sobre as instalações e bens tombados, seja com objetivos científicos, mas também nas formas poética e contemplativa. Nesses espaços circulam pessoas em grupos de tamanhos variados, familiares ou de outras naturezas sociais. Enfim, os cenários turísticos nos termos que são postos para a visitação pela organização da indústria turística de acordo com a forma que ela interpreta a demanda, podem ser considerados campos promissores para a produção literária como tem demonstrado vários exemplos existentes no Espírito Santo e no Brasil como um todo. Esses

espaços de visitação são verdadeiros campos de inspiração, lazer e entretenimento cultural.

No Espírito Santo, há exemplos de cenários e cidades belíssimas que têm sido usados como campos de trabalho pelos autores locais. As riquezas naturais como as praias, cachoeiras, circuitos de agroturismo, parques ecológicos; os espaços históricos, tal como as cidades, museus históricos, etnográficos e artísticos; as festas folclóricas, os eventos festivos e religiosos, os eventos gourmet, musicais e culturais, entre outros. Em suma, trata-se de uma fartura de possibilidades que mexem com a nossa inspiração poética, com nossa meditação literária, com as forças que movem nosso ser para a escrita, para a descrição de paisagens e cenários, para as narrativas de acontecimentos imersos nesses universos, seja na ficção, mas também nas pesquisas históricas, como nas artes plásticas, escritos memorialísticos e outros produtos. É impossível não ver essa inspiração, por exemplo, em obras como as *Recordações de Muqui. Cidade Menina em prosa e versos*, de Ester Abreu. Toda a beleza histórica, pitoresca e vivaz da cidade de Muqui aparece de modo delicado e memorialista no conjunto da obra. Bem como as reflexões críticas em torno dos problemas da cidade. (ABREU, 2010)

Elementos Turísticos e Preservação

Na história do Brasil há uma relação entre o movimento artístico e literário brasileiro com a formação das bases de muitos elementos ligados ao turismo dos dias atuais. Sobretudo, se pensarmos o turismo relacionado ao patrimônio histórico, artístico, cultural e, também, às artes populares. Um maior sentimento de formação de uma identidade cultural brasileira emergiu nas primeiras décadas do século XX com um movimento artístico e cultural que se

identificava como “modernista” ou com um universo ideológico e cultural daqueles anos, donde se encontram as origens da noção de patrimônio cultural no Brasil. (PINHEIRO, 2006).

O movimento produtor da Semana de Arte Moderna de 1922, após alguns anos, imbricou-se de certa forma com as forças do Estado nos anos em que Getúlio Vargas governou o Brasil já que se identificavam com a ideologia nacionalista de constituir uma cultura nacional a partir dos elementos da terra brasileira e de seu povo. Na década de 1930 foi fundado, sob os auspícios de Mario de Andrade e outros modernistas, aquilo que se tornaria depois o IPHAN, originalmente chamado de SPHAN, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o qual tinha como meta fundamental a preservação e o tombamento de importantes bens históricos brasileiros, como, por exemplo, a cidade histórica de Ouro Preto, antiga Vila Rica e primeira capital de Minas Gerais, considerada um exemplo da arquitetura e arte brasileira. A obra de Mário de Andrade e de outros modernistas foram importantes, também, no campo do folclore e da cultura popular, temática cara ao turismo atual (VILHENA, 1997).

Se o movimento em torno do SPHAN articulou a preservação de Ouro Preto com a importância de sua estrutura ligada ao Setecentos colonial e ao barroco brasileiro (formas culturais priorizadas pelos modernistas) outras regiões também muito importantes como Salvador e as cidades nordestinas ficaram em segundo plano, naquele momento, e perderam muito de suas características originais. Somente depois, Salvador e João Pessoa, por exemplo, foram elevadas a patrimônio nacional. Foi Ouro Preto que se tornou patrimônio nacional mesmo antes de Porto Seguro, que reivindicava o título por ser o primeiro lugar de chegada dos portugueses, e não Salvador, Olinda ou Recife. Certamente, Vitória, no início do século XX, poderia, com certeza, figurar como um dos centros históricos a serem preservados e tombados como patrimônios nacionais, mas isso não ocorreu.

Cidades como Vitória perderam, por demolição ou reformas, Igrejas importantíssimas como a antiga Catedral de Nossa Senhora da Vitória e a Igreja de São Tiago. A Vitória antiga foi bastante renovada no progresso do café da primeira metade do século XX e em diante. Não só no plano histórico e arquitetônico, mas também no plano ambiental com os aterros, na época visto como umas das grandes benfeitorias, entretanto, pela mentalidade ecológica da atualidade, talvez, não seriam viabilizados.

E isso não ocorreu apenas na capital. A cidade da Serra, localizada mais ao norte da Região Metropolitana da capital, foi completamente reconfigurada. Até meados do século XX, possuía um casario completamente distinto do que se constituiu depois, com as últimas demolições feitas até a década de 1990 e início dos anos 2000. Não se teve uma combinação histórica de forças como ocorreu em Ouro Preto nessas regiões, e diversas cidades históricas deixaram de existir para dar lugar à modernidade, ampliação das avenidas, mudança das fachadas e itinerários de ruas com vistas ao cumprimento de projetos urbanísticos e arquitetônicos modernizantes. A força do movimento modernista (com seus literatos, artistas e pesquisadores da cultura popular) não foi tão abrangente e muito se perdeu no meio de processos sem os critérios de valorização histórico, arquitetônico e artístico. De outra parte, o movimento preservacionista em torno dos modernistas era bastante criterioso e seguia certa premissa ideológica própria do contexto.

Preservação e Literatura

É curioso observar que, na década de 1920, Tarsila do Amaral chegou a se inspirar com essa Serra que não existe mais e fez um pequeno desenho do centro da Cidade da Serra, com seu casario, nas proximidades

dades do largo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, no qual enquadrou o prédio antigo onde se hospedou sua majestade D. Pedro II, quando de sua passagem pela Vila em 1860, o casario do entorno e tendo ao fundo a moldura do morro conhecido como Vilante. Viu-se pela primeira vez tal esboço em uma exposição interessantíssima da artista acolhida pelo Palácio Anchieta, anos atrás. Certamente, o desenho foi feito quando a autora passou pela cidade em uma de suas viagens pelo Brasil. Não temos notícia dessa passagem dela pela Serra com certeza, mas é bem provável que isso tenha ocorrido. Tal desenho ficou apenas no grafite, contudo, já no lápis, é possível ver os traços circulares e cheios que marcavam a sua técnica e estilo.

Como sabemos, não é mais possível fazer uma literatura inspirada em uma visita turística do casario da Serra antiga ou mesmo na Freguesia de São José do Queimado nos mesmos moldes que fez a poetisa brasileira ligada à segunda geração modernista, Cecília Meireles, quando compôs o *Romanceiro da Inconfidência*. Uma obra clássica e de alto nível, reconhecidíssima, que a poetisa produziu sob a inspiração dos casarios, igrejas, ruas e tudo mais que foi preservado em Ouro Preto. Segundo consta, ouviu a sua obra da vida que permanecia na cidade preservada, fazendo um livro profundo e com riqueza de detalhes e vocabulário inspirados em Ouro Preto, que se preservou com a contribuição da luta de seus companheiros da primeira geração modernista da década de 1930, tendo como principal expoente o literato Mario de Andrade. Podemos ver como a literatura fomentou verdadeiramente o turismo, gerando por sua vez mais literatura e da melhor qualidade. Cecília Meireles, quando foi reportar uma matéria sobre a Semana Santa em 1950, nada mais era que uma turista de negócios, aproveitando para conhecer a cidade a fundo e produzir uma obra poética de valor inestimável para o conhecimento tanto da inconfidência mineira como da própria cidade histórica e turística em questão.

No caso, tanto a Serra antiga quanto a lendária Freguesia de São José do Queimado, já não existem mais. De certa forma, por mais que façamos um esforço historiográfico ou literário de recomposição ou reconstrução dos passados, dos cenários e das relações espaciais, o fim de uma cidade histórica traz consequências muito grandes para a compreensão e vivência literária, histórica ou poética de seus conteúdos e significados. Ainda que, por meio da literatura, seja possível reconstruir o que já se perdeu, tanto em uma perspectiva ficcional quanto histórica.

É possível dizer que Cecília Meireles, ao se propor a construir um romanceiro sobre a inconfidência, teria um resultado bem distinto se em meados do século XX não tivesse acesso à Ouro Preto preservada e tombada como patrimônio nacional, mesmo com as possíveis alterações próprias que o tempo lhe acarretou. O mesmo pode se dizer por uma comparação entre o trabalho literário e histórico de Afonso Claudio de Freitas Rosa e o de Luiz Guilherme dos Santos Neves, que se propuseram a narrar fatos da história de Queimado. O primeiro escreveu o clássico *Insurreição do Queimado*, em pesquisas documentais, orais e de campo lá pelos idos da década de 1880, quando dava seus primeiros passos como escritor e advogado (ROSA, 1999). O segundo, escreveu seus livros inspirados na memória que se tem de Queimado na atualidade, pelo menos na segunda metade do século XX. Hoje restam apenas as ruínas da antiga Igreja Matriz de São José de Queimado e toda a aura que envolve a região com as narrativas populares, o campo mítico que se formou em torno da histórica revolta por ali ocorrida. (NEVES, 1999; 1977) Na época de Afonso Claudio, certamente ele teve acesso a todo um povoado marcado pelas características arquitetônicas do século XIX, com os utensílios e formas de vida que muitas vezes são preservados juntos na memória de uma cidade histórica. Com isso, pode-se ver o quanto é importante para a literatura ou mesmo

para o teatro e para as artes em geral, a existência de elementos históricos preservados para todas as suas possibilidades, em especial para o turismo. Os museus, neste sentido, possuem grande importância e, na ação turística, devem ser instituídos alinhados com a preservação das regiões e edificações históricas.

Os elementos históricos, culturais, artísticos e arquitetônicos, quando preservados, são profundamente importantes para a imaginação literária e para a inspiração rememorativa e poética. Por outro lado, o próprio campo literário e das pesquisas culturais constituem mobilizações mais ou menos organizadas que possuem como essência certo sentido de sensibilidade fundamental para a própria constituição de tais preservações. O mesmo pode ser dito das festas populares tradicionais e também das atrações turísticas baseadas nos recursos e belezas naturais do meio ambiente. É notório que as belezas naturais como as praias, cachoeiras, ecossistemas, paisagens naturais, montanhas, climas e todos os recursos ecológicos são uma riqueza incomensurável e que todas as leis corretas da atualidade apontam para sua preservação e uso sustentável e racional. Tais elementos são inclusive centrais tanto da demanda como da oferta turística da atualidade, para destinatários locais como internacionais. Os circuitos turísticos baseados em tais elementos naturais são muito prósperos no Brasil e também em outras regiões do planeta. E sua presença na demanda turística é inclusive uma força extra nas lutas do movimento ecologista.

Esses espaços podem também ser fortes nutridores da imaginação literária e poética. E esses elementos são importantes não só para as letras, mas para as artes em geral. A fotografia, as artes plásticas e mesmo o cinema e o jornalismo se alimentam e se inspiram em tais localidades. E, por ser inspirador, o elemento natural acaba por constituir uma movimentação social fundamentada naquela sensibilidade que acaba por inspirar também as forças políticas e o próprio turismo, tanto no tocante à criação de destinos ensejados

pela demanda dos turistas, quanto da indústria turística.

Como se vê, a temática da relação entre a literatura, cultura, histórica, ecologia e turismo é muito ampla e repleta de possibilidades de análise. Dentro desse contexto, seria interessante apresentar um documento histórico valioso sobre o Espírito Santo, cuja recordação e divulgação parecem oportunas para a reflexão que se objetiva fazer aqui. Trata-se de um artigo escrito e publicado por Julia Lopes de Almeida, uma mulher que marcou a literatura brasileira no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Essa mulher, cuja história é interessante ser conhecida, dado que viveu uma espécie de “feminismo possível” na sua época. Ela foi abolicionista e defendia uma maior independência da mulher tanto na vida do trabalho quanto na sua própria formação pessoal. Ela era uma defensora de diversos direitos das mulheres, e sofreu sobre si o mal das visões da época. Pela sua importância como romancista, poeta, autora de livros infantis e jornalista, foi uma das pessoas que participaram do grupo original dos 40 nomes da formação da Academia Brasileira de Letras. Porém, quando da sua primeira reunião, o grupo principal a excluiu, mantendo o caráter puramente masculino da entidade. (DE LUCA, 2018; cf. Verbete Wikipédia)

Como jornalista sediada no Rio de Janeiro, ela gostava de viajar e tecer narrativas e descrições sobre os lugares que conhecia para serem publicadas nos jornais e revistas de sua época. Uma série desses trabalhos, com ótima qualidade literária, tratou do Espírito Santo da época do governo de Jerônimo Monteiro, pelos anos de 1910. Seu título foi *Scenas e paisagens do Espírito Santo*, e a série de artigos foi depois reunida em um único material publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de 1912. (ALMEIDA, 1913)

O mote para a realização da viagem era um possível contrato que o governo capixaba faria com uma empresa estrangeira para exploração das matas do interior do Espírito Santo articulada com a partilha

de terras para colonos europeus que chegavam ao Estado ainda naqueles anos. Como se vê, a razão da produção literária da autora unia um aspecto muito importante e caro à indústria do turismo: o temor que ela tinha de que as belezas naturais das ricas matas capixabas, as quais ela conhecia apenas de ouvir falar, se acabassem. Diante disso, ela produziu um material sobre o caso com intuito puramente político e de jornalismo investigativo, o qual buscava conhecer e combater um possível projeto nocivo não só para o Espírito Santo, mas para todo o Brasil. Alertou em um dos artigos, que escrevia com “inteira e absoluta isenção, por não ser presa à política de nenhum vínculo quer de família, quer de simpatia pessoal.” (ALMEIDA, 1913, p. 178)

Ela realizou uma excursão à Vitória e, para chegar à capital capixaba, fez uma demorada viagem de trem, partindo de Niterói, Rio de Janeiro. Elaborou alguns artigos abordando as cenas que observava durante o percurso. Sempre que viajava pelo interior dos estados brasileiros, gostava de observar o tipo de habitação “dos nossos camponeses”. E descrevia as casas, seus aspectos, seus telhados, suas formas, e também os “largos trechos sem que eu veja nenhuma habitação” (ALMEIDA, 1913, p. 181) Ao chegar à cidade de Vitória, em 1912, percorreu as ruas e alguns pontos principais como igrejas antigas e outros espaços (pode-se dizer “turísticos”) falando até dos projetos de abastecimento de água que se preconizava no impulso modernizador da época. O tema de sua viagem estava, de certo modo, articulado às questões da água e ambientais. Interessava a autora um possível contrato que o Governo do Estado faria com uma empresa para a retirada de 800.000 m³ de madeira, a qual daria em contrapartida a alocação de sete núcleos coloniais, para o prosseguimento do desenvolvimento do Estado, aumentando sua população “com recursos”. Esperava-se que tais imigrantes fossem verdadeiramente agricultores, os quais, por sua vez, aumentariam e muito a renda fiscal do governo. Dominava o projeto do contrato

um espírito modernizador puramente econômico, portanto.

Para se aprofundar na matéria, a autora fez uma entrevista com um entendido local que agiu como defensor do contrato. Julia era totalmente contrária, pois compreendia que tal processo destruiria as florestas capixabas e as belezas que ficariam apenas como traços do passado. Ela não queria isso e sua viagem foi uma espécie de ato político contra um projeto de tal natureza nociva. A pessoa que foi conversar com ela, cujo nome não foi revelado, produziu um texto que ela inseriu no seu artigo. Uma das argumentações é que o contrato não tiraria muito das terras devolutas cobertas de matas do Espírito Santo. A superfície do Estado era 44.800 Km², as terras devolutas 30.000 Km², e a área para extração seria de apenas 106,67 Km². A autora disse que esse era um “eloquente quadro” que mostrou quão exígua seria a área explorada, “das terras devolutas, barbaras e incultas do Estado”. Concluiu que a acusação de que o governo vendera o Estado para uma concessionária, era mirabolante e fantasiosa. (ALMEIDA, 1913, p. 198-208)

Mesmo que a jornalista tenha concluído que o impacto não seria grande, essa história nos mostra como que houve vários problemas e fatores por trás dos interesses preservacionistas naquele contexto. Em essência, se intentava preservar as belezas naturais para que as gerações futuras não fossem alijadas de sua contemplação e usufruto. Tais belezas naturais, podemos dizer, constituem inspiração da literatura, da poesia e do turismo, mas que o desenvolvimento econômico insensível poderia destruir.

Considerações Finais

A discussão em torno do turismo e a sua relação com a literatura, trazem questões muito importantes, as quais envolvem posturas

políticas, econômicas e sensibilidades culturais decisivas para o futuro. Por isso, a observação da evolução histórica dessas questões se torna significativa para o contexto presente, para os projetos que a sociedade queira desenvolver e metas que objetiva alcançar. É nesse sentido que a relação entre essas duas áreas distintas e, nem sempre associadas nos projetos públicos de modo racional, remete a atitudes cidadãs da sociedade como um todo; de modo especial, da atividade literária. Quando pensamos a literatura discutindo a preservação patrimonial dos elementos históricos e culturais, ou mesmo a proteção do meio ambiente entendidos como estruturas de valor amplíssimo, para além de apenas o turismo propriamente dito, ela ganha uma força muito importante. Atuando nesse campo de trabalho, a literatura acaba fazendo aquilo que os turismólogos chamam de marketing turístico, que visa formar a demanda, fazer publicidade ou mesmo divulgar os circuitos turísticos. Formando o turismo bem elaborado, completo historicamente, antropologicamente e ecologicamente, é possível também formar leitores e cooperar com a formação de uma identidade tanto cultural como cidadã.

Seria interessante finalizar esse texto citando palavras de dois grandes personagens da literatura brasileira e capixaba, os quais tiveram importante contribuição também nas reflexões em torno da história, da cultura popular e subsequentemente do turismo: Mario de Andrade e Renato Pacheco.

Em 16 de outubro de 1929, numa quarta-feira, Mario de Andrade publicou no *Diário Nacional* um escrito refletindo as tensões política daquele ano, intitulado “Literatice”. Como se sabe, aconteceriam ali naquele ano as eleições decisivas que levariam a eclosão da Revolução de 1930, dando início à Era Vargas. No artigo, ele buscou emitir sua opinião sobre aquela conjuntura, quando ocorria uma crise do café brasileiro e havia uma grande divisão na sociedade brasileira, com tensões irreconciliáveis nos processos eleitorais.

Ao final, disse que se alguém cogitasse que ele estava fora daquele momento de confusão das relações e da política, em “cogitações de além-mundo, tão para fora do Brasil e das próximas eleições”, poderiam acusá-lo de incompetência ou de praticar a “literatice pura”. (ANDRADE, 1976, p.151-152)

A literatice, pelo entendimento alcançado aqui, seria uma literatura desconectada dos problemas reais da sociedade, como, por exemplo, os citados neste trabalho: a preservação da cultura e do patrimônio histórico; a valorização do meio ambiente e a sua subsequente proteção e boa administração; bem como a cidadania e a evolução educacional, cultural, social e econômica da sociedade. Acredita-se, portanto, que um dos meios da literatura não cair na incompetência seria essa articulação com a área do turismo, sofisticando seus mecanismos muitas vezes tão associados apenas a técnicas de marketing mais corriqueiros e processos de gestão econômica e administrativa. A abertura da literatura ao turismo, e do turismo à literatura, pode gerar uma relação nutricional dialética e, se for bem planejada, pode gerar uma mútua nutrição a curto, médio e em longo prazo muito interessante. É nesse sentido que se pode esboçar, como princípio fundamental que certamente carece de amadurecimento, um papel interessante para a literatura no tempo presente, no sentido de uma fomentação mútua com o turismo e a vida cultural e ambiental das cidades de um modo geral. Evidentemente, esse procedimento não pode se privar de ser associado a processos de inclusão social, distribuição de renda e desenvolvimento social e humano como um todo. Assim, a literatura poderá não correr o risco de tornar-se aquilo que a inteligência de Mário de Andrade denominou de “literatice”; algo pelo qual não gostaria de ser taxado de forma nenhuma. Era exatamente o contrário que sua atuação como escritor modernista e visionário buscava atingir como vimos na sua luta em prol da cultura popular e de cidades históricas.

De outro lado em um tempo posterior, um poema de Renato Pacheco de 1948, interage com tempos de mudanças culturais e ambientais em Vitória com uma forte perspectiva econômica e política. Na época, estavam sendo feitos os aterros que mudavam completamente a feição ambiental da capital do Espírito Santo. Certamente, um evento que caminhava junto e/ou completava as renovações arquitetônicas e urbanísticas que, não obstante a beleza que Vitória ainda teria, mudava completamente os aspectos da antiga capital oitocentista e colonial.

“Vista Geral de Vitória”

É só mar e morro.

O que não é mar é morro.

Só mar e morro.

E mangue, mangue, mangue.

O resto foi o homem que roubou

(ao mar e ao morro).

Em Santo Antônio e no Moscoso

Na Esplanada que vão fazer, na Praia, em Jucutuquara,

É só mar e morro...

Vitória é só cidade alta:

Morros sem doença; morros com doença;

Morros sem miséria; morros com miséria.

E, aquém dos morros, o mar.

Só mar e morro.

Morro e mar.

E mangue, mangue, mangue.

Renato Pacheco, 03/12/1948, às 19: 30h (PACHECO, 1998, p. 37)

Enfim, a literatura e o turismo precisam se unir cada vez mais para uma fomentação mútua. Os espaços turísticos cumprindo seu papel de fonte de inspiração para a literatura e esta, por sua vez, se engajando na difusão, valorização e proteção dos espaços turísticos.

Todavia, uma coisa muito importante não pode deixar de ser dita. Tanto os produtos literários como os turísticos são fontes muito importantes de lazer e entretenimento cultural de qualidade. Este atributo benéfico é, também, um ponto central da identidade entre os dois campos. Ler um bom livro e visitar lugares turísticos constituem práticas excelentes de descanso e fontes de recarga de energia vitais das rotinas diárias de trabalho e compromissos profissionais. Se essas propriedades culturais forem inteligentemente articuladas, poderão sempre trazer bons frutos.

Referências

ALMEIDA, Julia Lopes de. Scenas e paisagens do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXV, Volume 126, Parte II, 1912. Rio de Janeiro, 1913, p. 175-217.

ANDRADE, Mário de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BARROS, Paulo de. *Memória Fotográfica da Serra. Imagens de um município brasileiro*. Vitória, Ed. do Autor, 2002.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. *Turismo: princípios e práticas*. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu* (12) 1999: pp.275-299. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/cadpagu_1999_12_18_LUCA.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. *Recordações de Muqui: cidade menina em prosa e verso*. Vila Velha, ES: Opção Editora, 2010.

PACHECO, Renato. *Porto Final: antologia poética*. Rio de Janeiro: Galo Branco, 1998.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Revista de Pesquisa em Arquitetura*

e Urbanismo. Artigos e Ensaios. Risco 3 2. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. USP. Disponível em: https://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2018.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *Insurreição do Queimado*. 2º Ed. Coleção José Costa. Vitória: Edufes: Secretaria Municipal de Cultura: Secretaria Municipal de Segurança Pública, 1999.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *O templo e a força*. Vitória: IHGES, 1999.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. *Queimados: documento cênico*. Vitória: [s. n.], 1977.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ESCRITORES-RESIDENTES NO ESPÍRITO SANTO

Pedro J. Nunes*

Reinaldo Santos Neves foi o segundo a assumir o papel de escritor-residente no Espírito Santo. Baseou-se em José Carlos Oliveira, o primeiro a tomar esse título por aqui ao estabelecer um projeto em final de 1985, na UFES. A inspiração no projeto de José Carlos Oliveira, com as devidas adaptações, é tão evidente que no termo que Reinaldo Santos Neves assinou com a Secretaria de Estado da Cultura consta:

O presente projeto retoma, em sua essência, o PROJETO ESCRITOR RESIDENTE pioneira e proficuamente executado na UFES, no período de outubro de 1985 a abril de 1986, pelo eminente escritor capixaba JOSÉ CARLOS OLIVEIRA, com a participação das entidades Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Rede Gazeta de Comunicações e Hotel Porto do Sol.

Nesses mais ou menos seis meses que teve para realizar seu projeto, José Carlos Oliveira realizou parte de uma oficina literária na Universidade Federal do Espírito Santo — segundo José Irmo Gonring ele não conseguiu concluí-la devido às condições muito precárias de saúde — e publicou um volume de contos sob o título *Bravos companheiros e fantasmas*.

No dizer de Reinaldo Santos Neves, José Carlos Oliveira apresentou, ele mesmo, esse primeiro projeto de escritor-residente à UFES. Em vídeo publicado pelo site Tertúlia, diz ele:

* Autor de *Menino, Vilarejo e outras histórias* e *A última noite*, entre outros livros, é escritor-residente da Biblioteca Pública do Espírito desde 2015. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e à Academia Espírito-santense de Letras.

A ideia do projeto escritor-residente, que foi o primeiro projeto de escritor-residente em terras capixabas, foi o próprio José Carlos que trouxe quando veio para Vitória. Ele fez a proposta à UFES, a *A Gazeta* e ao Hotel Porto do Sol de patrocinarem esse projeto.

Não se sabe, ao que eu saiba, uma vírgula do que inspirou José Carlos Oliveira nessa ideia pioneira em terras capixabas. De certo mesmo é que havia, segundo seus amigos, e devido às condições extremas de sua saúde, um desejo de retornar à cidade natal e estar entre os seus realizando uma tarefa literária que, entre os seis meses que passou entre nós, realizou em parte.

A ideia de residência literária, que assim chamo à falta de nome melhor, não é nova. Aos sessenta anos, em 1957, William Faulkner foi nomeado escritor residente da Universidade de Virgínia, onde passava parte do ano. O escritor norte-americano J. M. Coetzee escreveu sobre esse fato o seguinte:

Um lugar de escritor-residente no *campus* tranquilo de uma universidade sulista poderia ter sido a salvação de William Faulkner, proporcionando a renda fixa sem pedir muito em troca e dando-lhe tempo para trabalhar. Desde 1917, um Robert Frost bastante astucioso vinha mostrando como usar a aura de bardo a fim de garantir sinecuras acadêmicas. Todavia, sem ter mesmo um diploma secundário e desconfiado de conversas 'literárias' ou 'intelectuais' demais, Faulkner não tornou a pôr os pés no mundo acadêmico até 1946, quando foi convencido para uma palestra na Universidade do Mississippi. A experiência não foi tão ruim quanto ele temia; à idade de 60, por um salário mais ou menos nominal, Faulkner entrou para a Universidade da Virgínia como escritor-residente, posto que ocupou até a morte.

A despeito da provocação com que Coetzee se refere a essa atividade, o que se pode deduzir, com base no que se lê no site Albert and Shirley Small Special Collections Library, é que o trabalho de Faulkner como escritor-residente da Universidade de Virgínia foi produtivo. Vejamos:

A escolha de William Faulkner para a guarda dos mais importantes manuscritos e escritos pessoais em sua posse na época de sua morte foi a Universidade de Virgínia. Seu desejo tornou-se possível com a criação da Fundação William Faulkner, a qual ele organizou para legar seus documentos. Eles foram finalmente transferidos para a Universidade sob os cuidados do amigo de Faulkner Linton R. Massey, que doou à Biblioteca da Universidade de Virgínia uma vasta coleção das primeiras edições e traduções da obra de Faulkner, bem como de publicações que se referissem à vida e à obra do autor. A coleção também inclui gravações de áudio das palestras de Faulkner durante o tempo em que foi escritor-residente na Universidade de Virgínia.

Foi nesses últimos anos de sua vida (ele morreria em 1962) que Faulkner, com a tranquilidade que desfrutava com seu posto na Universidade de Virgínia, concluiu a trilogia “Os Snopes”, que havia iniciado em 1940 com a publicação do romance *The Hamlet* (publicado no Brasil com o título *A aldeia*), dando prosseguimento, em 1957 e 1959, respectivamente, aos dois últimos volumes, *A cidade* e *A mansão*.

Uma iniciativa que chama a atenção nos dias de hoje é a da Ledig House, uma fundação que fica em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Encontrei no site Residência Ilimitada, uma espécie de guia e classificados para residências literárias, a seguinte informação sobre a Ledig House (cujo nome é uma homenagem ao editor alemão Heinrich Maria Ledig-Rowohlt):

Desde sua fundação em 1992, a Ledig House hospedou centenas de autores e tradutores que representam mais de cinquenta países, dando acolhida a escritores já publicados e tradutores de todo tipo de literatura. Intercâmbio internacional, cultural e criativo é a base de sua missão [...] Convidados devem escolher residência que varia de duas semanas a dois meses [...] O dia na casa é reservado para a escrita ou outras atividades silenciosas, enquanto que as noites são mais comunitárias. Um programa de visitas semanais traz convidados do mundo editorial de Nova Iorque. Editores notáveis, agentes e gente do mundo do livro são convidados para compartilhar o jantar e conversar sobre assuntos criativos e práticos [...]

Alguns escritores brasileiros fizeram residência na Ledig House: os gaúchos Marcelo Carneiro da Cunha, em 2000, e Amílcar Bettega Barbosa, em 1999 (este autor é, a propósito, campeão em residências internacionais, passando pelo International Writing Program, da Universidade de Iowa, e Château de Lavigny, em Lavigny, na Suíça), e o paulista Carlos Eduardo de Magalhães, em 2005. Pela Ledig House também passaram os portugueses Tiago Manuel Ribeiro Patrício e José Riço Direitinho.

O escritor mineiro Ivan Ângelo também foi escritor-residente no exterior, acolhido pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, por um mês, quando teve oportunidade de lecionar literatura brasileira.

Um caso interessante de residência literária é o do autor angolano Sousa Jamba, nascido em 1966. Tendo sido escritor-residente em diversas universidades da Escócia, ele acabou escrevendo e publicando suas primeiras obras em inglês.

Outro caso que merece referência é o do escritor João Ubaldo Ribeiro, que por cerca de 15 meses, entre 1990 e 1991, com toda a família, residiu em Berlim, na Alemanha, a convite do Serviço

Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). Encontrei no site da revista Veja algo que possa melhor que eu falar sobre isso:

Outra experiência importante de João Ubaldo nessa trajetória de tornar-se conhecido fora do país é sua estadia por pouco mais de um ano na Alemanha, em Berlim, quando ganha uma bolsa da *Deutsch Akademischer Austauschdienst* (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico). Lá escreveu crônicas semanais para o jornal *Frankfurter Rundschau* e produziu *Hörspiele* (peças de rádio), peças radiofônicas que usufruem de grande popularidade na Alemanha. Com esse trabalho, tornou-se reconhecido e valorizado num país em que a literatura é levada muito a sério e que faz com o que acontece no mundo literário alemão repercutir por todo o globo. A “experiência alemã” culminou com a publicação do livro *Ein Brasilianer in Berlin*, lançado em 1994 na Alemanha, e, sintomaticamente, apenas um ano depois no Brasil, sob o título de *Um Brasileiro em Berlim*.

Desse modo podemos crer que a tarefa de escritor-residente em nossa pequena aldeia, ainda que não possa ter inspirado a nenhum de nós, dá-nos certa extirpe. E digo “dá-nos” porque acabei sendo eu, e o sou desde o início de 2015, o escritor-residente da Biblioteca Pública do Espírito Santo, ou seja, o terceiro escritor-residente capixaba, dando continuidade a essa ideia que entre nós nasceu de José Carlos Oliveira. E que, diferentemente de José Carlos Oliveira e Reinaldo Santos Neves, aceitou a tarefa sem a interposição de nenhum projeto definido ou assinatura aposta em termo de cooperação ou acordo com a biblioteca ou com a SECULT.

Sobre os feitos e fatos das residências desses dois grandes escritores muito já se falou e muito ainda se falará, tamanho o vulto de suas realizações. Quanto a mim, se me permitem um gesto de reco-

lhimento, tudo ainda está em construção. E se me autorizam falar ainda algo, deixo aqui a repetição de texto meu publicado no livro *Biblioteca Pública do Espírito Santo: 160 anos de história* (dando graças à crença dos antigos de que a repetição é recurso do infinito):

Apesar da reconhecida importância de meus antecessores, aceitei a tarefa, ainda sem atinar muito bem com o que esperavam de mim, após dois dias de relutância, relutância que, a propósito, o meu antecessor Reinaldo Santos Neves ajudou a dissipar, tornando-me assim o terceiro escritor-residente do Espírito Santo.

Antes de entrar na Biblioteca do Monasterio de Wiblingen, na Alemanha, o visitante pode ler a solene inscrição que afirma que ali “são armazenados todos os tesouros do conhecimento e da ciência”, sem dúvida uma citação perfeita para qualquer biblioteca. Para Jacques Bossuet, lembrando o título “tesouro dos remédios da alma” com que os egípcios se referiam as suas bibliotecas, “é nelas que se cura a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e a origem de todas as outras”.

Foi com reverência a essas prescrições que adentrei pela primeira vez como escritor-residente a portaria principal da Biblioteca Pública do Espírito Santo. Trazia em mim um grande susto, dessa espécie de susto beneficiado pelo encantamento. Antevia esse monastério sagrado dos grandes silêncios (o silêncio, tenho crido, é um dos tormentos dos tiranos), dos grandes segredos, dos grandes mistérios — todos desvendáveis por aqueles que se dispuserem a compulsar as fontes de conhecimento —, e não ignorei, como nunca pude ignorar com relação ao lugar dos livros, o seu bafejo inquietantemente transformador.

Minha residência na Biblioteca Pública do Espírito Santo é absolutamente espontânea. Não está regida por nenhum ato oficial sacramentado pela

pena da burocracia. Não assinei meu ponto de entrada, não assinarei meu ponto de saída. Tenho na consciência um sentido de servir à comunidade de forma unilateral: nada quero em troca. Não recebo qualquer tipo de patrocínio ou subvenção ou vantagem. Minha remuneração é a cortesia dos que lá trabalham e o usufruto do silêncio dos átrios desse templo do conhecimento e dos mistérios sondáveis. Fiz e faço o que for possível no que diz respeito à formação de acervo, à análise de doações de livros, à participação na escrita de documentos, releases e artigos relativos aos fatos em torno da Biblioteca Pública. Eventualmente falo à comunidade em mesas redondas, comunicações ou, à falta de nome menos pomposo, palestras, tudo isso sobre temas ligados à atividade de escritor e de leitor. Tenho organizado as exposições da casa com as facilidades proporcionadas pelo rico acervo que possui. Fico até o dia que eu quiser, fico até o dia que quiserem.

A NARRATIVA MEMORIALÍSTICA DE RENATO PACHECO E MIGUEL DEPES TALLON

Francisco Aurelio Ribeiro*

Renato José da Costa Pacheco (1928-2004) foi o mais importante escritor capixaba de sua geração. Ativista intelectual, ainda aluno do Colégio Estadual, em que fez o curso clássico, substituiu o professor Guilherme Santos Neves na cadeira de Literatura e com apenas 19 anos publicou o seu primeiro livro de poemas, *Bilhete para Cervantes*. No mesmo ano, ainda publicaria, em coautoria, *Pobres crianças do Brasil* e, em 1948, *Poesia entressenhada*, poemas, a que se seguiu *Antologia do jogo de bicho*, em 1951. Renato era um ser gregário e logo se destacou nas principais associações culturais literárias dos anos 1950 a que pertenceu, Academia Espírito-santense dos Novos, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e Academia Espírito-santense de Letras. Paralelo à sua formação literária e sociológica, Renato Pacheco ingressou na magistratura, atividade que lhe permitiu conhecer o Espírito Santo e sua gente nas comarcas em que julgou: Alegre, Guaçuí, Santa Teresa, Santa Leopoldina e Conceição da Barra, lugares que serviram de fonte e inspiração para escrever as sete narrativas longas e os trinta contos que escreveu nos últimos quarenta anos de sua vida. A fase poética seria retomada somente depois de consolidada essa sua viagem pela paisagem geográfica e humana capixaba, conforme tão bem analisou uma de suas principais críticas literárias, Andréia Delmaschio em *Nomes pra viagem. Renato Pacheco: vida e obra*. Renato Pacheco escreveu poesias, romances, contos, crônicas memorialísticas, ensaios, literatura para crianças e livros didáticos. Em sua vasta e di-

* Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-Santense de Letras.

versificada obra, o traço dominante é o olhar afetivo e crítico sobre o Espírito Santo, sua história, sua cultura e sua gente.

José Carlos Oliveira, um dos mais conhecidos escritores capixabas, após ter-se destacado, nacionalmente, como cronista no Rio de Janeiro, foi seu colega de geração em Vitória, e com ele conviveu na Academia Capixaba dos Novos. Na orelha do livro *A Oferta e o Altar*, na 4ª edição publicada pela Editora Ática-SP, em 1983, v. 84 da coleção de Autores Brasileiros, afirmou que Renato Pacheco era “o melhor escritor capixaba”, com certeza apoiado no sucesso editorial desse primeiro romance de Renato Pacheco e, talvez, uma das melhores narrativas brasileiras de contextualização das eleições políticas no Brasil nos tempos pré-ditadura militar. Não por acaso, o livro foi publicado em 1964, no mesmo ano do golpe, e serve como documento de um tempo histórico, retratando as peripécias ocorridas em uma pequena cidade praiana ao norte do Espírito Santo, a fictícia Ponta de Areia.

Pela primeira vez na história do livro capixaba, um escritor capixaba conseguiu repercussão nacional, sem ter saído daqui. Antes dele, o regionalismo capixaba de Virgínia Tamanini e de Adolpho Poli Monjardim tinha conseguido um relativo alcance em outras paragens, mas nenhum desses autores teve a mesma repercussão do romance de Renato Pacheco, após ter sido editado por uma editora que se consagrou com a publicação de livros para serem lidos em escolas, como os da coleção Vagalume, o maior sucesso editorial brasileiro até os dias atuais. *O tesouro da ilha da Trindade*, de Adolpho Poli Monjardim, de 1942, e *Karina*, de Virgínia Tamanini, de 1964, também foram livros de grande sucesso editorial e muito lidos por escolares, mas com temática e enredos bem diferentes: o primeiro é uma novela de aventura e imaginação à Stevenson e o segundo uma recriação da saga do imigrante italiano, numa perspectiva feminina.

A oferta e o altar tem como cenário e protagonista a cidadezinha de Ponta d' Areia, uma reconstrução de Conceição da Barra ao final dos anos cinquenta, com seus costumes, tipos populares e maledicências, vivendo pacata e esquecida, até que surge uma companhia de petróleo que começa a perfurar a região, instalando fábricas e construindo estradas. Com o progresso, aumentam os conflitos, mudam-se os costumes, transformam-se os discursos políticos, as eleições se tornam mais violentas. O grande valor da obra está na reconstituição dos costumes locais e no estilo do autor, ágil, de agradável leitura e pleno de humor.

O tempo ficcional e histórico da narrativa se situa entre 1958. A narração é em terceira pessoa, feita por um narrador onisciente, que conduz o fio narrativo ligando a ação de dezenas de personagens habitantes daquela comunidade, sendo alguns fixos e outros rotativos. A estrutura narrativa constitui-se de Prólogo, Oito capítulos distribuídos em duas partes e um Remate, ou seja, dez partes, o que significa “completude, perfeição”, conforme o *Dicionário de Símbolos*. Para Pitágoras, o número dez significa o sagrado, pois nele enxerga a criação do universo. (In: <https://www.dicionario-desimbolos.com.br/numero-10/>). Como historiador e sociólogo, Renato Pacheco recriou, ficcionalmente, em *A Oferta e o Altar*, o universo de uma pequena cidade, em sua passagem de vida rural para urbana, de regional para universal, com seus tipos característicos, em mutação com a chegada do elemento estrangeiro, estranho àquele ambiente, a companhia de petróleo.

No Prólogo, o narrador historia a formação de Ponta d'Areia e apresenta os narradores coadjuvantes que o auxiliarão a contar a história do lugar: Duca Eleotério, o velho guardião da memória do lugar; o Padre Fernando, cuja consciência social dá o título à narrativa em um de seus sermões dominicais: “a oferta tem de estar à altura do altar”, sendo o povo a oferta viva que se oferta no altar, e o

Dr. Edgar, médico e “poeta em embrião”, que sabe que, “nesta terra, o homem virou mar e se fez rio [...] adquiriu a consistência da areia no chão”. Não há um só narrador, mas vários que constituem o fio narrativo da vida social daquela comunidade.

A primeira parte, intitulada “Mosquito filtrado, camelo engolido”, focaliza a disputa eleitoral entre os democráticos e os trabalhistas, personagens típicos como Seu Mattos, líder dos democráticos, o fiscal Pim, Joanhina do Muxá, a fofqueira, dentre muitos outros. Com uma estrutura folhetinesca, cada capítulo apresenta uma sinopse do que vai ocorrer. Na segunda parte, “Torre de Petróleo em Ponta d’Areia”, as ações giram em torno de Lina Santos, professora recém-formada em Vitória, que retorna a sua cidade para lecionar, envolve-se com José Roberto, telegrafista da Petrolífera, casado na Bahia, culminando com sua partida definitiva da cidade em virtude das maledicências sobre ela. No remate, o narrador encerra a história sobre Ponta d’Areia, que continua sua vida pacata, após a saída da Petrolífera e a expectativa da chegada de uma firma mineira que comprou três mil alqueires de mata, para instalar uma fábrica de compensado. As facções políticas se aquietam até a próxima eleição. A cidade vive e sonha no mundo dos fuxicos de Joanhina do Muxá. “Mais sonha do que vive”, conclui o narrador.

Em sua dissertação inacabada, “História e Ficção em Renato Pacheco”, Miguel Depes Tallon afirma: “*Em A Oferta e o Altar*, a História e a Ficção se entrelaçam, se imbricam, se inter-relacionam, completando-se num uno indivisível. [...] A par de se fazer presente em todo o romance, a História ainda desponta através da narração de Duca Eleotério e de passagens que, aqui e ali, emergem contando fatos da História do Espírito Santo”. Assim, esse primeiro romance de Renato Pacheco dará o tom a todos os outros que se seguiriam, numa trajetória de cerca de quarenta anos em que o autor se debruça sobre o Espírito Santo, sua história e sua gente.

Nos anos 1970, a ditadura militar iniciada em 1964 chegou ao seu auge e o autoritarismo imposto à vida social e cultural no Brasil refletiu na vida e na produção artística da época. As artes sofreram um grave retrocesso com a censura institucionalista, as perseguições políticas a professores e a intelectuais, o exílio voluntário ou compulsório dos artistas. A literatura acabou por exercer uma função parajornalística, ocupando o lugar dos meios de comunicação de massa, e predominaram os romances do gênero realista, mágico ou jornalístico. Conforme Flora Sussekind, estudiosa da produção literária daqueles anos, os “filões narrativos” de maior sucesso foram a ‘literatura-verdade’ como a de João Antônio, José Louzeiro, Aguiinaldo Silva; a prosa alegórica de um Roberto Drumond, do *Incidente em Antares*, de Êrico Veríssimo, de *A Festa*, de Ivan Ângelo; textos confessionais como *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubem Paiva, *Com Licença eu vou à luta*, de Eliane Maciel ou *Tanto faz*, de Reinaldo Moraes; fábulas como a *Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Hollanda; depoimentos político-biográficos como os de Fernando Gabeira, Alex Polari, Reinaldo Guarany ou Gregório Bezerra; os seis volumes de memórias de Pedro Nava, acompanhados de *O menino Grapiúna*, de Jorge Amado, e do *Solo de Clarineta*, de Êrico Veríssimo. (SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida Literária. Polêmicas, diários & retratos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 10-11.)

No Espírito Santo, já na década de 1980, na literatura local sobressaiu essa última tendência, o veio memorialístico, com um dialogismo frequente entre História e Literatura, como se pode observar nos romances escritos por Renato Pacheco, Neida Lúcia Moraes, Luiz Guilherme Santos Neves e Miguel Depes Tallon, dentre outros. Continuando a mesma linha regionalista e memorialística de “A Oferta e o Altar”, Renato Pacheco publicou seu segundo romance, *Fuga de Canaã*, com o subtítulo “Decadência de uma família alemã no Brasil”, pela FCCA – UFES, em 1981. É uma narrativa

realista, centrada no ponto de vista de quatro personagens narradores, cujos enfoques permitem ao leitor uma visão abrangente dos fatos acontecidos nessa retomada da saga de uma família alemã, no Espírito Santo, os Jank, iniciada por Graça Aranha, em *Canaã*. Os narradores são Herman Fischer, o filho do pastor; o Delegado Simplício Góis; Helmut Jank, o filho assassino e Ângela Silva, a professora mulata. Todos os narradores dirigem-se, em seus relatos, a narratários (receptores) específicos. No estilo agradável, fluente, que envolve o leitor, o autor retoma o tema do “paraíso terreal”, iniciado por Graça Aranha, colocando o homem em face dos seus conflitos. Ao utilizar a técnica da focalização variável, com diferentes narradores contando os mesmos fatos sob suas óticas, permite ao leitor uma visão ampla e diferenciada dos acontecimentos. Dominando a técnica da narrativa realista, quase documental, Renato Pacheco constrói uma obra perfeita dentro da tradição literária. Talvez, formalmente, seja sua obra mais bem construída, mas pela necessidade de se conhecer referências calcadas em *Canaã*, de Graça Aranha, é, também, a de mais difícil leitura e compreensão. O cineasta Sérgio Medeiros adaptou-a para o cinema, em 1993.

Seu terceiro livro dentro dessa linha, *O Reino não conquistado*, publicado em 1984, pela FCCA – UFES, reconstrói, ficcionalmente a formação da classe burguesa, em Vitória, no século passado, centrando os fatos na figura de D^a Mariana Costa Pereira, filha de Joseph Koster, um inglês, e de uma escrava africana, Manjegbara, que viria a tornar-se mãe do Presidente do Estado, Sebastião Costa Pereira, e de seu primeiro bispo, Dom João da Costa Pereira. Narrativa construída em três partes, *O reino não conquistado* possui como subdivisões: 1º ato – 1817 – “O manuscrito do Joseph Koster”; 2º ato – 1897 – “Portal de ouro”; 3º ato – 1967 - “Folhas ao vento”. Evidentemente inspirado em *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo, Renato Pacheco tenta, a seu modo, reconstruir a saga do povo

brasileiro, no cenário capixaba. Também como escritor gaúcho, sua principal figura é feminina, D^a Mariana, como foram, naquele, Ana Terra e Bibiana. E, ainda como o escritor rio-grandense, a terceira parte de sua trilogia é a menos elaborada, pela superficialidade, pelo não aprofundamento de análise do contexto e pela pouca densa caracterização dos personagens. No entanto, Renato Pacheco, é para nós, capixabas, o que Érico Veríssimo foi para os Gaúchos e brasileiros: um autêntico contador de “causos”, recriador da história através da ficção.

Miguel Depes Tallon considera *Reino não conquistado*, o romance mais ambicioso de Renato Pacheco, por abranger cento e cinquenta anos de uma imaginária família capixaba tradicional, a família Costa Pereira, que, salvas as proporções, apresenta analogias com a família Monteiro, dominante no cenário político capixaba por décadas. Para ele, “Entremeando a sua narrativa com episódios da História do Espírito Santo, Renato Pacheco apresenta ao leitor um condensado, conquanto substancioso, painel da vida histórica da Capitania” (Id., *ibid.*). Mais uma vez, é na História capixaba que a ficção de Renato Pacheco se inspira e onde nada de braçada.

Em 1991, Renato Pacheco lança *Vilão Farto*, sua quarta narrativa longa, com o subtítulo “O romance de Dom Vasco Fernandes Coutinho, infeliz primeiro Donatário da Capitania do Espírito Santo, no Brasil”. Ainda que se trate de uma ficção, uma “ucronia” que, conforme Miguel Tallon, é “uma forma de História que é a um só tempo História e Ficção” (id., *ibid.*), “Vilão Farto” reforça a visão tradicional de um homem fracassado, que se deixa dominar pelos vícios, dentre os quais, a lubricidade e o ato de ‘beber fumo’ como os indígenas, pelos quais é punido pela moral cristã da época, por sua consciência e pela história oficial que se escreveu sobre ele. Não à toa, Renato Pacheco lista quatorze obras da historiografia oficial, como bibliografia consultada para escrever uma obra ficcional,

como se isso fosse necessário para justificar a criação literária que fez de nosso “infeliz donatário”, reforçando estereótipos como o machismo falocrata, a supremacia do colonizador sobre os nativos, a misoginia, dentre outros reforçados pela visão história tradicional. Mais literário e menos preso ao discurso histórico oficial, *O Capitão do Fim*, escrito por Luiz Guilherme Santos Neves, seu maior amigo, e publicado dez anos depois, em 2001, faz um belo contraponto a esse livro, para mim não tão bem realizado, de Renato Pacheco.

Em 1998, Renato Pacheco publicou seu quinto romance, *O Centauro Enlouquecido e o Pintor Amante*, uma narrativa com característica fantástica, centrada no duplo, em que um centauro, Quíron, encontra-se com Deo Lauro, um pintor, dando origem a Laurodeo, o animal que lhe impulsiona os sentimentos recalcados como o ódio ao irmão tirano e usurpador de suas posses. Em busca de si, Deo Lauro percorre vários locais do Espírito Santo, em sucessivas viagens, até que, em Conceição da Barra, Laurodeo, o centauro, viaja de volta a sua estrela. O personagem termina só, com o protagonista carregando as cinzas de D., a única mulher que amou, a bibliotecária Laí Lima, morta em acidente de carro em Guarapari. Para ele, a vida também chegou ao fim, nada mais tem a fazer e só lhe resta “afastar para, enfim, chegar”. Conforme Andréia Delmaschio, “esse é o romance preferido do autor” e assemelha-se a narrativas contemporâneas escritas por Gilberto Noll, Chico Buarque, Silviano Santiago e Rubem Fonseca, “pela presença da viagem ligada a uma evocação da esquizofrenia”(Id., *ibid.*, p.37).

O sexto romance, *Pedra Menina*, foi lançado em 1999. O nome foi retirado de um maciço rochoso de 2.120m, localizado no município de Dores do Rio Preto, na Serra do Caparaó, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais. É um lugar repleto de misticismo e de lendas, e o nome da rocha se justifica com sua semelhança a uma mulher deitada. No entanto, a cidade de Pedra Menina ficcio-

nalizada não existe, a não ser no imaginário do autor que misturou lembranças de sua passagem como juiz nas comarcas de Guaçuí e de Alegre, na década de 1960. A narrativa se inicia contada por um narrador em primeira pessoa, um delegado de polícia, que atua como auxiliar de segurança de um Ministro que veio de Brasília para visitar a cidade de Pedra Menina e passear no lago artificial construído por uma empreiteira, acompanhado de uma ninfeta fornecida pela construtora. Enquanto se desenrola a ação, o delegado conta a sua história, desde a infância, quando os pais foram mortos a machadadas e ele foi entregue à guarda do patrão do pai, Seu Julinho, provavelmente o assassino dos pais, que o troca por um cavalo com ciganos, com quem vive por um tempo até ser vendido para o pastor Ambrósio, de Cachoeiro, que o registra como filho e troca-lhe o nome de batismo Reginaldo Salles Pereira para Milton Nunes da Silva. Escondido, fez concurso para delegado de Polícia, passou e foi nomeado para trabalhar em Pedra Menina, município recém-criado e lugar de onde tinha vindo.

Assim como em *A Oferta e o Altar*, em *Pedra Menina*, a cidade e seus personagens é que são os protagonistas, com suas histórias de vida, tipos sociais, como a Dona Soraia, proprietária da pensão, Seu Bibica, dono do armazém, o fotógrafo Fanestran, o barbeiro Paulo Miúdo, o escrivão Fabrício Lima, Seu Julinho, o proprietário das terras, Zé-Matias, o faz tudo da pensão, o padre Severo, dentre tantos outros. Renato Pacheco, que iniciara sua prosa de ficção com uma cidadezinha praiana ao norte do Espírito Santo, na divisa com a Bahia, a encerra com outra cidade pequena e sua vida social, política e econômica, agora no sudoeste do Espírito Santo, na Serra do Caparaó, divisa com Minas Gerais. A história de *Pedra Menina* termina com a confissão da morte de Julinho e seu filho, por Maria Helena, neta e sobrinha estuprada por ambos, colhida pelo Delegado e narrador. Fabrício Lima se remove para o norte do estado

e a cidade é inundada para se construir a represa do Arrozal. O Delegado se casa com Rosaly, a professora mulata, e vai morar no Alegre. *Pedra Menina* é apenas memória que, segundo Pedro Nava, citado pelo narrador, “acaba conosco, porque tudo é interrompido. A vida é interrompida”.

Antes de ter a vida e a memória interrompidas, em 2004, Renato Pacheco publicaria um novo livro, em 2000, intitulado *O macaco louco (Novum moriae encomium)*, que não é um romance, mas um conjunto de ensaios, que, segundo ele, deveria ser uma ficção longa intitulada “Confiteor”, em que lançaria, à moda de Montaigne, suas loucuras. “Minhas não, de meu alter-ego anagramático ANTERO e das circunstâncias que o cercam”, afirmou no Prefácio. “Todavia, os fantasmas da mente eram tão cruéis e tristes que preferi conversar sobre as loucuras de todos nós, os macacos loucos”, justificou o fato de não ter produzido a ficção pretendida. “Verso pois, aqui, nossa condição humana, nossa pobre experiência cultural (não me falem nos avanços tecnológicos), e não tenho estofa para descobrir o sentido da vida, nem desejo divulgar qualquer teoria unificada final”. Com esse testemunho, deixou-nos seu testamento nesse pequeno e precioso tratado sobre a natureza humana, que tão bem retratou em seus romances e contos. Já desvinculado de ler, entender e escrever o Espírito Santo, em seus últimos anos de vida, Renato se dedicou a refletir sobre a história do *macaco louco* e sua suposta civilização, manual que deveria ter leitura obrigatória para todos os usuários das redes sociais dos dias atuais, com suas opiniões radicais e paixões extremadas. Citando Win Kayser, Renato concluiu o capítulo 2. “Irmãos contra irmãos”, dizendo: “Somos vorazes e egocêntricos. Cortamos árvores, usamos fluorcarbonos, estragamos a atmosfera. Achamos que a terra tem recursos infinitos. Não tem. Na realidade já estamos ultrapassando os recursos limitados da Terra. Outro problema que me apavora é o fanatismo e o terrorismo da natureza

humana, que são tão perigosos. Quando as pessoas se enchem de ira fanática tratam a si mesmos e aos outros como não-humanos, nem mesmo como criaturas. Nenhum animal se comporta tão mal como nós. Este é o outro lado de nossa majestosa ciência”. Poderia ser mais atual?

Encerrando sua obra e sua vida, nesse *O Macaco Louco*, Renato Pacheco nos deixou seu maior legado e seu epitáfio: “Passou pouco tempo aqui, mas fez tremenda confusão”. O Espírito Santo pode se orgulhar de ter tido em sua história do século XX os dois maiores intelectuais capixabas de todos os tempos: Afonso Claudio de Freitas Rosa (1859-1934) e Renato José Costa Pacheco (1928-2004). Ambos viveram pouco tempo, 75 e 76 anos, mas deixaram um legado de amor ao Espírito Santo e ao seu povo que nunca poderão ser esquecidos. Viverão, eternamente, enquanto houver memória entre os humanos.

Miguel Depes Tallon nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 17 de Julho de 1948 e faleceu em Vitória, em 18 de agosto de 1999. Formado em História e Direito, foi Professor e Procurador da UFES e da PMV. Era Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, quando faleceu. Publicou: *Poeminhas*, 1990; *Poemas de Portugal*, 1995; *Marília* (Vera Cruz), romance, 1992; *Poemas de Ommar Mella Dah*, 1994; *Tratado dos povos estranhos, diferentes e desconhecidos*. 1991; *Pequeno roteiro lírico de Cachoeiro*, 1995; *Pequeno cancionero maratimba*, 1995; *Aviário*, 1996; *Carta náutica dos rios*. 1996; *A saga da estrela*, 1993; *Poemas da Pedra Azul*, 1994; *O bafo de Satanás, Tempo de mangas e Santa Rita*, contos, 1995; *Lauro Santos, um contador de histórias*, 1997; *Depois de abril*, romance, 1998; *Romanceiro do Rio Pardo*, 1999; *História do Espírito Santo*, 2000; *História e ficção em Renato Pacheco*, 2000; *Spiritu sanctis: memorialia coronelensis*, 2000; *As rãs de Bashô e outros poemas*, 2000.

Miguel Tallon era, essencialmente, um poeta. Sua obra em prosa resume-se ao romance *Marília*, com o subtítulo “Vera Cruz”, o

Tratado dos povos estranhos, diferentes e desconhecidos, alguns contos de *O Bafo de Satanás*, *Tempo de mangas e Santa Rita* e o romance *Depois de abril*, todos publicados nos últimos anos de sua vida. Diferente de Renato Pacheco, Miguel Depes Tallon não escrevia baseando-se inteiramente na realidade e na memória. Suas obras em prosa têm uma tendência para o realismo fantástico, característica que marcou grande parte da ficção latino-americana, de que era fã, e que, no Brasil, foi cultivada por Murilo Rubião, José J. Veiga, Dias Gomes e Marien Calixte, no Espírito Santo. Realismo fantástico pode ser definido como a preocupação estilística e o interesse em mostrar o irreal ou estranho como algo cotidiano e comum. Não é uma expressão literária mágica: sua finalidade é melhor expressar as emoções a partir de uma atitude específica frente à realidade.

Para Todorov, o realismo fantástico caracteriza-se pela hesitação do personagem ou narrador diante do fato insólito, o “quase acreditei”. A crítica francesa Irène Bessière vê a narrativa fantástica como a “poética da incerteza”. Para a Psicanálise, o fantástico é a manifestação do inconsciente reprimido. Daí sua constância na América Latina, nos anos de 1960 a 1980, no período de governos ditatoriais. *Cem anos de solidão* (1967), de Gabriel Garcia Márquez e *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo são exemplos desse tipo de narrativa. Os elementos característicos da narrativa fantástica são: Conteúdo de elementos mágicos ou fantásticos percebidos como parte da “normalidade” pelos personagens; presença de elementos mágicos algumas vezes intuitivos, mas nunca explicados; presença do sensorial como parte da percepção da realidade; realidade dos acontecimentos fantásticos, embora alguns não tenham explicação ou sejam improváveis de acontecer; percepção do tempo como cíclico ao invés de linear, seguindo tradições dissociadas da racionalidade moderna; distorção do tempo para que o presente se repita ou se pareça com o passado; transformação do comum e do

cotidiano em uma vivência que inclui experiências sobrenaturais ou fantásticas; preocupação estilística, participe de uma visão estética da vida que não exclui a experiência do real.

A primeira obra de narrativa fantástica de Miguel Tallon é o *Tratado dos Povos Estranhos Diferentes e Desconhecidos*, uma compilação de pequenos textos escritos de A a Z sobre “diferentes povos, estranhos e desconhecidos”, uma brincadeira com alguns tipos humanos, com a verve irônica e crítica de um gozador da vida, zoador, como se diz na gíria atual. Nos pequenos textos, referências literárias a Italo Calvino, Borges, Mia Couto e a toda uma literatura amplamente conhecida de Miguel, em parte citada na bibliografia da obra, que também inclui obras não existentes, ao estilo de Jorge Luiz Borges. Miguel diz, na Introdução, que o livro surgiu de conversas com seus amigos nas mesas de bar, que alguns desses povos existiram ou existem de fato, outros são criações de renomados ficcionistas ou surgiram de sua observação. E, ao final, alerta: “Este ‘Tratado’ outro propósito não tem, senão, como ficção, divertir, não obstante as muitas verdades que contém”. Realidade e ficção, seriedade e brincadeira, é esse jogo de duplicidades que o autor faz, ao construir com talento e arte, esse painel bem-humorado dos tipos sociais naquele início dos anos 1990, muito parecidos com a época atual. “*Ridendo castigat mores*”, expressão latina usada por Gil Vicente no *Auto da Barca do Inferno*, é atualizada no “Tratado” miguelino, e também poderia ser “*Ridendo dicere verum*”, é brincando que se diz a verdade.

E assim vai tratando Miguel sobre “Amazonas, Argentinos, Assassinos, Atravessadores de espelhos, Belgicos, Bíblios, Bogomilos, Bruzundangas”, numa relação de sessenta verbetes em ordem alfabética, com erudição, ironia e referências literárias, históricas e contemporâneas, como este sobre os “Colloridos”: “Só podiam viver no Brasil. São, aproximadamente, trinta e seis milhões de iludidos,

de enganados, que, nas últimas eleições presidenciais, não querendo votar num político, votaram num próprio, filho de político, neto de político. São, via de regra, cerebralmente embotados, embora alguns possam criar juízo, quando, então, passam para a oposição, principalmente depois dos indigestos pacotes de Dona Zélia”. Ver, também, neste “Tratado”, “corcubitáceos”. E, como ele mandou, a curiosidade não resiste, passemos ao verbete sobre “Corcubitáceos”:

Vivem atualmente no Brasil, em condições miseráveis. São aproximadamente cerca de trinta e cinco milhões. Todos, eleitores. Na última eleição presidencial do Brasil, sufragaram um filhote da mídia, com vocação francamente mussoliniana. São subnutridos e intelectualmente pouco dotados, ostentando um Q.I. de ameba. São também conhecidos como descamisados ou collaridos. Existem sérios indícios de sua existência brasileira no Espírito Santo, onde, na penúltima eleição para governador, sufragaram uma tartaruga.

Imagino o Miguel, hoje, escrevendo sobre “bolsonaristas” e “lulistas”, “coxinhas” e “mortadelas”, Dilma e Temer e todos os personagens de nossa vida política. Uma pena ter morrido tão jovem! Teríamos mais alegria neste cenário tenso e conflituoso em que vivemos, em que a história se repete, não somente como farsa mas também como drama ou, se piorar, tragédia.

O primeiro romance publicado por Miguel Depes Tallon foi *Marília*, subtítulo “Vera Cruz”, em 1992. Inicialmente, o nome era “Vera Cruz”, pois o li ainda inédito, e se refere à cidade interiorana em que os fatos acontecem, uma recriação ficcional do Cachoeiro de sua infância, ou de Muniz Freire, Iúna, pouco importa, já que os personagens que ali circulam e os fatos ocorridos poderiam ter acontecido em qualquer um desses lugares do Espírito Santo ou em nenhum. A história se inicia com o final apocalíptico da destruição

da cidade e da população devido a um tiroteio motivado pelo assassinato de Marília, esposa do Jacob, comerciante da cidade, e amante de todos os homens da cidade.

O processo de focalização narrativa constitui-se em dois narradores, que se revezam: um, em primeira pessoa, que inicia a narração, em capítulos mais curtos, é alguém que participa dos fatos, o Capitão, comandante do destacamento militar de Vera Cruz, que narra os acontecimentos finais da cidade, que termina incendiada e com todos os habitantes mortos, exceto seis pessoas: a esposa de um médico, dois professores, um representante comercial, um jornalista e um jogador de futebol. Embora a história ficcional misture personagens fictícios a nomes verdadeiros de cachoeirenses contemporâneos do autor, os sobreviventes não possuem nomes, são apenas identificados por suas profissões, porque o narrador não os conhece. Esse narrador retorna para Vitória, após enterrados os mortos e, ao voltar-se para ver a cidade incendiada, ainda vê a torre da igreja ruir. O outro narrador, em terceira pessoa, conta a história da cidade e de seus personagens pelo olhar do professor de História, Luís, que veio de Vitória para trabalhar no Liceu e também se deixa seduzir pelos encantos de Marília, causa da destruição da cidade e de todos. Provavelmente, Luís é um dos sobreviventes da tragédia, juntamente com Miguel, seu colega de profissão e de turma do “Bar Vitória”, em que se incluíam o Elias, professor de geografia, o Braga, poeta com livro editado, Heraldo Lisbôa, um poeta de Campos, Miguel, Bruno, Fuzér, Vitalino e Paulo Roberto, diretor e redator-chefe do único jornal da cidade. História e ficção se unem, mais uma vez, para reinventar a realidade, fruto da imaginação.

O segundo romance de Miguel Depes Tallon, publicado em dezembro de 1998, seis meses antes de sua morte, é *Depois de Abril*, a mesma história de *Marília*, ou “Vera Cruz”, sem Marília e o elemento fantástico da destruição apocalíptica da cidade em um tiro-

teio caboclo motivado pela morte de Marília. Em *Depois de Abril*, o cenário é Vera Cruz, uma cidadezinha cortada pelo rio e uma Praia, a dos Cações, onde a mocidade se encontra, e a narrativa gira em torno de um personagem central, o professor Luís Alberto Paraíso, que chega à cidade para lecionar História no Liceu local, hospedando-se no Hotel do Jacó, o único da cidade. No segundo capítulo, a cidade de Vera Cruz é descrita como antiga, pequena, velhos sobrados, um rio cortado de pontes, casas velhas, uma igreja barroca, um clube na beira da praia. “E bares. Bares. Bares e mais bares. E um cineminha prosaico, com nome de santo”. Um morador antigo diria que a vila — assim mesmo — se fizera ao curso do rio, casa a casa.

E assim é feita a narração dos fatos, caso a caso, como o curso do rio que atravessa lentamente a cidade. Histórias vividas e contadas nos bares da cidade, principalmente no “Bar Vitória”, cujos frequentadores são apresentados ao jovem professor e ao leitor: Bruno, aluno do Liceu, Maurício, redator-chefe do jornal *O Município*, o poeta Braga, Miguel, o próprio, Fuzér, Heraldo e Florisbelo, poetas, Trófanos, Vitalino, o médico, doutor Raul, o promotor e o Profeta, que às vezes acerta a previsão. Geralmente, o assunto entre eles é a crônica da vida alheia e, claro, as maledicências, cujo arauto é um anônimo “Cartolinha”, que as publica no jornal local.

Os casos se sucedem na vida prosaica da pequena cidade, envolvendo traições amorosas, experiências sexuais na zona de meretrício, corrupção do prefeito, partidas de futebol, até a notícia da derrubada do Presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares. E aí começa a repressão, prisão aos contrários à “revolução”, delações, interrogatórios. O professor Luís e Vitalino são interrogados, mas soltos. E a conclusão desalentada ao colega Heraldo: “O poder está na ponta do fuzil”. O padre tenta convencer o professor a discursar na marcha “Deus, pátria, família”, a que se recusa, veementemente. Os amigos do professor se debandam, cada qual

para um lugar e a história termina com o casamento dele, Luís Alberto Paraíso, com a filha do Prefeito, Lucila Souza Trancoso. Antes, compra o livro *O Ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, ao concluir que era preciso ler Cony, para entender o que estava ocorrendo. Carlos Heitor Cony era cronista e foi preso por seus artigos, naqueles tristes tempos, que muitos querem reviver.

O título *Depois de Abril* passa, então, a ser compreendido, pois mostra a opção da juventude que não reagiu ao golpe militar, nem a ele se entregou, aceitando os fatos, embora não concordasse com seus atos, simbolizado no professor Luís e em toda uma geração. Em uma das epígrafes, de T. S. Elliot, o autor nos lembra que “Abril é o mais cruel dos meses” e, na outra, “Tudo o que eu disse outros já disseram”, de Firduzi, induzem o leitor a ler esse pequeno romance como uma crônica dos dias que antecederam ao golpe militar e as reações provocadas na pequena cidade de Vera Cruz, representação de tantas outras cidades brasileiras. No Prólogo, o autor comenta sua obra e as intertextualidades utilizadas. Não é necessário para ler e apreciar o romance como uma crônica de costumes, onde se poder ler o tempo histórico e a sociedade com mais riqueza de detalhes do que em qualquer manual de História, visto que a Literatura encena a Verdade, sem escondê-la. Como professor de História, Miguel Depes Tallon escolheu a literatura para nos mostrar a vida como ela é, ou poderia ter sido, sem temer as prisões dos discursos oficiais.

Referências

- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva. 1982.
- BESSIÈRE, Irène. *Le Récit Fantastique. La poétique de l'incertain*. Paris: Larousse. 1974
- DELMASCHIO, Andréia. *Nomes pra viagem. Renato Pacheco: vida e obra*. Vitória: SEMC. 2002.

- PACHECO, Renato. *A Oferta e o Altar*. 1 ed. Rio de Janeiro: GRD. 1964.
- _____. *A Oferta e o Altar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/MEC. 1973.
- _____. *A Oferta e o Altar*. 4 ed. São Paulo: Ática. 1983. Col. de Autores Brasileiros-84.
- _____. *Fuga de Canaã*. Decadência de uma família alemã, no Brasil. Vitória: FCAA-UFES. 1981.
- _____. *Reino não conquistado*. Vitória: FCAA-UFES. 1984.
- _____. *Vilão Farto*. Vitória: Cultural-ES. 1991.
- _____. *O Centauro Enlouquecido e o Pintor Amante*. Vitória: IHGES. 1998.
- _____. *Pedra Menina*. Vitória: IHGES. 1999.
- _____. *O Macaco Louco (Novum Moriae Encomium)*. Vitória: IHGES. 2000.
- RIBEIRO, Francisco Aurelio. *A Literatura do Espírito Santo: De Afonso Cláudio a Renato Pacheco*. In: *A Literatura do Espírito Santo. Ensaios, História e Crítica*. Serra: Formar. 2010.
- TALLON, Miguel Depes. *História e Ficção em Renato Pacheco*. Vitória: IHGES. 2000.
- _____. *Tratado dos Povos Estranhos Diferentes e Desconhecidos*. Vitória: Grafitusa. 1991.
- _____. *Marília (Vera Cruz)*. Vitória: Grafitusa. 1992.
- _____. *Depois de Abril*. Vitória: IHGES. 1998. Col. Almeida Cousin.
- TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. São Paulo: Perspectiva. 2008.
- VAX, Louis. *A Arte e a Literatura Fantásticas*. Lisboa: Arcádia, 1972.

MIGUEL DEPES TALLON, HAIKAISTA

*Matusalém Dias de Moura**

Além de advogado bem-sucedido no campo dos direitos constitucional e administrativo, professor de História na Universidade Federal do Espírito Santo e executivo de sucesso, tendo exercido vários cargos públicos de elevada importância administrativa e de alto destaque político e público, Miguel Depes Tallon também foi um notável homem de letras: romancista, contista, novelista, cronista, ensaísta e poeta. E foi grande em todos esses ramos da arte literária, tão talentoso, inspirado e trabalhador cuidadoso que era ao lidar com as palavras.

Poeta, compôs poemas longos (*Romanceiro de Rio Pardo* é um exemplo) e, também, poemas minimalistas: trovas, haikais, rubaiyat e outros “poeminhas”, às vezes de um verso só, mas de grande poesia. Aliás, deve-se registrar que, em se tratando de farta poesia em poucas palavras, Miguel publicou, em 1990, um livro com o título de *Poeminhas*, só de poemas curtos, isto é, de poucos versos. O título *Poeminhas*, no entanto, não agradou ao saudoso Marien Calixte, que, muito delicadamente, como era seu jeito de se comportar e agir, dizia a amigos e ao próprio Miguel que tal título não ficava bem em uma obra poética tão grandiosa como a constante do livro. Afirmava Marien que esse título fazia com que o livro parecesse menor, sem importância literária, quando, ao contrário, era um grande livro feito de poemas de poucos e curtos versos. Eu concordava e ainda concordo com Marien. Esse título, de fato, pode gerar interpretação equivocada por parte do leitor desatencioso, sem muito conhecimento da arte poética.

* Procurador da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras.

Relendo hoje *Poeminhas*, percebo o quão grande, engenhoso, competente e hábil era o Miguel na composição de um poema de poucas palavras, que contém, no entanto, uma imensa poesia. Ao ler qualquer um dos poemas desse livro, nota-se logo que, atrás de cada verso, está um talentoso fazedor de poesia, um poeta cujos iguais são pouquíssimos. Ele tinha o dom de juntar poucas palavras nos versos de um poema curto, mas suculento em poesia. Não há, na poesia de Miguel Depes Tallon, nenhum derramamento, nenhuma palavra supérflua, sobrando, sem importância, cuja função é apenas fazer número em meio às outras, servir de muleta, cunha ou enfeite. Todas elas exercem papéis de atrizes principais na obra poética desse nosso saudoso confrade.

Quem com ele conviveu sabe que era mesmo um aficionado pela poesia minimalista, ou poesia-síntese, como preferem alguns, e a ela dedicava muita de sua atenção de poeta, burilando suas composições com extremo amor e esmero técnico, deixando-nos, ao partir para o encontro definitivo com o Absoluto, uma razoável produção de bons poemas publicados em jornais, revistas, livros e cartões. A internet ainda estava em seu amanhecer, por isso nela quase não encontramos a literatura do bom Miguel.

Entre as variadas modalidades poéticas de poucos e curtos versos, parece-me, Miguel tinha uma grande paixão pelo haikai, que costumava compor em suas muitas variantes, indo do haikai tradicional ao haikai livre de métrica, de Paulo Leminski, passando pelo imponente haikai de título, métrica e rima de Guilherme de Almeida. Tinha tanto apreço por essa poesia nipônica que, quando era presidente de nosso Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), chegou a promover alguns encontros de haikaístas, com concursos relâmpago de haikais, nos quais cada haijin compunha um poema sob tema apresentado na hora e, ao final, os participantes eram julgados e classificados por uma comissão. O prêmio para os vencedores consistia apenas em aplausos.

O IHGES, à época em que foi presidido pelo Miguel, não ficou, porém, só nesses encontros de estudos e práticas do hoje tão popular poema nipônico. Foi além, bem mais além. Sob a direção de Miguel, além das publicações nas áreas da história e da geografia, patrocinou a publicação da coletânea de haikais *Trevo de quatro folhas*, das autoras capixabas Maria Helena Teixeira de Siqueira, Maria das Graças Silva Neves, Ester Abreu Vieira de Oliveira e Maria do Carmo Schneider, e, ainda, livros de Matusalém Dias de Moura e Carlos Nejar. Também fez publicar, pelo IHGES, a antologia *Vento no Bambuzal*, obra constituída somente de haikais de membros do instituto, a qual foi organizada pelo saudoso Ferdinand Berredo de Menezes.

Miguel Depes Tallon foi, de fato, desde muito cedo, um grande estudioso e praticante do haikai, tendo sido um dos primeiros a exercitar essa arte poética aqui no Espírito Santo. Segundo Berredo de Menezes, no prólogo de *Vento no Bambuzal*, Miguel foi o segundo capixaba a se dedicar ao haikai, com a publicação de quatro poemas no segundo número da revista *A Neocenaculista*, de Cachoeiro de Itapemirim, em 1966. O primeiro, segundo o próprio Berredo de Menezes no referido prólogo, foi o poeta Audífax Amorim, que publicou apenas um poema no Tabloide Social de *O Diário*, em 23 de setembro de 1962.

Foi, portanto, lá em Cachoeiro de Itapemirim, em seus dias de juventude e entusiasmo pela vida literária, que o nosso bom Miguel Depes Tallon se tornou seguidor do mestre Bashô e praticante do haikai. Fiel a essa modalidade de poesia, vinda da Terra do Sol Nascente, desde as manhãs ensolaradas de sua juventude até o fim de sua curta vida, Miguel foi um criterioso estudante do tema, tendo, inclusive, escrito um robusto e convincente ensaio no qual aborda quase tudo, ou tudo, sobre essa envolvente, sedutora e apaixonante poesia. Intitulado “A redescoberta do Oriente: O haikai na poesia

brasileira”, o ensaio foi publicado às páginas 93-119 do nº 52 da *Revista do IHGES*. Nesse ensaio, Miguel faz um acurado e elucidativo estudo sobre o haikai, em todas as suas variantes, desde a origem, no Japão, até os nossos dias, aqui no Ocidente, incluindo o estado do Espírito Santo, e cita vários de seus hajjins, entre os quais mexicanos Octavio Paz e José Juan Tablada, dois consagrados estudiosos da poesia de Bashô, além dos brasileiros Guilherme de Almeida e H. Masuda Goga (este, japonês naturalizado brasileiro). O estudo desvenda os mais escondidos segredos do haikai, revelando-nos os segredos, os pormenores e as delicadezas dessa poesia japonesa. Miguel, nesse estudo, ministra-nos uma elucidativa aula (oficina) sobre o tema, na qual nos mostra os caminhos para a descoberta do haikai e os detalhes da difícil composição poética, incentivando, assim, os nossos candidatos a hajjins e advertindo-nos de que, “*no Japão, antes de qualquer coisa, o haikai é um poema eminentemente visual, um instantâneo, uma imagem de um momento poético [...]*”.¹

Noutro momento, ao apresentar o volume de haikais do poeta Carlos Nejar, sob o título de *VEL ÂM PA GOS* (Móviles), publicado pelo IHGES, Miguel esbanjando conhecimento sobre o tema, é peremptório ao afirmar: “*O haikai é a mais difícil forma de poesia, porquanto combina uma síntese sem precedentes, com o domínio de uma apurada técnica*”.²

Em resenha publicada no Boletim Informativo do IHGES (nº 13), Miguel Depes Tallon dá mais uma aula, revelando-nos seu pensamento sobre o haikai:

¹ TALLON, Miguel Depes. A redescoberta do Oriente: o haikai na poesia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória: Edição MDT, nº 52, p. 93-119, 1999.

² TALLON, Miguel Depes. Apresentação. In: NEJAR, Carlos. *VEL ÂM PA GOS* (Móviles). Vitória: IHGES, 1997. p. 3 à 5.

O haikai talvez seja a forma fixa mais difícil de poesia. Procedente do Japão, onde teve em Bashô, Issa e Busson sua trindade máxima, o haikai é um poema de três versos, de 5, 7 e 5 sílabas, respectivamente. A sua escrita requer uma técnica que, em nenhum momento, pode ser tida como simples. O haikai é feito sempre com a preocupação de conter uma palavra que se refira às estações do ano. Tais palavras chamam-se kygo e devem encarnar sempre uma estação. Algo assim como folha seca para o outono, frio ou neblina para o inverno, sol para o verão, flor para a primavera. Além do kygo, o haikai deve trazer também o corte kiregiano, ou no primeiro, ou no terceiro verso. Não bastassem tais requisitos, deve também funcionar quase como um instantâneo, uma revelação satoriana.³

Penso e não tenho receio em afirmar que ninguém, entre nós capixabas, se interessou tanto pelo poema-haikai, estudou tanto, amou tanto essa modalidade poética e praticou o haikai com a dedicação com que nosso saudoso confrade o praticou, demonstrando habilidade, competência e esmero técnico, além de profundo conhecimento da arte poética que produzia.

Miguel Depes Tallon tinha o haikai na mais alta conta poética. Tinha tanto gosto e tanto respeito por esse poema, que não se considerava um haikaísta, mas um estudante do haikai, costumando dizer a seus amigos (e disse várias vezes a mim, pessoalmente) que era apenas um estudioso da poesia de Bashô e que só a praticava de maneira experimental, o que não passava de uma exagerada modéstia de nosso saudoso amigo e confrade, pois, na realidade, todos o tinham como um exímio hajjin, comparável aos grandes Guilherme de Almeida, no haikai rimado e com título, e a H. Masuda Goga,

³ *Boletim Informativo do IHGES*, Vitória, n. 13, p. 7, jul./set. 1998.

no haikai tradicional. Seus poemas nada devem aos desses dois ícones do haikai, entre nós. Sua produção haikaística publicada prova o quanto Miguel era gigante na composição de um haikai.

O poema “NOS 300 ANOS DA MORTE DE BASHÔ”, publicado primeiro em cartão (essa é mais umas das características de Miguel: primeiro publicava seus poemas em pequenos cartões, de um lado e de outro, e distribuía com os amigos; somente depois, conforme a recepção que os poemas recebiam dos leitores, é que ele os publicava em livros) e, mais tarde, após a sua morte, no livro *As rãs de Bashô* e outros poemas, aborda o mesmo tema do mestre japonês Bashô (o salto da rã), à moda Guilherme de Almeida, equiparando-se, em todos os sentidos, ao haikai produzido pelo mestre. Ei-lo:

NOS 300 ANOS DA MORTE DE BASHÔ

De novo uma rã
irrompe no tanque e rompe
a clara manhã.⁴

Repetindo o tema (a rã), “AROMA” é outro poema para ser relido sempre. Releiamos-lo, então:

AROMA

Meio à bebedeira
assoma gostoso aroma:
— a rã na frigideira.⁵

E mais:

⁴ TALLON, Miguel Depes. Nos 300 anos da Morte do Bashô. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 1999. p. 13.

⁵ TALLON, Miguel Depes. Aroma. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 1999. p. 13.

SAPO MARTELO

Telo! Telo! Telo!

É o som e no mesmo tom,
do sapo martelo.⁶

LUAR

E tudo tão vago...

A luz de prata seduz.

Lua sobre o lago.⁷

No livro *Poeminhas*, composto somente de poemas minimalistas: trovas, haikais, poemas livres e um rubaiyat, encontram-se alguns de seus haikais guilherminos, verdadeiras pérolas, quais gotas poéticas, os quais merecem ser lidos e relidos sempre. Eis alguns:

CIDADEZINHA

Ausência de prédios.

Parda a vida do nada.

Mulher é só tédio.⁸

MOMENTO

Um sabor de aurora

descendo por ti e fazendo

o tempo em agora.⁹

⁶ TALLON, Miguel Depes. Sapo Martelo. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 1999. p. 19.

⁷ TALLON, Miguel Depes. Luar. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 1999. p. 27.

⁸ TALLON, Miguel Depes. Cidadezinha. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 41.

MARATAÍZES

Em sinuosas ondas
azuis, espumas de luz
fazem suas rondas.¹⁰

OUTONO

No jardim aporta
o outono. Tudo mais é sono.
Folha caída e morta.¹¹

Nota-se que todos os quatro poemas citados e transcritos acima obedecem, rigorosamente, à técnica criada pelo notável poeta paulista Guilherme de Almeida, isto é, primam pela métrica de 5/7/5; rimam a última palavra do primeiro verso com a última do terceiro verso, e a segunda sílaba do segundo verso com a última do mesmo verso, além de ostentar um título como chave de abertura do poema.

Entretanto, mesmo usando títulos em seus haikais e apesar de metrificá-los e rimá-los assim de forma tão difícil, Miguel sabia tanto de haikai, entendia tanto dessa poesia, que chegou mesmo a transgredir as regras estabelecidas por Guilherme de Almeida, embora valendo-se delas, e criou o seu próprio haikai, de modo que poderíamos denominar seus haikais (e eu assim os batizo) de “haikais miguelinos”, nos quais as rimas do segundo verso variam de posições: umas aparecem na primeira sílaba da primeira palavra, em vez na segunda sílaba, rimando com a última sílaba do verso;

⁹ TALLON, Miguel Depes. Momento. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 42.

¹⁰ TALLON, Miguel Depes. Marataízes. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 44.

¹¹ TALLON, Miguel Depes. Outono. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 44.

outras, aparecem rimando a última sílaba da primeira palavra do segundo verso com a última do mesmo verso. Eis alguns exemplos desse original “haikai miguelino”:

Nos seis haikais a seguir, a primeira sílaba do segundo verso rima com a última do mesmo verso:

INUTILIDADE

Eis que salta a rã
contra o espelho. Nada encontra.
Tentativa vã.¹²

PEDRA AZUL

Por entre neblina
medra um lagarto de pedra.
Banha-o a chuva fina.¹³

MAR

Mar: imensidão
de água. Imensidão de mágoas:
tolo coração.¹⁴

¹² TALLON, Miguel Depes. Inutilidade. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 13.

¹³ TALLON, Miguel Depes. Pedra Azul. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 17.

¹⁴ TALLON, Miguel Depes. Mar. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 24.

AMANHECER

Na mata, a coruja
pia. Sombra e letargia
até que o sol surja.¹⁵

TREM

Do apito do trem
bem me lembro. Muito bem.
E bembelém.¹⁶

LAGO

Flor na superfície
vara a limpidez da clara
líquida planície.¹⁷

Agora, dois exemplos de “haikais miguelinos” em que as rimas do segundo verso recaem na quarta e na última sílabas:

CANÁRIO

Belo, belo, belo,
num aviário, o canário
de papo amarelo.¹⁸

¹⁵ TALLON, Miguel Depes. Amanhecer. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 34.

¹⁶ TALLON, Miguel Depes. Trem. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 41.

¹⁷ TALLON, Miguel Depes. Lago. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 43.

¹⁸ TALLON, Miguel Depes. Canário. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 43.

ANDORINHA

Tenta, na amplidão,
uma andorinha, sozinha,
fazer o verão.¹⁹

E, por último, três exemplos em que as rimas, no segundo verso, recaem na terceira e na última sílabas:

LUAR

Noite alta. O crescente
insinua na noite a sua
marca incandescente.²⁰

EXÍLIO

Saudade total.
Afinal pôs fim ao mal
um cartão postal.²¹

MIMOSO

Na estação, o trem
dá partida. Despedida
No lenço de alguém.²²

¹⁹ TALLON, Miguel Depes. Andorinha. In: ----. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 33.

²⁰ TALLON, Miguel Depes. Luar. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p. 45.

²¹ TALLON, Miguel Depes. Exílio. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p.42.

²² TALLON, Miguel Depes. Mimoso. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990. p.42.

Outra característica que marca a obra haikaística de Miguel Depes Tallon é o título nos poemas. Mesmo ao compor poemas tradicionais, a eles sempre deu um título. E, diferentemente de Guilherme de Almeida, que não retirava dos versos o título para seus poemas, Miguel ignorava isso e muitos de seus títulos fazem parte do corpo do poema. Eis alguns exemplos desses seus haikais tradicionais, titulados.

SEMANA SANTA

Ao longo da estrada
para Pedreiras,
as quaresmeiras em flor.²³

NOITE EM PEDREIRAS

Pela janela aberta
o aroma das damas-da-noite
invade o quarto.²⁴

BANQUETE

No mamoeiro carregado,
os sanhaços fazem
a festa.²⁵

INSTANTÂNEO

No telhado antigo,

²³ TALLON, Miguel Depes. *Semana Santa. As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p. 18.

²⁴ TALLON, Miguel Depes. *Noite em pedreiras. As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p.20.

²⁵ TALLON, Miguel Depes. *Banquete. As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p.31.

graciosa e leve
saltita a pequena cambaxirra.²⁶

Vários capixabas se tornaram haikaistas graças ao incentivo e aos ensinamentos de Miguel Depes Tallon, o maior incentivador dos novos poetas de seu tempo. Miguel não media esforços, nem economizava tempo para receber um candidato à arte literária e transmitir-lhe os melhores ensinamentos a respeito do assunto. Era um amigo generoso e fraterno; um professor tolerante que sabia, como poucos, conduzir seus discípulos com carinho, cuidado e sabedoria pelos caminhos do saber. Um homem simples, um mestre. Ouvia, com paciência de monge, o candidato a poeta, lia seus versos, corrigia-os, dava sugestões, não sem antes dar título aos poemas, mudando, muitas vezes, o título original da obra.

Infelizmente, Miguel nos deixou muito prematuramente, com apenas 51 anos de idade, em 18 de agosto de 1999, sem concluir sua obra. Com sua morte, o Espírito Santo ficou menor, bem menor literariamente, culturalmente.

Referências

- ALMEIDA, Guilherme de. *Haicais completos*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1996.
- MENEZES, Berredo de. *O vento no bambuzal*. Vitória: IHGES, 1997.
- NEJAR, Carlos. *Vel Âm Pa Gos (Móviles)*. Vitória: IHGES, 1997.
- TALLON, Miguel Depes. *Poeminhas*. Vitória: Edição do autor, 1990.
- _____. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 1999.

²⁶ TALLON, Miguel Depes. Instantâneo. *As rãs de Bashô e outros poemas*. Rio de Janeiro: Edições Galo branco, 1999. p.32.

_____. A redescoberta do Oriente: o haicai na poesia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória: Edições MDT, nº 52, p. 93-119, 1999.

_____. Apresentação. In: NEJAR, Carlos. *VEL ÂM PA GOS (Móviles)*. Vitória: IHGES. 1997. p. 3 à 5.

_____. Varal Partido. *Boletim Informativo do IHGES*, Vitória, n. 13, p. 7, jul./set. 1998.

ORDENS HONORÍFICAS DO IMPÉRIO

*Paulo Stuck Moraes**

Criadas para homenagear personalidades nacionais e internacionais, tiveram, entre seus agraciados, diversos capixabas natos e adotivos, além de outros que por aqui passaram temporariamente, galardoados exatamente pelos serviços prestados em terras do Espírito Santo, tais como presidentes de província, senadores, além de funcionários públicos de altos escalões. As ordens tinham diversos graus de honraria.

Ordens Imperiais			
Rosa	Cristo	Avis	Cruzeiro
Grã Cruz	Grã Cruz	Grã Cruz	Grã Cruz
Grande Dignitário	Dignitário	Dignitário	Dignitário
Dignitário	Comendador	Comendador	Oficial
Comendador	Oficial	Oficial	Cavaleiro
Oficial	Cavaleiro	Cavaleiro	
Cavaleiro			

Como veremos a seguir, apenas um capixaba atingiu o grau de Dignitário, o mais alto concedido a um espírito-santense. Inclusive, o único capixaba nato a ser agraciado com as quatro ordens principais: José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, pai do Barão de Monjardim. O Barão de Itapemirim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, capixaba adotivo, também atingiu o grau de Dignitário, na mesma ordem. Dois representantes capixabas no Senado do Império, mesmo não sendo aqui nascidos, também receberam o grau de dignitário.

Existiam mais duas ordens: Ordem de Pedro Primeiro e Ordem de São Tiago da Espada. Nenhum capixaba foi agraciado com alguma dessas duas ordens.

* Historiador, genealogista. Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Titular da Cadeira nº 24, do Colégio Brasileiro de Genealogia.

Imperial Ordem da Rosa

Ordem honorífica criada por D. Pedro I, em 27 de fevereiro de 1829, para perpetuar a memória de seu casamento com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstädt.

Grau: Dignitário

José Francisco de Andrada e Almeida Monjardim (1791-1884)
(promovido)¹

Grau: Comendador

Antonio Thomaz de Godoy (1812-1858) (promovido)²

Domingos Rodrigues Souto (1788-1866) (promovido)³

Domingos Vicente Gonçalves de Souza (1842-1816)^{4,5}

Francisco Ourique de Aguiar (?-1891)^{6,7}

Joaquim Francisco Pereira Ramos (?-1893)⁸

Joaquim Gomes Pinheiro da Silva (?-1914)^{9,10}

Joaquim Marcelino da Silva Lima (1779-1860) (promovido)¹¹

José Francisco de Andrada e Almeida Monjardim (1791-1884)¹²

Leopoldino Gonçalves Castanheira (1845-1920)¹³

¹ *Almanak Laemmert* 1867 (suplemento), 138.

² *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 186.

³ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 186.

⁴ *O Constitucional*, 1/nr. 7, ano 3, de 03.06.1888.

⁵ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

⁶ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

⁷ *O Constitucional*, 4/nr. 5, ano 3, de 20.05.1888.

⁸ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

⁹ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

¹⁰ *O Cachoeirano*, 2/nr. 37, ano 11, de 09.09.1888.

¹¹ *Almanak Laemmert* 1859, 48.

¹² *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 110.

¹³ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

Marcellino de Assis Tostes (1838-1913)¹⁴

Matheus Gomes da Cunha (1850-1907)¹⁵

Reginaldo Gomes dos Santos (1805-1867)¹⁶

Grau: Oficial

Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama (1828-1914)¹⁷

Antonio Rodrigues da Cunha (1793-1863)¹⁸

Antonio Thomaz de Godoy (1812-1858)¹⁹

Joaquim Marcelino da Silva Lima (*Barão de Itapemirim*) (1779-1860)²⁰

Basílio de Carvalho Daemon (1834-1893)²¹

Domingos Monteiro Peixoto (1838-1895)²²

Domingos Rodrigues Souto (1788-1866)²³

Epaminondas de Souza Gouvêa (1841-1895)²⁴

Florêncio Francisco Gonçalves (1834-1904)²⁵

Francisco Ferreira Correa (1834-1876)²⁶

Francisco Gomes Bittencourt (1830-1868)²⁷

Francisco Herculano Monteiro Nogueira da Gama (1830-1906)²⁸

¹⁴ Concedido a 12.02.1882-*O Cachoeirano*, 2/nr. 8, ano 5, de 19.02.1882.

¹⁵ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

¹⁶ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 112.

¹⁷ *O Espírito-santense*, 1/nr. 46, ano 7, de 17.04.1877.

¹⁸ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 162.

¹⁹ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

²⁰ *Almanak Laemmert* 1852, 44.

²¹ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

²² *O Espírito-santense*, 1/nr. 132, ano 5, de 04.11.1875.

²³ *Correio da Victória*, 4/nr. 44, ano 2, de 01.06.1850.

²⁴ *Almanak Laemmert* 1869 (Suplemento), 211.

²⁵ *Almanak Laemmert* 1868, 284.

²⁶ *Almanak Laemmert* 1877, 136.

²⁷ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 107.

²⁸ *O Espírito-santense*, 1/nr. 52, ano 18, de 30.06.1888.

Francisco José Alves da Silva²⁹
Francisco de Paula Bittencourt (c.1806-c.1881)³⁰
Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama (1803-1897)³¹
Herculano Marcos Inglês de Souza (1853-1918)³²
João Clímaco de Alvarenga Rangel (1799-1866)³³
João Nepomuceno Gomes Bittencourt (1807-1873)³⁴
Joaquim Fernandes Andrade Silva (1847-1935)³⁵
Joaquim Marcelino da Silva Lima (1779-1860)³⁶
José Augusto Cesar Nabuco de Araújo (1816-1894) (**promovido**)³⁷
José Martins da Cruz Jobim (1802-1878)³⁸
Luiz da Silva Alves Azambuja Susano (1791-1873)³⁹
Manoel Joaquim de Lemos Júnior⁴⁰
Manoel Moreira de Carvalho e Silva⁴¹
Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (1831-1889)⁴²
Marciano Antonio Isidro⁴³
Raulino Francisco de Oliveira (?-1897)⁴⁴
Sebastião Machado Nunes (1813-1907)⁴⁵

²⁹ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 186.

³⁰ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 163.

³¹ *O Estandarte*, 4/nr. 1, ano 1, de 05.04.1868.

³² Concedido a 12.02.1882-*O Cachoeirano*, 2/nr. 8, ano 5, de 19.02.1882.

³³ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 164.

³⁴ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 187.

³⁵ *O Cachoeirano*, 2/nr. 2, ano 14, de 11.01.1891.

³⁶ *Almanak Laemmert* 1849, 34.

³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

³⁸ *Almanak Laemmert* 1852, 67.

³⁹ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 189.

⁴⁰ *Sentinella do Sul*, 2/nr. 38, ano 2, de 10.05.1868.

⁴¹ *O Constitucional*, 3/nr. 8, ano 3, de 10.06.1888.

⁴² *O Espírito-santense*, 1/nr. 294, ano 3, de 22.11.1873.

⁴³ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

⁴⁴ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

Sebastião Vieira Machado (1796-1856)⁴⁶

Vicente Ferreira Paiva (1825-1902)⁴⁷

Grau: Cavaleiro

Alberto Luiz dos Reis⁴⁸

Antonio Augusto Nogueira da Gama (1816-1894)⁴⁹

Antonio Pinto Loureiro (1824-1901)⁵⁰

Ayres Loureiro de Albuquerque Tovar (1836-1890)^{51, 52}

Carlos Augusto Nogueira da Gama (1796-1870)⁵³

Carlos de Cerqueira Pinto (1835-?)⁵⁴

Domingos da Silva Lima⁵⁵

Domingos Vicente Gonçalves de Souza (1842-1816)⁵⁶

Dionysio Álvaro Rosendo (1796-1881)⁵⁷

Eduardo Pindahiba de Mattos (1831-1913)⁵⁸

Emílio da Silva Coutinho (1840-1903)⁵⁹

Fernando Affonso de Mello⁶⁰

Francisco Gomes de Azambuja Meirelles (1835-1883)⁶¹

⁴⁵ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 169.

⁴⁶ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 169.

⁴⁷ *O Espírito-santense*, 3/nr. 49, ano 18, de 20.06.1888.

⁴⁸ *O Constitucional*, 3/nr. 8, ano 3, de 10.06.1888.

⁴⁹ *Correio da Victória*, 1/nr. 90, ano 21, de 17.11.1869.

⁵⁰ *Correio da Victória*, 4/nr. 15, ano 22, de 19.02.1870.

⁵¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁵² *O Espírito-santense*, 4/nr. 5, ano 6, de 11.01.1876.

⁵³ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 106.

⁵⁴ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 186.

⁵⁵ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

⁵⁶ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁵⁷ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 107.

⁵⁸ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 187.

⁵⁹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶⁰ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

Francisco Lopes Pimenta⁶²
Francisco Pinto Duarte (?-1897)⁶³
Francisco Rodrigues de Barcellos Freire (1819-1897)⁶⁴
Francisco Urbano de Vasconcellos (1828-1895)⁶⁵
Heliodoro José da Silva⁶⁶
Henrique Ernesto Midosi⁶⁷
Inácio de Almeida Trancoso (1839-?)⁶⁸
Ismael Francisco de Paula Loureiro⁶⁹
Jacintho Marques Ramallete (1848-?)⁷⁰
João Antunes Barbosa Brandão (1835-1902)⁷¹
João Cândido Borges de Athayde (1844-1916)⁷²
João Chisostomo de Carvalho (?-1872)⁷³
João Malaquias dos Santos e Azevedo⁷⁴
João Manoel de Siqueira e Sá (1824-1880)⁷⁵
Joaquim Correa de Lório (1833-1926)⁷⁶
Joaquim José Gomes da Silva Netto (1818-1903)⁷⁷

⁶¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶² *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 187.

⁶³ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶⁴ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 187.

⁶⁵ *Correio da Victória*, 4/nr. 115, ano 24, de 08.10.1872.

⁶⁶ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶⁷ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶⁸ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁶⁹ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

⁷⁰ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

⁷¹ *Almanak Laemmert* 1867 (suplemento), 144.

⁷² *O Constitucional*, 3/nr. 180, ano 4, de 24.10.1889.

⁷³ *Correio da Victória*, 4/nr. 78, ano 2, de 28.09.1850.

⁷⁴ *Correio da Victória*, 4/nr. 16, ano 11, de 23.02.1859.

⁷⁵ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 188.

⁷⁶ *O Espírito-santense*, 4/nr. 54, ano 12, de 09.07.1882.

⁷⁷ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

Joaquim Luiz Alves da Silva^{78, 79}
Joaquim Moraes da Conceição Imperial⁸⁰
Joaquim da Silva Caldas⁸¹
José Alves da Silva Cunha⁸²
José Augusto Cesar Nabuco de Araújo (1816-1894)⁸³
José Camillo Ferreira Rebello (1826-1903)⁸⁴
José da Silva Cabral⁸⁵
José de Mello Carvalho (1810-1881)⁸⁶
José Delgado Figueira de Carvalho⁸⁷
José Francisco Ribeiro (1815-?)⁸⁸
José Furtado de Mendonça⁸⁹
José Joaquim de Almeida Ribeiro⁹⁰
José Marcelino Gaiato^{91, 92}
José Marcelino Pereira de Vasconcellos (1821-1874)⁹³
José Ribeiro Coelho (1840-)⁹⁴
José Ribeiro Pinto Júnior⁹⁵

⁷⁸ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

⁷⁹ *O Cachoeirano*, 2/nr. 23, ano 11, de 10.06.1888.

⁸⁰ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 187.

⁸¹ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 166.

⁸² *O Espírito-santense*, 4/nr. 27, ano 11, de 02.04.1881.

⁸³ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

⁸⁴ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 110.

⁸⁵ *O Espírito-santense*, 2/nr. 186, ano 3, de 11.03.1873.

⁸⁶ *Correio da Victória*, 4/nr. 95, ano 1, de 12.12.1849.

⁸⁷ Concedido a 25.06.1873-*O Espírito-santense*, 3/nr. 236, ano 3, de 08.07.1873.

⁸⁸ *Correio da Victória*, 4/nr. 4, ano 21, de 23.01.1869.

⁸⁹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁹⁰ *O Espírito-santense*, 3/nr. 44, ano 7, de 12.04.1877.

⁹¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

⁹² *O Espírito-santense*, 2/nr. 21, ano 6, de 17.06.1876.

⁹³ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 110.

⁹⁴ Concedido em 09.08.1871-*Correio da Vitória*, 2/nr.66, ano 23, de 30.08.1871.

⁹⁵ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 167

- Manoel de Siqueira e Sá (1771-1851)⁹⁶
Manoel de Siqueira e Sá Júnior⁹⁷
Manoel do Couto Teixeira (1814-1873)⁹⁸
Manoel Felizardo da Fraga Loureiro (1854-1905)⁹⁹
Manoel Ferreira Paiva (1822-1905)¹⁰⁰
Manoel Francisco da Silva Tatu (?-1878)¹⁰¹
Manoel Gomes Bittencourt (1832-?)¹⁰²
Manoel Goulart de Souza (1838-1914)¹⁰³
Manoel Leite Sampaio Mello (1829-1892)¹⁰⁴
Manoel Rodrigues de Campos (?-1866)¹⁰⁵
Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860)¹⁰⁶
Miguel Calmon du Pin Lisboa (1842-1926)¹⁰⁷
Miguel Maria de Noronha Feital¹⁰⁸
Miguel Pereira do Nascimento Neves (?-1902)¹⁰⁹
Miguel Rodrigues Batalha (1796-1872)¹¹⁰
Olindo Gomes dos Santos Paiva (*Barão de Timbui*) (?-1883)¹¹¹
Pedro Cordeiro de Araújo Feio¹¹²

⁹⁶ *Correio da Vitória*, 2/nr. 24, ano 7, de 24.03.1855.

⁹⁷ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 189.

⁹⁸ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 190.

⁹⁹ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

¹⁰⁰ *O Espírito-santense*, 1/nr. 239, ano 3, de 15.07.1873.

¹⁰¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹⁰² *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 191.

¹⁰³ *O Espírito-santense*, 2/nr. 186, ano 3, de 11.03.1873.

¹⁰⁴ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹⁰⁵ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 112.

¹⁰⁶ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 168.

¹⁰⁷ *O Espírito-santense*, 4/nr. 123, ano 7, de 13.10.1877.

¹⁰⁸ *O Espírito-santense*, 2/nr. 186, ano 3, de 11.03.1873.

¹⁰⁹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹¹⁰ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 168.

¹¹¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹¹² *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

Pedro Rodrigues da Silva¹¹³
Romão de Mattos Pereira (1838-?)¹¹⁴
Simão Machado Bittencourt e Mello^{115, 116}
Tito da Silva Machado (1835-1886)¹¹⁷
Tito Lívio da Silva (?-1894)¹¹⁸
Torquato Martins de Araújo Malta¹¹⁹
Venceslau da Costa Vidigal (1810-1877)¹²⁰
Virgílio Francisco da Silva (?-1919)^{121, 122}
Wencelau Ferreira Lopes Wanzeller¹²³

Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo

Antiga ordem honorífica nacional, com origens na portuguesa Ordem Militar de Cristo, que remontava à medieval Ordem de Cristo. Foi a segunda mais concorrida ordem imperial, atrás apenas da Imperial Ordem da Rosa, no números de agraciados.

Grau: Dignitário

Francisco Ferreira Correa (1834-1876)¹²⁴

¹¹³ *Almanak Laemmert* 1856 (Suplemento), 189.

¹¹⁴ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹¹⁵ *O Espírito-santense*, 2/nr. 57, ano 18, de 18.07.1888.

¹¹⁶ *O Espírito-santense*, 3/nr. 101, ano 18, de 19.12.1888.

¹¹⁷ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 113.

¹¹⁸ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 113.

¹¹⁹ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 113.

¹²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹²¹ *O Apostolo*, 3/nr.31, ano 10, de 11.02.1875.

¹²² *O Espírito-santense*, 3/nr. 50, ano 6, de 25.04.1876.

¹²³ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 113.

¹²⁴ *Almanak Laemmert* 1877, 136.

Joaquim Marcelino da Silva Lima (*Barão de Itapemirim*) (1779-1860) (**promovido**)¹²⁵

Jose Martins da Cruz Jobim (1802-1878)¹²⁶

Grau: Comendador

Carlos de Cerqueira Pinto (1835-?)¹²⁷

Ignácio Félix de Alvarenga Sales (?-1902)¹²⁸

Joaquim Marcelino da Silva Lima (*Barão de Itapemirim*) (1779-1860)¹²⁹

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (1791-1884)¹³⁰

Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860)¹³¹

Grau: Cavaleiro

Antonio das Neves Teixeira Pinto¹³²

Bernardo Francisco da Rocha Tavares (?-1850)¹³³

Dionysio Álvaro Rosendo (1796-1881)¹³⁴

Domingos Monteiro Peixoto (1838-1895)¹³⁵

Domingos Rodrigues Souto (1788-1896)¹³⁶

Francisco Ferreira Correa (1834-1876)¹³⁷

¹²⁵ *Almanak Laemmert* 1849, 34.

¹²⁶ *Almanak Laemmert* 1852, 67.

¹²⁷ *Almanak Laemmert* 1861 (Suplemento), 106.

¹²⁸ *Almanak Laemmert* 1855 (Suplemento), 164.

¹²⁹ *Correio da Victória*, 1/nr. 72, ano 7, de 15.09.1855.

¹³⁰ *Jornal da Victória*, 4, nr. 28, ano 1, de 13.07.1864.

¹³¹ *Almanak Laemmert* 1859 (Suplemento), 191.

¹³² *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹³³ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹³⁴ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

¹³⁵ *O Espírito-santense*, 1/nr. 132, ano 5, de 04.11.1875.

¹³⁶ *Correio da Victória*, 4/nr. 44, ano 2, de 01.06.1850.

¹³⁷ *Correio da Victória*, 2/nr. 96, ano 23 de 16.12.1871.

Francisco José Alves da Silva¹³⁸
Francisco Lopes Pimenta (?-1895)¹³⁹
Francisco da Rocha Tagarro (?-1908)¹⁴⁰
Ignácio Ribeiro da Silva Castro¹⁴¹
João Chrisostomo de Carvalho (?-1872)¹⁴²
Joaquim de Santa Maria de Madalena Duarte (1805-1880)¹⁴³
José Barbosa Meirelles (1806-1877)¹⁴⁴
Luiz Duarte Pereira (1818-1879)¹⁴⁵
Luiz da Silva Alves Azambuja Susano (1791-1873)¹⁴⁶
Manoel Antonio dos Santos Ribeiro (1807-1870)¹⁴⁷

Ordem de São Bento de Avis

Antiga ordem militar brasileira, baseada na portuguesa Ordem Militar de Avis, que remontava à medieval Ordem de São Bento de Avis. Esta última parece ter-se originado da antiga Ordem de Calatrava, espanhola, apesar de que alguns historiadores atribuem sua criação a D. Afonso Henriques, ainda no século XII,

Grau: Cavaleiro

Antonio Ferreira Rufino (1802-1887)¹⁴⁸

¹³⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹³⁹ *O Cachoeirano*, 1/nr. 40, ano 4, de 02.10.1881.

¹⁴⁰ *O Espírito-santense*, 1/nr. 52, ano 18, de 30.06.1888.

¹⁴¹ *O Espírito-santense*, 1/nr. 52, ano 18, de 30.06.1888.

¹⁴² *Correio da Victória*, 1/nr. 31, ano 24, de 16.03.1872.

¹⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹⁴⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 1, nr. 8268, ano 28, de 05.12.1849.

¹⁴⁵ *O Espírito-santense*, 4/nr. 122, ano 7, de 11.10.1877.

¹⁴⁶ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

¹⁴⁷ *O Correio da Tarde*, 1/nr. 225, de 13.10.1848.

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (1791-1884)¹⁴⁹

Manoel Rodrigues de Campos (1857-1934)¹⁵⁰

Miguel Calmon Du Pin Lisboa (1842-1926)¹⁵¹

Tito Lívio da Silva (?-1894)¹⁵²

Ordem Imperial do Cruzeiro

Ordem honorífica criada em 01 de dezembro de 1822, por D. Pedro I, após a Independência do Brasil, para comemorar sua Aclamação, Sagração e Coroação. Foi extinta pela Constituição de 1891.

Grau: Dignitário

Christiano Benedicto Ottoni (1811-1896)¹⁵³

Grau: Cavaleiro

José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim(1791-1884)¹⁵⁴

¹⁴⁸ *Correio da Vitória*, 4/nr. 39, ano 9, de 20.05.1857.

¹⁴⁹ *Jornal da Victória*, 4, nr. 28, ano 1, de 13.07.1864.

¹⁵⁰ *O Cachoeirano*, 2/nr. 47, ano 13, de 23.11.1890.

¹⁵¹ *O Espírito-santense*, 4/nr. 123, ano 7, de 13.10.1877.

¹⁵² *Correio da Victória*, 4/nr. 49, ano 21, de 23.06.1869.

¹⁵³ *Almanak Laemmert* 1868 (Suplemento), 218.

¹⁵⁴ *Jornal da Victória*, 4, nr. 28, ano 1, de 13.07.1864.

DISCURSOS
E
PRONUNCIAMENTOS

A VIAGEM DO IMPERADOR PEDRO II À PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*

Getúlio Marcos Pereira Neves

Muito honrado foi que recebi o convite do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor **Arno Wehling**, e do diretor do Museu Imperial, professor **Maurício Vicente Ferreira Júnior**, para nesta 8.^a sessão itinerante da CEPHAS, dizer algumas breves palavras sobre a visita do Imperador D. Pedro II à província do Espírito Santo, no bojo da viagem que no recesso legislativo de 1859/1860 fez às províncias ao norte do Rio de Janeiro.

Os motivos e as circunstâncias dessa viagem efetuada pelo Imperador já foram mais do que estudados e debatidos — eu diria dissecados — pelos jornais e pela opinião pública contemporâneas aos fatos, por estudiosos e por curiosos, ao longo dos tempos. O mínimo que podemos dizer, para não nos determos, é que D. Pedro II teve o propósito declarado de conhecer de perto as terras do seu Império e as condições de vida de seus súditos. Aos 35 anos de idade, estava ele no auge da vitalidade, que lhe seria muito exigida nos quase quatro meses e meio em que se ausentou da Corte naquele verão de 1859/1860, mais precisamente de 01 de outubro de 1859 a 11 de fevereiro de 1860, na sua segunda viagem às províncias do Império (a primeira se deu, em 1845, às províncias do sul).

De fato, assim anunciava ele a viagem, na fala com que encerrou a sessão legislativa da Assembleia Geral, a 11 de setembro de 1859:

* Texto revisto da palestra proferida pelo associado na 8.^a sessão itinerante da CEPHAS do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Museu Imperial, em Petrópolis, no dia 06 de dezembro de 2017

Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao Norte da do Rio de Janeiro

e prosseguia, lamentando que

a estreiteza do tempo que medeia entre as sessões legislativas me obrigue a percorrer somente as províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba

Um relato dessas viagens pelo Brasil se vê no texto Viagens de D. Pedro II, de Rodolfo Garcia, publicado no tomo 98 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1925, no centenário de nascimento do Imperador. A cronologia da viagem é a seguinte: partindo do Rio de Janeiro a 01 de outubro, a 06 estava na Baía, de onde partiu a 19 de novembro, tendo chegado a 22 a Pernambuco. Ali permaneceu até 24 de dezembro, quando partiu para a Paraíba, onde aportou no mesmo dia. No dia 30 zarpuou em direção a Alagoas, chegando a Maceió a 31. A 11 de janeiro chegava a Aracaju, onde ficou até 21, tendo chegado a 22 a Valença, na Baía. Aportou em Vitória a 26 de janeiro, e estava de volta à Corte a 11 de fevereiro.

Foram, portanto, 15 dias em terras capixabas.

Dos preparativos para a viagem — despesas, a composição da esquadra e os comandos de cada embarcação, o pessoal de serviço e acompanhantes dos imperadores e outros detalhes — sabemos pelos Livros da Mordomia. Dos detalhes sobre os locais visitados, resultados das inspeções nos órgãos e repartições públicas e impressões pessoais de D. Pedro II sabemos por meio de suas anotações, nos Diários e cadernetas onde anotava obsessivamente o que considerava mais relevante. Das recepções por onde chegava, das

reações das pessoas, sabemos por meio do relato dos jornais locais e dos correspondentes dos jornais da Corte que acompanharam a viagem, dada a notória discrição do Imperador.

Constituindo, então, essas anotações de próprio punho, registros privilegiados da viagem, convém lembrarmos que se trata de anotações rápidas feitas por D. Pedro II, o mais das vezes sem o conforto de uma mesa para apoio. *Organizando o Diário da Viagem ao Norte do Brasil*, da Livraria Progresso Editora, de Salvador, publicado em 1959, Lourenço Luiz Lacombe assim aprecia os escritos: “A caligrafia de D. Pedro II não prima pela nitidez de traço. A frase mesmo, nem sempre é perfeita; a expressão é, muitas vezes, repetida; a palavra truncada”. Mas, fazendo justiça, esclarece a seguir: “São, aliás, como já disse, simples notas apressadas de um chefe de estado, tomadas ao correr da viagem”.

Essas notas de D. Pedro II foram passadas a limpo com relação às províncias de Pernambuco e Bahia. Nesse trabalho, as referências do autor sobre certas pessoas e instituições foram “melhoradas”, provavelmente porque o Imperador previsse uma possível publicidade indesejada sobre os escritos. Já as notas referentes ao retorno à Bahia e à ida ao Espírito Santo encontram-se no original, constituem “apontamentos telegráficos”, como os tachou o mesmo Lourenço Lacombe; isto é, não foram passados a limpo. Assim, como as demais, também as notas referentes a essa etapa da viagem se devem à transcrição paciente que delas fez Maria Conceição Moniz de Aragão, tendo sido posteriormente publicadas pelo Museu Imperial, juntamente com os demais volumes.

No nosso caso, no caso da estadia no Espírito Santo, sobre elas se debruçou pacientemente o pesquisador Levy Cúrcio da Rocha, associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras. Levy Rocha é autor do mais completo relato da viagem imperial às terras capi-

xabas, o volume *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo*, publicado originalmente em 1960, como separata da *Revista* do IHGB n.º 246, e de que foi impressa uma terceira edição, em 2008, pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Num breve parêntese, registro que o pesquisador Levy Rocha nasceu em 1916 no município de Muqui, próximo a Cachoeiro do Itapemirim, região sul do Espírito Santo. Farmacêutico, viveu no Rio de Janeiro e em Brasília. Tem outros livros publicados sobre temas espírito-santenses, entre eles o *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo* (1971).

Voltando ao tema central da exposição. Vindos de Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, o que veriam Suas Majestades Imperiais e comitiva, na província do Espírito Santo?

Vitória em 1860 compunha-se de “trinta e uma ruas, sete ladeiras, oito becos, quatro praças e outros tantos largos, formados pelos trezentos e setenta sobrados e setecentas e tantas casas térreas”, descrição de Rocha. Ainda nas palavras do pesquisador:

Havia uma indústria da pesca desenvolvida, com duas dezenas de lanchas que iam pescar em altomar, nos Abrolhos e em Cabo Frio, demorando-se dias para regressar ao porto trazendo os peixes salgados. A carne verde, porém, escasseava, pois as reses sacrificadas nunca satisfaziam o consumo. Havia uma padaria explorada por um cidadão francês, o Sr. Penaud, mas o pão do pobre, o lastro da sua alimentação, era a farinha de mandioca ou o fubá de milho.

A população do entorno da Capital era de aproximadamente 15.000, mas a da cidade de Vitória, especificamente, andava à volta dos cinco mil habitantes.

O Imperador não esteve só na Capital, tendo visitado também Vila Velha, do outro lado da baía de Vitória, e o Convento da Penha,

e também as colônias imperiais de Santa Leopoldina e Santa Isabel. A 1.º de fevereiro partiu rumo ao norte, à região do Rio Doce, visitando no caminho as povoações de Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares (o antigo forte de Coutins, rebatizado em homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares), onde foi à Lagoa Juparanã, retornando logo depois a Vitória. Rumo ao sul, à localidade de Itapemirim, visitou Guarapari, onde se avistaria com o primo, o Arquiduque Maximiliano da Áustria, prosseguindo ambos para a então Benevente (hoje Anchieta, onde se situa o Santuário Nacional de São José de Anchieta); na Vila do Itapemirim inspecionou ainda a colônia de Rio Novo. De todas as povoações relevantes à época da viagem, só não visitou São Mateus, ao norte. Especula-se se pela premência de tempo ou se por receio da epidemia de varíola que se abatera sobre a cidade no ano anterior, causando muitas mortes.

Na apreciação ao texto de Levy Rocha, o historiador Fernando Achiamé refere alguns aspectos que se podem ter em conta do estudo das notas de viagem do Imperador:

A partir desta visão de Levy Rocha, podemos ter diferentes leituras do Diário de Pedro II, e nos encontrarmos com diversas “personagens” do imperador. Em alguns trechos, é o contido Pedro que expressa seus sentimentos — por exemplo, ao se referir à paisagem do litoral no caminho para o rio Doce: “A praia antes do riacho Sauí que só em maré baixa dá vau, parece-se com a de Itapuca, por causa das pedras, e muitas saudades me fez”. O homem Pedro está presente também em outras passagens, como naquela em que registra o nome anihknhik — dado pelos botocudos a um macaquinho de cara branca e apresentado em Linhares aos componentes da comitiva —, nome com o qual eles de imediato apelidaram o visconde de Sapucaí. De maneira

telegráfica, “assim chamaram logo ao Sapucaí”, Pedro registrou o clima de gozações e brincadeiras de simples brasileiros adultos que compartilhavam os prazeres e distrações de uma excursão por recantos pitorescos. Em reiteradas ocasiões, no entanto, o Diário nos revela o “professor” Pedro de Alcântara, mestre-escola frustrado, e que sempre se preocupa com o nível e qualidade do ensino ministrado nas escolas do império [...]

E prossegue:

Em muitas outras passagens, pode-se testemunhar com nitidez a atuação do “Doutor” Pedro de Alcântara Bragança, de que nos dá mostra a atitude de trocar um passeio ao longo da baía de Vitória [que o presidente da província lhe havia preparado] pelo registro do vocabulário praticado por remanescentes de índios puri, trazidos até a capital capixaba, mas que viviam confinados no Aldeamento Imperial Afonsino, em terras hoje situadas, grosso modo, no município de Conceição do Castelo [distante aproximadamente 140km da Capital].

Essa apreciação das notas de D. Pedro II põe em relevo alguns aspectos de sua personalidade já conhecidos, mas que ficam aqui devidamente reforçados. Como notou Achiamé, é bem provável que o Imperador tivesse consciência de estar registrando uma realidade social fadada a uma (já a altura) rápida transformação.

Feitas essas breves considerações sobre o conteúdo dos registros do Imperador na viagem ao Espírito Santo, devemos nos perguntar qual a consequência (ou quais as consequências) da viagem, para a província do Espírito Santo e para os espírito-santenses.

É fato que a viagem deu um inédito impulso ao desenvolvimento da província. Não nos detendo, aqui, sobre números e estatísticas, a afirmação fica evidente pelo fato de que, para contornar

a situação de indigência dos cofres públicos, houve necessidade de uma convergência de esforços e de fazendas particulares para “arrumar a casa”, literalmente falando, para receber condignamente suas Majestades e comitiva no palácio do governo, o hoje Palácio Anchieta. O que se fez pelas grandes lideranças políticas da região de Itapemirim, inobstante a situação política contemporânea - nas palavras do imperador: “as intrigas andam tão acesas aqui...”

É que, no ofício recebido pelo presidente da província, dr. Pedro Leão Veloso, do Ministério dos Negócios do Império, dando conta da visita, constava recomendação expressa para que eventuais gastos que se fizessem em homenagem a Suas Majestades fossem antes empregados para o bem das localidades:

É muito provável que visite as Colônias e as povoações mais notáveis dessa Província e porque os seus habitantes podem querer fazer gastos extraordinários para solenizarem tão honrosa visita, é meu dever prevenir a V. Exa. de que conquanto S. M. o Imperador aprecie devidamente todas estas demonstrações, seria muito do Imperial Agrado, que os donativos com que desejarem concorrer para tal fim possam ser aplicados a benefício das localidades, que o mesmo Augusto Senhor visitar.

O que gerou, da parte do Presidente da Província, o seguinte ofício endereçado às Câmaras Municipais:

Será de muito agrado de S.S. M.M. I.I. ver que essa Câmara, zelosa dos interesses de seu município, lhe promove benefícios, cuidando principalmente de conservação e melhoramento de suas estradas; cumpre portanto que Vmcês. convocando seus habitantes façam-lhes efetivo o dever que têm de trazerem limpas e melhoradas as que atravessam pelos respectivos terrenos.

Ao Imperador parecia interessar de maneira especial o exame das condições das colônias, tendo visitado as três então existentes. Talvez para se certificar pessoalmente sobre o seu estado, havendo notícias de que essas condições não eram boas. Como referido, visitou Santa Isabel e Santa Leopoldina, colônias oficiais, na região serrana central, e Rio Novo, colônia particular, na região sul. Coincidentemente ou não, logo após a viagem de D. Pedro II chegou ao Espírito Santo o fotógrafo francês Victor Frond, que fez fotos da Capital e do interior da província, notadamente das colônias, lugares onde o Imperador tinha estado. O jornalista e pesquisador Cilmar Francischetto, diretor do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e responsável por identificar essas fotos no acervo do Arquivo Nacional, diz a respeito:

É plausível que, após visitar as colônias, o imperador e seus ministros, ao perceberem o progresso ali verificado, a grande quantidade de terrenos disponíveis para a colonização e o avanço que a imigração poderia trazer à Província, tenham resolvido investir em sua divulgação, contratando os serviços fotográficos de Frond. Na época, as colônias do Espírito Santo gozavam de má reputação, devido à total falta de infra-estrutura, e encontravam resistências junto aos colonos que tinham um conceito muito negativo sobre a situação das mesmas [...].

Esse conceito negativo, aliás, seria endossado pelo Barão von Tschudi, que em outubro do mesmo ano de 1860 visitaria as três colônias capixabas, como enviado extraordinário da Confederação Helvética, tendo entrevistado as famílias de suíços nelas estabelecidas.

De referir, ainda, a ida do Imperador à região do Rio Doce, que à época marcava o limite norte do povoamento do território do Espírito Santo, daí abstraída a Vila de São Mateus, a que já nos referimos.

A região do Rio Doce tinha forte apelo, no mínimo entre naturalistas, porque na época vagavam pela região os nativos chamados de botocudos. Além disso, às margens do Rio Doce, na região onde hoje se localiza a cidade de Colatina, deu-se em 1857 a primeira experiência particular de colonização no Espírito Santo, a colônia de Fansilvânia, tocada pelo dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite. Os 48 colonos que inicialmente lá se assentaram dependiam de provimentos, que vinham pelo rio, e em face do isolamento estavam expostos a ataques indígenas, o que de fato aconteceu. Também daqui cremos ficar patente o interesse do Imperador nos assuntos referentes à colonização naquela região do Império.

Pela região estivera, no ano anterior, o presidente da província, Pedro Leão Veloso, que, alertado pelo ofício de 5 de setembro, no mesmo mês de 1859 percorreu os locais por onde haveria de passar D. Pedro II naquele início de 1860. Visitou a Lagoa Juparanã e esteve na colônia Fransilvânia. Um relato da visita de Veloso foi publicado no jornal *Correio da Victória*, tratando-se de precioso testemunho sobre as condições contemporâneas e servindo de co- tejo às observações registradas pelo Imperador nas suas notas de viagem.

Como aconteceu em outros lugares, em mais de um ponto de suas notas D. Pedro transparece ter-se documentado devidamente para a viagem ao Espírito Santo. Refiro apenas um exemplo: em dada altura, indo para o norte, rumo ao Rio Doce, registra em suas notas lembrança de leitura realizada na *Revista* do IHGB:

A respeito do Riacho até Comboios, e deste rio vide memórias do D'Alincourt, Revista trimestral do Instituto tomo 7º 1845, que também são muito curiosas a respeito do rio Doce e de um junto à vila da Serra”.

Muito bem. Prosseguindo rumo ao norte, chegando a Linhares, subiu em canoa um trecho do Rio Doce, até a Lagoa Juparanã, onde almoçou numa ilha que ainda hoje recebe a óbvia denominação de Ilha do Imperador. Tendo visitado a região no verão, o rio estava cheio, o seu curso caudaloso, como registrou. Seu interesse pela fauna e a flora ficam patentes das notas que fez nesse ponto da viagem. Atirou em aves, “julgando” ter acertado algumas, e recolheu espécime de uma flor roxa que muito o impressionou, levando-a consigo.

Ali pôde mais uma vez dar vazão à sua curiosidade de naturalista, tirando notas das observações ligeiras que fazia sobre um grupo de indígenas que lhe fora levado à presença:

O chefe dos índios chamava-se [Kneknám] de 30 anos talvez; não quer dizer nada esse nome como muitos dos deles. Tem ar muito sério. Os índios que se apresentaram são mutuns menos 2 do Sul, um deles rapazinho excelente atirador. Falam muito riem e querem sempre comer. Os do Sul são em geral mais bonitos, havendo 2 índias de olhos azuis muito belas e claras e de cabelo ruivo, uma delas mulher do capitão Francisco. Não quiseram vir com medo por causa do tiro dado num em Cuieté! Os índios mostraram sentir muito calor mesmo dentro de casa, se não era preguiça porque ele está muito suportável. Um velho deitou-se debaixo do canapé onde eu estou assentado. Dançam em círculo passando os braços por cima dos pescoços dos vizinhos com diversas cantigas em toadas mais ou menos monótonas que um começa; não têm instrumentos de música. Festejam assim diversos sucessos, sobretudo caçadas, cujas peripécias referem nas cantigas; os Puris também dançam em círculo. Os meninos dançam à parte. — Os índios associam muito — Uma mulher dançava com o filho nas costas o qual suspendem pelas nádegas por uma embira que prende na cabeça. Algumas das

toadas não me desagradaram e soltam às vezes seu grito ou assobio. As mulheres quando nuas dão um jeito às coxas que cobrem inteiramente as partes genitais, segundo me disse o Rafael Pereira de Carvalho. A rapariga tinha os mamilos demasiadamente grossos. Havia um velho chamado Nahém muito rabugento. Hén é o bicho do caramujo. Os homens têm apenas buço mais ou menos longo. Ficaram muito contentes com os chapéus, e fumo, sobretudo, com o qual bebendo água passam três dias sem comer, que se lhes distribuíram de minha parte e em minha presença.

Sobre a importância dos registros, mesmo em se tratando de ligeiras impressões, despiciendas maiores considerações, até mesmo porque a população autóctone não era de fácil contato, mesmo para os habitantes da província.

Diga-se, aliás, que esse interesse geral pelos nativos que habitavam as margens do Rio Doce não arrefeceu até o seu desaparecimento, já no século XX. Como exemplo refira-se, brevemente, como impõe o tempo, a viagem à mesma região do Baixo Rio Doce realizada pela princesa Tereza da Baviera, em agosto/setembro de 1888, cuja curiosidade foi atizada por informações a respeito que teve na Corte.

Encerro, premido pelo tempo, dizendo que, como podemos imaginar, a visita Imperial ao Espírito Santo trouxe como que um novo alento à província, cuja população, compreensivelmente, encheu-se de júbilo. Abstraídas as consequências imediatas, dentre as quais uma reorganização dos negócios públicos e a paulatina melhora das condições das colônias, com o café justamente por aquela época suplantando o açúcar como carro-chefe da economia capixaba, enxerga-se na viagem um significado simbólico, muito bem sintetizado por Fernando Achiamé, a cujas palavras mais uma vez recorro:

Nessa última região [Itapemirim] a passagem do imperador guarda até um gesto emblemático — ele não se detém em qualquer fazenda dos antigos produtores de açúcar, devido a brigas locais, mas principalmente para reafirmar que o futuro estava no café e na mão-de-obra imigrante. Esse talvez seja o sentido maior dessa visita imperial e que passa despercebido para muitos pesquisadores da história espírito-santense.

A ser assim, hoje podemos dizer que, de uma certa maneira, foi D. Pedro II o portador dos novos ares que então traziam novos tempos à província do Espírito Santo. O que é papel de um verdadeiro chefe de Estado.

HOMENAGEM AO PATRONO E OCUPANTES DA CADEIRA N° 24, DO CBG*

Paulo Stuck Moraes

Foi com muita honra que recebi a notícia na minha eleição para ocupar a Cadeira n° 24 do Colégio Brasileiro de Genealogia. É uma honra, tanto para mim, quanto para o estado do Espírito Santo, pois agora a Genealogia Capixaba volta a ser representada na principal organização que se dedica a este tipo de estudo. Integrar a entidade mor da Genealogia brasileira, agora como titular de uma de suas cadeiras acadêmicas, só vem confirmar que ter escolhido a Genealogia não representava apenas um hobby, como acham alguns, mas sim um trabalho de vulto e de grande auxílio à História e a preservação e descobertas de dados e fatos familiares que ficariam obscuros ou escondidos, se nós, genealogistas, não os recuperássemos das brumas do passado. Estar ombreado a nomes do passado como Rui Vieira da Cunha, aliás o primeiro capixaba deste Colégio, Carlos Grandmasson Rheingatz, Lais Ottoni Barbosa Ferreira, Frieda e Egon Wolff, Gilson Caldwell do Couto Nazareth e do presente como Francisco Antonio de Moraes Accioli Dória, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Marcelo Meira do Amaral Bogaciovas, Carlos Eduardo de Almeida Barata, Nelson Vieira Pamplona, Regina Lúcia Cascão Viana, Dalmiro da Motta Buys de Barros é uma tarefa hercúlea, dada a gama de trabalhos executados por eles.

Incipientemente, comecei pesquisas genealógicas ainda na minha juventude, em meados dos anos 70 do século passado. A vida profissional, bancário que fui, levou-me a deixar de lado as pesquisas, só

* Discurso proferido na tarde de 23 de março de 2018, quando da posse na Cadeira n° 24 do Colégio Brasileiro de Genealogia, no Auditório Pedro Calmon, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

retomadas há cerca de 20 anos, ao descobrir, ao lado de onde morava, um Centro de História da Família, dos Mórmons. Reiniciei então, as pesquisas familiares e, ao mesmo tempo, iniciei pesquisas sobre famílias capixabas, a principio com auxílio dos famosos microfilmes, e depois ampliando as fontes de pesquisa. Hoje, detenho um arquivo com mais de 130.000 nomes, não só capixabas, mas, junto com outros pesquisadores capixabas, estamos desvendando vários “nós” familiares e começamos, no ano passado, a divulgação dessas pesquisas, editando a Revista Capixaba de Genealogia, de edição restrita, posto os custos de produção. Os dois números já editados encontram-se na biblioteca deste Colégio, para consultas dos interessados.

Passo agora à lembrança e homenagem ao Patrono da Cadeira nº 24 e aos meus dois antecessores.

Mário Teixeira de Carvalho

O patrono da Cadeira nº 24, desde prestigioso Colégio é MÁRIO TEIXEIRA DE CARVALHO, gaúcho de Porto Alegre, onde nasceu a 04 de fevereiro de 1906. Estudou na melhor escola de Porto Alegre, o Colégio Anchieta, e, ainda universitário, dividia-se entre suas duas vocações, o jornalismo e a medicina. Como jornalista, iniciou em O Jornal, aqui do Rio de Janeiro, chegando a redator no Correio do Povo, em sua cidade natal.

Formado em 1932 pela Escola de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, na área de Fisiatria, exerceu sua profissão em Porto Alegre, e foi Chefe do serviço de Assistência aos Alienados do Hospital Municipal São Pedro e foi um dos fundadores do antigo Hospital das Clínicas, hoje Hospital Materno-infantil Presidente Vargas.

O diagnóstico de tuberculose, adquirida do contato com seus pacientes, e, na época, sem possibilidades de tratamento, interrom-

peu seu último empreendimento, uma Clínica de Medicina Fisioterápica, especialidade em que foi pioneiro no Rio Grande do Sul.

Mário Teixeira de Carvalho foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Academia Riograndense de Letras, dos Institutos de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Colégio Heráldico de Roma e do Colégio Heráldico de Varsóvia.

Escreveu: *O nascimento de Gaspar Silveira Martins* — tese (1936), *Memória da criação do serviço de Correio na província de São Pedro* — ensaio (1936), *História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul* (1938), *Estandarte da antiga Câmara Municipal de Rio Pardo* — monografia (1939), *A família Pinto Bandeira* — monografia (1940), *Catálogo de Inventários de Alegrete* — artigo (1941), o *Regimento dos Dragões - Notas documentais* — artigo. No entanto, sua maior obra veio a lume ainda em 1937, o grandioso *Nobiliário Sul-riograndense*, talvez a maior obra da genealogia gaúcha. Baseada em documentos existentes no Arquivo Público gaúcho, descreve a genealogia, a heráldica e a biografia dos titulares do Rio Grande do Sul. É uma obra preciosa que contém desenhos e retratos a bico de pena, índices de titulares e fidalgos, além de índice de apelidos de família.

Mário Teixeira de Carvalho casou-se em 12 de setembro de 1933, com Aricy Rizzo Simon, com quem teve 3 filhos: Miguel, Maria Ermínia e Heloísa Helena.

Faleceu em Porto Alegre, em 20 de setembro de 1945, com apenas 39 anos de idade.

Américo Arantes Pereira

O primeiro ocupante dessa cadeira foi o paulista **Américo Arantes Pereira**. Natural de Pederneiras, nasceu a 24 de fevereiro

de 1921, filho de Josino Florêncio Pereira e Ducília Adelina Arantes. Iniciou seus estudos em 1930, em Jaú, e, mais tarde, em Campinas, onde concluiu o ginásio, e fez o preparatório para a faculdade, a princípio pensando em cursar Direito, mas acabando por optar por Odontologia, tendo se formado em 1945. Fez vários cursos de aperfeiçoamento em São Paulo, abrindo, a seguir, consultório em Pederneiras. Em 1955 muda-se para Ribeirão Preto, exercendo a profissão até aposentar-se, em 1975.

Participou do Movimento Familiar Cristão e da Associação Odontológica de Ribeirão Preto, exercendo diversos cargos nessas duas entidades. Proprietário da Fazenda Bom Retiro, em Cravinhos, também se dividia com a atividade agropecuária.

Casou-se em 19 de março de 1949 com a professora Leny de Oliveira Meirelles.

Além das atividades profissionais exercidas, os estudos genealógicos ocupavam mais uma parte do seu dia a dia. Esses estudos o levaram ao Instituto Genealógico Brasileiro e ao Instituto Histórico e Geográfico de Campanha (MG). Neste Colégio foi admitido em 1988, ascendo à Cadeira nº 24 naquele mesmo ano.

No campo da genealogia, escreveu: *A família Pereira – Descendentes de Domingos Antonio Pereira* (1986) e *A Família Arantes* (1993), este último em parceria com Arnaldo Arantes e publicada apenas após sua morte.

Faleceu em Ribeirão Preto (SP) em 16 de novembro de 1991.

Verificando dados constantes na página Geneal, sobre meu antecessor, pude constatar sermos aparentados, 11º primo, como assevera o programa genealógico que utilizo. Eu, 11º neto e ele 9º neto de José Correia de Lemos, que seria, por coincidência, capixaba, segundo Silva Leme...

Betty Antunes de Oliveira

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1919. Era filha de Ricardo Pitrowsky e Eugenia Thomas Pitrowsky. Casou-se na cidade do Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1938 com o Pr. Albérico Antunes de Oliveira. Era formada em jornalismo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Piano e Órgão, com Composição e Regência pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era bacharel em Ciências e Artes da Educação, formada pelo Colégio Batista, do Rio de Janeiro.

Foi membro da Academia Evangélica de Letras do Brasil, da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia e sócia correspondente do Instituto Histórico, Genealogia e Genealógico de Sorocaba. A este Colégio associou-se em dezembro de 1988, ascendendo à Cadeira nº 24 após o falecimento de Américo Arantes Pereira.

Profissionalmente, foi professora do Colégio Estadual do Amazonas e da Escola Técnica do Amazonas, além de Coordenadora para Assuntos Culturais, da Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas. Já no Rio de Janeiro, trabalhou no Setor de Música da Biblioteca Nacional. Aposentou-se pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1979.

Sua obra apresenta vários estudos que se referem à imigração americana para o Brasil, como *North american immigrations to Brazil. Tombstone Records of the Campo Cemetery, Santa Bárbara* (SP) (1978), *Movimento de passageiros norte-americanos no porto do Rio de Janeiro (1860-1890)* (1981), *Biografia de Antonio Teixeira de Albuquerque, o primeiro pastor Batista no Brasil (1880)* (1982), *Centelha em restolho seco, uma contribuição para a História dos primórdios do trabalho Batista no Brasil* (1985 e 2005), *Do arado ao cajado* (biografia de seu pai) (ainda inédito) além de

outros estudos sobre imigração norte-americana em Santa Bárbara do Oeste (SP) e pomerana no Rio Grande do Sul.

Sempre será lembrada como uma grande historiadora da cultura Norte-Americana. Seus livros sobre a imigração contribuem para a preservação de nossa história.

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de outubro de 2016.

Assim, em rápidas pinceladas, relembramos o patrono da Cadeira nº 24, bem como os dois ocupantes que me antecederam nela. Tudo farei para estar à altura dos meus antecessores e justificar condignamente a honraria que me foi concedida, a qual assumo agora.

Muito obrigado.

ELOGIO AOS ASSOCIADOS FALECIDOS*

Manoel Goes Neto

Boa noite a todos.

Dando prosseguimento à nossa Sessão Solene, passamos a homenagear os nossos associados falecidos.

Antes uma citação: “Aos poucos as pessoas se vão, e as vezes a gente nem percebe, e quando vamos ver elas já se foram, sem termos a oportunidade de dar-lhes um adeus” — cineasta e filósofo Lary Kramer.

Passemos às homenagens:

Marcello Eduardo Pires da Cunha Victorino de Moraes

Arquiteto, associado correspondente de número 519, desde 1991. Nascido em Lisboa, Portugal em 30 de novembro de 1928, e falecido também em Lisboa em 01 de julho de 2017, aos 89 anos. Formou-se em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Foi na sua vida profissional, dentre outras atividades professor de ensino superior, ilustrador e diretor gráfico de diversas publicações. Foi figurinista e coreógrafo de televisão e de teatro. Diretor da RTP Rádio e Televisão de Portugal. Membro de várias associações científicas e culturais, das quais destacamos o Instituto Português de Heráldica e a Associação da Nobreza Histórica de Portugal. Era Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (Casa Real Portuguesa) da qual foi Vice-chanceler. Também foi Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro e da Ordem de

* Discurso proferido na Sessão Solene realizada dia 13 de junho de 2018 no auditório Renato Pacheco, sede do IHGES.

San Maurice e San Lazarus da Casa de Saboia. Também membro correspondente da Academia Espírito-santense de Letras.

Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo

Associado efetivo de número 313, desde 1965. Advogado, professor universitário e cronista. Nascido em Castelo, ES, em 21 de fevereiro de 1929 e falecido em Vitória, ES, em 06 de agosto de 2017 aos 88 anos. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Espírito Santo (UFES) e se especializou em economia. Foi professor da UFES no período de 1961 a 1989. Como associado do nosso IHGES teve importante e destacada atuação como membro da equipe que reorganizou o nosso Instituto. Atuante associado por mais de meio século aqui na Casa de Domingos José Martins, sendo agraciado com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Membro da Academia Espírito-santense de Letras, recebeu o Título de Cidadão Vitorienense. Um literato de grande expressão da nossa cultura capixaba.

Rosa Helena Schorling de Albuquerque (Rosita)

Professora e a primeira mulher paraquedista do Brasil. Esportista, dirigia como poucos motocicletas e automóveis, inclusive caminhões. Em 1939, aos 19 anos recebe o brevê de piloto aviadora do Aeroclube do Brasil, se tornando a primeira aviadora do Espírito Santo. Realmente uma mulher muito à frente do seu tempo. Presidente de Honra do IHGES, associada efetiva número 407, desde 1982. Nascida em Domingos Martins em 15 de julho de 1919, filha de um alemão e uma austríaca; faleceu em Vila Velha, ES, em 11 de dezembro de 2017 aos 98 anos. Formou-se professora no Colégio Nossa Senhora

Auxiliadora – Colégio do Carmo, em 1936. Agraciada com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Também recebeu o título de Cidadã Vitoriense. Todas as homenagens à Rosita Schorling, especial associada, realizadora de feitos realmente extraordinários.

José Tristão Calmon Fernandes

Jornalista, professor de história nos colégios de Muqui e Estadual de Vitória. Foi também diretor do Colégio Ceciliano Abel de Almeida do centro de Vitória, Es. Foi vice-presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa, sendo membro por quase meio século. Nascido em Linhares, ES, em 31 de março de 1925, filho de Humberto Calmon Fernandes, ex-prefeito da cidade de Linhares, ES. Na área administrativa federal foi diretor regional dos Correios e Telégrafos do Espírito Santo e Delegado das Telecomunicações Telegráficas em Brasília, no governo do então Presidente João Goulart, nos anos 1962 e 1963; formado em História Geral do Brasil, bacharel em Contabilidade. Faleceu em Vitória, ES, em 12 de março de 2018 aos 93 anos. Associado efetivo número 578, desde 1993. Foi vice-presidente do IHGES e fundador da União Democrática Nacional-UDN, do Partido Democrata Republicano e do Partido Social Cristão-PSC. Agraciado com o título de Cidadão Vitoriense, José Tristão pertenceu a Loja Maçônica União e Progresso.

Agesandro da Costa Pereira

Magistrado e professor, marcou a história da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção Espírito Santo, sendo presidente por novo gestões. Por seus méritos e coragem cívica recebeu a me-

dalha Ruy Barbosa, a mais alta condecoração do Conselho Federal da Ordem do Advogados do Brasil. Foi um defensor dos direitos humanos e liderou a sociedade civil capixaba em um dos momentos mais duros da sua história, na luta contra o crime organizado. Como professor fazia questão de inserir no conteúdo de suas disciplinas as questões relacionadas à cidadania e aos direitos humanos. Prestou concurso para a magistratura sendo aprovado. Poucos meses depois de assumir o cargo de juiz, exonerou-se. Dizia sempre: “Minha função é advogar”, explicando sempre aos que lhe perguntavam o motivo de se exonerar da função de juiz. Não abria mão de buscar a justiça sempre! Nascido em Araçuaí, Minas Gerais, em 02 de novembro de 1929 e falecido em Vitória, ES, em 28 de maio de 2018 aos 88 anos. Associado efetivo número 976 desde 2007. Foi agraciado com a Comenda do Mérito Cultural Renato Pacheco. Recebeu também a Comenda Jerônimo Monteiro, tendo o Título de Cidadão Vitoriense. A advocacia capixaba e a advocacia brasileira perderam um grande advogado.

Joaquim Antonio Pereira Baraona

O Comendador Joaquim Baraona era orgulhosamente um alentejano dos quatro constados. Foi erudito, acadêmico, escritor, diplomata, político, empresário, benfeitor e tantas outras coisas, expressando sempre a profundidade da sua excelência. Foi condecorado pela Presidência da República de Portugal como reconhecimento público por toda a sua obra, e depois da revolução, foi perseguido de forma injusta pelos mesmos motivos. Uma reconhecida alma generosa. Nascido em Ourique, Portugal, em 23 de setembro de 1930, falecido em Cascais, Portugal em 30 de maio de 2018 aos 88 anos. Membro da Academia de Letras de Cascais, Portugal. As-

sociado correspondente do IHGES número 518, desde 1991. Foi agraciado com o Título de Cidadão Vitoriense. O Comendador Joaquim Baraona trabalhou até os seus últimos dias, sempre a favor da sua gente, abraçando sempre o seu Portugal, virando mais uma página da rica história lusitana.

E finalizando: “Que descansem em paz, porque todos vocês merecem!”

ENTRE LINHAS E TRILHOS, ENTRE VIAGENS E LIVROS:
A CHEGADA AO ESPÍRITO SANTO*

Rita de Cássia Maia e Silva Costa

Il.mo Sr. Presidente desta egrégia instituição — Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) —, Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves;

Il.mo Sr. Presidente de Honra, historiador Gabriel Bittencourt;

Il.mo Sr. Vice-Presidente, Paulo Stuck Moraes, genealogista incansável em seu trabalho dedicado ao IHGES, em nome de quem cumprimento toda a diretoria e todos os Membros Associados do IHGES;

Il. mo Sr. Membro da Diretoria do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, João Mendonça de Amorim Filho;

Il.mo Sr. Presidente da Academia Espírito-santense de Letras (AEL), Prof. Dr. Francisco Aurélio Ribeiro, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes a esta solenidade;

Ilustres historiadores, pesquisadores, escritores;

Caros amigos;

Senhoras e Senhores;

Com a gratidão de quem sabe reconhecer nesta inclusão como membro associado no respeitado IHGES uma honraria jamais pensada, devo confessar meu inicial estado de surpresa e dúvida. Como professora que formou seu pensamento ligando-se aos temas fundamentais das ciências da linguagem, alinhavando descobertas e encantamentos nos campos vastos e férteis da linguística e da lite-

* Discurso de posse da associada Rita de Cássia Maia e Silva Costa na sessão solene de 13 de junho de 2018.

ratura, percebo que devo esquecer qualquer pretensão de saber, que devo romper com antigos hábitos de pesquisa para aventurar-me nesta incursão por novos campos da indagação humana, própria de quem quer conhecer melhor o lugar em que vive, de quem quer desvendar histórias e mistérios em torno de sua origem, de sua formação, de seu destino. Com muitas perguntas e uma página em branco, com modéstia assumo minha vontade de contribuir para o fortalecimento desta centenária instituição e para o reconhecimento daquilo que nos dignifica e nos distingue como povo, como cultura, como estado federativo, ao estudar sua história revista e reescrita pelo espírito investigativo de seus pesquisadores e pela imaginação poética de seus grandes escritores.

Antes, porém, de ousar o devaneio de fazer das entrelinhas traço e forma para trazer de volta as luzes fugidias das lembranças de onde vim e de como aqui cheguei para viver em terras capixabas, em nome dos novos associados Allysson Carlos Pereira Pinto e Délio José Rocha Sobrinho e em meu próprio nome, quero saudar os honoráveis e ilustres sócios desta Casa, a começar pelo presidente, ilustre jurista e intelectual, pesquisador de primeira linha, Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, a quem devoto enorme admiração e amizade pela incontestável contribuição prestada, com suas valiosas pesquisas e sua incansável atuação nesta entidade, à história e à cultura no Espírito Santo. (Perdoem-me a ausência de economia nos adjetivos; o reconhecimento ao mérito o justifica). Saúdo igualmente o presidente de honra, Professor Gabriel Bittencourt, historiador, a quem se deve reconhecimento por seus inúmeros trabalhos e pesquisas trazendo luz e importância à história do Espírito Santo.

É mister, neste discurso laudatório e numa noite solene, destacar o nome do fundador do IHGES, que, em 12 de junho de 1916, com sua iniciativa e seu gesto, funda, em meio a dificuldades e vicissitudes políticas, aquela que viria a ser das mais ilibadas e decisivas

instituições de pesquisa e de produção cultural do Espírito Santo. Juiz de direito, Carlos Xavier Paes Barreto deixa seu importante legado, como se lê nos trabalhos dos pesquisadores anteriormente mencionados, Dr. Getúlio Pereira Neves e Gabriel Bittencourt. Não por acaso o fundador do IHGES empresta seu nome a um dos colégios mais renomados por seu padrão de ensino na tradição da educação pública do Espírito Santo, Colégio Estadual Carlos Xavier Paes Barreto, situado na Praia do Suá.

Muitos são os nomes de quantos têm contribuído para a produção historiográfica e para a pesquisa sobre a riqueza geopolítica e topográfica das terras capitaneadas por Vasco Fernandes Coutinho. A lista pareceria infundável. Parece-me justo, no entanto, sem demérito para todos quantos com seu trabalho engrandecem o nome da instituição, por razões de dever e reconhecimento, distinguir alguns nomes de estudiosos cujas pesquisas, por seu caráter inovador tanto quanto pelas descobertas que reverberaram em novas e fundamentais pesquisas, fincaram profundas raízes no terreno fértil da historiografia e da literatura do Espírito Santo. Inolvidáveis são seus nomes: Guilherme Santos Neves, Dr. Renato Pacheco, Miguel Depes Tallon, Ivan Borgo. Quanto aos dois últimos nomes, em que pese a admiração intelectual, acrescento a alegria de ter privado de sua amizade. De Dr. Renato, além de alguma leitura e de sua notória generosidade intelectual, resta a lembrança de um casual e feliz encontro numa conhecida livraria de Vitória em que, sem nos conhecermos, por imediata afinidade de amor aos livros, compartilhamos nosso fascínio pela literatura portuguesa.

Da mesma forma, este é o critério que hoje me serve de guia: buscar, como se buscam os cantos e recantos de uma casa onde nos sentimos no conforto da intimidade das coisas já tão familiares, buscar, repito, os velhos amigos. Assim é que saúdo Fernando Achiamé, Francisco Aurélio Ribeiro, Adriana Campos, Ester Abreu Vieira de Oliveira, Estilaque Ferreira dos Santos, Sebastião

Pimentel, João Gualberto Vasconcellos, Juliana Simonato e o geógrafo Ricardo Brunow Costa (para sempre meu querido e estudioso cunhado). Todos eles mestres e amigos, aqui lembrados não apenas pelo virtuoso e relevante trabalho de pesquisa que caracteriza sua produção intelectual, mas também pelo prazer do convívio afetivo. Guiada ainda por afinidades eletivas e pelo afeto, trago comigo mais dois nomes: o psicanalista e poeta Ítalo Francisco Campos e o historiador e romancista Luiz Guilherme Santos Neves.

Eu havia mencionado a importância de se conhecer a história do Espírito Santo revisitada por alguns de seus grandes escritores. Por ocasião dos 150 anos de nascimento de Muniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo de 1892 a 1896 e de 1900 a 1904, referi-me à influência lusitana que marca não apenas nossas origens e nossa história. Dei realce à alma e ao jeito com que contemplamos o mar e o distante país de nossos antepassados, destacando, na literatura, o fato de que escritores e poetas identificam e revelam a riqueza de nosso estado e a extensão de seus domínios não propriamente na dimensão territorial, mas no estilo e nas marcas dessa influência inscritas na literatura. Vamos encontrar exemplo de vulto da influência portuguesa entre nós na obra fundamental de Guilherme Santos Neves, editada em 2008 em dois volumes pelo Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo como *Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba: 1944-1982*. Reafirmando essa tradição, entre nós navegam representativos nomes da literatura de língua portuguesa, do passado e do presente.

Dentre as obras de nossos contemporâneos da melhor estirpe, é aos romances e contos de Luiz Guilherme Santos Neves, que se revestem de referências literárias plenas de lirismo e de beleza nostálgica numa síntese dos fatos e acontecimentos históricos com o imemorial e a lembrança, que recorro, para salvaguardar em mim imagens caras da minha infância cigana e peregrina, lembranças

dos sonhos e infindas viagens entre a cidade natal e a terra prometida, imagens esvanecidas de encontros e despedidas, com as quais construí pouco a pouco, num misto de memória e imaginação, o sentimento de exílio. É na literatura de Luiz Guilherme — notadamente em *O Capitão do Fim*, *Navegação: em torno da ilha vislumbrada*, *Memória das Cinzas e Cidadilha* — que busco inspiração para reconstruir talvez as imagens com as quais possa criar uma “poética do espaço”, título do ensaio em que Bachelard (1957), ao se referir ao valor subjetivo da casa, à experiência proustiana das lembranças e do tempo, propõe uma filosofia da poesia.

Em recente resposta à cordialidade do amigo Luiz Guilherme, escrevo-lhe pequena carta da qual subtraio essas palavras, que adapto, e que ilustram minha admiração por sua poética: “à luz das fantásticas ‘Cidades Invisíveis’ de Italo Calvino, Luiz Guilherme cria uma ‘Cidade-IIha’ admirável, arquitetada com um mundo de referências que não se esgotam. Com ela redescobrimos ou reinventamos Vitória a cada esquina, a cada ladeira, no movimento do cais e das marés, no labirinto dos logradouros, na pura contemplação de nossas belezas e de nossas ruínas, embalados por nossas cantigas e lendas”.

Desde criança, viagens e livros são minha paixão. Para dizer a verdade, são uma obsessão. Sim, amo os livros e os sonhos, especialmente os que me trazem imagens de lugares e histórias remotas de outras tantas histórias inventadas ou ouvidas dos adultos ao meu redor, lidas ou sussurradas nos longínquos idos da infância. De lembrança em lembrança, refaço a casa que me habita. Casa de palavras e de não-ditos; de interditos. Casa de devaneios e imaginações. Os livros, no início, raros, ora levantando paredes e abrigando fantasia e solidão, ora abrindo janelas, formam a casa que escolhi para me guardar do exílio e do excesso de realidade.

Assim é que me tornei professora. Entre salas de aula e bibliotecas, passei a vida a percorrer páginas e costurar palavras, rein-

ventando-as sempre, a cada desafio na função de ensinar primeiro a crianças e adolescentes, depois a adultos futuros professores o amor aos livros e à leitura. Por meio de concurso público, já na capital, vim lecionar para o curso de magistério no Colégio Fernando Duarte Rabelo, na Praia de Santa Helena, então reconhecido como Instituto de Educação nos idos anos de 1980. Dele guardo boas lembranças. Tenho também do exercício do ensino e da pesquisa e de minha convivência com alunos e colegas professores da UFES boa recordação. Na universidade como na Biblioteca Pública do Espírito Santo, por cuja direção me responsabilizei durante alguns bons anos, redefinindo seu papel e sua função histórica e social em favor do acesso ao conhecimento e à cultura pela sociedade capixaba, preservando o valioso tesouro que a instituição guarda em forma de acervos, guiei-me sempre por esse *ethos*. Ambas as instituições, Universidade e Biblioteca, guardam a potência criadora dos saberes capazes de formar e transformar a vida dos homens; ambas exercem essa função mítica do abrigo e da expansão.

Ora entre linhas ora nos trilhos da memória, escrevo um sonho antigo de justificar e fazer por merecer o belo gesto e a coragem de meus pais, eles próprios “emigrantes” e desbravadores em terra até então desconhecida: 1954, interior do Espírito Santo, a que se chegava por estrada de ferro ou por estrada de chão, por estradas tortuosas de poeira e lama, cheias de buracos e desvios, a ligar longas distâncias, incompreensíveis ao olhar de uma criança. Plantada no vale do Rio Doce, emoldurada por seus morros e seu belo pôr do sol, me abraça Colatina, minha segunda terra natal. Hoje, com a imagem do vaporzinho que por tantos anos, encalhado às margens do Rio Doce, coloriu poeticamente minha provinciana cidadezinha do interior e me acolheu a cada volta pra casa, uma vez mais lembro Bachelard: “[...] a imaginação trabalha. Ela ceifa e lava” (*Os Pensadores*, 1978:205).

Em nome de Allysso Carlos Pereira Pinto e Délio José Rocha Sobrinho e em meu próprio nome, afirmo estarmos atentos para o nosso passado e nossa história, cientes de nossa identidade e com o olhar no horizonte de nossas possibilidades neste célere século XXI, cuja moeda corrente é o conhecimento. Arriscamo-nos a afirmar que da educação e da cultura como princípio e como fundamento depende o nosso *desenvolvimento*.

DISCURSO DE JOÃO LUIZ CASTELLO LOPES RIBEIRO (SÍNTESE)*

João Luiz Castello Lopes Ribeiro

Ilmo. Representante do Prefeito Municipal, o Secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. Alessandre Motta, representando o prefeito municipal Audífax Barcelos;

Ilma Sra. Professora Esther Abreu, da Academia Espírito-santense de Letras, da Academia Feminina Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico, Geográfico do Espírito Santo (IHGES);

Ilmo Sr. Deusdeth Dias, representando a Associação dos Empresários da Serra — ASES;

Ilmo Sr. Matusalém Dias Moura, membro da Academia Espírito-santense de Letras e do IHGES;

Ilmo Sr. Getúlio Neves, presidente do IHGES;

Caríssimos senhores e senhoras colegas confrades e congreiras.

Na realidade foi na terça-feira desta semana, dia 28 de agosto de 2018, que a nossa academia completou 25 anos de existência. Quero aqui, em nome de todos os demais confrades e congreiras fazer um agradecimento especial aos dois principais fundadores desta instituição cultural: o Sr. Clério Borges e in memoriam o Sr. Naly da Encarnação Miranda. E hoje, dia 31 de agosto, minha tia e mãe de criação, Judith Leão Castello Ribeiro completaria 120 anos caso estivesse viva. Por esse motivo, a outorga da Comenda criada pela professora Sandra Gomes quando estive na presidência da ALEAS, procurando valorizar o trabalho o papel da mulher no cenário cultural capixaba.

* Proferido na solenidade de 25 anos de fundação da Academia de Letras e Artes da Serra, em 31 de agosto de 2018.

Além disso, é também neste mês em que nós, da Serra, comemoramos a Emancipação do município, ocorrida no dia 19.08.1833, portanto, fez 185 anos que nos tornamos oficialmente o município de Nossa Senhora da Conceição da Serra, hoje, apenas Serra.

A Serra já foi denominada a “Atenas Capixaba”. Em seu torrão nasceram poetas, escritores, jornalistas, professores e vários fundadores da Academia Espírito-Santense de Letras que se destacaram nas artes, seja em nível estadual ou mesmo nacional.

As obras de construção de estradas, pontes, barragens, edifícios, etc. não imortalizam o engenheiro. Quem construiu o Coliseu de Roma? Quem foi o seu arquiteto? Não ficou na história. Foi esquecido.

Já as obras literárias, musicais, as artes plásticas e filosóficas são imortais. Personalidades como Platão e Aristóteles, por exemplo, filósofos gregos, passaram para a imortalidade histórica da Civilização Humana pelo que produziram. Da mesma forma, na literatura temos Camões, nascido em Portugal no ano de 1524, autor do poema épico *Os Lusíadas*, como o inglês William Shakespeare, nascido 40 anos depois, que se imortalizou como um dos maiores teatrólogos de todos os tempos.

Conhecemos personagens, filósofos, escritores, poetas, pintores, escultores, os grandes compositores de música clássica como Bach, Vivaldi, Mozart, Schubert, Stravinsk, Tchaikovsky, que viveram há muito, muito tempo atrás, mas são reverenciados até hoje. O renascimento e o classicismo foram muito produtivos no processo de criação cultural. Nesse período surgiram os grandes filósofos iluministas, como Rousseau, Voltaire, Kant, Adam Smith, Marx, que revolucionaram o pensamento mundial sobre vastos temas do interesse humano. Foi assim, sob inspiração desses grandes vultos, que o absolutismo foi sendo derrubado em muitos países, colônias lutaram e se tornaram independentes do jugo estrangeiro. Do pensamento filosófico surgiu o lema da Revolução Francesa, “Liberdade,

Igualdade e Fraternidade”, que culminou com a criação da República na França e mudou a história da humanidade em 14.07.1789.

A Cultura é Revolucionária e imortal. E também nos torna revolucionários e imortais. Um artigo, um livro, uma pintura, uma escultura, ou uma música podem oferecer inspiração para ações de mudanças não só para o desenvolvimento do pensamento humano como de toda uma determinada sociedade.

A ALEAS se propõe a ser uma instituição em que se apresenta como defensora de todos as artes e artistas que nasceram ou que vieram viver neste torrão. Inclusive lutar,

Lembremo-nos: a Serra é aqui, onde estamos neste momento. Foi aqui que a nossa cidade foi fundada em 8 de dezembro de 1556, pelo padre Braz Lourenço e os índios Temiminós sob a liderança do cacique Maracajaguaçu e que é culturalmente a sede do nosso município. Precisamos equilibrar essa participação política das regiões da Cidade. No que tange à cultura, é ela — a cultura — que traz, cria e fortalece as raízes e o amor das pessoas com a Cidade. É essa cultura da Serra que defendemos e queremos ver evoluir cada vez mais. E, para isso, nossa Academia conta com o apoio de vosmecês.

Agora na página do livro da vida foram inseridos os nomes dos homenageados na solenidade de comemoração da passagem de mais ano de existência de nossa Academia.

A propósito, recordamos Gibran Khalil Gibran:

Muitas vezes — Eu daria, mas somente a quem merece.

As árvores de vossos pomares não falam assim, nem o rebanho de vossos pastos.

Dão para continuar a viver, pois reter é perecer.

Certamente quem é digno de receber seus dias e suas noites, é digno de receber de vós tudo o mais.

E quem mereceu beber do oceano da vida, merece encher sua taça em vosso pequeno córrego.

Que mérito maior haverá do que reside na coragem e na confiança e, mais ainda, na caridade de receber. Somos instrumentos de outorga dos títulos aos homenageados, merecemos ser doadores?

Na verdade, é a vida que dá a vida, enquanto nós, que nos julgamos doadores, somos simples testemunhas.

Nesse momento está selado um compromisso de amor recíproco. Nossa Academia agradece a vosmecês.

E agora, a entrega das Comendas Judith Leão Castello Ribeiro esculpidos pelo artista Hippólito Alves, premiado escultor capixaba, primeiramente à professora Ester Abreu, escritora e membro da Academia Espírito-santense de Letras, Academia Feminina Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico, Geográfico do Espírito Santo (IHGES); ao professor Matusalém Dias Moura, membro da Academia Espírito-santense de Letras e IHGES; à Sra. Suzi Nunes, produtora e documentarista de vídeos; e ‘in memoriam’: a Elmo Elton, escritor e poeta de Vitória, que será recebido pelo Sr. Getúlio Neves, presidente do IHGES; e ainda *in memoriam* Gilcênio Rocha, pelos relevantes serviços prestados à ALEAS, que será recebido pela sua viúva, tabeliã Elizabeth Bergami Rocha.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Grafitusa, Vitória-ES, em Dezembro de 2018.

Tiragem: 200 exemplares.